

Museologia Decolonial: os Pontos de Memória e a insurgência do fazer museal

Marcele Regina Nogueira Pereira

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração
Departamento de Museologia**

**Lisboa
2018**

Para aquelas que dão sentido a minha vida Myllena, Mylla e Ana Vitória!

Segura teu filho no colo
Sorria e abraça os teus pais enquanto estão aqui
Que a vida é trem bala, parceiro
E a gente é só passageiro prestes a partir

(Ana Vilela)

AGRADECIMENTOS

As pessoas que tecem esta tese são muitas e certamente não consigo aqui nominar todas, por ser fruto de uma reflexão coletiva e decolonizadora, não poderia dar conta da imensidão de agradecimentos que deveria fazer. Mas, para que eu não pareça injusta ao diluir no todo pessoas fundamentais para este processo, darei nomes a algumas delas e espero que possa traduzir um pouco de minha gratidão.

Em Brasília:

Agradeço ao Instituto Brasileiro de Museus pela acolhida e oportunidade de contribuir com esta Instituição que foi minha segunda casa por quase 5 anos e durante este período poder contribuir com o desenvolvimento do Programa Pontos de Memória. Parabéns aos competentes consultores contratados pela produção de farto material analítico que certamente contribuirá com o fortalecimento do programa e da Museologia Social.

Em Rondônia:

Começo por agradecer a minha querida Universidade Federal de Rondônia e aos amigos que lá deixei para mergulhar nesta jornada d'além mar. Agradeço aos meus companheiros de reitoria, na figura do Magnífico Reitor da Universidade Ari Miguel Teixeira Ott, pelo apoio e incentivo.

Agradeço a equipe da Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis, por dividir comigo tantos momentos de angústias e por estarem sempre do meu lado com sorriso e palavras de apoio. Especialmente em nome de todos agradeço a Elyzania Torres, amiga que trago no peito.

Agradeço aos colegas de Departamento de Arqueologia, por me ajudarem reduzindo a carga de disciplinas em momentos mais difíceis.

Agradeço o carinho do PDE, Partido das Divas Empoderadas, Rossi, Val, Rosângela, Renata e ao Poeta (Diego), valeu todo o carinho!

Agradeço aos amigos dedicados e maravilhosos que andaram a me ouvir, lamentar, questionar, chatiar e principalmente a negar convites para os encontros de luz e festa: Elyzeu Braga, Poeta Mado, Adilson Siqueira, Papagaio, Seone, Brena Barros, Raissa Dourado, Inaê, Thais Passos, Adriana, Edinair...

Aos amados, Rubens Vaz Cavalcanti, Cida Louzada e Edson Arcanjo um agradecimento muito especial pelos momentos de partilha sobre a construção deste caminho e de tantos outros caminhos de vida.

Agradeço a Nazaré Silva, ser uma parceira de vida e querida amiga que me apresentou a esta terra aos amigos da quarta do peixe, grupo que virou a família que me acolhe e dedica amor. Sou grata de mais por vocês existirem João, Marly, Danizete, Zé, Marleti, Luiz, Telminha, Ismael, Alcilene, Maurício, Mayara, Robson...

Agradeço a esta terra que viu nascer esta tese. Rondônia, Porto Velho. Sou já desse lugar que aprendi a amar. Seu chão de barro vermelho me segurou quando caí e não deixou eu cair mais

Agradeço ao Rio Madeira, por me acalmar toda vez que me desesperei e perdi a esperança. Ele dizia que ia dar tudo certo, eu sempre acreditei.

Rio de Janeiro:

Agradeço aos companheiros do Museu de Favela, com eles pude exercitar ainda mais a Museologia Social e foi lá nas subidas e descidas do morro, na companhia de Rita, Antônia, Sidney e Katia que eu decidi trabalhar na tese. Por meio deles, agradeço todos os Pontos de Memória, suas integrantes e integrantes, cheios de perseverança que não desistem, seguem acreditando que é possível investir na melhorias dos territórios e de nossas vidas. Militantes desta causa, que acreditam acima de tudo no poder de transformação social que a memória tem.

Agradeço aos meus amigos que sentem falta da minha presença, mas que compreendem a ausência, fui salva pelos encontros com as minhas queridas Carina, Elizangela, Kassia, Flávia e Michelle, nossa amizade é longa, desde os corredores da UERJ, vocês fazem parte disso.

Em Lisboa

Agradeço a oportunidade concedida pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias em especial o Curso de Doutorado em Sociomuseologia. Aos colegas de estudo e aos responsáveis pelo Programa. Com seriedade, competência e dedicação, seguem fortalecendo o campo da Museologia Social. A ULHT foi uma escolha da qual me orgulho muito.

Agradeço as suetões do Júri Prévio que contribuiu de forma significativa para que o meu trabalho ganhasse contornos ainda mais proveitosos. Foi um júri sensível e atento que emocionou e motivou ainda mais a minha crença na generosidade das pessoas contribuindo para que eu pudesse aperfeiçoar ainda mais a minha escuta.

Ah, não posso deixar de registrar aqui a presença doce e instigante do meu mais novo amigo e companheiro de tese, Francisco Moutinho, estar em seu convívio valeu por cada minuto. Ele até disse que eu merecia folga! Aprendi muito com esse pequeno rapaz cheio de energia e encantamento. À seus pais, meus queridos amigos Judite Primo e Mario

Moutinho, sem palavras para agradecer tanto incentivo. Me acolheram na alma e isso não tem lugar para descrição neste plano físico. Gratidão!

Em todos os lugares:

Adriano Almeida, Paula Nunes Costa, João Bispo, Wellington Silva, Terezinha Resende, Cláudia Feijó, Cláudia Rose, Viviane Rodrigues, Helena Quadros, agradeço imensamente o apoio e a ajuda para a construção desta tese. Seja como incentivadores, no envio de informações valiosas ou como interlocutores as constuições foram fundamentais.

Agradeço a orientação segura e cheia de entusiasmo de Mario Moutinho, sempre dedicado a me fazer perceber meu potencial e os limites, só pude concluir este trabalho por que estavas ao meu lado, como um grande amigo sensível e solidário. Gratidão!

Mario de Souza Chagas. sempre atento e presente, me ajudou a ter dúvidas e a olhar diferente para as mesmas coisas. Assim como o Programa Pontos de Memória teve nossa energia essa tese também tem. Estar ao seu lado na construção do Programa e estar ao seu lado na realização desta trabalho são como ciclos que se fecham para abrir outros tantos. Juntos temos ideias e queremos ganhar o mundo com elas, principalmente por que elas podem também mudar o mundo. Gratidão meu amigo!

In memoriam dedico a Ilone Seibel amiga e companheira de vida, e de amor a educação, com quem tive tantas ideias. Você ficaria contente com isso, né? Eu consegui!

Para minhas avós Marizinha e Marta, vejam só aquela menina pobre de São Gonçalo que vocês tanto amaram agora é DOUTORA, Gratidão!

Agradeço aos meus pais. Companheiros carinhosos desta jornada. Quando embarquei para Lisboa, lembro dos olhos cheios de ternura e orgulho do meu pai querido e amado que me ajudou a chegar até aqui. Mãezinha, ter você perto garante minha paz. Ao Meu amado irmão Marcelo, só digo que chegou ao fim, vou parar de falar em tese. Gratidão!

Por fim dedico esta tese para minhas filhotas, por que delas vem toda a minha inspiração para a vida. Agradeço o carinho e incentivo sempre presentes, sempre compreendendo minhas ausências e sempre acreditando na mãe. Agradeço a paciência de tantos momentos roubados para esta escrita. Dedico todo meu esforço e conquistas a vocês suas lindas. Myllena, Mylla e Ana Vitória: ACABOU!! Eu consegui.

Não é sobre chegar no topo do mundo e saber que venceu
É sobre escalar e sentir que o caminho te fortaleceu
É sobre ser abrigo e também ter morada em outros corações
E assim ter amigos contigo em todas as situações
(Ana Vilela. Trem Bala)

Marcele Regina Nogueira Pereira

Museologia Decolonial: os Pontos de Memória e a insurgência do fazer museal

RESUMO

Este estudo apresenta a trajetória do Programa Pontos de Memória a partir de 2008, ano de seu lançamento, até os dias de hoje. O objetivo desta tese é analisar os documentos provenientes da Cooperação Técnica realizada entre o Instituto Brasileiro de Museus, autarquia do Ministério da Cultura, a Organização dos Estados Iberoamericanos: para educação, a ciências e a cultura e o Ministério da Justiça, com o intuito de incentivar processos museais em comunidades populares localizadas em doze capitais brasileiras consideradas, pelo Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci, violentas. Com vistas a discutir os acúmulos, as dificuldades e a potência deste Programa para o campo dos museus e da Museologia propomos analisar aspectos relacionados com a dimensão política, poética e pedagógica dos Pontos de Memória com destaque para os pressupostos Decoloniais, especialmente aqueles fruto dos estudos do Grupo Modernidade/Colonialidade. Inspirados pelas ideias de enfrentamento destacadas pela indignação de vivermos em uma sociedade colonizadora, machista, patriarcal, homofóbica e preconceituosa, consideramos ser possível, por meio de processos e ações museais críticas e participativas, enfrentar as colonialidades do ser, do saber e do poder produzidas com vistas a perpetuar situações de descaso, subalternidade e invisibilidade dos sujeitos e seus territórios. O Programa Pontos de Memória, com foco no papel dos museus e da Museologia em sociedade, acumula avanços no que se refere a consolidação do campo da Museologia Social no Brasil, fruto de uma Política Nacional de Museus que se fortalece em direção a Políticas Sociais dedicadas a garantia do Direito à Memória e a dignidade de grupos e comunidades historicamente excluídos social e culturalmente. Compreendemos este programa como uma ação insurgente e decolonizadora do pensamento e da prática museal.

Palavras-chave: Pontos de Memória; Museologia; Museologia Social; Estudos Decoloniais; Museologia Decolonial e Políticas Públicas.

Marcele Regina Nogueira Pereira

Museologia Decolonial: os Pontos de Memória e a insurgência do fazer museal

ABSTRACT

This study presents the Memory Points Program trajectory from 2008, the year of its launch, to the present day. The purpose of this thesis is to analyze the documents coming from the Technical Cooperation between the Brazilian Institute of Museums, the Ministry of Culture, the Organization of Ibero-American States: for education, science and culture and the Ministry of Justice, with the aim of to encourage museum processes in popular communities located in twelve Brazilian capitals considered by the National Program for Security with Citizenship - Pronasci, violent. With a view to discussing the accumulations, difficulties and potency of this Program for the field of museums and museology, we propose to analyze aspects related to the political, poetic and pedagogical dimension of Memory Points, with emphasis on the assumptions of colonialists, especially those as a result of the decolonial studies of the Modernity / Coloniality Group. Inspired by the ideas of confrontation highlighted by the indignation of living in a colonizing, macho, patriarchal, homophobic and prejudiced society, we consider that it is possible, through critical and participatory museum processes and actions, to confront the colonialities of being, knowledge and power produced with a view to perpetuating situations of neglect, subalternity and invisibility of the subjects and their territories. In our understanding, the Points of Memory Program focusing on the role of museums and museology in society means advances in the consolidation of the field of Social Museology in Brazil, the result of a National Museum Policy that is strengthened towards Social Policies dedicated to guaranteeing the Right to Memory and the dignity of historically and socially and culturally excluded groups and communities. We understand this program as an insurgent and decolonizing action of museological thought and practice.

Keywords: Memory Points; Museology; Social Museology; Studies of Decolonial; Decolonial Museology and Public Policy.

Marcele Regina Nogueira Pereira

Museologia Decolonial: os Pontos de Memória e a insurgência do fazer museal

ÍNDICE DE IMAGENS

Imagem 01 Programação da III Teia da Memória no Museu da Maré	151
Imagem 02 Exposição Mulheres Guerreiras do Museu de Favela	165
Imagem 03 Mãe Clarice Santiago Santos	172
Imagem 04 Reunião de Moradores do Beiru, para apresentação da proposta do Museu do Beiru.	176
Imagem 05 Símbolo do Ponto de Memória do Beiru	177
Imagem 06 Feirinha do Jacintinho	178
Imagem 07 Abadia Teixeira de Jesus	182
Imagem 08 Helena Quadros e Francisca Rosa, a D. Chiquinha, conselheiras do Ponto de Memória da Terra Firme.	186
Imagem 09 Vanessa Francisca da Silva (internte do Ponto de Memória Museu Mangue do Coque e Cristiane Carla Santos (Papion) liderança Indígena, durante o V Fórum Nacional de Museus	189
Imagem 10 Da esquerda para a direita Cláudia Feijó, Marcia Vargas, Teresinha Medeiros e Isolina.	193
Imagem 11 Dona Deuzita	196
Imagem 12 intercâmbio de histórias para os moradores do bairro Sítio Cercado	197
Imagem 13 Poster da exposição do Ponto de Memória da Brasilândia	199
Imagem 14 Foto de Élcio Aparecido de Souza Brasilândia (in memorian) e Viviane Rodrigues (Ponto de Memória Jacintinho Museu de Periferia).	202
Imagem 15 Leila Regina da Silva integrante e articuladora do Ponto de Memória Museu do Taquaril	203
Imagem 16 Dona Leni Gaudêncio da Silva	207
Imagem 17 Maria Iolanda Silva Lima, mas conhecida como Dona Iolanda. Conselheira do Ponto de Memoria Grande Bom Jardim	210
Imagem 18. Participantes da oficina Planejamento e Montagem de	260

Exposição para Museus Comunitários, ministrada por Carlota Brito, arquiteta do Museu Goeldi, no primeiro dia de atividades

Imagem 19. Pipa confeccionada pela comunidade em exposição na Casa dos Movimentos.	261
Imagem 20 Oficina Prática de Montagem da Exposição Movimentos da Estrutural: Luta, Resistência e Conquistas – Março a maio de 2011	263
Imagem 21 Pipa em processo de Higienização.	264
Imagem 22 Oficina de Expografia. Marcelo Vieira.	270
Imagem 23 Objetos expostos na Exposição “Memórias e Sonhos do Sítio Cercado” e legenda de Lavínia Cavalcanti	270
Imagem 24 Exposição Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro.	272
Imagem 25 Mapa-catálogo da exposição (frente).	273
Imagem 26 Mapa-catálogo da exposição (verso).	274
Imagem 27 Exposição “Jardins das Memórias”.	277
Imagem 28 Exposição itinerante “Memórias que o vento não levou	278
Imagem 29 Exposição itinerante “Memórias que o vento não levou”	278
Imagem 30 Exposição itinerante “Memórias que o vento não levou	279
Imagem 31 Exposição Museu Mangue do Coque	280
Imagem 32 Marcha do Beiru. Foto: Acervo Ponto de Memória do Beiru	282
Imagem 33 Lançamento da exposição no Museu do Pescador "Manoel dos Passos Lyrio"	283
Imagem 34 Lançamento da exposição no Museu do Pescador	283
Imagem 35 À esq., visitantes observam uma instalação da exposição. À direita, painel com a letra da canção.	285

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 Cronograma de atuação das consultorias (2009-2013)	55
Tabela 2 Fases do Programa Pontos de Memória	57

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Relatório de localidades Pronasci - 2007	138
Quadro 2: Relatório de localidades Pronasci - 2007	139
Quadro3: Relatório de localidades Pronasci - 2007	139

ÍNDICE ESQUEMA

Esquema 1 Estrutura Metodológica Programa Pontos de Memória	148
---	-----

ÍNDICE DE MAPA

Mapa: 01 Mapa dos Pontos de Memória (12 experiências)	140
---	-----

Marcele Regina Nogueira Pereira

Museologia Decolonial: os Pontos de Memória e a insurgência do fazer museal

SUMÁRIO

Introdução	17
Procedimentos Metodológicos	26
Fontes	35
Capítulo 1- Pontos de Inflexão	55
1.1 Abordagem conceitual	57
1.1.1 Um olhar feminino sobre o papel social dos museus	57
1.1.2 Museologia, Nova Museologia e Museologia Social: interfaces e conjuntura	74
1.1.3 Teoria Decolonial	84
1.1.4 Decolonização do pensamento museal e museológico	88
1.1.5 Museologia das Ausências e das Emergências	99
Capítulo 2- Pontos de Observação	107
2.1 Do in Museológico: o Programa Pontos de Memória	109
2.1.1 Primavera Cultural: Políticas Públicas de Cultura	110
2.1.2 Primavera Museal: Política Nacional de Museus	114
2.1.3 Política Pública de Direito à Memória: o Programa Pontos de Memória	118
2.1.3.1 Os Pontos antes dos Pontos	118
2.1.3.2 As parcerias: O Prodoc e o Pronasci	123
2.1.3.3 Os Territórios indicados	133
2.1.3.4 Metodologia do Programa	141
2.1.3.5 As Teias da Memória	149
2.1.3.6 Os editais, as redes e a Institucionalização	154
Capítulo 3- Pontos de Memória	163
3.1 Os Pontos de Memória em movimento	165
3.1.1 Museu de Favela: o ponto inaugural	165
3.1.2 Ponto de Memória Museu do Beiru	172
3.1.3 Ponto de Memória Museu Cultura Periférica Jacintinho	178
3.1.4 Ponto de Memória Estrutural	181
3.1.5 Ponto de Memória de Terra Firme	186
3.1.6 Ponto de Memória Museu Mangue do Coque	189
3.1.7 Museu Lomba do Pinheiro	193

3.1.8 Ponto de Memória Museu de Periferia - MUPE - Sítio Cercado	196
3.1.9 Ponto de Memória - Brasilândia	199
3.1.10 Ponto de Memória Museu do Taquaril	203
3.1.11 Ponto de Memória Grande São Pedro	207
3.1.12 Ponto de Memória Grande Bom Jardim	210
Capítulo 4 - Pontos de Análise	213
4.1. As Dimensões Política, Poética e Pedagógica do Programa Pontos de Memória.	215
4.1.1 Dimensão Política	215
4.1.2 Dimensão Pedagógica	235
4.1.3 Dimensão Poética	255
Pontos de (in)conclusão	289
Bibliografia	301
Fontes primárias consultadas	315

Introdução

Em fevereiro de 2008, foi lançado na cidade do Rio de Janeiro, especificamente no território do Museu de Favela, o Programa Pontos de Memória. Desenvolvido pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DEMU/IPHAN é reflexo de uma conjuntura política nacional que estimula a criação e a participação popular no cenário museal Brasileiro. Realizado como proposta piloto, em doze comunidades brasileiras, acumulou diversas práticas museais que precisam ser conhecidas ou mesmo melhor sistematizadas. O programa teve início nos seguintes territórios: Beiru (Salvador, BA), Brasilândia (São Paulo, SP), Coque (Recife, PE), Estrutural (Brasília, DF), Grande Bom Jardim (Fortaleza, CE), Jacintinho (Maceió, AL), Lomba do Pinheiro (Porto Alegre, RS), Pavão-Pavãozinho-Cantagalo (Rio de Janeiro, RJ), Terra Firme (Belém, PA), São Pedro (Vitória, ES), Sítio Cercado (Curitiba, PR) e comunidade do Taquaril (Belo Horizonte, MG).

O Programa, desde sua criação, suscita muitos questionamentos e sua trajetória ainda não foi devidamente traçada e muitas realizações ainda precisam ser discutidas. Seus avanços e acúmulos podem contribuir com as reflexões em torno da Museologia, especialmente fortalecendo o campo da Museologia Social ou Sociomuseologia, compreendidas, neste trabalho, como sinônimas. Dessa forma, pretendemos responder questões como: quais os objetivos, metas e acúmulos do Programa Pontos de Memória ao longo dos seus 10 anos de atuação? O que significa para o campo dos museus e da Museologia observar o desenvolvimento deste Programa? Quais as bases conceituais que dão respaldo a esta ação? Como a Museologia Social se fortalece a partir de iniciativas como estas do programa Pontos de Memória? Quais questões metodológicas e conceituais podem ser identificadas durante a trajetória do Programa que representam retrocessos, problemas estruturais a partir das articulações entre poder público e sociedade civil no trato com a memória e com os museus? Como podemos compreender a Museologia Decolonial e quais as contribuições que esta pode oferecer para o campo da Museologia Social?

O Programa Pontos de Memória se articula com outras iniciativas do Governo Federal e sua execução faz parte das políticas públicas de cultura que inauguram uma nova forma de pensar o comunitário, o popular e o participativo no âmbito dos museus. Esta experimentação reverbera e incentiva inúmeras outras por meio do exercício da Política Pública de Direito à Memória, com ápice nas premiações dos editais Pontos de Memória e

ao promover articulações com outros museus e demais políticas nacionais contribuem com o campo da Museologia Social. Resta saber ainda quais comunidades populares são incentivadas pelo Programa? Como se dá a aproximação com os grupos populares, como os apoios são definidos, as discussões em âmbito local, como a metodologia é desenvolvida e sob quais influências é pensada? Aliados a estas questões podemos ainda perceber, por meio da análise das dimensões políticas, poéticas e pedagógicas, como os Pontos de Memória se relacionam com o campo dos museus e como podemos, a partir da observação desta prática, traduzir seus pressupostos e contribuir com as reflexões sobre o campo da Museologia Social, articulada as ideias teóricas dos intelectuais decolonizadores.

Os museus e processos museais, do Programa Pontos de Memória, são desenvolvidos em comunidades, consideradas violentas pela mídia que reforça a situação de fragilidade e abandono com que são tratadas as questões sociais destas regiões. Os sujeitos que vivem nas comunidades escolhidas para fazer parte do Programa convivem com o descaso e com os processos de subalternização cotidianamente. Excluídos das políticas públicas dedicadas a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos da cidade, precisam exigir, por meio de lutas e resistências atenção mínima para suas necessidades. Assim, nestes territórios subalternizados e invisibilizados a necessidade de trabalhos que permitam ampliar o alcance das discussões acerca do empoderamento e o fomento de discursos críticos são necessários e bastante reivindicados pelos grupos que acreditam na movimentação a partir dos coletivos organizados política e socialmente em território. É a partir deste contexto instaurado em muitas comunidades, que o Programa soma ao proporcionar mais elementos para que estes grupos desempenhem ações voltadas para a cidadania e para o fortalecimento da cultura e da memória local. No entanto é importante perceber que as relações estabelecidas entre as comunidades e o Poder Público, não deve descartar a dimensão crítica, pois sabemos que historicamente a relação de controle, domínio e subjugação entre o poder do Estado sobre as comunidades populares é sentido com muita frequência pelos coletivos e moradores dos territórios. Sendo assim, o desafio desta tese também está presente no entendimento de que esta relação é conflituosa, e o papel do Estado como mediador, não deve ser percebido sem uma problematização, pois é oportuno perceber que o Estado que propõe é o mesmo que regula. Ou ainda, consideramos importante perceber se há a intenção de uma instrumentalização da memória em benefício de algum discurso ideológico que se pretenda destacar.

Assim, quando nos propomos a compreender esta experiência nos aproximamos de uma construção teórica que visa refletir sobre as especificidades do que chamaremos de

Museologia Decolonial que visa, por meio da práxis ¹, instrumentalizar o fazer e o pensar do campo da museologia social com vistas a transformação das estruturas sociais em perspectiva decolonizadora, insurgente e transgressora da prática museal e museológica hegemônica.

Desde sua criação o Programa tem acumulado inúmeras conquistas, enfrentado desafios e contribuído com o campo da Museologia no Brasil. Com atuação dedicada à propositura de uma Política de Direito à Memória e tem, por meio de um discurso articulado com os movimentos sociais e grupos socialmente excluídos em territórios considerados violentos, exercitado os pressupostos da Museologia Social. Ao longo de 10 anos vem demonstrando as suas inúmeras possibilidades de atuação considerando o diálogo e a parceria entre o poder público e a sociedade civil no desenvolvimento de propostas e narrativas que valorizam as memórias subalternizadas. Para os moradores das comunidades que aceitaram o desafio de elaborar seus processos museais e aqueles que já trabalhavam nesta perspectiva, a oportunidade de recriar vínculos locais por meio da memória das resistências, lutas e identidades presentes no território foi considerada importante estímulo para os movimentos que vislumbravam ações concretas de melhorias para as condições de vida dos moradores. A memória e os processos museais passam a ser considerados como ferramentas para alcance da transformação social almejada por todos.

Com origem a partir da Política Nacional de Museus, o Programa representa um avanço considerável para o campo dos museus, especialmente, por experimentar em comunidades brasileiras novos jeitos de musealização dos territórios e seus patrimônios. Com destaque para a prática inovadora de estabelecer vínculos com os movimentos sociais, o DEMU/IPHAN, posteriormente Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, investe na ampliação do conceito de Museologia Social, sendo um instrumento importante para o empoderamento de territórios e sujeitos historicamente expropriados de seus direitos de narrar, expor e ressignificar suas memórias a partir de novas narrativas e contextos de luta e resistência em primeira pessoa.

Com forte inspiração nas Políticas Públicas de Cultura executadas durante os governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva, o Programa ganha projeção por conectar-se em bases ideológicas do Programa Pontos de Cultura. Estas experiências são alvo de inúmeros trabalhos que observam sua trajetória e importância para o cenário de cultura nacional. Diante de tantas inovações, desafios e compromisso com processos participativos e democráticos, muitas reflexões podem ser feitas com o intuito de contribuir com o campo das Políticas Públicas no Brasil. Para esta tese nos debruçamos sobre o impacto gerado

¹ Gramsci, A. (1987). *Concepção dialética da história* (Vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

pelos Pontos de Memória para o campo da Museologia no Brasil, com destaque para as reflexões acerca da Museologia Social.

Compreendemos os Pontos de Memória como um projeto de Estado, que se propôs a estabelecer novos vínculos com os movimentos sociais, investindo no fortalecimento das identidades associadas às comunidades populares com o intuito de incentivar processos participativos e solidários de gestão. Diante da necessidade de compreender como este Programa nasce e se fortalece em seus anos iniciais, neste estudo empreendemos a tarefa de investigar a trajetória do Programa desde sua criação, contextualizando seu surgimento e processos de implantação em cada uma das doze comunidades brasileiras escolhidas, identificando os processos museais realizados por estes grupos, destacando os limites, as necessidades, os desafios e avanços acumulados durante as etapas iniciais, especialmente a etapa considerada piloto. Analisar esta trajetória nos permite tecer algumas considerações importantes sobre o cenário da Museologia Social no Brasil estreitamente atrelada a Políticas Públicas como principal vetor de desenvolvimento e como estas experiências podem ser consideradas práticas decolonizadoras.

Importante também destacar quais os pressupostos teóricos que deram origem a esta prática, quais os conceitos que tangenciam esta realização na construção e gestão conjunta de experiências de memória. Chamamos atenção para os desafios de uma proposta que invente no distanciamento da ideia de que uma prática vinculada ao Estado é “reguladora”, com a intenção de demonstrar os conflitos vividos por ambas as partes no processo de constituição desta experiência.

A partir dos estudos de teóricos decoloniais, é possível investir em aproximações teóricas com o campo da Museologia, especialmente, no âmbito desta experiência que pode ser considerada um fazer museal decolonizador. Com o intuito de provocar reflexões acerca da democratização da memória, em seus aspectos mais sensíveis como aqueles relacionados a uma instrumentalização política da memória descaracterizando as ações locais conflitivas e contraditórias, pretende-se analisar o Programa Pontos de Memória a partir das lógicas existentes nos estudos da Modernidade/Colonialidade, provocando o deslocamento do pensamento museal pautado por práticas que reafirmam um processo colonizador, para um campo que experimenta a ação museal a partir de práticas insurgentes e provocadoras. Destacamos os limites deste deslocamento e as armadilhas advindas deste contexto de sistematizações e ordenamentos, no entanto, é necessário problematizar estas novas práticas e formas de compreender os processos museais, com vistas a formulação de conceitos e metodologias que auxiliem a formação teórica e prática do campo da Museologia Social.

Ao acompanhar o desenrolar do Programa, é possível perceber a grande quantidade de novas informações e processos que surgem desta relação estabelecida entre Estado e Sociedade no que se refere ao trato com a memória e os usos políticos que podem ser feitos a partir dela. O Estado pode ser visto como “mediador” das relações? Quais os limites do processo, em que medida é possível perceber uma neutralidade ideológica dos gestores do Programa? Há neutralidade ideológica? O programa se preocupa com estas questões? Em que medida os Pontos de Memória, museus comunitários, museus sociais, museus, se relacionam com esta intervenção do Estado? Os acréscimos conceituais e metodológicos possíveis de serem observados a partir desta experiência impulsionam um cenário mais complexo para o campo dos museus. Vemos surgir novos problemas para o campo dos museus e novas oportunidades de compreensão dos processos estabelecidos entre atores sociais diferentes e como estes se apropriam do campo dos museus revendo a trajetória do próprio campo e as formas de relacionamento entre museus, acervo museológico e o papel do museu diante da sociedade. Esta experiência nos permite perceber claramente as amarras, que autores decoloniais chamam de colonialidade do poder, colonialidade do saber e colonialidade do ser, impostas por uma sociedade que funciona por meio de uma visão colonizadora e socialmente discriminatória. Consideramos que os Pontos de Memória, estimulados pela Política Nacional de Museus e os pressupostos da Museologia Social, são práticas que permitem uma reflexão acerca da necessidade de uma de(s)colonização do pensamento museal Brasileiro, contribuindo com a reflexão acerca do surgimento de práticas museais e museológicas insurgentes e de(s)colonizadoras.

Assim, com vistas a problematizar tais questões, propomos a divisão deste trabalho em quatro partes, interligadas por pontos estratégicos que nos auxiliam a percorrer esta narrativa. A primeira parte, considerada o ponto de partida, está dedicada a compreender as fontes de inspiração conceitual do Programa e, para isso, convidamos para o diálogo quatro autoras que em diferentes contextos e pensamentos contribuíram para a formação do campo da Museologia Social. Marta Arjona Pérez, Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, Maria Célia Teixeira Moura Santos e Myrian Arroyo, todas realizam em suas trajetórias profissionais reflexões que consideramos importantes e que ajudam o campo dos museus a compreender a necessidade de uma maior aproximação com as questões sociais, recolocando as discussões acerca do papel dos museus diante da sociedade.

Escolhemos as mulheres para demonstrar a riqueza do pensamento feminino para o campo dos museus e da Museologia. Reforçar a presença das contribuições femininas a este processo de constituição do campo da Museologia Social reforça um dos princípios relacionados a esta área de atuação pautado pelo fortalecimento da presença feminina no

pensamento museal e as contribuições dadas a discussão sobre os museus sociais. Por meio da reflexão a partir delas exercitamos o pensamento decolonial

As autoras desenvolvem suas reflexões a partir de contextos e tempos distintos, o que nos permite observar uma sintonia entre os trabalhos executados e uma influência entre as formas de pensamento. Maria Célia Santos tem a oportunidade de transitar e promover intercâmbios com Waldisa Rússio e também com Miriam Arroyo, corroborando com a ênfase dada ao diálogo acerca das práticas museais comprometidas com as questões sociais. Já Waldisa conhecia o trabalho de Marta Arjona que, provavelmente, poderia tê-la inspirado.

Veremos, por exemplo, que Marta Arjona Pérez, propõe um grande desafio ao (re) colocar de forma direta questões mais urgentes quando se trata do compromisso dos museus com os dilemas da sociedade. Seu intuito é o de sacudir os pré-conceitos em perspectiva problematizadora, impelindo alguns dos grupos responsáveis por pensar os museus que saiam da zona de conforto, especialmente aqueles que se referem aos museus e a Museologia de forma retórica como sendo fundamentalmente, “sociais” por natureza.

Daremos ênfase às ideias de Waldisa Rússio Camargo Guarnieri que enriquece o debate ao jogar luz sobre a natureza científica da Museologia. Com ampla discussão sobre aspectos relacionados ao fato museal e ao objeto do estudo da disciplina, pauta sua reflexão a partir da relação entre homem e objeto em um espaço cenário como alvo da atenção acadêmica e científica da Museologia. Waldisa Rússio contribui para ampliar o alcance da percepção que articula a sociedade como um novo campo de estudos da Museologia, atrelando a isso o papel dos museus em sociedade, diminuindo em suas reflexões a ênfase dada aos estudos centrados nos objetos e nas instituições.

Maria Célia em seus textos chama atenção para as relações que se estabelecem a partir da Museologia em parceria com o campo da Educação, o que enriquece ainda mais o debate e as oportunidades de entendimento acerca do papel e dimensão social dos museus. Tal conexão estabelecida entre os museus e a Educação é exercitada em suas práticas museais, o que a torna parte importante deste conjunto de mulheres que se dedicam ao campo social dos museus. Suas considerações trazem a educação como um elemento fundamental para o arcabouço teórico da Museologia Social. Concluimos o trajeto destas mulheres, indicando as contribuições de Miriam Arroyo, especialmente sua atuação para a constituição do campo dos museus comunitários no México, como elemento também aglutinador dos pressupostos que conferem legitimidade ao pensamento da Museologia Social. Juntas estas mulheres, seus pensamentos e práticas reforçam um conjunto de aspectos relevantes que ao longo do tempo inspiram o fortalecimento de processos

museais, ampliando a capacidade de atuação e de reflexão em torno da Museologia Social como campo de conhecimentos da Museologia.

Ainda no primeiro capítulo da tese, propomos um ponto de inflexão, a partir do qual abordaremos os estudos Decoloniais, especialmente, os oriundos das reflexões do grupo Colonialidade/Modernidade, que propõe conceitos que nos ajudam a compreender e a adotar novas possibilidades teóricas para o estudo do campo da Museologia Social. Consideramos que estes conceitos tais como os de colonialidade, e sua formas de expressão em uma sociedade colonizadora, podem ser enfrentados com práticas que promovam, ou que possibilitem novas abordagens a partir de iniciativas de(s)colonizadoras, por isso o trabalho de compreensão dos Pontos de Memória e a atuação do Instituto Brasileiro de Museus nesta empreitada. A Museologia Social ganha fôlego ao dialogar com as teorias decoloniais, neste trabalho, não pretendemos avançar em profundidade nestes estudos, mas centramos esforços em abrir oportunidades de compreensão a respeito das aproximações necessárias, por afinidade conceitual e prática. Ao incentivar processos museais insurgentes, propomos a ampliação dos debates instaurados pelo campo dos museus e da Museologia, identificando outros atores como protagonistas de suas histórias, observando as formas com que lidam com as memórias, com o território, e como encaram noções de acervos, patrimônios, processos de musealização, e outros aspectos relacionados com o campo dos museus e da Museologia, em um contexto museal revisitado. As oportunidades criadas para enfrentar as dificuldades estruturais causadas pelo processo colonizador que ainda enfrentamos, são iniciativas que corroboram as ações decolonizadoras do pensamento ocidental especificamente o pensamento museal. Enfrentar tais questões torna-se imperativo diante de tantas experiências de fôlego que se espalham pelo país. É necessário reconhecê-las e compreendê-las, pois fazem parte de um novo cenário museal, pautado pelos pressupostos do que chamamos aqui de Museologia Decolonial, por considerar as práticas decolonizadoras um caminho de tipo novo que já é bastante exercitado, e que amplia e consolida o universo de possibilidades epistêmicas da Museologia Social.

No segundo capítulo do trabalho, propomos desenvolver alguns pontos de observação, especialmente dedicados ao Programa Pontos de Memória, destacando sua trajetória desde a configuração das Políticas Públicas de Cultura, passando pelo estabelecimento da Política Nacional de Museus e da Política Pública de Direito à Memória. Há congruências entre esta proposta e a proposta dos Pontos de Cultura e a inspiração a partir da atuação do Museu da Maré, inaugurado como Ponto de Cultura.

A partir desta discussão encontramos os elementos que inspiraram esta proposta no âmbito das instituições públicas dedicadas ao patrimônio cultural material e imaterial e posteriormente a Instituição que seria responsável pelos Museus. O surgimento do Programa em âmbito nacional apoiado e incentivado pelo Estado por órgãos controladores que servem para pensar políticas regulatórias, desperta ainda mais a atenção do campo museológico que observa esta iniciativa por meio de um posicionamento mais crítico que contribui para a ampliação dos debates sobre as práticas no âmbito da academia e também para as iniciativas de museus e processos museais.

Para percorrer os anos de atuação do Programa, identificamos os aspectos relacionados à sua trajetória desde as tratativas iniciais, antes mesmo de o Programa ser executado, os procedimentos escolhidos para colocar a ideia de incentivar práticas em comunidades junto a movimentos sociais em ação, as etapas metodológicas e como foram definidas, as localidades escolhidas, as Teias da Memória, as redes os editais e por fim o processo de Institucionalização. Tais aspectos são destacados para que possam compreender as diferentes fases do Programa e seus desafios de realização.

O terceiro capítulo da tese, detalhamos cada um dos Pontos de Memória, com destaque para as questões sociais locais, os enfrentamentos, as dificuldades encontradas para o desenvolvimento das ações, o desdobramento da prática para as relações internas em cada território, o diálogo com o Ibram, a autonomia das decisões, com destaque para as trajetórias modificadas por meio das ações, os acúmulos e retrocessos, desafios de continuidade e sustentabilidade, articulações desenvolvidas por meio das práticas de cada iniciativa. Os Pontos de Memória são visitados para que possamos compreender se as metodologias planejadas tiveram efeito e quais acúmulos para o campo dos museus, podemos extrair destas experiências.

O quarto capítulo da tese propõe refletir sobre as dimensões política, poética e pedagógica dos Pontos de Memória e como estas dimensões se apresentam e estão interligadas no fazer diário das experiências, nas tomadas de decisão, nas articulações e posicionamentos críticos adotados pelos Pontos. O interesse é fornecer subsídios para o entendimento dos variados aspectos relacionados aos Pontos de Memória para que estes possam ser melhor compreendidos em suas práticas museais.

A dimensão política tem como um de seus aspectos mais representativos, o desenvolvimento dos conselhos gestores, as articulações com as instituições, além do destaque dado aos editais de fomento. Inspirados pelas concepções de Paulo Freire, no que diz respeito à dimensão política da escola e a educação, é possível pensar a relação entre os processos museais e o poder público como parte de um processo contra-hegemônico,

que permite articular o tema da educação e da política de forma mais ampla considerando que a estratégia dos conselhos gestores ou instâncias consultivas e deliberativas para garantir autonomia e referendar as práticas colaborativas no âmbito dos Pontos de Memória, contribui para o fortalecimento dos processos democráticos, a partir da dimensão política da Museologia Social.

A dimensão pedagógica presente no Programa Pontos de Memória considera a prática educacional como uma ferramenta que provoca formas de aprendizagens e como diz Walsh (2014) “desaprendizajes y reaprendizajes desprendimientos y nuevos enganchamientos”. A partir da experimentação de processos museais que tenham como horizonte a prática de iniciativas pedagógicas desafiadoras da lógica normatizadora, capitalista, patriarcal, racista e homofóbica, atreladas a perspectiva da colonialidade do poder, colonialidade do saber e colonialidade do ser, contribuimos com a construção de caminhos que nos levam a pensar e sentir desde a perspectiva decolonial.

Já a dimensão poética assume um papel aglutinador que perpassa todas as dimensões propostas, entendida como aquilo que transcende a produção de significados que inova e produz criações a partir da comunicação. A dimensão é poética por que é plural. “Poética por que é uma narrativa que liberta os significados contidos nas formas, através de sua verbalização e ritualização; e teórica porque ao mesmo tempo situa um discurso num espaço e num tempo contextual a recria através da releitura da experiência social significativa”. (LEITE, 2012).

Importante ressaltar que trabalhamos a abordagem conceitual das dimensões políticas, poéticas e pedagógicas, intrinsecamente articuladas aos processos decolonizadores do pensamento museal, a partir do enfrentamento das colonialidades do saber, colonialidade do ser e colonialidade do poder produzidas por nossa sociedade. A partir deste entendimento ampliamos as possibilidades de análise epistêmica do campo museológico e museal, ressaltando que as práticas decolonizadoras, não devem estar restritas apenas a um desafio de construção ideológica, mas devem também estar conectados a um projeto que pode ser efetivamente debatido e experimentado, significando avanços e esperança contra o processo de produção de subalternidades e invisibilidades sociais.

A título de (in) conclusão são destacados sete pontos importantes para que seja possível identificar as potências e as convergências do Programa com vistas a ressaltar as possibilidades geradas visando o futuro da experiência a partir dos seus 10 anos de execução. É possível perceber os avanços e acúmulos gerados para o fortalecimento do Programa enquanto política pública geradora, onde as bases firmadas em direção a

constituição de redes de compartilhamento de ideias e propostas, a institucionalização no âmbito do Ibram, são alguns aspectos necessários para uma análise mais completa da experiência que pode ser considerada fonte de inúmeras possibilidades interpretativas para o campo dos museus e da Museologia Social.

Procedimentos Metodológicos

A investigação que aqui se oferece à crítica acadêmica sustenta-se, do ponto de vista metodológico, em propostas e sugestões que afirmam a importância do pesquisador, de sua habilidade e perspicácia na elaboração de caminhos, trajetos, avanços, recuos, rotas e linhas de fuga para o bom desenvolvimento da pesquisa.

Estamos conscientes de que os instrumentos, procedimentos e técnicas escolhidos para a realização de um trabalho de investigação são, em boa medida, determinantes.

No caso, da investigação científica que ora se submete à análise do júri acadêmico da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT) é importante registrar que metodologicamente a pesquisadora concentrou-se na análise dos documentos produzidos pelo Programa Pontos de Memória (PPM) durante os anos de 2008 e 2016. De modo especial, foram examinados com atenção os produtos elaborados por profissionais contratados para a execução do Programa Pontos de Memória pelo Instituto Brasileiro de Museus, por meio da Organização dos Estados Ibero-americanos: para a educação, ciência e cultura - OEI², denominados de consultores³. Os resultados de seus trabalhos são denominados de produtos e compõem parte fundamental de nossas análises. A produção bibliográfica envolvendo teses, dissertações, monografias e artigos acadêmicos, além de depoimentos pessoais e entrevistas, constituiu excelente material de pesquisa.

²A Organização dos Estados Ibero-americanos: para educação, ciência e cultura – OEI, é um organismo internacional de caráter governamental que atua na cooperação entre os países no campo da educação, ciência, da tecnologia e cultura com vistas ao desenvolvimento integral, da democracia da integração regional. Fonte: www.oei.org.br

³Consultores: esta é a expressão utilizada pela OEI para denominar os profissionais contratados por meio de um Termo de Referência, equivalente a um edital, para a execução técnica e analítica de seus convênios e cooperações. Com finalidades distintas e comprovada experiência nos assuntos objeto das contratações estes profissionais desenvolvem suas atividade, após o processo de seleção e assinatura de contrato, em benefício dos respectivos Programas e Projetos por meio da elaboração de relatórios denominados *produtos*. Importante destacar que a propriedade intelectual dos resultados obtidos por meio dos produtos, segundo os contratos assinados, são de propriedade da contratante, nesse caso, a OEI e o IBRAM.

A partir de métodos e procedimentos bem definidos a presente tese compreende que a pesquisa no campo das ciências sociais e humanas, envolve uma atitude investigativa a partir de métodos e procedimentos considerados científicos, capaz de gerar saberes, conhecimentos originais e aprendizagens sobre a realidade. É importante ressaltar que em nossa perspectiva a realidade é dialética e o pensamento científico, uma das formas de apreendê-la, é igualmente dialética (Chizzott: 1991, 2003). Além da ciência, outras formas de apreender, lidar e transcender a realidade passam pela arte, pela religião e pela filosofia, assim como pelas dimensões poética, política e pedagógica de cada um desses campos.

Inúmeras discussões e vários textos foram e continuam sendo escritos para esclarecer a questão do método nas ciências sociais e sua relevância no contexto acadêmico em geral. As contribuições de Menga Lüdke (1986) e Michel Thiollent (1988), com base nas ideias de pesquisa-ação, são bons exemplos. Uma das abordagens utilizadas para este estudo encontra respaldo nas considerações sobre as relações entre conhecimento e ação na pesquisa em ciências sociais e como estas se articulam na medida em que a produção do conhecimento sobre o fenômeno existe em função de uma demanda social. Como diz Thiollent: “temos que fazer isso ou aquilo para alterar a situação...”. (1988, p. 40). A rigor, as pesquisas procuram conhecer para conservar ou transformar seja no âmbito do meio ambiente, ou ao nível das subjetividades e das coletividades. Conservar e transformar, no entanto, são ações que podem ser autoritárias ou não, democráticas ou não, participativas ou não, respeitadas ou não dos interesses da comunidade em que essas ações se desenvolvem. Todas as pesquisas e estudos sociais realizados no âmbito acadêmico devem, em perspectiva ética, retornar ao conjunto da população de forma transparente e acessível e, particularmente, ao grupo social de onde partiu.

Nesse contexto consideramos as representações como resultado de práticas sociais concretas, ou seja, síntese de múltiplas determinações e que estas representações não são simplesmente resultados dessas práticas sociais, mas o encadeamento de relações cotidianas que refletem a produção material e a intelectual do grupo social. Alberto Albuquerque Gomes recupera as ideias de Georges Gurvitch, que diz: “as representações constituem a “costura” do mundo material e do mundo imaginário, que nada mais é do que a forma pela qual o grupo e o indivíduo interpretam o mundo e dele se apropriam”. (GURVITCH 1979 apud GOMES, 2005, p. 278). Assim, construir um quadro geral do real que comporte compreender as particularidades das organizações sociais investigadas e, ao mesmo tempo, entender as implicações sociais, políticas e econômicas do fenômeno estudado são possibilidades da investigação e intenção deste estudo.

A partir destas indicações consideramos que a pesquisa intervenção é um caminho propício e inspirador para a construção de marcos metodológicos. Uma de nossas referências nesse caminho é a tese desenvolvida por Cinthia de Sousa Carvalho, intitulada “A escuta da memória nos labirintos da favela: reflexões metodológicas sobre uma pesquisa intervenção”. Este trabalho reúne elementos que nos auxiliam a pensar o campo de construção da Museologia Social no Brasil, por meio do Programa Pontos de Memória, ação institucionalizada em uma construção de Política Pública. A autora debruça-se sobre o Museu de Favela (MUF) e propõe uma experiência de percurso por um território musealizado, destacando uma ação dedicada a escutar memórias de mulheres.

Registre-se que o MUF é um Ponto de Memória e faz parte das análises desta tese, o que torna esta aproximação ainda mais interessante. A autora com seu esforço sensível e extremamente apurado do ponto de vista metodológico, nos permite encontrar consistência para avançar no movimento da pesquisa intervenção, considerando os caminhos como o ponto de chegada mais significativo da trajetória, segundo a autora:

Nem mapa ou bússola, nem objetivo geral, muito menos os específicos. A aposta residia no pressuposto de que as metas são traçadas durante o caminhar, assim, o pesquisador vai ao campo interessado em algumas questões, mas desprovido de uma atitude interesseira. Leva consigo uma ideia aberta, suficiente somente para partir. (CARVALHO, 2015. p. 84)

Durante o processo de aprofundamento das leituras buscando ajuste dos métodos, encontramos em Carvalho (2015), alguns indícios que nos levaram ao conceito de pesquisa intervenção, proposto por Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros no artigo “A cartografia como método de pesquisa-intervenção” neste texto os autores apresentam a ideia de que a “diretriz cartográfica se faz por pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados” (PASSOS & BARROS, 2009. p. 17).

Os autores indicam que não há neutralidade do conhecimento, pois as pesquisas devem de algum modo pressupor, uma intervenção sobre a realidade.

No processo de produção de conhecimento, há que se colocar em análise os atravessamentos que compõem um “campo” de pesquisa. Estas forças que atravessam foram inicialmente designadas pelo institucionalismo de transferências e contratransferências institucionais, sendo em seguida pensadas como implicações. Como disse Loureau em 1973 (LOUREAU, 2004c, p.85), “o importante para o investigador não é, essencialmente, o objeto que ele mesmo se dá (segundo a fórmula do idealismo matemático), mas sim tudo que lhe é dado por sua posição nas relações sociais, na rede institucional”. (PASSOS & BARROS, 2009 p. 21).

A cartografia como processo teórico-metodológico, se constitui recentemente como uma importante via de estudos para diferentes perspectivas e campos do conhecimento. A apropriação conceitual da cartografia tem como base, principalmente a filosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattari, em seu livro bastante conhecido e utilizado, *Mil Platôs* (1995), com a definição de Rizoma, a base de um dos princípios fundadores da cartografia. Pensar a cartografia como método implica dar destaque para não somente os objetos de pesquisa, mas os processos nas quais eles se forjam. A este respeito às autoras Regina Benevides Barros e Virgínia Kastrup (2009) nos chamam atenção para a definição do conceito de processo, pois para elas estes possuem dois significados bem diferentes que podem estar atrelados à ideia de processamento e de processualidade. Processamento refere-se à coleta de dados pura e simplesmente com posterior análise das informações baseadas em regras estabelecidas e processualidade é uma forma de compreender os processos presentes em todo o desenvolvimento da pesquisa de modo que as conquistas e retrocessos possam ser encarados como parte da investigação, como caminhos percorridos. A pesquisa se dá em processo, em transito, em constante mutação. (BARROS & CASTRUP, 2009)

Em *Micropolítica: cartografias do desejo*, Félix Guattari e Suely Rolnik, em texto escrito em 1982, retratam um Brasil em processo de redemocratização e que, por isso mesmo, experimenta um crescimento de grupos organizados até pouco tempo totalmente minoritários em seus direitos. A partir deste cenário turbulento e bastante rico do ponto de vista das possibilidades de análise, interpretação e criação de alternativas para designar as práticas sociais divergentes de uma lógica e padrão sociais mantidos até então, o objetivo da obra é realizar uma cartografia que dê conta de responder a questões de forma a evidenciar as experiências e os confrontos enfrentados por estes grupos socialmente:

Dirigimo-nos aos inconscientes que protestam. Procuramos aliados. Precisamos de aliados. E temos a impressão de que estes aliados já existem, de que não esperaram por nós, de que há muita gente que está farta, que pensa, sente e trabalha em direções análogas: nada a ver com moda, mas com um “ar do tempo” mais profundo, no qual se fazem investigações convergentes em domínios muito diversos (GUATTARI & ROLNIK, 2009 p. 14).

Outra dificuldade metodológica, que encontra em Carvalho (2015), uma contribuição para a sua dissolução é a questão posta da proximidade com o tema da pesquisa. A esse respeito é importante destacar minha atuação no recém-criado Instituto Brasileiro de Museus⁴, especialmente na Gestão do Programa Pontos de Memória,⁵ como uma das

⁴Em 20 de janeiro de 2009, por meio da Lei 11.906, o então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, cargos efetivos e comissionados e dá outras providências. Este fato contribui de forma significativa para a consolidação da Política Nacional de

idealizadoras da metodologia proposta, fato que me impôs desafios maiores diante da necessidade de refletir sobre a construção e trajetória desta iniciativa. Assim, a este respeito à autora apresenta como alternativa, ao seu próprio desafio, o entendimento de Gilberto Velho (1997) buscando o compreender a situação da seguinte forma “numa pesquisa com pessoas próximas, o desafio seria o de construir o estranhamento, interrogando o conhecido, de modo que a complexidade do que é familiar pudesse emergir” (CARVALHO, 2015 p. 87). Para Gilberto Velho:

Isso mostra não a feliz coincidência ou a mágica do encontro entre pesquisador e objeto com que tenha afinidade, mas sim o caráter de interpretação e a dimensão de subjetividade envolvida nesse tipo de trabalho. A “realidade” (familiar ou exótica) sempre é filtrada por determinado ponto de vista do observador, ela é percebida de maneira diferenciada. Mais uma vez não estou proclamando a falência do rigor científico no estudo da sociedade, mas a necessidade de percebê-lo enquanto subjetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa. Esse movimento de relativizar as noções de distância e objetividade, se de um lado nos torna mais modestos quanto à construção do nosso conhecimento em geral, por outro lado permite-nos observar o familiar e estudá-los sem paranoias sobre a impossibilidade de resultados imparciais neutros. (VELHO, 1978. p. 129).

Parte da documentação, utilizada para as análises aqui apresentadas, foram reunidas durante os quatro anos de atuação no IBRAM, período de 2009 a 2012. O acúmulo de experiência pessoal, documentos, alguns e-mails, diálogos e as observações in loco sobre os Pontos de Memória significam parte importante do arcabouço de informações

Museus e, por conseguinte fortalece um conjunto de práticas já iniciadas por meio da atuação do Departamento de Museus e Centros Culturais – DEMU do IPHAN, em especial as dedicadas a museologia social, junto às comunidades. O IBRAM iniciou suas atividades com a equipe que originalmente esteve à frente do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN na criação e execução da Política Nacional de Museus. O IBRAM agrega os pressupostos da Museologia Social em suas bases especialmente ao pensar uma coordenação denominada: Museologia Social e Educação - COMUSE. Importante destacar que o Departamento de Processos Museais - DPMUS, também possui avanços em sua constituição, pois permite a compreensão dos museus em perspectiva ampliada incluindo os processos museais. É o DPMUS que fará a gestão do Programa Pontos de Memória, em articulação com os demais Departamentos do IBRAM, a saber, especialmente pela equipe do Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus – DDFEM, que na época de constituição do Programa era dirigido por Eneida Braga Rocha. Mais Informações: www.ibram.gov.br

⁵Atuei como Coordenadora de Museologia Social e Educação, do Departamento de Processos Museais ligado ao recém-criado Instituto Brasileiro de Museus. Como atribuições voltadas para a execução, acompanhamento e desenvolvimento de Políticas Públicas de Direito à Memória, por meio do Programa Pontos de Memória. A Política Nacional de Educação Museal também fez parte das ações desta gestão inicial do IBRAM, que durou de sua criação em 2009 com término no ano de 2012.

utilizadas no trabalho. Somadas a isso, como fontes prioritárias para o desenvolvimento das análises propostas, utilizaremos os produtos produzidos pelos consultores contratados pelo Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM e a Organização dos Estados Ibero-americanos: para educação, a ciência e a cultura - OEI, com vistas ao desenvolvimento das iniciativas previstas pelo Documento de Projeto – Prodoc. Alguns destes documentos estão reunidos e compõem o conjunto de fontes primárias. As fontes secundárias, oriundas dos inúmeros trabalhos produzidos a partir da experiência dos pontos de memória, também contribuem com a narrativa das experiências e em nossas considerações.

O Programa Pontos de Memória gerou, ao longo dos anos de sua atuação, uma série de documentos que traduzem sua metodologia e contribuem com a reconstrução de sua trajetória desde a ideia inicial. Este conjunto de documentos, incluindo relatos, atas de reuniões, depoimentos dos integrantes do programa, entrevistas em jornais, divulgação em mídia impressa e eletrônica das iniciativas, documentos oficiais de construção institucional, entre tantos outros são levados em consideração para a construção desta narrativa e análise da atuação do programa. É importante destacar o acúmulo documental que provém dos produtos dos consultores contratados para a elaboração das estratégias de desenvolvimento do programa, para pensar em soluções criativas e metodológicas para resolver os desafios enfrentados pelo programa. Cada consultor tem como responsabilidade contratual a entrega de produtos que refletem as dinâmicas estabelecidas e as respostas por meio de suas análises e estudos respondendo a problemáticas postas pela equipe de gestão coordenada pelo Instituto Brasileiro de Museus. Entre estes documentos encontramos farto material composto por planilhas, gráficos, propostas de intervenção, histórico de processos e detalhamento das ações vivenciadas por cada uma das 12 iniciativas.

O conjunto de produtos oriundos desta cooperação entre OEI, Departamento de Museus e Centros Culturais DEMU, órgão ligado ao Instituto Patrimônio Artístico Nacional IPHAN posteriormente IBRAM, compõe parte significativa do programa e demonstra, ao longo dos quase 10 anos de sua atuação⁶, as etapas previstas, as inclusões posteriores, as necessidades de reformulação, os avanços, com destaque para sua contribuição e fortalecimento da perspectiva teórica e prática da Museologia social no Brasil.

⁶A execução do Programa Pontos de Memória teve início apenas em 2009, se constituindo uma das primeiras ações da Coordenação de Museologia Social e Educação – COMUSE, na gestão do recém-criado IBRAM, mas sua elaboração, negociação e tramitação teve início ainda em 2008. Portanto, para as análises desta tese consideramos como período de início do programa o ano de 2008.

Para o desenvolvimento do trabalho, foram utilizados como métodos a pesquisa bibliográfica e documental. Segundo Maria Marly de Oliveira, a primeira se resume a uma modalidade de estudos e análises de documentos já situados como de domínio público e científico. São exemplos de materiais bibliográficos livros, periódicos, artigos, dissertações e teses. Já o método de análise documental, pode ser caracterizado como a busca de informações em documentos que ainda não foram objeto de abordagem científica, tais como relatórios (o que se enquadra no tipo de material mais utilizado para a construção desta tese), reportagens, cartas, filmes, fotografias. Os materiais acima descritos, podem ser identificados também como fontes secundárias e primárias respectivamente (OLIVEIRA, 2007).

Os relatórios dos consultores do Programa Pontos de Memória, serão apresentados em detalhes no próximo capítulo, assim como uma breve apresentação dos profissionais que desenvolveram tais atividades no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Estes materiais, considerados fontes primárias, receberam um tratamento cuidadoso, pois não foram ainda objeto de outras análises e configuram-se como resultados de gestão de um Programa Institucional que certamente ainda será objeto de análises também por parte dos gestores do Programa com vistas ao desenvolvimento, ampliação e consolidação da proposta.

Para a realização da análise documental a partir dos relatórios, tendo em vista o objetivo de compreender a trajetória do Programa Pontos de Memória e seus acúmulos para o campo da Museologia Social em perspectiva decolonial, foi preciso investir na reelaboração de conhecimentos presentes nos documentos criando outras formas de compreensão do fenômeno estudado para a interpretação e a sistematização dos dados. Foram considerados para este estudo os 236 produtos provenientes do trabalho de 34 consultores⁷ contratados por meio do PRODOC OEI/BRA 08/007. Do conjunto de fontes

⁷Segundo a consultora Cristina Rodrigues Holanda em seu produto 20: Documento técnico contendo relatório de avaliação final da execução dos objetivos do (PRODOC OEI/BRA 08/007, no período de 2013-2016. Projeto – OEI/BRA 08/007, cuja execução nacional é realizada pelo Instituto Brasileiro de Museus, em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI, os consultores do Programa Pontos de Memória podem ser identificados a partir de três categorias de consultores no Prodoc OEI/BRA/08/007, a saber:

a) 11 “**consultores locais**”, ou seja, profissionais que residiam ou mantinham diálogo direto com os “pontos de memória pioneiros”, à exceção da Brasilândia. Foram eles: Adriano Silva, Adriano Almeida, Camila Moura, Deuzani Noletto, Gustavo Gervásio, Isabela Santos, Lucas Morates, Marcelo Rocha, Rita Pinto, Viviane Rodrigues e Wellington Pedro. Eles produziram 3 (três) produtos cada, com exceção de Rita Pinto (4). Total: 34 produtos.

b) 20 Consultores especialistas, que ficaram mais diretamente vinculados à gestão do Programa Pontos de Memória, numa perspectiva mais estrutural. O número de produtos elaborados por cada um, em ordem decrescente, foi: Sara Couto Schuabb (25); Cristina Holanda (20); Natália Spim (19); Inês Gouveia (15); João Paulo Vieira (14); Ana Maltez (13); Wélcio Toledo (12); Lavínia Cavalcanti

identificadas, foram trabalhados apenas 111 produtos, realizados por 24 consultores⁸. Importante destacar que este recorte foi efetuado por considerar que os relatórios contribuem expressivamente para a narrativa acerca dos anos iniciais do Programa, identificando de forma sistemática aspectos relacionados as dimensões política, poética e pedagógica dos Pontos de Memória.

Assim, após a realização da seleção e análise preliminar dos documentos, foi possível proceder à análise dos dados identificando, a partir do quadro teórico proposto, o contexto, interesses e conceitos-chaves para proceder a interpretação e, com base nestas informações, a análise de conteúdo foi utilizada como técnica de investigação que separou os elementos fundamentais dos relatórios que foram observadas a partir das teorias decoloniais. Importante ressaltar que foram levadas em consideração, a partir das análises qualitativas, que os documentos foram produzidos por profissionais em seus contextos de atuação e, por isso, foi fundamental não perder de vista que as análises empreendidas partem de uma leitura a partir de símbolos construídos.

O método de codificação escolhido foi baseado em anotações e registros a partir de tópicos de identificação a partir das informações recolhidas do material coletado e, por isso, pode ser considerado como indutivo e contribui para a construção de categorias ou tipologias (LUDKE e ANDRÉ, 1986: 42).

O processo de análise documental tem um desenvolvimento concatenado. Depois de obter um conjunto inicial de categorias, a próxima fase envolve um enriquecimento do sistema mediante um processo divergente, incluindo as seguintes estratégias: aprofundamento, ligação e ampliação. Baseado naquilo que já obteve, o pesquisador volta a examinar o material no intuito de aumentar o seu conhecimento, descobrir novos ângulos e aprofundar a sua visão. Pode também explorar as ligações existentes entre os vários itens, tentando estabelecer relações e associações e passando então a combiná-los, separá-los ou reorganizá-los. (Sá-Silva, J. R., de Almeida, C. D., & Guindani, J. F. 2009. p. 12).

Outro método importante para a construção do trabalho, como já foi apontado, consiste no método da pesquisa intervenção. Durante os anos em que atuei junto ao

(10); Mônica Freitas (8); Vera Demoliner (8); Christiana Storino (7), Elmer Oliveira (7); Silvana Bastos (7); Cláudia Castro (6); César Valente (3); Cyntia Oliveira (3); Beatriz Lana (2); Ana Paula Varanda (1); Daniel Fernandes (1) e Mariângela Ribeiro (1). Assim, temos 190 produtos. Obs: Pedro Welligton foi “consultor local” e depois “consultor especialista” com 8 produtos, por isso não está contabilizado entre os 19 do 2º grupo, para não haver duplicidade.

c) 3 consultores da SCDC, denominados assim porque foram pagos com o aporte de recursos ao Prodoc OEI/BRA/08/007 vindos da referida Secretaria do Minc e voltaram suas atividades tanto para Pontos de Memória, como Pontos de Cultura: Maristela Simão (5), Rodolfo Fonseca (4) e Eliete Pereira (3). Total: 12 produtos. Obs: João Paulo Vieira, a partir do 2º semestre de 2014, teve seu contrato pago com o aporte da SCDC, mas como já foi mencionado entre os “consultores especialistas” não está contabilizado aqui, para não haver duplicidade.

⁸ Informações mais detalhadas acerca destes consultores seleccionados podem ser vistas no item Fontes desta tese.

Programa Pontos de Memória pude acumular conhecimentos importantes que auxiliaram no percurso de construção desta tese. Assim, com vistas a construção metodológica, pude identificar informações importantes, resultado da convivência com os grupos envolvidos nas atividades, por meio das várias visitas realizadas e o acompanhamento das fases iniciais do Programa e de cada uma das iniciativas aqui analisadas. Os discursos e narrativas dos articuladores dos Pontos de Memória também fazem parte deste acúmulo de informações geradas a partir do contato direto com o Programa.

Nunca podemos esquecer que estas construções fazem parte da nossa experiência, da preparação do investigador, são decorrentes da vida intelectual e da racionalidade com a qual se procura a verdade na vida material, mas estas arquitecturas podem ser questionadas, por nós próprios, desconstruídas e reconstruídas (Pinto, 2016. p. 114)

Encerro o item procedimentos metodológico indicando as palavras de Manuel Serafim Pinto que em seu livro “Estado da Arte e Teoria do Conhecimento transversalidade epistémica no trabalho científico, construção de teses e dissertações” nos chama atenção para a importância de nos questionarmos sobre a realidade construindo e desconstruindo conceitos sempre.

As Fontes

Uma das primeiras ações realizadas com vistas a programar a realização do Prodoc⁹ foi a contratação dos primeiros consultores pela OEI. Importante destacar a presença de Wélcio Silvério de Toledo¹⁰ primeiro consultor do Programa Pontos de Memória, a finalidade de sua contratação segundo o Termo de Referência foi desenvolver o escopo conceitual do Projeto Ponto de Memória bem como sistematizar a metodologia que fundamenta o processo de implantação dos Pontos de Memória e propor configurações de processos de trabalho que tomem efetiva a implantação do projeto. A segunda consultoria contratada foi destinada a desenvolver a sistemática de monitoramento e avaliação dos projetos de instalação e manutenção dos Pontos de Memória, e, também acompanhar e monitorar as atividades de implantação dos Pontos de Memória.

Cerca de trinta e dois consultores integraram o Programa Pontos de Memória desde sua implantação em 2009 até 2015, como consta no Livro Pontos de Memória¹¹, das mais variadas formações, experiências, especificidades técnicas e acadêmicas, vindos de diferentes lugares do país cada consultor produziu em média cerca de 10 a 05 produtos para o Instituto Brasileiro de Museus que os utiliza para aprimorar as ações, promover avaliações, monitorar os avanços e produzir conhecimentos e acúmulos a partir da análise das práticas, estimulando a criação e posterior fortalecimento da Política Pública de Direito à memória.

⁹Documento de Projeto, intitulado: PROJETO “DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL PARA AMPLIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE PROJETOS RELACIONADOS À MEMÓRIA SOCIAL NO BRASIL” realizado em parceria com a Organização dos estados Ibero-americanos: para a educação, a ciência e a cultura e executado pelo Instituto brasileiro de Museus. IBRAM. Este projeto será apresentado em detalhes na Parte 2 desta tese.

¹⁰Citamos em especial o trabalho desenvolvido por Wélcio Silvério de Toledo, pois sua contribuição ao Programa Pontos de Memória na primeira etapa foi fundamental, pois para além de sua produção com o cumprimento dos produtos demandados, auxiliou com a identificação e os contatos iniciais a partir de seus conhecimentos prévios em algumas comunidades indicando nomes, organizações sociais que possuíam experiências de memória em cada cidade, promovendo a aproximação necessária que garantiu os contatos iniciais.

¹¹O Livro Pontos de Memória: metodologia e prática em museologia social, editado pelo Instituto Brasileiro de Museus e pela Organização dos estados Ibero-americanos: para a educação, a ciência e a cultura em 2016 apresenta a relação com os nomes de todos os consultores que foram contratados por produtos entre os anos de 2009 a 2015, período anterior a publicação do livro. O Livro não indica os produtos produzidos por estes consultores, o que consideramos ser uma pena, pois este poderia ser um registro público importante destes materiais. O livro pode ser acessado em: www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/Pontos-de-memproa-ebook-portugues.pdf

Em seus anos iniciais o Prodoc, contratou consultores, com o intuito de garantir as etapas iniciais do programa dedicados à gestão e execução junto à equipe do IBRAM. Com responsabilidades estruturantes, concentraram-se na produção de subsídios e estratégias para o início das atividades junto às comunidades em que os Pontos seriam desenvolvidos. De 2009 a 2011, foram produzidos cerca de 53 produtos, dedicados a propor soluções e encaminhamentos que visavam a estruturação do programa em suas bases iniciais¹².

O trabalho de reflexão, sistematização, monitoramento e avaliação que foram produzidos por estes profissionais, são por nós considerados, para fins desta pesquisa de forma autoral¹³. No entanto, pertencem ao Instituto Brasileiro de Museus e a Organização dos estados Ibero-americanos, como consta nos contratos assinados entre as partes. As contratantes nesse caso, a OEI e o IBRAM, utilizam os dados obtidos via produtos com vistas ao desenvolvimento do Programa em todas as suas dimensões.

Além dos consultores iniciais, foram contratados a partir de 2011 os “consultores locais”¹⁴ profissionais contratados para o desenvolvimento da proposta nas localidades indicadas pelo Prodoc, com vistas a acompanhar as ações e realizar os Planos de Ação, Inventários Participativos e produtos de difusão em conformidade com a metodologia do Programa em suas primeiras fases.

Estes profissionais, ao contrário dos demais consultores, deveriam necessariamente

¹²HOLANDA Cristina, 2015. Documento técnico com proposta de sistematização analítica dos produtos das consultorias contratadas pelo Programa Pontos de Memória no período de 2009-2011. Projeto– OEI/BRA 08/007, cuja execução nacional é realizada pelo Instituto Brasileiro de Museus, em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI

¹³Reconhecemos para fins desta tese a produção individual realizada pelos consultores para a elaboração dos produtos e o esforço intelectual dos mesmos, dessa forma, para melhor situar o leitor diante das construções desta narrativa, cada consultor será identificado, considerando que representam em seus trabalhos suas opiniões e agregam os acúmulos profissionais provenientes das suas variadas áreas de formação. É importante destacar que, por mais que reflitam em grande medida um trabalho que é realizado em equipe, com acréscimos consideráveis advindos da vivência e das dinâmicas presentes no desenvolvimento da proposta provenientes da articulação e reflexões entre os membros da equipe de funcionários do Ibram e também dos Pontos, os produtos são resultados que configuram impressões pessoais e esforço individual, portanto, para que possamos melhor conduzir esta narrativa que busca traçar a trajetória do Programa, cada produto terá seus autores citados adequadamente e relacionados na parte final como fontes. No entanto, caso exista o interesse de consulta aos produtos originais apresentados para compor esta narrativa, os mesmos devem ser solicitados ao Instituto Brasileiro de Museus que detém os direitos pela divulgação destes trabalhos. Aproveitamos a oportunidade para agradecer ao Instituto a autorização para a utilização dos produtos, fato que viabilizou a realização desta tese. Esperamos que possa contribuir para o enriquecimento das discussões acerca do programa.

¹⁴Os consultores contratados foram: Adriano Almeida (Bom Jardim-CE), Lucas Morates (Lomba do Pinheiro - RS), Camila Moura (Terra Firme - PA), Deuzani Noleto (Estrutural - DF), Rita Pinto (Museu de Favela - RJ), Viviane Rodrigues (Jacintinho-AL), Marcelo Rocha (Sítio Cercado – PR) e Wellington Pedro Silva (Taquaril - MG). Esses consultores produziram uma média de 3 (três) produtos cada, com exceção de Marcelo Rocha (2), Adriano Almeida, Viviane Rodrigues e Wellington Pedro (1), perfazendo 17 produções. (HOLANDA Cristina, 2015)

ser uma indicação do Conselho Gestor de cada Ponto de Memória, com o intuito de conferir legitimidade a todas as ações realizadas e em diálogo constante e aproximado com a comunidade.

A primeira etapa do programa previu a contratação de oito consultores com contrato de um ano para desenvolvimento dos Pontos de Memória. A partir destas contratações iniciais seria possível avançar com os demais termos de referência em busca dos profissionais que dariam continuidade aos trâmites e propostas já estabelecidas em Prodoc. Assim foram sendo contratados: o Consultor em Tecnologia da Informação, Consultor em Pesquisa Diagnóstica Qualitativa, Consultor em Comunicação Comunitária, Consultor em Memória Social, Consultor em Sustentabilidade e Consultor em Relações Comunitárias¹⁵. Além do já apresentado Consultor Sênior, para o desenvolvimento do escopo conceitual e metodológico do projeto e consultoria júnior que seria responsável pela sistematização e monitoramento do programa. A seguir apresentamos os consultores e seus produtos.

Os desafios para o desenvolvimento dos Pontos de Memória nas comunidades indicadas eram grandes, e a ausência de parâmetros em que a equipe pudesse buscar como base e parâmetro para o início das atividades eram inexistentes. Dessa forma, os produtos gerados a partir dos Termos de Referência responsáveis pela contratação da consultoria sênior para o desenvolvimento do escopo conceitual e metodológico do programa, foram responsáveis por agregar uma séria de atitudes que fariam toda a diferença para a constituição do projeto. No entanto, é importante destacar que os acúmulos metodológicos presentes nos produtos, são resultado de inúmeras reuniões, visitas técnicas, conversas com a comunidade e com parceiros no âmbito da Museologia social e de iniciativas participativas; promovidas em conjunto com a equipe de servidores do Instituto Brasileiro de Museus que dialogavam diretamente com os consultores nesta etapa inicial. Esta relação de construção conjunta reflete nos resultados compilados e apresentados logo no desenvolvimento das etapas de sensibilização, momento em que os caminhos metodológicos ficaram mais claros para toda a equipe.

Esta narrativa terá como base a produção técnica e conceitual elaborada pelos consultores do Programa Pontos de Memória que garantem a dinâmica de continuidade dos processos por meio de seus produtos, fonte de informações importantes e registros

¹⁵No período de 2009 a 2011, quando começou a ser executado, o Prodoc OEI/BRA 08/007 contratou 10 consultores que ficaram mais diretamente vinculados à gestão do Programa Pontos de Memória, numa perspectiva mais estrutural. O número de produtos elaborados, em ordem decrescente, foi: Inês Gouveia (10), Sara Couto Schuabb (10); Christiana Storino, Welcio Toledo e Elmer Oliveira (7); Cláudia Castro (6); Beatriz Lana, Lavínia Santos (2); Ana Paula Varanda e Daniel Fernandes (1). Assim, temos 53 produtos. (HOLANDA Cristina, 2015).

necessários para a melhor compreensão das fases experimentadas pelo Programa. A seguir apresentaremos os consultores contratados para atuar no programa no período de 2009 a 2011, que configuram a 1ª e 2ª fase do Programa, e seus respectivos produtos.

Wélcio Silvério de Toledo¹⁶ consultor Sênior contratado para em conformidade com o TOR 19/2009 desenvolver: 1.) Documento preliminar com o conjunto de conceitos que integram o escopo de trabalho do Projeto Pontos de Memória (agosto de 2009); 2.) Documento preliminar sobre a metodologia para implantação dos Pontos de Memória (outubro de 2009); 3.) Documento preliminar com alternativas de instrumentos a serem utilizados na implantação do projeto Ponto de Memória (fevereiro de 2010); 4.) Documento preliminar com resultados parciais das visitas técnicas de sondagem nas 12 localidades indicadas e avaliação preliminar da situação para a implantação dos Pontos de Memória (fevereiro de 2010); 5.) Documento final resultado dos trabalhos de elaboração da metodologia e sondagem dos 12 Pontos de Memória; 6.) Documento final com uma proposta de estrutura de processo de trabalho para a capacitação dos agentes da comunidade que trabalharão para a implantação do Projeto Pontos de Memória (junho de 2010); 7.) Documento final com a consolidação dos resultados e validação dos instrumentos e propostas de metodologia para implantação dos Pontos de Memória (junho de 2010).

Em conformidade com o TOR¹⁷-134, a consultora Inês Cordeiro Gouveia¹⁸, percorre os anos iniciais do programa apresentando, por meio de entrevistas com os personagens que executam a proposta, um amplo panorama e contextualização histórica com as bases para a elaboração e execução metodológica dos anos iniciais de execução do Prod

¹⁶TOLEDO, Wélcio Silvério de. Possui graduação em História pelo Centro Universitário de Brasília (1993) e mestrado em Educação pela Universidade de Brasília (2003). Foi assessor pedagógico da Fundação Oswaldo Cruz - Brasília, professor - Secretaria de Educação do DF, professor de didática para facilitadores da Escola nacional de Administração Pública e coord. adjunto da escola de governo em saúde da Fundação Oswaldo Cruz - Brasília. Trabalhou no Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM como consultor responsável pela implantação do projeto Pontos de Memória, elaborando o marco teórico e marco metodológico do projeto. Tem experiência na área de Educação, formação para a gestão no serviço público, didática para servidores da Adm. Pública. Trabalha com memória e Museologia social e atua com movimentos sociais e culturais ligados à literatura, identidade e pertencimento. É escritor, poeta, com três livros publicados e participação em diversas revistas e coletâneas. Faz parte da Caravana Rolidey - Literatura na Estrada, grupo de escritores de diversas cidades brasileiras que tem como proposta levar o debate sobre literatura contemporânea brasileira e apresentar a produção literária dos autores em diversas cidades do país. (texto retirado da plataforma currículo Lattes último acesso em 13/08/2017).

¹⁷TOR: Abreviação de Termo de Referência, equivalente a um edital, com indicações sobre requisitos profissionais, produtos esperados, prazos, valores, indicados pela OEI e pelo IBRAM, contratantes.

¹⁸GOUVEIA, Inês Cordeiro. Articuladora da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro. Doutoranda em Museologia e Patrimônio, Mestre em Memória Social, Historiadora com experiência de atuação em docência. Pesquisadora dedicada ao campo da Museologia, a partir dos seguintes temas e áreas: Museologia Social, patrimônio, política cultural, diversidade cultural (texto retirado da plataforma currículo Lattes último acesso em 13/08/2017).

Pontos de Memória. Os resultados deste trabalho auxiliam na compreensão dos processos, no entendimento das tomadas de decisão, contribuindo com a narrativa proposta para o surgimento e desenvolvimento dos Pontos de Memória Produto Os produtos são:

1. Documento preliminar com o Plano de Trabalho para o registro da memória do processo de implantação e desenvolvimento do projeto Ponto de Memória (Dezembro de 2010);
2. Registro do processo de concepção do Projeto Ponto de Memória desde a sua proposição no âmbito do PRONASCI-MJ (Fevereiro de 2010);
3. Relatório das estratégias adotadas para a identificação e sensibilização das comunidades e dos interlocutores locais envolvidas no Projeto Pontos de Memória (Junho de 2010);
4. Relatório das estratégias adotadas para a formação das instâncias deliberativas dos Pontos de Memória, como parte do desenvolvimento do modelo de gestão (Setembro de 2010);
5. Relatório analítico das oficinas realizadas com as comunidades envolvidas nos Pontos de Memória (Julho de 2010);
6. Relatório das estratégias adotadas para a consolidação da metodologia do inventário participativo a ser desenvolvido nas localidades dos Pontos de Memória (Outubro de 2010);
- Produto 7. Relatório da sistematização e registro das estratégias e processos testados no âmbito da implementação do projeto Pontos de Memória, contendo plano do registro de memória das próximas ações (Janeiro de 2011);
8. Proposta de organização de conteúdos para produção editorial, de acordo com reflexões teórico-metodológicas produzidas no âmbito do Projeto Pontos de Memória (Fevereiro de 2011)

O TOR - 19/2009 foi responsável pelas diretrizes para a contratação de profissional que realizaria monitoramento e sistematização das informações referentes ao Programa, incluindo o acompanhamento da instalação manutenção dos Pontos de Memória. A consultora Beatriz Lanna Lyra¹⁹ desenvolve os seguintes produtos:

1. Plano de trabalho contendo cronograma das ações que envolvem a implementação dos Pontos de Memória (Julho de 2009)
2. Documento preliminar de consultores e atividades para a implementação dos Pontos de Memória (Novembro de 2009)

Elmer Alexandre de Oliveira²⁰, Consultor em Tecnologia da Informação, foi contratado

¹⁹LYRA, Beatriz Lanna. Não encontramos registros na plataforma currículo lattes último acesso em 13/08/2017.

²⁰Elmer Alexandre de Oliveira. Não encontramos registros na plataforma currículo lattes último acesso em 13/08/2017.

para, em conformidade com o TOR 98/2009, desempenhar os seguintes Produtos:

1. Autenticação de documentos em mídias digitais com o uso da tecnologia de Certificação Digital padrão ICPI-Brasil e a sua aplicação nos Pontos de Memória.
2. Padrões de armazenamento de arquivos digitais em “banco de dados centralizado” compatíveis com os padrões de metadados internacionais e a sua aplicação nos Pontos de Memória.
3. Padrões de armazenamento de arquivos digitais de “imagens fotográficas” em bancos de dados centralizados, compatíveis com os padrões de metadados internacionais e a sua aplicação nos Pontos de Memória.
4. Padrões de armazenamento de arquivos digitais de “áudio” em bancos de dados centralizados, compatíveis com os padrões de metadados internacionais e a sua aplicação nos Pontos de Memória.
5. Padrões de armazenamento de arquivos digitais de “vídeo (imagens em movimento e documentos sonoros)” em banco de dados centralizado, compatíveis com os padrões de metadados internacionais e a sua aplicação nos Pontos de Memória.
6. Criação de base de dados centralizada que possibilite a documentação, gestão de acervos museais e mídias eletrônicas, produção e disseminação da informação, seguindo os padrões internacionais e a sua aplicação nos Pontos de Memória.
7. Desenvolvimento de portal de internet (WEB) em linguagem Active Server Pages, com informações disponíveis em Base de Dados Centralizada, prevendo as áreas de notícias, políticas, eventos museais, políticas, programas e ações do campo museal, bem como a disponibilização dos arquivos digitais de textos, sons, imagens e vídeos.

O Consultor contratado para o desenvolvimento da Pesquisa Diagnóstica Qualitativa do Programa foi Daniel Mendes Fernandes²¹ em conformidade com o TOR-135. Os produtos solicitados foram: 1. Plano preliminar de implantação de pesquisa diagnóstica e seu monitoramento (Abril de 2010).

Para a empreitada relacionada aos desafios da Sustentabilidade foi contratada Ana Paula de Moura Varanda²² pelo TOR 27/2010, tendo sido realizado apenas o primeiro

²¹FERREIRA, Daniel Mendes. Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília e bacharel em Ciências Sociais pela Unimontes. Dedicou-se atualmente às pesquisas em etnologia sobre os povos Timbira e demais sociedades da família linguística Jê e suas relações históricas com o aparato cultural ocidental. Também tem experiência em etnografia com populações rurais no norte de Minas. (texto retirado da plataforma currículo Lattes último acesso em 13/08/2017).

²²VARANDA, Ana Paula de Moura. Possui graduação em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com período sanduíche no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Desenvolve há mais de dez anos atividades de investigação e assessoria a microempreendimentos

produto: 1. Proposta de assessoria técnica para formulação de modelos de gestão a serem aplicados em cada um dos Pontos de Memória (Julho de 2010).

Christiana Storino²³ foi consultora em Relações Comunitárias. Desenvolvendo os seguintes Produtos:

1. Documento preliminar com a sistematização dos contatos e informações pertinentes aos profissionais envolvidos no Projeto Pontos de Memória, sob a coordenação do Ibram, nos termos do TOR-136 da OEI (Fevereiro de 2010). Produto 2. Documento sobre a programação de visitas da equipe de consultores e do IBRAM às comunidades beneficiadas, nos termos do TOR-136 da OEI (sem data).
3. 1º Relatório de acompanhamento das atividades constantes do Plano de Trabalho do Projeto, incluindo a sistematização dos gastos e custos do Projeto, nos termos do TOR-136 da OEI (Dezembro, 2010)
4. Plano de Trabalho do Projeto revisado para o ano de 2010, nos termos do TOR-136 da OEI (Julho de 2010)
5. 2º Relatório de acompanhamento das atividades constantes do Plano de Trabalho do Projeto
6. Plano de Trabalho do Projeto revisado para o ano de 2011, nos termos do TOR-136 da OEI (Janeiro de 2011), incluindo a sistematização dos gastos e custos do Projeto, nos termos do TOR-136 da OEI.
7. Consolidação dos documentos e anexos pertinentes ao desenvolvimento das atividades constantes do Plano de Trabalho do Projeto, nos termos do TOR-136 da OEI (Janeiro de 2011).

As ações relacionadas com Comunicação Comunitária foram desenvolvidas por Sara

produtivos familiares, associativos e comunitários no Brasil. Ao longo de sua trajetória profissional, coordenou projetos de fomento a estas experiências e pesquisas com o intuito de avaliar programas sociais e políticas públicas de apoio ao cooperativismo, à economia solidária e ao desenvolvimento de tecnologias sociais no país. Mais recentemente, através da participação como pesquisadora do Laboratório Herbert de Souza: Tecnologia e Cidadania (UFRJ) desenvolveu atividades de assessoria ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Estas ações tinham como foco os impactos das mudanças climáticas em populações vulneráveis, fomentando o debate sobre o conceito de adaptação e a necessidade de se incidir sobre as causas que provocam as situações de vulnerabilidade, relacionando a garantia de direitos humanos e de acesso a modelos alternativos de desenvolvimento como ações estratégicas e estruturantes para uma agenda nacional de adaptação às alterações no clima. Atualmente é professora na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), onde coordena projetos de pesquisa e extensão através do Núcleo de Estudos sobre Diversidades Socioculturais e Produção do Espaço. É pesquisadora do Eixo Outras Economias vinculado ao Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades (LEMTO) do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. (texto retirado da plataforma currículo Lattes último acesso em 13/08/2017).

²³Christiana Storino. Não encontramos registros na plataforma currículo lattes último acesso em 13/08/2017.

Couto Schuabb²⁴ em seus dois contratos com o Instituto Brasileiro de Museus, no âmbito do TOR 133 e 66/2009, 2011 e 2012. No 1º contrato foram realizados, os seguintes produtos:

1. Documento contendo Plano de Comunicação para o Projeto Pontos de Memória com o foco no fortalecimento da comunicação de caráter comunitário (Fevereiro de 2010) Consultora em Comunicação Comunitária.
2. Documento contendo Plano de Comunicação para o Projeto Pontos de Memória com o foco no fortalecimento da comunicação de caráter comunitário (Fevereiro de 2010)
3. Documento contendo os textos de comunicação comunitária sobre as atividades pertinentes ao processo de constituição dos pontos de memória (Abril de 2010)
4. Documento com clipping – matérias publicadas nos meios de comunicação pertinentes ao processo de constituição dos pontos
5. Dossiê dos eventos (oficinas, seminários internos, encontros de intercâmbio) com informações e análise dos resultados do Projeto Pontos de Memória (Abril de 2010). de memória e avaliação da estratégia de comunicação comunitária (Abril de 2010).
6. Conteúdo para o Portal Pontos de Memória (Abril de 2010).
7. Relatório sobre a estratégia de comunicação comunitária, com planejamento que fortaleça a Rede Pontos de Memória (Fevereiro de 2011).

Já no 2º contrato:

1. Documento com diagnóstico do potencial de comunicação existente nos 12 Pontos de Memória (Junho de 2011)
2. Documento com plano de comunicação comunitária para cada Ponto de Memória, para o fortalecimento da Rede Pontos de Memória (Agosto de 2011)
3. Documento com proposta de conteúdo para a publicação ilustrada dos Pontos de Memória (Outubro de 2011).
4. Documento com matérias sobre os acervos inventariados e os produtos de difusão lançados pelos pontos de memória em 2011 (Dezembro de 2011)

A Consultora contratada para a definição de conteúdos programáticos para os materiais de consulta dos Pontos de Memória, Cláudia Nunes de Castro²⁵ produziu, no

²⁴ Sara Schuabb Couto é formada em Comunicação Social - Jornalismo e tem Pós-graduação em Comunicação Pública (Instituto de Educação Superior de Brasília - IESB). Atuou entre 2010 a 2016, no Programa Pontos de Memória, do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram -MinC) como consultora em Comunicação Institucional e Comunitária . De 2006 a 2010, trabalhou na Assessoria de Comunicação do Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (Demu/Iphan). E, de 2003 e 2006, atuou na Secretaria de Articulação Institucional (SAI) e na Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (SEFIC) do Ministério da Cultura. (texto informado pelo autora em 17/02/2018)

²⁵CASTRO, Claudia Nunes de. É bacharel em Música pela Universidade de Brasília, Brasil (1995), mestre em Performance Musical pela New York University, EUA (2000), e mestre em Administração

âmbito do TOR 133/2011, os seguintes produtos:

1. Plano de Trabalho para a definição dos conteúdos programáticos dos materiais de consulta a serem elaborados e disponibilizados para os Pontos de Memória (Janeiro de 2011)
2. Levantamento bibliográfico de conteúdos pertinentes ao objeto da contratação (Março de 2011)
3. Estudo comparativo sobre o escopo conceitual e metodológico do Projeto Pontos de Memória e museus comunitários na Ibero-américa (Maio de 2011).
4. Proposta preliminar de conteúdo programático do material de consulta destinado ao desenvolvimento de Pontos de Memória (Julho de 2011)
5. Instrumento de coleta de dados para validação do conteúdo programático do documento "Subsídios para a criação e gestão dos Pontos de Memória" (Setembro de 2011).
6. Documento final com uma proposta de conteúdo programático para o manual de implantação do projeto Pontos de Memória (Novembro de 2011).

Lavínia Cavalcanti Martini Teixeira dos Santos²⁶ foi contrata para exercer a função de

das Artes pela Boston University, EUA (2004). Em 2014 foi agraciada com a Chevening/Clore Leadership Fellowship para realizar treinamento e desenvolvimento profissional com líderes culturais na Inglaterra. É professora efetiva da Secretaria de Educação do Governo de Brasília, lotada na Escola Parque 303/304 norte. Participou de festivais de música e concertos no Brasil, Argentina, Alemanha, EUA e Inglaterra e atuou como flautista na Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto em 1996. Foi professora da Escola de Música de Brasília. Como gestora cultural, possui experiência em âmbito nacional e internacional nas áreas de de cooperação técnica internacional, planejamento estratégico e gestão de programas e projetos institucionais nas áreas de museus, arte/educação e setores criativos (artes de espetáculo). Atuou em organizações artísticas e culturais como a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) para a Educação, Cultura e Ciência, o Ministério da Cultura em Brasília, Brasil, o The Nora Theatre Company, o Project STEP, o The Boston Conservatory e a Herbert Barrett Management, EUA. É fundadora e membro do conselho diretor da The Arya Foundation (<http://www.arya.org.uk>), organização sediada em Londres, Inglaterra. A fundação advoga pelo ensino da música nas escolas e a prática do canto em comunidades para o bem-estar individual e coletivo. (texto retirado da plataforma currículo lattes último acesso em 13/08/2017).

²⁶SANTOS, Lavínia Cavalcanti Martini Teixeira dos. Minha trajetória é dividida entre dois países: Brasil e Espanha. Nasci e vivi no Rio de Janeiro até terminar a graduação em História na UFRJ. Em 1987, recém graduada, obtive uma bolsa do governo espanhol (Instituto de Cooperação Ibero-americana) para uma pós-graduação na Faculdade de História da Universidade Complutense de Madri. Depois disso, lá permaneci mais quatro anos, já como bolsista da CAPES, cursando o Doutorado. Com uma abordagem interdisciplinar, estudei a obra do jesuíta José de Anchieta a partir da ótica da História Cultural e da Antropologia Pós-Moderna. Na época, colaborei também com o grupo de pesquisa do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC/Madri), dedicado à análise do valor etnográfico de textos dos cronistas europeus sobre o Novo Mundo. Depois de uma breve temporada de volta ao Brasil, retornei à Espanha em finais de 1993, onde permaneci até 2011. Durante este longo período, residi em diferentes lugares, até me estabelecer em Almeria, onde terminei dedicando-me à gestão do Museu Pedro Gilabert. Este Museu é uma instituição pública que pertence à Rede de Museus da Andaluzia e tem como missão a conservação e difusão da obra escultórica do artista naif Pedro Gilabert. Além das salas de exposição permanente, possui também

Consultora em Desenvolvimento de Projetos Socioculturais, em conformidade com o TOR 117/2011, produziu os seguintes produtos:

1. Plano de Trabalho contendo a metodologia de acompanhamento das atividades a serem desenvolvidas pelos Pontos de Memória (Plano de Ação; Inventário Participativo e Produtos de Difusão), contemplando cronograma, estratégias de monitoramento e avaliação das ações (Agosto, 2011).
2. Relatório descritivo-analítico do acompanhamento das ações de desenvolvimento dos inventários participativos dos pontos de memória, apresentando avaliações parciais sobre o processo de implantação dessas atividades, incluindo as estratégias de gestão adotadas (Novembro de 2011).

Além dos consultores acima apresentados e seus produtos, outros consultores, denominados de consultores locais, possuem estratégica atuação para o Programa Pontos de memória. Contratados com a missão de garantir avanços em termos metodológicos, com presença direta na comunidade, os consultores entregam produtos que refletem de alguma maneira a relação próxima que desenvolvem com as iniciativas locais. Voltaremos a este ponto com mais detalhes no item metodologia desta tese, onde abordaremos a atuação destes profissionais e sua importância para a dinâmica do Programa. Por hora apresentaremos quem são e quais produtos desenvolveram no

duas amplas salas de exposições itinerantes e um auditório com 200 lugares, o que permite a criação de uma programação dinâmica e variada, fazendo do Museu um lugar de referência da vida cultural local. Esse trabalho me despertou o interesse por uma formação na área museológica, o que me fez cursar o Master em Museologia da Universidade de Alcalá, que concluí em 2009. De volta ao Brasil em 2011, dei continuidade à minha atuação na área museológica, trabalhando como consultora no Programa Pontos de Memória, do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/MinC) em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). O trabalho com os Pontos de Memória me permitiu conhecer diversas iniciativas de memória e Museologia Social, desenvolvidas por comunidades periféricas de diferentes cidades brasileiras, colaborando para a construção de uma política pública pautada no Direito à Memória. Sempre em busca de uma formação voltada à minha atuação profissional, em 2012 fiz o curso de especialização em Gestão Cultural da Fundação Itaú Cultural, em parceria com a Universidade de Girona (Espanha). Desde 2013 sou servidora pública da carreira de Analista Técnica de Políticas Sociais (ATPS). Trabalho no Ministério do Desenvolvimento Social com o Programa Bolsa Família. A ocasião de atuar no maior programa de transferência de renda do mundo é, sem dúvida, desafiante. Me dedico especialmente à elaboração de materiais que alimentam a base de conhecimento do Programa, utilizada para dar resposta aos questionamentos que chegam pelos diferentes canais de comunicação do Ministério. A carreira dos ATPS foi criada em 2009 e tem como atribuições legais as atividades especializadas de assistência técnica em projetos e programas nas áreas de saúde, previdência, emprego e renda, segurança pública, desenvolvimento urbano, segurança alimentar, assistência social, educação, cultura, cidadania, direitos humanos e proteção à infância, à juventude, ao portador de necessidades especiais, ao idoso e ao indígena, no âmbito do Poder Executivo. (texto retirado da plataforma currículo Lattes último acesso em 13/08/2017).

âmbito do Programa Pontos de memória. Importante ressaltar que os produtos encaminhados por estes consultores apresentam em grande parte a assinatura dos membros das instâncias deliberativas ou conselhos gestores locais como símbolo da construção participativa²⁷.

Os 12 consultores locais que contribuíram para a viabilização do programa Pontos de Memória são: Adriano Almeida (Bom Jardim - CE), Lucas Morates (Lomba do Pinheiro - RS), Camila Moura (Terra Firme - PA), Deuzani Noletto (Estrutural - DF), Rita de Cássia Santos Pinto (Museu de Favela - RJ), Viviane Rodrigues (Jacintinho - AL), Marcelo Rocha (Sítio Cercado – PR) e Wellington Pedro Silva (Taquaril - MG). Esses consultores produziram uma média de 3 (três) produtos cada, com exceção de Marcelo Rocha (2), Adriano Almeida, Viviane Rodrigues e Wellington Pedro (1), perfazendo 17 produções. (HOLANDA, Cristina, 2015)

Os consultores locais desempenharam as mesmas funções no âmbito do Programa e seus produtos, observando a exata especificidade de cada localidade, eram iguais como podemos observar:

1. Plano de Ação do Ponto de Memória, preenchido em conformidade com a solicitação do Ibram e aprovado pela instância deliberativa do referido Ponto, contendo informações a respeito da instância deliberativa, das perspectivas museológicas do ponto e a previsão do desenvolvimento de suas ações no que se refere ao inventário participativo e ao produto de difusão.
2. Relatório descritivo e analítico, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória, apresentando resultados parciais, relativos à atuação do consultor em conjunto com a instância deliberativa, visando o desenvolvimento de 50% do inventário participativo, em conformidade com o Plano de Ação (Setembro de 2012).
3. Relatório descritivo, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória, a respeito do desenvolvimento do Produto de Difusão (Dezembro de 2012).

Todos os consultores listados até aqui foram contratados entre os anos de 2009 e 2012, especificamente durante as fases²⁸ 1 e 2 do programa. No entanto, entre 2013 e

²⁷O Conselho gestor é eleito pela comunidade e é responsável por aprovar os produtos entregues pelo consultor ao Ibram para que o pagamento dos mesmos possa ser efetuado. O Plano de Ação é parte integrante da metodologia do programa e será igualmente abordado em mais detalhes ainda nesta tese. Procuraremos ao longo do trabalho apontar a importância e as articulações realizadas entre estes consultores e suas instâncias participativas durante o desenvolvimento da proposta, ressaltando aspectos que possam ajudar em seu entendimento.

²⁸As fases propostas para o programa serão detalhadas em gráfico que pode ser consultado a página: 38.

2014, fases 2 e 3, muitas ações ainda precisavam ser consolidadas e, por isso, muitos deles foram recontratados para a continuidade das etapas, especialmente os consultores locais, já que os Pontos de Memória possuem dinâmicas e tempos diferentes para sua constituição e realização. Além destes, foram mantidos em continuidade as consultoras Sara Schuabb, com trabalho a frente das iniciativas de memória, no que se refere à comunicação e a consultora Lavínia Cavalcanti Martini Teixeira dos Santos com o acompanhamento dos Planos de Ação. Outros dois consultores, atuantes na primeira e segunda fase do programa, retornam para completar a participação com destaque para a terceira fase do Programa. Retornam Wélcio Silvério de Toledo e Inês Cordeiro Gouveia, com a produção de resultados entre os anos de 2013 e 2014, exatamente período em que os Pontos amadurecem a perspectiva da atuação em rede.

Segundo Holanda (2015):

Neste período o Programa contratou outros 07 consultores que estiveram vinculados à gestão ou capacitações em rede e tiveram a seguinte produção: Natália Bertolai (4 produtos), João Paulo Vieira Neto (1), Wélcio Toledo (2), Inês Gouveia (2), Cristina Holanda (2), Ana Maltez (2) e Silvana Bastos (1).

Durante as 3 e 4 fases do programa retornam ao processo o consultor: Wélcio Silvério de Toledo, que desenvolveu o Termo de referência 113/2013 como consultor de Políticas Públicas Participativas, com os seguintes Produtos:

1. Documento técnico com proposta de concepção da instância de gestão participativa/compartilhada do Programa Pontos de Memória, apontando seu caráter, finalidades, atribuições e critérios de composição, de modo a garantir o fortalecimento e a salvaguarda de seus princípios norteadores, bem como a representatividade do universo de iniciativas de Museologia Social mapeadas no país (Agosto de 2013).
2. Documento técnico com proposta de sistemática para legitimação da instância de gestão participativa/compartilhada do Programa Pontos de Memória, a ser apresentada e trabalhada no encontro em âmbito nacional dos Pontos de Memória (Novembro de 2013).

O 3º Contrato da Consultora em Comunicação Comunitária Sara Couto Schuabb, esteve baseado no TOR 74/2012 com os seguintes Produtos:

1. Material de difusão sobre o Programa Pontos de Memória, no âmbito do Projeto Conexões Ibram, com base nas diretrizes do Plano Nacional de Cultura, na Política Nacional de Museus e no Plano Nacional Setorial de Museus (Sem data). Produto 2. Mapeamento da rede de relações de interesse para os pontos de memória, em âmbito nacional (Sem data).
3. Proposta de estratégia de articulação entre os pontos de memória e as instâncias de

interesse identificadas (Dezembro de 2012);

4. Proposta de formação e articulação das redes estaduais de pontos de memória, ecomuseus e museus comunitários do Brasil (Sem data).

5. Documento descritivo – analítico sobre as ações desenvolvidas no Programa Pontos de Memória em 2012, na perspectiva do fortalecimento das articulações institucionais e comunitárias para a ampliação em rede do Programa (Fevereiro de 2013).

6. Proposta de conteúdo de apoio sobre a metodologia do Programa Pontos de Memória para difusão entre os agentes de memória e comunidades (Abril de 2013).

7. Proposta de sistemática contendo estruturação e planejamento da capacitação em rede voltada para os multiplicadores e agentes de memórias (Julho de 2013). 8. Proposta de sistemática para a realização de encontros de intercâmbio das redes de pontos de memória e agentes de memória – Teias da Memória, em suas ações sociais e técnico-operacionais nas comunidades (Novembro de 2013).

Já a Consultora em Desenvolvimento de Projetos Socioculturais Lavínia Cavalcanti Martini Teixeira dos Santos (desde 2011), nesta terceira fase do Programa desenvolveu os seguintes Produtos:

3. Relatório descritivo-analítico do acompanhamento das ações de desenvolvimento dos inventários participativos dos pontos de memória, apresentando avaliações parciais sobre o processo de implantação dessas atividades, incluindo as estratégias de gestão adotadas (Janeiro de 2012).

4. Relatório descritivo-analítico do acompanhamento e avaliação do processo de desenvolvimento dos produtos de difusão dos pontos de memória, em conformidade com os 12 Planos de Ação (Maio de 2012).

5. Documento contendo a formulação de um instrumento (formulário) que viabilize a sistematização, pelos Pontos de Memória, dos resultados de seus inventários participativos, permitindo também uma análise comparativa entre as diferentes experiências (Agosto de 2012)

6: Relatório descritivo-analítico do papel assumido pelos Pontos de Memória como irradiadores da metodologia desenvolvida, no novo cenário de ampliação do Programa (Dezembro de 2012).

7. Avaliação qualitativa final das atividades realizadas no âmbito dos 12 Pontos de Memória (Dezembro de 2012).

8. Documento contendo análise comparativa entre o projeto OEI/BRA/08/007 original e a versão da 2ª Revisão Substantiva do mesmo, com proposta de perfis das consultorias técnicas a serem contratadas na etapa de ampliação e desenvolvimento em rede do

Projeto (Fevereiro de 2013).

9. Documento com proposta de instrumento para monitoramento das ações museais e produtos de difusão dos Pontos de Memória e Redes estaduais, regionais e temáticas, contendo ademais uma sistematização de todos os instrumentos e formulários de acompanhamento gerados no âmbito do Prodoc OEI/BRA/08/0007 (Maio de 2013)

10. Documento contendo sistematização analítica dos produtos de consultorias realizadas no âmbito do Prodoc OEI/BRA/08/0007, entre 2009 e 2012, com a finalidade de subsidiar as ações de planejamento de instalação e manutenção de Pontos de Memória (Julho de 2013).

Consultora de Normas e Procedimentos Internos Natália Spim²⁹ (2013) desenvolveu os Produtos:

1. Documento técnico contendo estudo processual do Projeto Pontos de Memória, a legislação pertinente e proposição de medidas para o melhor planejamento, organização e controle de suas atividades técnicas e operacionais (Maio de 2013). 2. Documento técnico contendo estudo das melhores práticas na condução de projetos de CTI (Cooperação Técnica Internacional) assemelhados e proposta de sistemática para a execução técnica e operacional do Projeto Pontos de Memória (Julho de 2013)

3. Documento técnico contendo proposta de manual, formulários e anexos/checklists para a condução de reuniões com a metodologia de gestão participativa (Setembro de 2013)

4. Documento técnico contendo análise do desenvolvimento e execução do projeto por meio dos sistemas integrados de gestão pertinentes aos projetos de CTI, propondo melhorias sistemáticas nos seus preenchimentos (Novembro de 2013).

Consultora em Avaliação e Planejamento de Projetos em Rede Cristina Rodrigues Holanda³⁰ (2013), realizou os seguintes Produtos:

²⁹Natalia Spin. Não encontramos registros na plataforma currículo lattes último acesso em 13/08/2017.

³⁰Cristina Rodrigues Holanda Iniciou a Licenciatura em História na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), campus da Universidade Estadual do Ceará (UECE), em 1994. Transferiu-se em 1996 para a Universidade Federal do Ceará (UFC), onde concluiu a Licenciatura no ano 2000. É mestre em História Social também pela UFC (2004). Foi professora por 10 anos do ensino fundamental e médio, de escolas da rede particular de Fortaleza e da Secretaria de Educação do Estado do Ceará -SEDUC (via concurso público para efetivo, 2002). Atuou como professora de Cursos de Licenciatura em História no período de 2003-2012, bem como em cursos de Especialização em História entre 2007 - 2012, especialmente nos Institutos particulares associados à Universidade Vale do Acaraú (UVA). Colaborou no Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC), entre 2005-2007. Na Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (SECULT-CE), trabalhou por 11 anos no Museu do Ceará, equipamento vinculado, exercendo as seguintes funções: pesquisadora do Projeto Museu 70 anos (2002-2003), professora de História do Núcleo Educativo (2004-2006) e diretora da instituição (2008 - 2013). Como Diretora do Museu do Ceará, coordenou a Coleção Outras Histórias (dos nºs 53 a 66), participou como parecerista do Fundo Estadual da

1. Documento técnico com proposta de planejamento estratégico das ações de mapeamento, qualificação, articulação e comunicação em rede dos pontos de memória, com a sistematização de perfis e atuação das consultorias no âmbito do projeto (Agosto de 2013).
2. Documento técnico com proposta de instrumento para acompanhamento da execução do planejamento estratégico das ações de mapeamento, qualificação, articulação e comunicação em rede dos pontos de memória (Outubro de 2013).

Inês Cordeiro Gouveia, nesta terceira fase do programa Pontos de Memória retorna ao processo com o TOR 111/2013 para contribuir e realizar os Produtos:

1. Documento técnico com proposta de conteúdo programático para capacitação em Museu, Memória e Cidadania na Diversidade Cultural, voltado para agentes de memória e multiplicadores em âmbito nacional, contendo ementa, metodologia e referencial teórico-conceitual (Agosto de 2013).
2. Documento técnico com proposta de sistemática para execução do plano de capacitação em rede da oficina Museu, Memória e Cidadania na Diversidade Cultural a partir das tipologias de iniciativas identificadas pelo Ibram, com cronograma e estratégias de identificação de multiplicadores potenciais da metodologia, que contenha resultados das aplicações piloto das oficinas (Novembro de 2013)

João Paulo Vieira Neto é contratado para desenvolver as funções de Consultor em Inventário Participativo, a partir do contrato firmado por meio do TOR 112/2013 para elaborar o seguinte Produto:

1. Documento técnico com levantamento analítico de metodologias em inventário participativo e proposta de conteúdo programático para capacitação no tema, voltado para agentes de memória e multiplicadores em âmbito nacional, contendo ementa,

Cultura (FEC), do corpo editorial da Coleção Nossa Cultura e de outros trabalhos. Ainda na SECULT, foi Gerente do Sistema Estadual de Museus (2006-2007; 2008-2013), membro do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus (2012-2013) e Diretora do Museu Sacro São José de Ribamar - Aquiraz, ambos vinculados à administração do Museu do Ceará (2008-2013). Foi aluna do Curso de Estudos Avançados em Museologia (Extensão, 193 horas/aula), no Rio de Janeiro, em 2008, numa parceria entre a Associação Brasileira de Museologia (ABM) e a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (UHTL- Lisboa), cujas disciplinas correspondiam às do Doutorado em Museologia. Foi membro da Comitiva organizada pelo DEMU/IPHAN em visitas de trabalho aos museus americanos de New York, Philadelphia e Washington, como parte do Internacional Visitor Leadership Program (2009). De 2013 a 2016 foi consultora de Planejamento e Avaliação do Programa Pontos de Memória, do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Atualmente é Presidente da Fundação Memorial Padre Cícero. Suas publicações e experiência profissional concentram-se nos seguintes âmbitos: História do Ceará, Ensino de História, Memória, Museus e Educação Patrimonial. (texto retirado da plataforma currículo Lattes último acesso em 20/01/2018).

metodologia e referencial teórico-conceitual (Setembro de 2013)

A Consultora de Políticas Públicas Participativas com perfil jurídico, Ana Maltez (2003), foi responsável por desenvolver o Produto:

1. Documento técnico contendo análise de proposta de gestão compartilhada do Programa Pontos de Memória e os seus possíveis impactos jurídicos, levando em consideração outros Conselhos congêneres na área cultural (Novembro de 2013). Produto 2. Documento técnico contendo proposta jurídica para a instituição do Conselho de Gestão Compartilhada/Participativa do Programa Pontos de Memória (Dezembro de 2013).

Por fim, e não menos importante, pois consolida um instrumento de avaliação com informações fundamentais sobre o andamento dos pontos de memória, a Consultora de Metodologias Participativas de Avaliação Silvana Bastos elabora o Produto:

1. Relatório de moderação, contendo o resumo executivo dos resultados do Encontro de Avaliação dos 12 Pontos Pioneiros (Dezembro de 2013). Estes dados foram sistematizados e compõem parte importante do Livro do Programa Pontos de Memória, intitulado: *Museologia Social: metodologias e práticas em Museologia Social*³¹, publicado pelo Instituto Brasileiro de Museus em 2016.

Todos os produtos apresentados trazem em suas abordagens diversificadas reflexões e conceitos, com vistas a contribuir com o fortalecimento de um referencial que possa auxiliar no desenvolvimento da proposta dos Pontos de Memória, em especial aos conceitos de participação social, como base para a construção da iniciativa que pretende ser elaborada a partir da visão dos grupos comunitários e não apenas a partir da concepção pré-definida de um projeto de governo, nesse caso, proponente do projeto. A apresentação de temas como, relação dialógica; autonomia, competências, tomada de decisão, sustentabilidade e o desenvolvimento comunitário, são todos aspectos importantes ressaltados nos documentos e representam avanços consideráveis para a constituição do Programa. Os diálogos entre a equipe do Ibram, responsáveis pela gestão do programa e as necessidades observadas em decorrência das ações e visitas realizadas, permitiram a consolidação, pelo consultor contratado, de algumas etapas previstas para a execução dos Pontos de Memória, entre elas: contato inicial com as comunidades indicadas pelo Pronasci; intercâmbio entre as comunidades para conhecimento do programa Pontos de Memória; Diagnóstico das potencialidades da comunidade para a implantação do Ponto de Memória; oficinas de capacitação para os

³¹<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Pontos-de-Mem%C3%B3ria-Portugu%C3%AAs.pdf>

agentes de memória e comunidade; elaboração do inventário participativo das comunidades; elaboração de plano de trabalho para cada ponto como produto das oficinas.

A seguir apresentamos, quadro elaborado pela consultora Lavínia Cavalcanti, no âmbito do seu trabalho que consistiu na sistematização dos produtos dos consultores contratados pelo Prodoc entre os anos de 2009 a 2012³² em que apresenta a relação com os consultores contratados, os temas de suas consultorias e os anos em que tiveram envolvidos no processo de elaboração das etapas do programa. Importante notar que alguns consultores foram contratados por mais de um Termo de Referência – TOR³³. A tabela nos auxilia a compreender melhor, por meio de um quadro demonstrativo a diversidade de temas abordados pelos consultores como estratégias para alcance dos objetivos previstos em Prodoc:

CRONOGRAMA DE ATUAÇÃO DAS CONSULTORIAS (junho 2009- julho 2013)								
Consultor	Área temática	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Edital
TOLEDO, Wélcio Silvério de.	Escopo conceitual e metodológico dos pontos de memória	X	X					19/ 2009
	Políticas Públicas Participativas					X	X	113/ 2013
STORINO, Christiane	Processos e técnicas de relacionamento comunitário		X					136/ 2009
LYRA, Beatriz Lanna.	Configurações de processos de trabalho no âmbito do projeto	X						19/ 2009

³²CAVALCANTI, 2013. Produto 10. Sistematização analítica dos produtos de consultorias realizadas no âmbito do Prodoc OEI/BRA/08/0007, entre 2009 e 2012. Importante destacar que o produto faz referência ao ano de 2012, como último ano de análise, mas o quadro e o corpo do produto incluem a sistematização dos dados incluindo os anos de 2013 e 2014.

³³Para obter mais informações a respeito de cada um dos termos de referência publicados pela OEI, todos podem ser recuperados a partir de consulta na base de dados da Organização dos estados Ibero-americanos a partir do site: www.oei.org.br/seleções em consulta no item seleções. Lá com a palavra chave memória e indicando o ano de interesse, pode-se obter a lista completa com os Termos de Referência para consulta.

CRONOGRAMA DE ATUAÇÃO DAS CONSULTORIAS (junho 2009- julho 2013)								
OLIVEIRA, Elmer	TI – métodos e técnicas de tratamento e armazenamento de dados e informações	X	X					98/ 2009
FERNANDES, Daniel	Diagnósticos de iniciativas de Memória Social		X					135/ 2009
VARANDA, Ana Paula.	Sustentabilidade dos pontos de memória		X					27/ 2010
SCHUABB, Sara.	Comunicação comunitária		X	X				133/ 2009
				X				66/ 2011
	Relações comunitárias e institucionais				X	X	X	74/ 2012
GOUVEIA, Inês	Memória Social: sistematização e registro de estratégias e processos testados	X	X					134/ 2009
				X				67/ 2011
	Museu, memória e cidadania na diversidade cultural – capacitação em rede.					X	X	111/ 2013
CASTRO, Cláudia	Definição de conteúdos programáticos para publicação			X				9/ 2011
CAVALCANTI, Lavínia	Desenvolvimento de projetos socioculturais			X	X	X		117/ 2011
PINTO, Rita de Cássia.	Consultora local – MUF (Rio de Janeiro, RJ).			X	X			22/ 2011
ALMEIDA, Adriano	Consultor local – GBJ (Fortaleza, CE).			X	X			99/ 2011
MORATES, Lucas	Consultor local – Lomba do Pinheiro (Porto Alegre, RS).			X	X			96/ 2011
MOURA, Camila	Consultora local – Terra Firme (Belém, PA).			X	X			93/ 2011
ROCHA, Marcelo	Consultor local – MUPE/Sítio Cercado (Curitiba, PR).			X	X			97/ 2011
RODRIGUES, Viviane	Consultora local – Museu Cultura Periférica/ Jacintinho (Maceió, AL).			X	X	X		98/ 2011
SILVA, Wellington	Consultor local – Museu Taquaril (Belo			X	X	X		95/ 2011

CRONOGRAMA DE ATUAÇÃO DAS CONSULTORIAS (junho 2009- julho 2013)								
	Horizonte, MG).							
NOLETO, Deuzani	Consultora local – Estrutural (Estrutural, DF)			X	X	X		47/2011
GERVÁSIO, Gustavo	Consultor local – São Pedro (Vitória, ES).			X	X	X		94/2011
SILVA, Adriano F.	Consultor local – Beirú (Salvador, BA).				X	X		18/2012
SANTOS, Isabela M.	Consultora local – Museu Mangue do Coque (Recife, PE).				X	X		136/2012
SPIM, Natália	Legislação, normas e procedimentos de processos governamentais e sociais.					X	X	75/2013
VIEIRA, João Paulo.	Inventários participativos – capacitação em rede					X	X	112/2013
HOLANDA, Cristina	Planejamento e acompanhamento das ações em rede					X	X	117/2013

Tabela 1: Cronograma de atuação das consultorias (junho 2009- julho 2013)

PROGRAMA PONTOS DE MEMÓRIA			
1º FASE	2ª FASE	3ª FASE	4ª FASE
2009	2010 a 2011	2012 a 2013	2014 a 2017
Etapas:	Etapas:	Etapas:	Etapas:
1. Prodoc (contratações iniciais)	1. Conselhos Gestores	1. Planos de Ação	1. IV Teia Memória
2. Escolha Localidades	2. Oficinas Formação	2. Oficinas	2. A consolidação das Redes
3. Visitas Técnicas	3. Planos de Ação: 3.1. Inventário 3.2. Ação Museal 3.3. Produto Difusão	3. Editais	3. Editais
4. Sensibilização;	4. Contratação Consultores locais	4. Carta das Redes	4. Plataforma de Formação on line
5. I Teia da Memória	5. II e III Teia Memória	5. Seminário de Consultores locais	5. Institucionalização do Programa Pontos de Memória
		6. Conexões IBRAM	

Tabela 02: Fases do Programa Pontos de Memória

Com o intuito de avançar em uma periodização dos acontecimentos e situar o leitor diante das etapas que são contínuas e para efeitos didáticos possibilitamos a compreensão acerca das fases metodológicas das iniciativas ao dividimos os Pontos de Memória em quatro fases que são contínuas, complementares e não excludentes. A tabela 02 apresenta as quatro fases que serão melhor detalhadas nos próximos capítulos desta tese.

Capítulo 1 Pontos de inflexão

Eu, por exemplo, dos quatro irmãos, sou a que tem o cabelo mais crespo e isso sempre foi muito focado pelos meus amigos, uma vez pela professora. Inclusive na faculdade eu fiz um trabalho sobre isso, porque eu tinha o cabelo muito crespo e minha mãe não tinha muito tempo de cuidar da gente. Então, minha irmã era muito fácil, cabelo liso, ela fazia uns cachinhos e ficava o dia inteiro. Já comigo, ela dava aquele jeito, abaixava, molhou o cabelo e ficava daquele jeito, né? Que hoje em dia a gente diz bonito. E a professora achava que aquilo era por desleixo. Então, uma vez, ela me pegou pelo braço e me levou em todas as salas. Pra mostrar pros meninos, pros outros colegas de turma que eu não penteava o cabelo e na verdade não era isso. É porque o cabelo não ficava baixo mesmo! Mas, na verdade, isso não me marcou tanto. O que me marcou mais foi o dia seguinte. Uma colega de turma me deu de presente uma caixinha de grampo e um pentinho preto do flamengo, antigo, era um pentinho pequenininho. Isso me marcou mais! Eu acho que na hora da professora me levar de sala em sala, por ser uma criança rebelde, eu não estava nem aí! “Tá me levando pra todo mundo ver?” Dava tchauzinho e tudo. No dia seguinte, por eu ter ganho de uma coleguinha de turma uma caixinha de grampo e um pente, aquilo ficou marcado. Como se ela chegasse em casa, falou pra mãe dela que tinha uma coleguinha de classe com o cabelo duro, que a professora mostrou pra todo mundo e que não tinha grampo. Então, foi isso que me marcou mais. E eu voltei a falar nisso no trabalho da faculdade porque nós lemos o livro “O professor inesquecível” e cada um tinha que falar do seu professor inesquecível e a minha professora inesquecível é essa. Hoje em dia as pessoas estão se impondo mais, hoje em dia cada um faz o cabelo que quer, as pessoas estão se impondo mais, as mulheres estão se impondo mais: “o meu cabelo é assim e você vai ter que me aceitar”. (Rosane Caetano)³⁴

³⁴ Depoimento de Rosa Caetano. In: A participação das mulheres na construção do território Rocinha e Horto. Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro, Museu Sankofa Memória e História da Rocinha e Museu do Horto (org). 2018.

1. 1. Abordagem conceitual

1.1.1 Um olhar feminino sobre o papel social dos museus

Para dialogar com as mulheres que abordam em suas análises o campo dos museus e da museologia em especial o aspecto social dos museus, trazemos o discurso de Rosane Caetano para nos ajudar a costurar esta narrativa e a compreender, por outros olhares as interfaces e conjunturas existentes entre a Museologia, Nova Museologia e da Museologia Social. De certo, as palavras de Rosane nos provocam a pensar como as trajetórias de vida das mulheres, podem contribuir para uma ampliação das formas de pensar e observar o campo dos museus e da mMuseologia Social. Por isso, em projeto inovador e cheio de significado, as mulheres da Rocinha e do Horto são convidadas a partir de suas experiências de vida a falar para a Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro que tem o desejo de conhecer melhor estas narrativas possibilitando a apresentação destas mulheres que constroem os territórios sob a ótica do enfrentamento atrelados a luta diária por respeito e dignidade. Tais territórios e narrativas femininas frequentemente subalternizadas e invisibilizadas, reconstruídas pela Remus -RJ no projeto de pesquisa, contribui para a afirmação das histórias, com vistas a provocar mudanças no território, no que diz respeito a garantia de direitos e também possibilitar a geração de acúmulos para o fortalecimento da Museologia Social, campo permeado por um pensamento feminino que destacaremos a seguir.

Desse modo, inspirada pelo universo feminino e sua potência de pensamento para o campo museal e museológico, com vistas a construir uma narrativa de contextualização para o campo da Nova Museologia e da Museologia Social, destacaremos as contribuições teóricas e práticas de Marta Arjona Pérez, Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, Maria Célia Teixeira Moura Santos e Miriam Arroyo, intelectuais mulheres que se dedicaram a pensar o campo dos museus e da museologia a partir de sua articulação com a sociedade. Por inspiração de seus pensamentos, que germinaram em lugares e períodos temporais diferentes, o campo da museologia e, especialmente alguns dos principais pressupostos da Museologia Social, puderam ser conformados. Será com base nas ideias e ideais destas mulheres que traçaremos um panorama conceitual com vistas a abordar as relações que

cercam a museologia e os museus do compromisso social. Olhar o campo, a partir delas, não desconsidera as contribuições de outros atores ao tema, independente da questão de gênero, no entanto, para esta construção optamos por destacar o papel destas mulheres, em perspectiva decolonial, com vistas a destacar parte do pensamento feminino que influencia o campo da Museologia Social.

Iniciamos a jornada destacando, como uma de nossas fontes de entusiasmo transgressor, para discutir o papel dos museus em sociedade, o trabalho da Cubana Marta Arjona Pérez³⁵, em especial seu texto intitulado “Los museos en la solución de los problemas sociales y culturales” onde descreve, em diálogo com o ICOM, o que considera ser o papel social e cultural dos museus. Em narrativa comprometida com um novo tipo de museu, parte de exemplos concretos para expressar que em seu entendimento os museus não podem estar livres do exercício de práticas que definam sua posição ideológica, contribuindo para a tomada de consciência daqueles que são parte integrante dos processos de jugo e submissão pelas classes dominantes:

Hasta que esto suceda, el factor expresivo de un museo estará inevitablemente dado por posiciones ideológicas diversas, conforme a los intereses de la clase dominante, por lo que insistimos en que em los países socialistas, el museo, como centro de divulgador de historia, influye de forma directa em los criterios de las

³⁵Marta Arjona Pérez foi escultora e ceramista Cubana. Atuou como gestora máxima no resgate aos bens culturais da nação antes mesmo do triunfo da Revolução Cubana. Foi representante de Cuba na Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial desde 1972. Nascida em La Habana em maio de 1923, em 1954 ingressa como militante nas filas do Partido Socialista Popular e começa a trabalhar na organização da “Sociedad Cultural Nuestro Tiempo”, dirigindo a sessão de Artes Plásticas e funda uma galeria permanente onde expõem grandes mestres do movimento moderno Cubano. Com a vitória da Revolução assume cargos no novo governo, dentre eles Diretora de Artes Plásticas da “Dirección Nacional de Cultura” e posteriormente assume como Diretora Nacional de “Museos y Monumentos del Consejo Nacional de Cultura” Em 1977 começa a dirigir a “Dirección de Patrimonio Cultural del Ministerio de Cultura”, cargo que ocupou até sua morte em 2006, como Presidenta del “Consejo Nacional de Patrimonio Cultural”. Foi também Secretaria Executiva da “Comisión Nacional de Monumentos”, Presidente do Comitê Cubano do Conselho Internacional de Museus (ICOM), membro da comissão e cultura da comissão nacional cubana da UNESCO; Delegada de Cuna frente ao Comitê Intergovernamental para a Restituição aos países de origem e também foi Presidenta da Comissão Nacional para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial. Atuou fortemente na execução da Legislação nacional de proteção ao patrimônio cultural e natural em Cuba e contribuiu de forma decisiva para a criação da Cátedra de Licenciatura de Restauração de Móveis, com colaboração do Instituto Superior de Arte. Um de seus grandes legados foi a criação em 1982 do “Centro Nacional de Conservación, Restauración y Museología (CENCREM). Informações obtidas em consulta ao site: www.ecured.cu/Marta_Arjona, ultimo acesso em 01/01/2018.

grandes mayorias, para la solución de los problemas sociales y culturales. (PÉREZ, 1977. p. 23)

Marta foi uma mulher, latino-americana que militou em um país que deu ao mundo um exemplo de coragem ao enfrentar seus algozes políticos, por acreditar em transformação e igualdade social. Ao confrontar-se com os desafios a que foi submetida junto ao povo Cubano se manteve interessada no aspecto social dos museus contribuindo para que, até hoje, Cuba mantivesse a relação com seus espaços de memória conectados com os interesses sociais de forma manifesta. Seu texto pode ser considerado um amplo convite à lucidez, pois chama atenção para o fato de que os museus possuem responsabilidades que vão além das já descritas pelo ICOM e seus inúmeros textos, manuais técnicos e cartas. Para Marta os museus por serem espaços dedicados a expor memórias, acervos, arte, patrimônio cultural, devem dedicar seus itinerários aos enfrentamentos políticos, econômicos, sociais e culturais, comprometidos com uma sociedade que pretende ver suas representações em transformação com impulso e influencia destacando novas formas de ver e estar no mundo, com atitude mais colaborativa em suas perspectivas de interação.

Ao propor discutir sobre a relevância de um museu e seu papel em sociedade, Marta nos provoca a pensar em situações limite do ponto de vista social, para que possamos compreender outros sentidos atribuídos ao termo “social” e sua articulação com o campo museal. A autora propõe um grande desafio ao (re) colocar de forma direta uma questão das mais urgentes quando se trata do compromisso dos museus com os dilemas sociais mais graves. Seu intuito é o de sacudir os pré-conceitos em perspectiva problematizadora, impelindo alguns dos grupos responsáveis por pensar os museus que saiam da zona de conforto, especialmente aqueles que se referem aos museus de forma retórica como essencialmente, absolutamente “sociais” em essência. Vejamos sua provocação:

¿Podríamos admitir que em sociedades donde lagran massa de lapoblación vive em condiciones infra-humanas, donde los niños padecen de raquitismo por falta de alimentos, el individuo sinropa y zapatos, que deambula inmerso em preocupaciones primarias de subsistència, vá a ir a um museo, de cualquier tipo que sea, a buscar las soluciones a suprolema social? ¿Ninõs que no tienenescuela y adultos analfabetos por laencuria oficial van a ir a los museos a resolver su problema cultural? Creemos que no y estamos seguros de que hasta el más desprovido de información coincidirá com nosotros. (PÉREZ, 1977. p. 24)

Responder as questões postas por Marta Arjona, não é tarefa fácil, principalmente se levarmos em consideração, que ela tem toda razão. Vistos por alto, poderíamos nos deslocar e recolocar a questão de forma distante ao não responsabilizar os museus por esta

situação imposta por conjunturas maiores, ou seja, a responsabilidade pela situação em que se encontram as famílias mais pobres dos países não é de responsabilidade dos museus e sim dos poderes públicos. Ora, caso essa seja mesmo uma alternativa de resposta, outra pergunta surge: para que servem os museus, nesse caso? A partir de sua perspectiva social, se não serve para contribuir com a retirada das pessoas dessa situação de calamidade social, serve para quê? Ao imaginar uma criança pobre ou um adulto descalço que tem fome e sofre por falta de comida e condições dignas de existência, como podemos exigir que estes tenham interesse pelo universo dos museus em busca de melhoria de vida e rompimento das amarras sociais que o mantém nestas condições? É sem titubear que Marta nos proporciona pensar alternativas para esta questão. Sua provocação faz nascer o que consideraremos mais adiante como Museologia Social. A perspectiva de atuação prática dos museus, por meio da ação museológica no âmbito do campo museal, deve servir para alterar tais realidades sociais, dentro ou fora dos museus, em conformidade ou não com os manuais e construções teóricas e acadêmicas, buscando encontrar eco na capacidade dos museus de gerar mudanças e transformações na vida e para a vida de toda gente.

Com vistas a tornar suas propostas claras, a autora complementa: “Y sugiero también que piensen en las grandes masas desposeídas que aún aguardan a posibilidad de verse reflejada em uma vitrina como ejemplo de lo que fue y no volverá a ser” (PÉREZ, 1977. p. 29). Tais ideias ampliam a visão de que os museus de alguma forma podem atuar no sentido de reinventar suas possibilidades de existir dentro de seus muros e fora de seus muros. A autora chama atenção para o objetivo do museu, nesse caso, concentra a sua reflexão para além das tipologias, realçando a intenção dos espaços que aglutinam ideias a serviço dos interesses sempre hegemônicos de uma sociedade ainda manipulada, e propõe ser possível pensar em uma atuação em tom de alerta para o fato de que os povos necessitam ver refletidos nos museus o que eles são, o que eles podem ser e o que não voltarão a ser. Sua utopia se refere à realidade cubana, em tempos de revolução e transformação, os museus, para ela, são vitrines de um tempo que não deve retornar, ou pelo menos que não se deve esquecer.

Marta reflete o campo dos museus e tece uma crítica a postura adotada por muitos museus que a título de cumprirem um papel social, agem como se esta missão fosse algo vago e distante centrado em um discurso politicamente correto que não sai do papel, uma visão de compromisso social exercitada com temas expositivos que contemplem questões sem aprofundamento, sem enfrentamento, sem transformação e percepção crítica.

O patrimônio cultural e sua relação com a identidade são temas presentes no debate proposto por Marta contribuindo para o entendimento de patrimônio enriquecido por

acréscimos provenientes da coletividade. A autora propõe uma atitude de renovação e reconhecimento acerca dos limites e das escolhas que cercam o ato de selecionar e reconhecer os patrimônios culturais com vistas a serem conservados. Este aspecto é relevante para a discussão acerca do papel dos museus diante de outras possibilidades conceituais que se relacionem com a sociedade. Em texto escrito para uma conferência Mundial sobre Políticas Públicas Culturais da UNESCO, no México em 1982, em parceria com o arquiteto Enrique Capablanca, Marta enfatiza a ideia de que:

El patrimonio cultural se enriquece por nuevos acercamientos de la colectividad a los objetos de su historia, a través de los actos en los que generaciones sucesivas se reconocen como herederas y custodias de algo realizado por sus antepasados. Lo que ayer no parecía contener un mensaje cultural, hoy es descubierto y valorado con insistencia. Hemos asistido, así, a la reconsideración de utensilios artesanales, viviendas campesinas y objetos industriales como expresión. De la cultura, tan importantes y significativos, en algunos casos, como las obras de connotados creadores, y esto se debe a que el patrimonio y la identidad humana, no son elementos estáticos, sino entidades sujetas a cambios, condicionadas por factores externos y supeditadas, además a una continua alimentación mutua. (PÉREZ, 1986. p. 14).

A autora parte do pressuposto de que os patrimônios sócio-culturais devem ser identificados e subordinados aos valores postulados por grupos e comunidades que se apresentam de modo diverso em cada momento de suas histórias. Para Marta a cultura nunca é estática, tão pouco o patrimônio cultural e, por isso, combate à ideia de um universalismo, proposto com a intenção de transformar os sujeitos parte de uma humanidade culturalmente homogênea, com a intenção de que os homens devem a cada dia se parecer mais, independentemente de sua posição geográfica. Esta dimensão está relacionada com os pressupostos do neocolonialismo quando este, por meio de alternativas persuasivas, defende a ideia da cultura universal, baseada no conceito veiculado por meios de comunicação, de como devemos ser, qual postura adotar, os costumes, os desejos e assim, a manipulação e construção de uma imagem que não condiz com as verdadeiras faces daqueles que subjugados deixam de exercer o papel de protagonistas de sua própria história para deixarem-se levar por uma construção que os disfarça e não os transforma.

No queremos ser pobres, ni peyorativamente antiguos, ni regionalistas, como no sea para defendernos del transplante que denigra; pero no es tampoco con el señuelo de la sociedad de consumo con lo que vamos a transformar nuestra conciencias. (PÉREZ, 1986. p. 18).

Seu discurso pautado por uma perspectiva crítica já modela o que, posteriormente, seria denominado de pensamento decolonial³⁶, ao observar que a humanidade se movimenta, mantendo relacionamento de interdependência pautado por uma visão de mundo unilateral, invariavelmente afinado com os ideais construídos pelos processos de colonização. Marta aponta para a ampla capacidade e tendência da difusão dos conhecimentos em âmbito universal, no entanto, chama a atenção para o fato de que esta “universalização” dos conhecimentos e da cultura não pode ser vista como: “La imposición de una cultura sobre las demás, sino como la difusión equitativa de los valores culturales de todos los hombres para todos los hombres” (PÉREZ, 1986. p. 18). Sem desconsiderar os avanços tecnológicos e o reconhecimento de que a comunicação em pleno desenvolvimento será capaz de transformar as relações culturais e a produção de cultura, chama atenção para o fato de que: “esta coexistência de modernidade y tradición no debe darse de modo tal que una asimile a la otra” (pag. 18).

As ideias apresentadas por Marta Arjona Pérez, em fins da década de 1970 e anos 1980, reforçam o viés plural e participativo que deve ser dado à construção do patrimônio cultural e suas formas de conservação, apresentação e discussão. A autora reforça o papel dos grupos comunitários produtores de cultura nas estratégias de salvaguarda de suas memórias e reforça a necessidade de refletirmos a partir dos indícios de dominação por visões castradoras do pluralismo cultural e de produção de conhecimentos, provenientes dos povos colonizadores.

No niego la posibilidad del museo como vehículo de desarrollo cultural y social del hombre: todo lo contrario. Pero pido a los colegas del ICOM que mediten sobre la radicalización de los conceptos, pues debemos entrar en una fase nueva de compromisos visuales y didácticos que superen criterios que ya se cubren de fino polvo. (PÉREZ, 1986. p. 29).

Com base na provocação descrita acima, encontramos eco que, somado a outras reflexões anteriores já forjadas no campo da museologia³⁷, nos auxiliará nas formulações e

³⁶Pensamento que busca contribuir para tornar possível a transformação de conteúdos, conhecimentos e práticas com vista a promover também alterações na forma de compreender o mundo moderno/colonial e suas formas de expressão e articulação local. Propicia deslocamentos que favoreçam a presença de novas epistemologias baseadas em sujeitos que pratiquem projetos políticos questionadores dos modelos eurocêntricos unilaterais e segregadores. (CASTRO-GÓMEZ, Santiago y GROSGUÉL, Ramón. 2007; ESCOBAR, Arturo. 2003). Aprofundaremos esta discussão ainda nesta parte da tese.

³⁷O campo da Museologia, neste período, é influenciado pelas discussões e encontros promovidos especialmente no âmbito do ICOM, a exemplo, entre outros do Encontro realizado em Santiago do Chile em 1972 que deu origem ao documento hoje amplamente comentado, denominado de Carta de Santiago do Chile, onde os museus foram considerados a partir de sua vocação integral em

concepções cada vez mais arrojadas e radicais que darão origem a pensamentos acerca da museologia, que impulsionarão construções teóricas alinhadas com a necessidade de propor outros conceitos que dêem conta de discutir a atuação da nova museologia e, em consequência, da Museologia Social.

Em 2014, na Conferência do Movimento Internacional para uma Nova Museologia - MINOM³⁸, Marta Arjona Pérez recebe o reconhecimento de seus pares museólogos que reconhecem seus aportes desde o cenário Cubano para o fortalecimento das práticas e reflexões museológicas que hoje denominamos de Museologia Social. Suas ideias e postura diante dos temas dos museus influenciaram avanços consideráveis que justificam o reconhecimento da profissional e seus serviços prestados, entre eles o impacto social da Lei 23 de criação dos museus municipais em Cuba que data de 1979. A carta de La Habana³⁹ produzida ao fim do encontro homenageia e celebra esta mulher e suas contribuições ao campo.

Em 1977, ano que Marta publica seu livro *Patrimonio Cultural e Identidad* em Cuba, no Brasil, Waldisa Rússio Camargo Guarnieri⁴⁰ termina sua dissertação de mestrado intitulada: *Museu: um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento*. Seu trabalho é impactante para o campo da Museologia. Suas ideias trazem ânimo teórico novo para os debates acerca do papel dos museus e da Museologia. Seu diálogo com outros autores e teóricos, tornam suas reflexões ainda mais importantes, especialmente para o fortalecimento dos fundamentos teóricos para o campo da Museologia, com perspectiva que será abertamente influente para o fortalecimento dos museus e seu papel social. Em sua dissertação e em outros tantos textos produzidos ao longo de sua carreira⁴¹,

articulação e diálogo com comunidades, influenciando o surgimento de movimentos como os da Nova Museologia. Este aspecto retornará em nossas discussões mais a frente.

³⁸Notícia publicada em: www.minom-icom.net/files/gramma_17_10_2014.pdf (04 de novembro de 2004). Último acesso em 02/01/2018.

³⁹Para acesso a Carta de Habana consultar: www.minom-icom.net (04 de novembro de 2004). Último acesso em 02/01/2018.

⁴⁰Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, pesquisadora e professora atuante no campo dos museus e da Museologia com grande contribuição teórica e prática. Sua atuação profissional inclui, entre outras tantas ações, a criação do primeiro curso de Pós-graduação em Museologia do país e atuou de forma bastante comprometida pela regulamentação da profissão de museólogo e a consequente criação do Conselho Regional de Museologia de São Paulo. Outras mais informações a respeito do trabalho da autora e sua interface com o campo da Museologia, consultar o recente trabalho de GOUVEIA, Inês Cordeiro. 2018. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

⁴¹BRUNO, M. C. O. (Coord.); ARAUJO, M. M.; COUTINHO, I. L. (Col.). A evidência dos contextos museológicos. In: _____. Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca; ICOM, 2010.v.1 BRUNO, M. C. O. (Coord.); ARAUJO, M. M.; COUTINHO, I. L. (Col.). A evidência dos contextos museológicos. In: _____. Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca; ICOM, 2010.v.2.

indica seu profundo interesse pelo campo dos museus e sua articulação com as demandas sociais de um país, em acordo com o entendimento da época, em desenvolvimento. Esta autora, assim como Marta Arjona Pérez, são expoentes femininos de um compromisso social que será amplamente debatido a partir de suas ideias e acrescidos de novas percepções, contribuindo para a conformação do que chamaríamos de Museologia Social.

Waldisa Rússio contribui para ampliar o alcance da percepção que articula a sociedade como um novo campo de estudos da Museologia, atrelando a isso o papel dos museus em sociedade, diminuindo em suas reflexões a ênfase dada aos estudos centrados nos objetos e nas instituições. Suas ideias avançam para a construção da inteligência de que os museus são processos e enquanto tais não podem ser reduzidos a um conjunto de técnicas e teorias com foco restrito em conservação, restauração e exposição dos objetos pautados por interesses e dinâmicas institucionais. Os museus, segundo Waldisa, se justificam por meio do papel de formação do sujeito, voltado para as pessoas, a partir do cidadão.

A relação do homem com o seu meio, seja em termos de mera apreensão da realidade, seja de ação sobre essa mesma realidade, implica realização humana em termos de consciência, de consciência crítica e histórica, de consciência possível. O homem é o ser que se realiza criticamente, historicamente; ao realizar-se, ele constrói sua história e faz sua cultura. (GUARNIERI [1983/1985] 2010, p. 150).

Com papel marcado por uma militância que a permite ousar, ela constrói em momento delicado de limitação política, um cenário onde o papel do homem livre é considerado para a realização do museu em seu contexto. Ao expressar a necessidade de considerar o homem a partir de sua capacidade crítica, Waldisa oferece um caminho aberto para que outras construções possam seguir seus indícios. Ao identificar o papel relevante do homem como produtor sua própria história, a autora permite avançar no entendimento de que os museus são espaços necessários para a experimentar “a leitura não do símbolo, mas do elemento simbolizado” GUARNIERI, [1974], 2010, p. 55).

Contemporânea de outros autores relevantes que contribuíram com a perspectiva teórica da Museologia, tais como Anna Gregorová⁴² e Zbynek Stránský⁴³, Waldisa, incrementa o diálogo que contribui para sedimentar ainda mais as diferentes concepções

⁴²Anna Gregorová busca definir a museologia como disciplina independente e “ao mesmo tempo um aspecto da existência material do mundo e de suas relações e fenômenos” (GREGOROVÁ, 1981. p. 34)

⁴³Zbynek Stránský dedicado a estruturar em seus escritos uma base para teórica para museologia, com auxílio de Jan Jelínek fundou uma Escola de Pensamento Museológico em Brno onde aprofundou seus estudos buscando aliar sua teoria a prática dos museus.

sobre o campo teórico da Museologia. Em trabalho que reúne os pensamentos dos autores citados, Anaildo Baraçal, faz uma análise acerca das suas contribuições teóricas, com destaque para a produção da Revista *Museological Working Papers – MuWoP*⁴⁴, com vistas a compreender as preocupações teóricas, especialmente no que se refere ao entendimento da Museologia enquanto ciência e no papel dos museus como espaço propício para que as relações entre homem e objeto se deem. No entanto, é importante ressaltar, segundo Carla Renata Gomes que:

O aspecto das relações produzidas por atos sociais, os quais são apresentados como a operação fundamental da existência do museu enquanto espaço de práticas museológicas que produzem os sujeitos da ação, ou o entendimento de “museu como processo”, como resultado de práticas sociais, coloca o encadeamento teórico de Waldisa Rússio em superioridade aos demais. (GOMES, 2015, p. 28).

A interdisciplinaridade na Museologia é uma de suas principais questões e é por meio desta perspectiva que a autora amadurece o seu entendimento sobre o escopo científico da Museologia, considerando-a uma ciência nova em processo, em construção, ou mesmo uma disciplina científica independente (GUARNIERI, 1989, p. 8). A ideia da interdisciplinaridade abre caminhos para o diálogo da Museologia com o campo da sociologia, disciplina que ajudará Waldisa a pensar o campo dos museus e da museologia. Os conceitos criados por ela, como a ideia de “fato museal”, busca inspiração nos diálogos com o pensamento do sociólogo Émile Durkheim, mas também é fruto de sua trajetória e formação em Direito pela Universidade de São Paulo, ao encontrar no conceito de “fato jurídico” algumas definições que contribuem com a sua abordagem sociológica (GOMES, 2015).

Ao longo de sua trajetória e construções teóricas, podemos observar as mudanças que empreende em seu conceito de museus e museologia, ampliando a sua capacidade de compreender os museus enquanto lócus social reconhecido pela sociedade como espaço relacional e, assim, como ato cultural. Esta perspectiva permite concluir que para Waldisa, o museu é espaço propício para que as pessoas possam se transformar em sujeitos de sua própria história, encontrando meios para realizar sua própria leitura de mundo e, em consequência, fazer uso das funções museológicas a serviço de sua constituição enquanto cidadãos. Para a autora: “o que caracteriza um museu é a intenção com que foi criado, e o reconhecimento público (o mais amplo possível) de que é efetivamente um museu, isto é, uma autêntica instituição” (GUARNIERI, 2010, p. 124).

⁴⁴Network.icom.museum/icofofom/publications/museological-working-papers/

Esta perspectiva importa muito para o campo dos museus, pois inaugura em nossas práticas, especialmente as de Museologia Social, um elemento aglutinador e um salto conceitual ao alargar a dimensão de que os museus devem ser reconhecidos de forma mais ampla possível, nesse caso, por comunidades e grupos sociais variados. A dimensão dos museus realizados 'para' a comunidade, é radicalmente afetada pela ideia de que os museus devem ser feitos 'com' a comunidade. Este aspecto é identificado como fundamental para as reflexões acerca da museologia, na medida em que é possível reconhecer esta mudança de percepção no trabalho teórico de Waldisa, como ponto fundamental para o trabalho no campo da Museologia Social em especial por que, neste caso, o que realmente importa para a autora, é "o reconhecimento do museu pela comunidade" (GUARNIERI, 1984).

As ideias de Waldisa Rússio, aqui brevemente apontadas, nos indicam um terreno fértil para a problematização das práticas relacionadas ao campo dos museus e sua articulação com a sociedade. A partir de suas ideias precursoras outros autores⁴⁵ tiveram a oportunidade de buscar inspiração para seguir construindo uma base teórica capaz de enriquecer as reflexões acerca das variadas possibilidades de práticas museológicas que seriam possíveis a partir de então.

Uma de nossas autoras a museóloga Maria Célia Teixeira Moura Santos⁴⁶ faz parte deste conjunto de profissionais que se dedica ao campo social dos museus e traz para esta construção a educação como um elemento que considera fundamental. Seus textos chamam atenção para as relações que se estabelecem a partir da museologia em parceria com o campo da educação, o que enriquece ainda mais o debate e as oportunidades de entendimento do papel e dimensão social dos museus. Em constante exercício de pensar os

⁴⁵CHAGAS, Mario de Souza; BRUNO, Cristina Oliveira; ARAÚJO, Marcelo Mattos; SCHEINER, Tereza Cristina Moleta; SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura; entre outros em diferentes regiões do país.

⁴⁶Maria Célia Teixeira Moura Santos é professora aposentada da Universidade Federal da Bahia do Curso de Museologia. Possui graduação em Museologia (1973), mestrado em Educação (1981) e doutorado em Educação (1995), todos pela Universidade Federal da Bahia. É consultora nas áreas de Museologia, da Educação e da Gestão e Organização de Museus e professora da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Integra o Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico do Instituto Brasileiro de Museus/Ministério da Cultura. Faz parte do Conselho Editorial da Revista do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás; integra o Conselho de Redação do Centro de Sociomuseologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa em Portugal; integra o conselho consultivo da Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários/ABRENC. Foi conselheira do Conselho Internacional de Museus/ICOMBR e Coordenadora do eixo 3 da Política Nacional de Museus do Ministério da Cultura. Foi Diretora do Instituto do patrimônio Histórico e Cultural o Estado da Bahia. É membro do ICOM e da Associação Brasileira de Museologia. Tem experiência nas áreas da Museologia e da pedagogia, atuando nos seguintes temas: plano museológico, ação educativa em museus, política nacional de museus, museus comunitários, formação e capacitação em Museologia. Tem vários artigos e livros publicados. (texto retirado da plataforma Lattes em 02/01/2018)

museus e a Museologia, Maria Célia, aponta questões estratégicas que somadas às perspectivas anteriormente apresentadas sedimentam um caminho acerca do que consideramos ser hoje a Museologia Social. A partir de suas percepções encontramos muitos desafios para o campo dos museus, algum alento e bastante provocação. Para a autora:

A revisão e a superação de determinados paradigmas são essenciais, considerando-se a necessidade de aplicação de ações museológicas mais ajustadas à nossa realidade e à criação de novos museus, bem como à reformulação dos já existentes, tornando-os instituições relevantes para a cidadania. A Museologia e o museu têm uma importância central no contexto de reconstrução das nações, na busca em um mundo livre e equitativo. Para tanto, torna-se necessária a formulação de novas diretrizes, à luz dos conhecimentos historicamente acumulados. Ao longo do meu caminhar, tenho feito algumas reflexões sobre o perfil do museólogo a partir da produção do conhecimento, tendo como referencial a prática social qualificada culturalmente musealizada, em interação com os diversos segmentos envolvidos. (SANTOS, M. C.M, 2008, p. 24).

Ao propor a criação de novos museus ou a reformulação dos já existentes com o intuito de ver práticas relevantes para a cidadania, a autora provoca nossa reflexão acerca da realidade dos museus e de seu papel e inserção em sociedade, em tom de denuncia aos museus estáticos, em grande medida, quanto ao que considera ser objetivo e papel dos museus e seu alcance social. Nesse aspecto, abre caminhos para experimentar outras possibilidades para os museus e investe no desenvolvimento da proposta que denomina de Museu didático e comunitário, experiência profundamente mapeada em sua tese de doutoramento. A experiência de surgimento e atuação do Museu Didático e Comunitário de Itapuã⁴⁷ é certamente, para o campo da museologia, uma prática revelada que ainda aguarda outros debates. A experiência do Museu reflete a articulação necessária entre o novo espaço de memória que se pretende problematizador, questionador e atrelado ao universo da escola. Duas instituições convivendo a serviço de uma prática que propõe reafirmar seu papel indissociável da educação para a museologia e de ambas com a constituição de processos, métodos e práticas que viabilizem o projeto de transformação social e discussão crítica e cidadã dos problemas sociais enfrentados por nossa sociedade.

Sobre o projeto de Museu Didático Comunitário de Itapuã, Maria Célia nos diz que:

Optei por realizar uma tese de doutorado que tivesse como objeto de estudo a implantação de um museu em um colégio público da cidade de Salvador. Mais uma vez, busquei sair do espaço fechado da universidade, evitando construir uma tese

⁴⁷SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Processo museológico e educação: construindo um museu didático-comunitário em Itapuã. Salvador: tese de doutorado, Faculdade de Educação da UFBA, 1995.

destinada somente à academia. Assumindo que há possibilidade de produzir conhecimento em todos os níveis de escolarização e que esse conhecimento pode ser construído em uma determinada ação de caráter social, reconhecendo o papel ativo dos observadores na situação pesquisada e dos membros representativos dessa situação (SANTOS M. C. M. 2008. P. 106).

A trajetória de Maria Célia é retratada em alguns de seus textos, com detalhes de sua formação, influências, leituras, com destaque para sua atuação pautada em práticas coerentes com sua dedicação à educação, as práticas comunitárias e ao seu desejo manifestadamente expresso por meio de seus escritos com destaque para a pedagogia e a museologia como ferramentas para a operacionalização do compromisso social:

... compreendia que a minha atuação como professora universitária deveria se dar por meio de uma prática efetiva na comunidade e acreditava que essa prática só se concretizaria no momento em que professor, alunos e grupos comunitários atuassem de forma integrada e participativa, questionando e avaliando conjuntamente” (SANTOS, 2015, p. 80).

A postura dedicada às práticas participativas de pensar e planejar os museus e as exposições, dedicadas ao esforço crítico e questionador, estão fortemente pautadas pela influência do educador brasileiro, Paulo Freire, presente em grande parte de suas reflexões. A autora chama atenção para a tentativa frustrada de participação do educador em um dos marcos para o campo da museologia, a Mesa de Santiago do Chile, realizada em Santiago do Chile em 1972. O convite feito e a impossibilidade de participação de Paulo Freire, certamente, não impediram que as ideias dele circulassem pelo universo da museologia, especialmente para aqueles interessados nos museus e em seu papel social. A este respeito importante resgatar o fragmento de texto que inspira Maria Celia em sua trajetória:

Quanto mais me capacito como profissional, quanto mais me utilizo do patrimônio cultural, que é patrimônio de todos e ao qual todos devem servir, mais aumenta minha responsabilidade com os homens. Se o compromisso só é válido quando esta carregado de humanismo, este, por sua vez, só é consequente quando está fundado cientificamente. O profissional deve ir ampliando seus conhecimentos em torno do homem, de sua forma de estar no mundo, substituindo por uma visão crítica a visão ingênua da realidade, deformada pelos especialismos estreitos” (FREIRE, 1983, p. 20 apud SANTOS, 2015, p. 12).

Importante perceber que em acordo com a trajetória profissional, a autora destaca o fato de que mesmo antes de ter tido contato com as experiências e os movimentos que caracterizam a nova museologia e, portanto, a porta de entrada para o desenvolvimento de práticas nesta direção, seu trabalho já refletia uma atitude mais combativa e de enfrentamento ao propor novas práticas e ações museológicas pautadas pelo diálogo e a troca de saberes nos museus da cidade de Salvador. Maria Célia diz que: “o que

desejávamos era um museu comprometido com o homem e com a melhoria da qualidade de vida, sonho da nossa imaginação museal desde a década de 1970". (SANTOS, 2015, p. 15).

A autora escreve diversificados textos em que analisa o papel da nova museologia e tais aspectos serão retomados ainda no primeiro capítulo da tese, no entanto, é importante ressaltar o pensamento de Santos, ao esboçar suas considerações acerca deste movimento:

Considero o movimento da Nova Museologia um dos movimentos mais significativos da Museologia contemporânea, por seu caráter contestador, criativo, transformador, enfim, por ser um vetor no sentido de tornar possível a execução de processos museais mais ajustados às necessidades dos cidadãos em diferentes contextos, por meio da participação e visando o desenvolvimento social (SANTOS, 2008, p. 71).

Sua trajetória no campo da museologia é permeada por constante e comprometido interesse com a nova museologia. Por meio de sua atuação, contribuiu para que várias gerações de museólogos formados pela Bahia, e dos demais cursos, pudessem ter tido contato com uma geração de autores, métodos e reflexões dedicados a museologia e o seu papel em sociedade. A nova museologia, movimento que inspira a autora em sua jornada profissional, foi por ela detidamente analisada e contextualizada em diferentes artigos, o que garantiu a abertura dos caminhos para a construção de conhecimentos em torno da nova museologia, com destaque especial para a educação em museus. Por meio das práticas realizadas em diversificados museus e de sua atuação em seminários, palestras e cursos por todo o Brasil, discute a educação como campo de conhecimento em articulação com os museus, exercendo por meio das práticas educativas a capacidade dos museus de exercer o seu papel em diálogo com a sociedade, frente aos seus desafios.

Percebemos, ainda dentro da trajetória da Maria Célia Teixeira Moura Santos, sua interface com a produção acadêmica de Waldisa Rússio. Ambas compartilharam das mesmas premissas, quando o assunto era museu e sociedade. Pautada por experiências compartilhadas, Maria Célia aponta os momentos em que esteve junto a Waldisa e ressalta sua capacidade aglutinadora, profissional e base científica de atuação, deixando contribuições significativas para o campo museológico brasileiro, como sua ampla defesa da necessidade de regulamentação da profissão de museólogo e suas inúmeras declarações voltadas para a museologia e seu caráter social. Segundo Santos:

...A presença de Waldisa era marcada por seus pronunciamentos em prol de uma museologia voltada para o social, enfatizando a necessidade de um intercâmbio mais produtivo entre os cursos de museologia existentes no País, salientando sempre a necessidade de revisão de seus currículos, adequando – os às necessidades

regionais e a uma museologia que tivesse como enfoque principal o homem, e não somente o objeto (SANTOS, 2008, p. 26).

Maria Célia aprimora seu diálogo com a memória de Waldisa Rússio e enfatiza o que, a seu ver, pode ser considerado como significativas contribuições da autora para o campo da museologia: “o museu construído com a participação do cidadão; a museologia além do cenário museu; o fato museal...; Intercâmbio entre os profissionais da América Latina e entre os cursos de museologia do país” (SANTOS, 2008, p. 27).

O esforço de colocar o Brasil no cenário de práticas museológicas Latino Americanas feito por Waldisa Rússio, quando organiza o I Seminário Latino-Americano de Museologia, realizado em 1990, no Memorial da América Latina, na cidade de São Paulo, evidencia sua preocupação em fortalecer o diálogo acerca dos museus e seu papel frente aos desafios enfrentados pela sociedade, especialmente no que diz respeito à cultura e ao patrimônio. Tal iniciativa merece destaque, pois permite a ampliação das discussões, a troca de saberes e de experiências que permeiam a prática da museologia comprometida com o papel social dos museus em articulação com as experiências Latinas.

Em continuidade, destacamos o cenário de produção teórica e ações práticas a respeito do campo da museologia a partir da inspiração do movimento da nova museologia das experiências do México, pois consideramos que tais realizações garantem outros olhares que aproximam o campo da nova museologia da experimentação da Museologia Social. Com destaque para as articulações em benefício das práticas participativas, a partir da América Latina, a Mexicana Miriam Arroyo, dedica sua trajetória a estudar o campo dos museus com atuação voltada para experiências e práticas inovadoras no campo da nova museologia e nos permite refletir sobre os processos e programas empreendidos com ênfase na atuação comunitária dos museus. Coordenadora do Proyecto Experimental de La Casa Del Museo, do Museu Nacional de Antropologia, do Instituto Nacional de Antropologia e História (Inah), do México em 1974. Foi responsável pela criação do Programa Nacional de Museus Comunitários, com dedicação ao campo dos museus, Arroyo atuou em bairros populares da cidade do México e dedicou-se desde o início ao Movimento Internacional para uma Nova Museologia – Minom, como uma de suas fundadoras.

Dirigido por Mario Vásquez, nos anos 1970, o projeto denominado “La Casa del Museo”, ganhou destaque ao propor concretizar os compromissos assumidos pela carta produzida em Santiago do Chile, por ocasião da Mesa redonda promovida pelo Conselho Internacional de Museus - ICOM. Tal iniciativa tinha como propósito integrar os museus a comunidade e os trabalhos realizados pela Casa de Museo, estavam baseados no desejo de promoção e organização social, em atendimento aos interesses e precisões da

comunidade. A Casa del Museo, objetivava estar a serviço das populações atrelada aos seus anseios, distante de um papel inerte, isolado e afastado das problemáticas sociais, perspectiva comum dos museus á época. Segundo documento produzido pelo MINOM México:

En la Casa del Museo estuvieran sustentados por una intensa labor de promoción y organización social, que las temáticas a abordar respondieran a los intereses y necesidades de la comunidad, sólo de esta manera el museo dejaría de ser un espacio aislado y ajeno a la problemática de la población, generando un proceso de concientización y apropiación de su historia particular y encontrar soluciones colectivas de dicha problemática. (Documentos Básicos da Nova Museologia)⁴⁸

A experiência da Casa del Museo, ativa por oito anos foi responsável por incentivar o surgimento de uma concepção teórico-metodológica que daria origem posteriormente aos museus comunitários em diversas regiões do México, estimulando uma abordagem participativa e dedicada que desse conta de problematizar e discutir processos de conscientização e apropriação das histórias particulares e coletivas com vistas a superar conjunturas sociais engessadas e esmagadas pela ordem vigente (LUGO, 2008).

O projeto tem considerável importância como influência para as novas gerações de museus que seguiriam se fortalecendo rumo à autonomia dos povos no que se refere à tomada de decisão e a imposição de suas visões de mundo e necessidades sociais marginalizadas, silenciadas e subalternizadas. Os museus comunitários, fortemente incentivados no México, são definidos, na concepção de Miriam Arroyo, como:

... El museo comunitario possibilita el reconocimiento cultural entre los pueblos y la creación de un mundo fraternal. Este tipo de museo difunde las singulares expresiones y códigos de comunicación de la comunidad, con el fin de preservar y conservar el área social y territorial; fortalece el sentimiento de pertenencia a un grupo al integrar y acercar a sus miembros individuales. Impulsa la revalorización de su idioma, tradiciones, costumbres, condiciones geográficas, formas de producción y promueve además, una relación mas afortunada entre las comunidades, favoreciendo así el intercambio cultural (ARROYO, 1983).

Miriam Arroyo, foi coordenadora do Programa para el Desarrollo de la Función Educativa de los Museos – PRODEFEM criado em 1983, apoiada por uma equipe interdisciplinar. Segundo (LUGO, 2007) foi por meio deste programa que se ouve falar pela primeira vez em museu comunitário no México, onde o programa de museus escolares dá origem a uma aplicação prática e concepção teórico-metodológica dos msueus comunitários, herdeiros diretos da experiência da Casa del Museo.

⁴⁸ www.nuevamuseologia.galeon.com/aficiones1773459.html

Tais experiências são acompanhadas no âmbito do Movimento Internacional para uma Nova Museologia, desde 1985, desde sua criação em Lisboa, Portugal. “Es importante señalar, que el Ecomuseo Quebequense es pionero junto con los ecomuseos franceses y los museos comunitarios de México, del nacimiento de la nueva museología internacional”.(LUGO, 2007)

Miriam Arroyo, ao lado de Mario Vázquez, Cuauhtémoc Camarena e outros autores, são responsáveis pela promoção, no México, de uma museologia comunitária em nível nacional, com ênfase para os estudos teóricos e práticos que se aliam ao campo da museologia. Os acúmulos, a partir das reflexões acerca do movimento da Nova Museologia e sua aplicação nas variados bairros populares da cidade do México são significativos e contribuem para a conformação das experiências pautadas por destacar os saberes populares, com ênfase para a garantia da autonomia e da participação comunitária.

Em 2011, por ocasião do III Encontro Baiano de Museus, organizado por Maria Célia Moura Santos, Miriam Arroyo destaca, em sintonia com os interesses do Encontro, a importância de que a população deve estar apta para atuar na vigilância do cumprimento de seus direitos, atuando como agentes de transformação social: “o novo conceito das novas experiências dos museus nas comunidades deve estar orientado no sentido de atuar como colaborador, ajudando a comunidade, onde está inserido, a ter poder de decisão para construir suas próprias mudanças e melhorias” (ARROYO, 2011).

Ao analisar a trajetória das autoras e, em especial, as contribuições deixadas ao campo da museologia e dos museus, em articulação com os processos sociais, a intenção foi percorrer um cenário onde é possível perceber as tensões, ideias e contribuições de cada uma compondo um mosaico de práticas e reflexões a respeito do papel social dos museus em diferentes contextos, lugares e temporalidades. Com destaque para o entendimento, a partir da percepção das autoras, que museu é lugar de enfrentamento das questões sociais mais urgentes, museu é lugar de provocar mudanças, lugar de inquietações e de práticas insurgentes. Sem nenhuma perspectiva ou vocação para a inércia, ou para a permanência vigilante de objetos inanimados, os museus, para elas, tem papel incisivo para a construção de uma sociedade que almeja ser mais justa.

Aplicadas, cada uma a seu modo neste desafio, os cruzamentos feitos, por brasileiras, cubana e mexicana, demonstram a força e capilaridade do aspecto participativo e libertário dos museus na construção de um cenário mais amplo de possibilidades conscientizadoras, educadoras, problematizadoras e participativas. Estas discussões contribuíram para preparar o terreno de solo fértil onde germinaria, com inspiração do movimento da Nova Museologia, outras práticas e reflexões museais. As sementes

plantadas por estas mulheres seguem em ritmo acelerado de crescimento e permitem sedimentar outros terrenos metodológicos como os da Museologia Social, pautados em processos que avançam na perspectiva decolonizadora dos museus.

A Lista de mulheres que contribuem para que o campo de reflexões acerca da Museologia Social se consolide é enorme e não poderia citar todas aqui, mas de algum modo quero deixar minha homenagem a algumas delas, em respeito a todo trabalho dedicado ao campo da Museologia Social com atuações distintas seja no campo acadêmico produzindo referenciais teóricos e exercitando a Museologia Social na prática, ou mesmo exercendo a militância e a gestão dos processos museais desde as comunidades, ou ainda exercitando todas as vertentes de uma só vez, característica comum da mulher que produz acerca dos museus e seu papel social contribuindo para que possam ser repensados a partir de uma lógica mais inclusiva, são elas: Ilone Seibel (*in memóriam*), , Magaly Cabral, Luciana Sepúlveda Köptcke, Cristina Oliveira Bruno, Judite Primo, Paula Assumpção, Marília Xavier Cury, Terezinha Resende, Silmara Kustner, Deborah Santos, Marijara Queiroz, Vânia Brayner, Graça Teixeira, Odalice Priost (*in memóriam*), Claudia Rose, Inês Gouveia, Kátia Loureiro, Rita de Cássia, Antônia Soares, Aline Portilho, Marlúcia, Cláudia Feijó, Chiquinha, Chicon, Helena Quadros, Camila Moraes, Viviane Rodrigues, Terezinha (Lomba do Pinheiro), Marcia Vargas, Abadia, Deuzani, Leila Regina (Taquaril), Moana Soto, Claudia Storino, Sara Schuabb, Lavínia Cavalcanti, Aida Rechen, Ana Paula Fiuza, Girlene Bulhões, Manuelina Cândido, Camila Quadros, Camila Moraes Alcântara, Cristina Holanda, Giane Vargas Escobar, Simone Flores, Mirela Araújo, Aline Bogado, Nazaré Silva...

Esta relação de mulheres não termina aqui, certamente a lista é muito maior, no entanto, por meio destas mulheres brasileiras gostaríamos de deixar nossa homenagem a todas que contribuem de formas distintas com o fortalecimento das práticas museais e museológicas. Esta relação apenas tem a intenção de promover uma compreensão de que este campo é feito também por mulheres. Muitas mulheres que compartilham aprendizados, ideias, sonhos, esperança, que lutam por sua dignidade e também pela dignidade das comunidades a que pertencem. Consideramos a participação feminina preponderante para a consolidação do campo da Museologia Social e, em especial, por que fortalecem também a batalha das mulheres por condições de igualdade e respeito à vida que também são temas de interesse da Museologia Social que ajudam a construir:

No mundo contemporâneo observa-se o recrudescimento e a multiplicação das formas de violência e fascismo dirigidas contra os povos originários, comunidades ribeirinhas, tradicionais e periféricas urbanas, negros, mulheres, comunidades LGBTTT, imigrantes, refugiados, e todos os que são se enquadram no modelo hegemônico (Missiva de Nazaré, MINOM. 2016).

Combater as diversas formas de silenciamento, apagamento e invisibilização da presença e atuação das mulheres em todos os territórios sociais, políticos e geográficos, afirmando uma perspectiva emancipatória na práxis museológica (Missiva de Nazaré, MINOM. 2016).⁴⁹

Diante deste solo fértil provocado pelas discussões e inspirações advindas do movimento da nova museologia, importa discutir, o que apresentaremos como perspectiva emancipadora propagada pela Nova Museologia e como este cenário dá espaço para a ampliação e concretização de propostas museais pautadas pelo pensamento (de) colonial das práticas museais. Nas próximas linhas tentaremos esboçar um caminho que pode ser trilhado a este respeito, sem, contudo, pretender ir ao esgotamento do tema.

1.1.2 Museologia, Nova Museologia e Museologia Social: interfaces e conjuntura.

... temos que colocar um primeiro dado também da realidade, do momento que a gente está vivendo dentro da ciência museológica ou da prática museológica. Há, na realidade, uma museologia existente, real, que está aí fora, e há uma museologia postulada, sonhada, desejada (RUSSIO, W. 1984, p. 65)

O campo dos museus e da museologia, tem se forjado em meio a disputas que nem sempre são discutidas e debatidas em profundidade. A esse respeito é importante perceber, por exemplo, os conflitos que advém das adjetivações complementares para a museologia como: Nova Museologia e Sociomuseologia/Museologia Social, categorias que se vinculam por trajetórias interligadas e pressupostos comuns, muitas vezes consideradas como sinônimas, ou mesmo inexistentes do ponto de vista de sua legitimação enquanto espaço de produção científica. No entanto, a partir de uma breve análise da trajetória dos movimentos que as originam identificamos que tais museologias são inteiramente autônomas e refletem as questões e desafios de seus tempos, e podem ser consideradas como resultado de reflexão e atuação em sinergia com alternativas museais de enfrentamento, debates,

⁴⁹A Missiva de Nazaré foi escrita durante uma travessia de barco no Rio Madeira. Sua construção coletiva se deu no âmbito da XVII Conferência Internacional do Minom, realizada no Distrito de Nazaré, cidade de Porto Velho em Rondônia, Região Norte do Brasil (Amazônia Legal). A Conferência aconteceu com apoio do Programa de Extensão em Defesa do Patrimônio Cultural Ribeirinho: educação, memória e cidadania no Baixo Rio Madeira e da Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Para acesso a Missiva de Nazaré consultar: www.minom-icom.net

denúncias, espaço de experimentações a partir de reflexão teórica interdisciplinar, museografias alternativas, novas formas de comunicação e estratégias de salvaguarda conectada com ampla participação social, onde os profissionais dos museus atuam em conjunto com os protagonistas das ações e práticas, em diálogo participativo por meio de uma intervenção mútua e dialógica de saberes e fazeres.

Uma reflexão sobre a existência de Museologias possíveis de serem analisadas dentro do campo museal, se justifica pelo fato de que a Museologia Social ou Sociomuseologia tem atuado a partir do interesse explícito centrado em uma aversão a todas as formas de dominação, e seu desafio está posto na necessidade de desenvolver modos de crítica, a partir de um discurso teórico que sirva como mediador de ações sociais com vistas a uma transformação emancipatória. Este se configura como um amplo desafio para a Museologia Social, haja vista que enfrentamos uma longa tradição de práticas sociais que fortalecem e promovem a falta de conhecimento histórico, político e conceitual, muitas vezes corroborada por práticas museais colonizadoras.

A Nova Museologia e o seu contexto de surgimento⁵⁰, pode ser considerado um marco para a história do campo dos museus e da museologia, uma vez que representa ao longo da trajetória de consolidação do campo museal, um momento de destaque para o fortalecimento das ações dedicadas a ampliação da participação popular na estrutura dos museus, em sua dinâmica de reconhecimento com ênfase aos enfrentamentos por garantia de visibilidade das questões sociais desde o ponto de vista dos atores até então aliados do processo de constituição dos espaços museais e das escolhas por temas e discussões propostas por estas instituições. No entanto, a ideia de que existe uma museologia que se dedica de forma específica ao fortalecimento das práticas e reflexões a partir do campo social, dedicadas a enfrentamentos emergentes de sociedades profundamente estratificadas nem sempre foi ponto pacífico na trajetória de desenvolvimento do campo museal. Foi exatamente o descaso com que eram considerados tais processos que motivou o surgimento de uma atmosfera crível para o início dos movimentos por mudança. Em análise detalhada sobre os antecedentes que propiciaram o surgimento do Movimento da Nova Museologia, Maria Célia Teixeira Moura Santos destaca os fatos históricos desde a década de 1960, que com o seu profundo estado de inconformismo toma mais fôlego a partir das

⁵⁰A respeito da Nova Museologia encontramos diversificados trabalhos dedicados ao tema, sem a intenção de esgotar as referências, segue alguns autores que tem dedicado tempo a esta discussão: SANTOS (2002); ARAÚJO, M. M & BRUNO, M. C. O (1995); BRUNO, M. C. O (1997, 2006, 2009); VARINE BOHAN, H.(2000, 2013); DUARTE, A.(2014); PRIMO, J (1999,2008, 2011); MOUTINHO, M (1993); CHAGAS, M (1994, 1996, 1999, 2002, 2007,2017); BRULON, B. (2006, 2008, 2014).

reivindicações dos estudantes ativistas no famoso maio de 1968. (SANTOS, M. C. T. M. 2008, p. 72).

Neste cenário de contestação e indignação, até mesmo os conceitos de cultura e patrimônio também são considerados para uma revisão, uma proposta de ampliação das características de gestão e valorização dos museus em todo o mundo. A partir de tais elementos históricos que circunscrevem as origens de um movimento que pressupõe libertação, propomos o entendimento acerca do surgimento dos ideais que moldariam a presença de uma atmosfera que indicava uma mudança estratégica sobre as formas de pensamento museal de então. Nem todas as práticas e reflexões estavam considerando os museus a partir de uma perspectiva ampliada da participação social. Assim, a década de 1970, pode ser considerada, um período rico de reflexão que permite dar vazão a uma grande necessidade de rever conceitos e ideias pautados por uma grande onda de imperialismo que se pretende reafirmar a partir dos velhos mecanismos de dominação por meio do controle da consciência popular. (SANTOS, 2008).

Neste contexto, como já apontado anteriormente encontramos em Cuba, Marta Arjona Pérez no *front* de batalha, defendendo o protagonismo e os interesses do patrimônio, com vistas a proteger a supremacia do povo a partir da escolha de seus patrimônios e o interesse em fortalecer as escolhas políticas feitas por aquele país. Encontramos os projetos desenvolvidos pelos Mexicanos com apoio de Miriam Arroyo, em especial atenção para os bairros periféricos, alimentando a esperança por uma sociedade diferente em equilíbrio de oportunidades. Estimulados por George Henry Riviére e Hugues de Varine, observamos o surgimento da experiência dos Ecomuseus e a necessidade de criar espaços que reafirmassem a perspectiva de que a população deveria tornar-se parte integrante do museu.

Somada a estas inquietações as mesas de discussão propostas pelo ICOM com o propósito de ampliar o debate acerca das novas ideias surgidas e dos desafios de compreensão das necessidades apontadas pelo momento propício a rupturas e desconstruções, como em 1958 no Rio de Janeiro, o Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus⁵¹ que priorizou a discussão sobre Museu e Educação, em 1971, em Paris a IX Conferência dedicada ao tema “o museu a serviço do homem, atualidade e futuro – o papel educativo e cultural”. No entanto, para o universo museal, a Mesa de Santiago do Chile realizada em 1972, pouco antes do que viria a ser um verdadeiro

⁵¹ Para conhecer melhor os documentos citados, ver: O ICOM -Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro documentos seleccionados. 2010. BRUNO, Maria Cristina Oliveira. (Org). São Paulo, Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: ICOM. Vol. 1 e 2.

massacre democrático vivenciado pelo Chile, com a ascensão do General Augusto Pinochet, promovida pelo ICOM, é considerada a responsável por lançar as bases do que seria mais tarde denominado Movimento da Nova Museologia e posteriormente Museologia Social. Assim, para Judite Primo, que analisa a produção dos cinco documentos básicos⁵² que traduzem o Pensar Museológico no século XX:

Os documentos acima referidos, são o resultado da reflexão conjunta de profissionais que buscam a evolução de ideias na sua área de actuação, reconhecendo que para isto ocorrer faz-se necessário sair do casulo das suas instituições museológicas e tentar discutir com os profissionais das áreas afins os seus avanços conceituais, sendo importante estarem capacitados para reutilizarem estes avanços nas suas áreas de actuação. É o reconhecimento da importância da interdisciplinaridade para o contexto museológico. (PRIMO, J.1999, p. 06)

A partir deste cenário aberto a outras possibilidades de entendimento, muitos teóricos refletiram o campo dos museus e, por isso, propuseram inovações a partir da concepção de museu até então difundida, ou seja, museus dedicados a coleções, públicos, contemplação e espaços de afirmação de um poder soberano articulado as práticas colonialistas e unilaterais. Museu como espaço de um poder absoluto que se traveste de democrático a partir de interesses pautados por grandes lideranças mundiais que exercitam por meio destes espaços sua hegemonia de pensamento, de conhecimentos e de verdade.

A mesa de Santiago do Chile é vista como um marco, um divisor de águas para a Museologia nacional e internacional, a partir da contribuição deixada por seu documento base, onde estão, segundo (SANTOS, 2008. p. 76) “as bases conceituais e filosóficas do que se denominaria posteriormente o movimento da nova Museologia”. O campo da Museologia, se esforçava por ampliar a capacidade de gerar mudanças no mundo e, por conta disso, ampliava a habilidade de enxergar inovações possíveis de sacudir a realidade enfrentada no cotidiano destes espaços e na capacidade de gerar reflexão a partir da prática museológica.

O Movimento da Nova Museologia atravessa o campo museal e museológico e apresenta de forma contundente que existe um vazio, um hiato de compreensão entre o que se praticava enquanto única forma de pensar e fazer Museologia e o movimento que cria bases para a adoção de outra postura frente ao campo museal.

⁵² Os cinco documentos listados e analisados são: “aos documentos produzidos no Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus ocorrido no Rio de Janeiro no ano de 1958, na Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972, no I Atelier Internacional da Nova Museologia na cidade de Quebec no Canadá realizado em 1984, na Reunião de Oaxtepec ocorrida no México em 1984 e na Reunião de Caracas na Venezuela em 1992. Documentos que foram elaborados no seio do ICOM – Concelho Internacional de Museologia” (Primo, J. 1999 p. 5-6).

Reconhecer que existiu um movimento de ruptura neste campo, que se perpetua em ação até os dias de hoje, e que pretende expandir as bases de atuação a partir da conformação de múltiplos campos de saber, pode ser um passo a mais para exemplificar a precariedade de compreensão a partir da assertiva de que existe uma única Museologia capaz de exercitar todas as possibilidades de entendimento crítico dentro do universo museal. As práticas e reflexões que se fortalecem a partir das experiências da Museologia Social, podem, por exemplo, problematizar a existência de uma Museologia que não dá conta dos desafios postos por uma sociedade em múltiplos aspectos negligenciada. É por dentro das bases de constituição de uma Museologia transgressora, efetivamente aguerrida de novas possibilidades de exercício crítico e engajamento social, que nasce um movimento que revoluciona a prática museal desde a década de 1970 e nos motiva a seguir transgredindo. A este respeito Mario Moutinho diz:

desiludidos com a atitude segregadora do ICOM e em particular do ICOFOM, claramente manifestada na reunião de Londres, de 1983, rejeitando liminarmente a própria existência de práticas museológicas não conformes ao quadro estrito da museologia instituída, um grupo de museólogos propôs-se a reunir, de forma autônoma, representantes de práticas museológicas então em curso, para avaliar, conscientizar e dar forma a uma organização alternativa para uma museologia que se apresentava igualmente como uma museologia alternativa". (MOUTINHO, 1995, p. 26)

Identificamos, portanto, com esta reação descrita por Moutinho, um pensamento museológico que não considerou a forte corrente que tinha início e os rompimentos que geraria, reificado por textos de autores integrantes em sua maioria ao ICOFOM⁵³, que mantém a linha de reflexão pautada pela construção de arcabouços argumentativos que retroagem as bases sociais da Museologia a marcos mais remotos desde a criação do Conselho Internacional de Museus - ICOM, por exemplo.

⁵³«Comitê Internacional para Museologia é um fórum internacional para o debate museológico. Em seu sentido mais amplo, a Museologia trata do enfoque teórico sobre qualquer atividade humana, individual ou coletiva, relacionada à preservação, interpretação e comunicação de nossa herança cultural e natural, e sobre o contexto social em que ocorre a relação específica entre o homem e o objeto. Embora o campo do Museologia seja muito mais amplo que o próprio estudo de museus, seu foco principal permanece nas funções, atividades e o papel dos museus na sociedade, como depositários da memória coletiva. ICOFOM estuda também as várias profissões que atuam no museu. Um tópico importante é o inter-relacionamento entre a teoria e a prática. Os aspectos práticos do trabalho do museu são denominados de Museografia ou Expografia. Os trabalhos apresentados nas conferências anuais são publicados na ICOFOM Study Series. Um boletim de notícias mantém os membros informados sobre o que está acontecendo". Texto retirado da página do ICOFOM na Internet: http://www.icom.org.br/?page_id=186. Último acesso em 21/02/2018.

Para esta corrente teórica, a Museologia sempre foi *una*, e os espaços para as discussões sociais, sempre existiram por dentro de suas proposições teóricas e digressões construídas a partir de uma visão Francesa e Anglo-saxã. Não há necessidade de transgredir, afinal a transgressão já está posta, não há, portanto novidade em Santiago do Chile, não havia conflitos que a Museologia daquele momento não pudesse superar. Os ecomuseus, criados por membros do ICOM, não significavam rupturas, afinal, para estes autores a questão era: como seria a vida útil da Museologia de então se uma nova fosse referendada? Desvallés em texto “Museologia Nova ou o nascimento da Nova Museologia”, fruto do relatório apresentado ao Conselho Executivo do ICOM, com vistas a responder à proposta de legitimação do Movimento Internacional por uma Nova Museologia – MINOM como organização filiada, publicado em 1985, argumenta que:

Ao se reconhecer que a nova museologia deve ser tratada de modo particular, o restante da museologia deve ser enterrado o desconsiderado demasiadamente velho para suscitar qualquer interesse – quando, na verdade, há somente uma museologia que deve abordar seriamente todos os problemas. (DESVALÈES, [1985] 2015, p. 39).

Já para Hugues de Varine o tema possui outro desdobramento e a indicação que faz acerca das museologias, no plural, reconhece que é necessário abrir caminhos para outros olhares e novas percepções sobre as transformações do campo dos museus:

Foi assim que na primeira tentativa de reforma do ICOM em 1971, a noção de desenvolvimento foi introduzida explicitamente nos estatutos da organização e se fizeram esforços para encorajar novas formas de museologia: museus locais, ecomuseus, centros de interpretação, museus escolares. (VARINE, 2012. p.30)

A militância de Hugues Varine, expressão usada pelo próprio autor para explicitar seu envolvimento com o campo do patrimônio e dos museus, sempre na perspectiva de valorização do desenvolvimento local como objetivo das práticas patrimoniais e museais, torna este autor ainda mais especial para as análises aqui pretendidas. No âmbito de seu relacionamento com o campo dos museus, dedicou-se a refletir sobre outras Museologias possíveis, destacando entre outros aspectos o caráter inovador de tais práticas em especial a relação dos profissionais da época com o tema:

Nos anos 1970, com a fronteira entre minhas atividades profissionais e minha militância “patrimonial” tendo praticamente desaparecido, tive a oportunidade de participar da fundação, ou deveria dizer da invenção, do ecomuseu da Comunidade Urbana Le Creusot-Montceau... Esse fato me permitiu, apesar de minha saída do ICOM em 1974, ficar próximo dos museólogos que estão à procura de novas fórmulas e, por conseguinte, que se inovam. (VARINE, 2012. p.31)

Ainda que observemos nos documentos oriundos do ICOM em suas várias conferências e encontros à inclusão de temas como desenvolvimento local, ênfase na realidade político-social e vínculo com as comunidades, ainda assim, não é possível retirar ou mesmo diminuir a importância e o pioneirismo do documento produzido por Santiago do Chile e as propostas de intervenção e aglutinação das preocupações sociais que foram originadas a partir daí. Importante destacar que os contextos que as produziram são distintos, nesse caso há uma grande distância entre o que se introduz como referência ao caráter social dos museus e o que se pratica no âmbito dos museus. A ênfase dada ao discurso geral a partir do reconhecimento de que os museus devem estar atentos a uma realidade que se vincula política e socialmente, não reflete em uma mudança de pensamento a partir da relevância de abordar os temas principais dos museus e atrelá-los a uma concepção politizada e socialmente engajada como papel social dos museus, ao contrário, essa perspectiva é abandonada quando observamos a partir destes marcos a prática relacionada aos museus. Podemos ser mais audaciosos e investir em uma razão que é diametralmente oposta.

No entanto, para alguns autores a questão principal que norteia o debate acerca da valorização dos resultados da Mesa de Santiago do Chile e dos acréscimos que advém deste documento somado às propostas teóricas e práticas que surgem a partir dele para o campo da Museologia dedicadas, especialmente aos aspectos sociais, resume-se a um reconhecimento de pioneirismo ou ineditismo relacionado ao aspecto social. Assim, retira-se o foco do teor emblemático da carta desconsiderando o que, nesse caso, é o mais significativo de seus legados: os desdobramentos de tais práticas para o fortalecimento do campo da Museologia, no que se refere às inúmeras e novas possibilidades de relacionamento entre os museus, as comunidades, os movimentos sociais, os territórios frente às questões sociais significando um marco para a constituição do movimento da Nova Museologia.

O documento alvo de disputas por um campo que se quer manter hegemônico e unificado permite, ao contrário, que tenhamos chances de observar como a abertura para o entendimento de que existem outras Museologias possíveis influenciará também outras formas de compreender os museus os problematizando em diálogos com destaque para o protagonismo de soluções museográficas, museais e museológicas dedicadas ao ato de denunciar, salvaguardar e contextualizar zonas de opressão, violência e desigualdades sociais.

Os museus que surgem no contexto da década de 1970 com destaque para as proposições desenvolvidas a partir da atuação de Hugues de Varine e George Henry Rivière

com base comunitária, significam uma abertura de caminhos que inspiram outras práticas e que permitem aprofundar o debate acerca dos fundamentos e as bases que sustentam as Museologias como possibilidades de narrativas conceituais para que possamos identificar em que medida se diferenciam e se constituem como autônomas, nesse caso especialmente dialogaremos com a constituição do Movimento da Nova Museologia e a Museologia Social/Sociomuseologia.

Sobre a Nova Museologia, Maria Célia de Moura Santos, nos ajuda a compreender que o movimento estabelece as bases para o surgimento de novas práticas e reflexões que conformarão um campo de conhecimentos denominado Museologia Social ou Sociomuseologia que se dedicará a cumprir um papel metodológico e disciplinar que contribuirá com as reflexões e práticas dedicadas aos aspectos sociais dos museus, em especial as práticas relacionadas aos movimentos sociais, aos protagonistas locais e a exercícios museais pautados em novos processos. Assumindo um papel dedicado ao ato de transgredir conceitualmente e epistemologicamente a partir do campo dos museus e da Museologia experimentado até então.

O Movimento da Nova Museologia é um dos momentos mais significativos da Museologia contemporânea, por seu caráter contestador, criativo, transformador, enfim, por ser um vetor no sentido de tornar possível a execução de processos museais mais ajustados às necessidades dos cidadãos, em diferentes contextos, por meio da participação, visando ao desenvolvimento social. (SANTOS. M. C. T. M, 2002, pág. 94)

No entanto, esta construção não pretende desconsiderar todas as práticas e processos desenvolvidos até então. É necessário considerar que o Movimento da Nova Museologia não pode ser visto como um ato isolado ou inédito e desconectado da realidade que permitiu seu desenvolvimento, sendo assim:

a classificação *Nova Museologia* não pode ser evolucionista, pois a realidade social é multidimensional. A prática da Nova Museologia é humana e, conseqüentemente, não pode ser dissociada de experiências passadas e embrionárias. (SANTOS. M. C. T. M, 2002, pág. 95).

Em 1984 é realizado em Quebec o primeiro seminário internacional, destinado a discutir ecomuseus e Nova Museologia. Moutinho (1995, p. 28), comentando sobre este seminário e o documento recorrente dele dá ênfase no aspecto de que não há nada de novidade a realçar na declaração de Quebec, além do fato de: “ter confrontado a comunidade museal com uma realidade museológica profundamente alterada desde 1972,

por práticas que revelam uma museologia ativa, aberta ao diálogo e dotada agora de uma forte estrutura internacional.”

O movimento da Nova Museologia e os museus derivados desta perspectiva podem ser compreendidos como alternativas para a realidade museal na medida em que propõem a articulação de saberes e práticas relacionadas ao patrimônio em seu sentido alargado e também a participação plena dos cidadãos nos museus. Neste sentido, a trajetória do MINON, contribui para o entendimento da atmosfera de atuação destes processos assentados a partir da Mesa de Santiago do Chile. Ao fundar o Movimento Internacional para a Nova Museologia/MINOM, os profissionais demonstram algum tipo de manifestação por espaço ou reconhecimento e de forma articulada impõem a perspectiva de que é necessário um espaço para debates e trocas específico para a realidade vivida por museus comunitários, ecomuseus e demais que tenham afinidade com as propostas da Nova Museologia.

O que se observa é que, no início dos anos 80, apesar da existência de um bom número de ecomuseus, museus comunitários, museus locais e museus ao ar livre, os profissionais que desenvolviam ações museológicas comprometidas com o desenvolvimento social e com a participação encontram resistências no sentido de que seus projetos fossem reconhecidos no universo museológico. (SANTOS. M. C. T. M, 2002, pág. 103)

Incentivado por estas reflexões e ambiente propício para o entendimento de que outras Museologias são possíveis “o conceito de Museologia Social traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea”. (MOUTINHO. M. C. 1993, pág. 07).

Com o intuito de fortalecer as práticas e reflexões em torno da Museologia Social, observamos a atuação do mestrado e do doutorado em Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – ULHT, Aline dos Santos Portilho, em sua tese de doutoramento⁵⁴ que versa sobre as políticas governamentais e as ações do Museu de Favela, se detém a compreender como o campo da Museologia Social está inteiramente associado ao fortalecimento das práticas e políticas museológicas brasileiras a partir de 2003. Em seu trabalho, além de outros enfoques, estuda a produção acadêmica do Mestrado e Doutorado da ULHT refletidos a partir dos artigos publicados nos Cadernos de

⁵⁴PORTILHO, Aline dos Santos. Das “belezas que emanam dos jardins suspensos de Ipanema e Copacabana”: Políticas Governamentais, demandas por memória e produção do espaço no Museu De Favela do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo. Tese de Doutorado. FGV, 2016.

Sociomuseologia, contribuindo com uma sistematização que permite observar a crescente produção a respeito do tema. A esse respeito diz o seguinte:

Um ano após a transferência do mestrado em Museologia Social para a ULHT, foram lançados os Cadernos de Sociomuseologia – Revista Lusófona de Museologia, ligada ao Centro de Estudos de Sociomuseologia. Contava, até 2012, com cerca de 140 autores cujos textos eram distribuídos em 44 números. Uma parcela de trabalhos investiu na publicação de textos normativos para o campo, buscando definir conceitos bem como estipular procedimentos para a museologia e para a operação da categoria museologia social. Entretanto, a maior parte dos textos analisa casos e relata experiências aplicando conceitos e narrativas estabelecidas para a museologia social. (PORTILHO, 2016. p. 46)

Atentos aos esforços dedicados ao fortalecimento das práticas e discussões conceituais alguns autores nos oferecem a perspectiva da problematização de conceitos já elaborados para desenvolver uma nova perspectiva de análise para o campo dos museus, por exemplo, Mario de Souza Chagas, entre tantas contribuições dedicadas ao campo da Museologia Social, destaca os conceitos de patrimônio e memória e os retira da condição tais como sempre foram tidos, para que possam passar por uma revisão que os permitam se articular as ideias de esquecimento, patrimônio, resistência e poder CHAGAS (1996, 2007, 2013, 2017). Ao escolher como caminho, para a discussão dos assuntos tangenciados neste texto, o debate e o confronto entre o poder da memória e o poder dos museus, experimentando as transformações possíveis e as discussões sobre o papel que os museus podem adquirir neste contexto, o autor desenvolve uma análise onde articula os museus aos movimentos sociais e a questão específica de poder relacionada a eles e como sobreviver a estes propósitos.

Não se tratava mais, tão-somente, de abrir os museus para todos, mas de admitir a hipótese e de desenvolver práticas em que o próprio museu, concebido como um instrumento ou um objeto poderia ser utilizado inventado e reinventado com liberdade, pelos mais diferentes atores sociais. Por essa estrada, o próprio museu passou a ser patrimônio cultural e o patrimônio cultural uma parte constitutiva da nova configuração museal. (CHAGAS, M. S. 2007, pág. 220)

Diante deste cenário aberto as possibilidades, iniciativas dedicadas aos museus comunitários, museus sociais, Pontos de Memória, surgem e se configuram como um aspecto importante do campo museológico e museal, quase sobrepondo-se as demais áreas de conhecimento da museologia. Um cenário provocado a crescer devido as políticas públicas construídas pelo governo Lula, e antes disso, por discussões e articulações interpessoais como aquelas que se deram no âmbito do I Encontro Internacional de

Ecomuseus⁵⁵ que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro em 1992 que marcou o encontro de professores, pesquisadores e militantes que passariam a dedicar-se na construção de práxis dedicadas ao campo da museologia social ou sociomuseologia em âmbito internacional.

A seguir, para que possamos compreender melhor a aproximação teórica acima esboçada, abordaremos conceitos relacionados ao pensamento decolonial que nos ajudam a pensar a Museologia Social e a fortalecer o campo da Museologia a partir da Decolonização do pensamento museal, por meio do exercício de práticas decolonizadoras, como o caso da experiência do Programa Pontos de Memória que veremos no capítulo 2 desta tese.

1.1.3 Teoria Decolonial

Com o intuito de elaborar uma breve sistematização dos principais autores que abordam os estudos pós-coloniais e decoloniais em suas pesquisas, partimos da constituição do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), formado a partir da década de 1990, por intelectuais latino-americanos situados em diferentes universidades das Américas. Uma das principais contribuições deste grupo foi revisitar o argumento pós-colonial por meio da noção de “giro decolonial”, promovendo assim uma drástica revisão epistemológica e consequente renovação crítica e utópica das ciências sociais no século XXI. A defesa do “decolonial”, nas suas esferas política, epistêmica, e teórica é posta como necessária pelo grupo (M/C), como estratégia de sobrevivência para estar no mundo cercado pela permanente colonização em escala global. Contribuindo com a renovação da tradição crítica do pensamento latino-americano.

Aníbal Quijano define colonialidade como:

... um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em casa um dos panos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e a escala societal. (QUIJANO, 2010, p.84).

⁵⁵ A esse respeito ver: Anais do I Encontro de Ecomuseus realizado nos dias 18 a 23 de maio de 1992 na Cidade do Rio de Janeiro. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Assim, os estudos e preocupações pós-coloniais enfrentam questões complexas rumo a um possível entendimento de como os novos estudos e perspectivas epistemológicas podem romper e avançar a partir do entendimento de que novas abordagens devem surgir recolocando os pressupostos emanados pelo movimento pós-modernista e pós-estruturalistas. Estes movimentos produzidos por teóricos e pensadores de um Norte colonizador, considerados extremamente importantes, mas que não dão conta totalmente de explicar os fenômenos ocorridos desde as regiões colonizadas. A transformação no campo das ciências sociais, configurada no cerne da própria base epistemológica, se deve a busca por reinvenção do “oriental”, buscando se desvencilhar da produção de conhecimentos pautados pelo exercício e dominação do “outro” neste caso em contraposição aos do “ocidente” produtor de subalternidades. A denúncia feita pelos grupos pós-coloniais é de que as ciências sociais contribuíram para a criação de um imaginário sobre o mundo social do sujeito subalterno.

A partir desta perspectiva, surgem estudos e correntes que propõem questionamentos acerca dos clássicos da literatura pós-colonial no âmbito das ciências humanas. Citando autores precursores do pensamento pós-colonial, como Frantz Fanon, psicanalista, negro e Martinicano, revolucionário do processo de libertação nacional na Argélia; Aimé Césaire, poeta, negro também nascido na Martinica e Albert Memmi, escritor e professor de origem judaica, nos dá conta de que estes autores, entre outros, contribuíram com o início da construção de uma estrada profícua rumo à transformação das bases epistemológicas das ciências sociais ainda em ampla construção. (BALLESTRIM, 2013).

Grandes nomes da literatura clássica das ciências sociais, como Foucault, Deleuze, Derrida e Lyotard, ligados ao pós-estruturalismo e ao desconstrutivismo eram vistos com desconfiança por aqueles que acreditam na capacidade inovadora dos estudos pós-coloniais e de um rompimento radical com a perspectiva teórica eurocêntrica atribuída a tais autores. Desse modo, todos os agentes que se relacionavam com as vertentes teóricas destes movimentos eram vistos como responsáveis por uma descaracterização dos estudos subalternos com a introdução excessiva destas reflexões clássicas. Este ponto é destacado pelos estudos pós-coloniais produzidos por integrantes do (M/C) como o principal a fim de preservar a emergência de uma nova concepção epistemológica desde o sul. Spivak, oriunda do grupo de estudos subalternos, formado ainda na década de 1970 e, anterior ao (M/C), foi considerada como uma autora que contribuiu com o acréscimo excessivo de referência aos autores pós-modernos (BALLESTRIM, 2013). O Grupo de Estudos Subalternos criado em princípio no Sul Asiático também serviu para reforçar o pós-

colonialismo como movimento epistêmico e acumulou desdobramentos em vários outros países influenciando estudos variados.

O pensamento acerca da colonialidade do poder, do saber e do ser apresentada por Aníbal Quijano, em fins da década de 1980 e também trabalhada por Wallerstein (1991, 1992 1995) e Mignolo (2005), é um dos principais elementos que fortalecem a atuação do Grupo Modernidade/Colonialidade. Convictos de que as relações de colonialidade não findaram com o término do colonialismo, o grupo avança nas definições acerca da constituição da ideia de que os desastres humanitários como as guerras, os genocídios e a exploração das Américas, são expoentes das relações estabelecidas pela colonialidade do poder reforçada pela construção da ideia de uma diferença colonial, pautada pela inferiorização das raças, das relações de gênero e das relações de trabalho (QUIJANO, 2010).

Outra reflexão significativa está atrelada a ideia segundo o qual não existe modernidade sem colonialidade, onde colonialidade é necessária para a modernidade e, por isso mesmo, não pode ser considerada a parte e é indispensável para as análises e revisões epistemológicas (QUIJANO, 2000). Boaventura de Souza Santos incrementa esta discussão, ao se defender das críticas postas pelos teóricos do pós-colonialismo e estudos decoloniais, especialmente quanto à produção de novas epistemologias vinda do Norte considerado opressor. A resposta de Santos faz referência as ideias de Walter Mignolo, que possui voz mais radical e considera fundamental que a crítica ao ocidentalismo tenha seu lócus na América Latina (CASTRO-GÓMEZ e MENDIETA, 1998, p. 17). Da mesma forma para Mignolo é necessário uma ruptura adequada com autores eurocêntricos a fim de que possamos ver surgir alternativas ao pensamento colonizador desde o Norte eurocêntrico. (MIGNOLO, 1998).

Santos que é cientista social Português, em resposta às críticas e radicalidades cometidas, a seu ver, pela corrente pós-colonialista, quanto à produção de alternativas epistemológicas desde o Norte, defende sua posição de teórico pós-colonial que produz pensamento crítico desde o Norte em direção à construção de novas epistemologias desde o sul, tece suas considerações acerca das inconsistências desta postura radical, criando a expressão “de oposição”, pensada por ele para justificar os limites e os desafios desta visão radicalizada acerca do papel das reflexões advindas do Norte, e faz esta reflexão como cientista social oriundo de um país colonizador que contribui com as discussões acerca do pós-colonialismo. Assim:

Desta concepção ampla de pós-colonialismo, que inclui o próprio colonialismo interno, e a sua articulação com os outros sistemas de poder e de discriminação que tecem as desigualdades do mundo, emergem as tarefas da globalização contra-hegemónica, as quais, por sua vez, põem novos desafios à teoria crítica que se vem construindo do pós-moderno de oposição ao pós-colonialismo de oposição. Aliás, os desafios da globalização contra-hegemónica, obrigam a ir mais além do pós-moderno e do pós-colonial na compreensão transformadora do mundo. Por um lado, a imensa variedade dos movimentos e acções que integram a globalização contra-hegemónica não cabe nas formas de descentração que tanto o pós-modernismo, em relação com à modernidade ocidental, como o pós-colonialismo, em relação com o colonialismo ocidental, têm vindo a propor. Por outro lado, a agregação de vontades e a criação de subjectividades que protagonizam acções transformadoras colectivas exigem que o novo pensamento crítico seja complementado pela formulação de novas alternativas, o que o pós-moderno se recusa a fazer e o pós-colonial só faz muito parcialmente. SANTOS, 2010. p. 41).

O debate que propomos aprofundar estabelece suas bases neste entendimento acerca da agregação de vontades, pautada pela criação de subjetividades ancoradas no desejo de ir além das próprias definições e concepções marcando sua construção a partir de uma crítica ampliada. Assim é necessário estar atentos as novas formas de produzir contra hegemonia em um mundo de discriminação e desigualdades onde o desejo é proporcionar elementos que contribuam com a criação de alternativas a partir do cenário de oportunidades postas pela Museologia, seus processos museais e sua capacidade de inspirar musealidades transgressoras.

Com o intuito de aprofundar a discussão, recuperamos as ideias apontadas por Mignolo, acerca da necessidade de uma desobediência epistêmica. No entanto, o autor busca tornar claro seu entendimento de que, a despeito de suas críticas contundentes as ideias pós-modernas e pós-estruturalistas fundamentadas pelo pensamento europeu, considera que a coexistência do conceito descolonial não necessita ser tomado como tentativa de “deslegitimar as ideias críticas europeias ou as ideias pós-coloniais baseadas em Lacan, Foucault e Derrida” (MIGNOLO, 2010. p.2) No entanto, salienta o seu profundo desconforto ao identificar que os intelectuais da pós-modernidade, tratam como ofensa o fato da não veneração aos seus escritores emblemáticos, produtores de textos tidos muitas vezes com aura de “sagrados”.

1.1.4 Decolonização do pensamento museal

Inspirados por tais percursos decoloniais, em especial pelas ideias de desobediência epistêmica, busca-se lançar outros olhares acerca das correntes teóricas⁵⁶ produzidas pelo campo museal, ainda em construção, com o intuito de dialogar a partir das contribuições de outros instrumentos que podem contribuir com a construção teórica para o campo da Museologia, em especial, a Museologia Social. Dessa forma, pretendemos chamar atenção para a necessidade de outras construções e definições conceituais tendo como inspiração novos estudos e elementos que contribuam para a identificação, por exemplo, das várias possibilidades de compreensão do campo museal a partir dos pressupostos da Museologia Social com vistas a novas formulações que promovam o aprofundamento das reflexões sobre a prática social no âmbito da Museologia e dos museus. Consideramos de fundamental importância, por exemplo, como ambição introdutória, discutir os limites e implicações dos conceitos utilizados de museu, musealidade, musealização, acervo, conservação, participação, ente outros, até o momento utilizados com destaque para práticas restritas a espaços museais considerados tradicionais. O interesse está em observar os movimentos, as especificidades da prática museal social e, por isso, a necessidade de dramatizarmos algumas categorias da Museologia com vistas a necessidade de estarem em constante revisão e reformulação, contribuindo para o fortalecimento de uma teoria para o campo da Museologia Social conectada com os novos desafios epistêmicos a que o campo museal está sendo submetido.

⁵⁶ A produção bibliográfica com referenciais pautados por estudos e reflexões produzidas, entre outras esferas, no âmbito do ICOFOM, com destaque para a produção de Vinos Sofka, Klaus Shreinner, Zbynek Z, Stransky, Tomislav Sola, Ana Gregorová, Peter Van Mench, André Desvallées, Hugues de Varine, Georges Henri Rivière e outros. Tais autores contribuem com a reflexão acerca dos conceitos de museus e Museologia e seus escritos podem ser encontrados em abundância, por exemplo, nas publicações do ICOM e do ICOFOM e também, nas definições dos verbetes da publicação *Conceitos-chave de Museologia*, organizados por André Desvallées e François Mairesse, traduzido pelos museólogos Brasileiros Bruno Brulom e Marília Xavier Cury, em versão publicada no Brasil em 2013, de onde depreendemos questões para compartilhar. Ao analisarmos alguns dos conceitos de tal publicação, nossa intenção não é destituir de valor seus acréscimos conceituais e a sua importância, assim como as contribuições do ICOFOM e de seus autores para o cenário nacional e internacional da Museologia. No entanto, é preciso destacar que tais conceitos não se adequam a produção de mudanças ocorridas no campo museológico, especialmente as acumuladas pelas práticas e reflexões advindas da Museologia Social. As questões em torno dos temas abordados na publicação, sofrem cotidianamente alterações marcadas por profundas mudanças e por práticas cada mais audaciosas que emergem das comunidades e grupos sociais que aceitaram o desafio de pensar e fazer museus e, por conseguinte, fazer e pensar Museologia.

A nova Museologia e a Museologia Social não podem significar termos sinônimos, por mais que tenham sido configurados pela mesma matriz ideológica. A Nova Museologia se constitui como um movimento e possui trajetória proveniente das reflexões iniciadas em Santiago do Chile e do surgimento das experiências dos ecomuseu e da ecomuseologia, atrelada a várias denominações de museus como: museus comunitários, museus de vizinhança, museus sociais, museus inclusivos, ecomuseus, entre outros e está pautada por ambições progressistas de museólogos influenciados por um mundo em constatação e transformação.

A Nova Museologia é confrontada por seus limites, como a falta de categorias e conceitos bem delimitados. A partir da necessidade premente de oportunizar o surgimento de outras vanguardas com mais capacidade de tecer possíveis abordagens para os mesmos problemas, a Museologia se reinventa e atrelada a sua habilidade de tecer tais reflexões avança de forma necessária, afinal experimentamos, segundo Boaventura, “a contingência de começarmos a viver a nossa própria experiência no reverso da experiência do outro” Santos (2010). O campo da Museologia sofre e, deve mesmo sofrer mudanças e (re) significados, atrelados aos acúmulos de tantas participações e novos protagonismos neste processo de pensamento, que identifica e se apropria da Museologia, cada vez mais atreladas aos desafios do século XXI.

Matriz inspiradora, a Nova Museologia, é um movimento que cria as condições para a constituição e o fortalecimento de uma Museologia Social que se faz e refaz em termos de práxis, aprofundando a relação dialética e epistemológica da sociedade nos museus e a dos museus em sociedade. Sobretudo em direção a uma nova sociedade, pautada claramente por ideias que desejam subverter a lógica da colonialidade do poder, do saber e do ser no âmbito dos processos museais.

Assim, atentos às necessidades de uma sociedade que pretende desobedecer à ordem imposta pelo exercício da colonialidade do poder, do saber e do ser, articulados com a possibilidade de práticas museais transgressoras e indisciplinadas, do ponto de vista de sua não adequação a formatos e marco cronológico, buscamos contribuir com o entendimento de que a Museologia Social, em acordo com os pressupostos decoloniais e, avançando ainda mais, de acordo com o pós-colonialismo de oposição, busca empreender novas alternativas para pensar o campo dos museus, para além de suas representações e da ideologia já esboçada e inaugurada, com mais ênfase, a partir de 1972.

Quando o próprio campo percebe que a nova museologia pode ter uma herdeira poderosa chamada Museologia Social, aí as coisas complicam dada a capacidade aglutinadora deste termo. Assim, parte da produção acadêmica e teórica da Museologia

passa a configurar o discurso de que toda Museologia é social, assim como, anteriormente a esta discussão, nesta mesma perspectiva, a nova Museologia sempre significou uma Museologia que avança em uma postura crítica, porém sem nada de novo em seu escopo que pudesse justificar uma “Nova Museologia”, ou seja como aponta George Henri Rivière ao considerar ilegítimo o discurso de ruptura entre uma Museologia ampla e crítica, pregada pelo ICOFOM, e a “nova Museologia” correntes disseminadas por profissionais que motivam o movimento de rompimento a partir de outras perspectivas epistêmicas. Acompanhando a linha de pensamento o termo social também é problematizado como o termo “novo” e é utilizado em conformidade com a ideia de que este aspecto social sempre fez parte do arcabouço de preocupações do campo museal, na perspectiva de uma Museologia que se pretende crítica. Ora, afinal para onde vamos com essa discussão? Como fortalecer as alternativas epistemológicas para o campo museal e assim fazê-lo forte e concreto ao invés de apenas girando em torno de questões que não nos permitem avançar. Temos, para além desta discussão, inegavelmente questões específicas para serem abordadas, onde o campo de possibilidades museais avança consideravelmente, e a Museologia como disciplina não pode aglutinar e dissolver tanto acúmulo dentro do seu espectro de pensamento que se pretende unísono. Há que se reconhecer o espaço diferenciado, do ponto de vista teórico e prático, da construção social dentro da Museologia, de forma específica, com vistas a compreender seu papel e desdobramentos para o campo.

A desobediência epistêmica proposta por Walter Mignolo (2010) nos oportuniza romper as fronteiras do pensamento museológico e ampliar o conceito de museus e Museologia para outras esferas, localizadas, quem sabe, para além e muito além das configurações e amarras de museus condicionados a lógica eurocêntrica, aliás, é bom destacar que mesmo os museus comunitários e ecomuseus, muitas vezes estão condicionados por lógicas extremamente castradoras, limitadoras e atrelados a constructos sociais deformadores. Há muito que pensar sobre isso, há que enfrentar esses entendimentos e a realidade de que muitas experiências podem estar disfarçadas de emancipadoras e libertadoras a partir do discurso museal progressista, e atender a interesses que se confundem com a prática reacionária e limitadora de nossa sociedade.

Muitas práticas hoje compreendidas como processos museais são tidas como “não museus”, pois não cumprem com os “pré-requisitos” oficiais listados para obterem o ‘direito’ de serem museus e, por conta disso, serem considerados museus e aceitos como museus, integrando a lista que os oficializam e institucionalizam diante de instâncias como o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, Comitê Internacional de Museus - ICOM, governos estaduais, municipais e outros organismos reguladores, agenciadores, legitimadores. A esse

respeito, identificamos, por exemplo, uma profunda indiferença posta em relação ao fato de que os museus sem acervo não são, portanto, museus. Esta perspectiva acerca da materialidade dos museus permanece limitadora, mesmo no sentido mais ampliado do termo museu, mesmo considerando o termo “virtual”, ou mesmo a exemplo dos ecomuseus e museus comunitários. Ora, como podemos romper com tais amarras conceituais, encontrando outros significados para o que significa museu, se até mesmo os museus herdeiros da nova Museologia são exigidos a buscar adequação a padrões mínimos para serem aceitos na estrutura da Museologia? Este ponto é estratégico para pensar a Museologia Social, pois seus conjuntos de acervos são eminentemente transgressores desta ordem de classificação e projeção ordenadora. Por exemplo, e se o acervo for indignação, resistências e luta? E se o acervo não tiver representatividade material e se as pessoas não tiverem corporeidade construída. Nesse sentido, Aníbal Quijano nos inspira a pensar:

O lugar central da 'corporeidade' neste plano leva à necessidade de pensar, de repensar, vias específicas para sua libertação, ou seja, para a libertação das pessoas, individualmente e em sociedade, do poder, de todo o poder. E a experiência histórica até aponta para que há outro caminho senão a socialização radical do poder para chegar a esse resultado. (QUIJANO, 2010. p. 126)

O museu transgressor, o museu indignado, propõe rompimentos com a estrutura da Museologia, a dicotomia museu tradicional e museu comunitário/ecomuseu não é mais suficiente para dar conta de incluir um museu, um processo, uma prática, uma ação museal decolonial que expande ideias e movimentos para além das conceituações, planos museológicos, acervo, segurança, atividades educativas, e todos os impositivos de uma prática museológica minimamente “adequada” e, por isso, aceitável. No entanto, é importante perceber que não pretendemos criar a perspectiva do museu anarquista, ou o ante-museu, “não museu”, mesmo reconhecendo que tais processos são possíveis. Estas são questões para auxiliar a produção de incômodos e problematizar a ideia da liberdade acerca da apropriação do que significa museu e como ele pode estar atrelado a princípios diferentes dos que são postos como únicos caminhos de entendimento e realização. Afinal, a comunidade, ou o grupo que propõe se apropriar desse lugar, muitas vezes, e arrisco a dizer na maioria das vezes, não sabe o que isso significa. São estimulados a partir de um discurso de possibilidades e, a realidade de seu envolvimento com o tema, levanta uma sorte de idiossincrasias que a nós só resta identificar e formular como questões para a Museologia Social. Este assunto cerne de nossa discussão será tema aprofundado nos próximos capítulos ao analisarmos o Programa Pontos de Memória.

A partir de uma análise preliminar da publicação *Conceitos-Chave em Museologia*⁵⁷, buscamos identificar como as construções teóricas amarram, ou colonizam, as perspectivas de entendimento acerca dos objetos e objetivos da Museologia Social, a partir dos termos frequentemente utilizados pelos museólogos. A este respeito, os tradutores, oferecem uma excelente oportunidade para o debate acerca dos conceitos apresentados, em perspectiva aberta a críticas e reflexões, e cumprem o papel de promover o diálogo ampliando as possibilidades do campo e dos estudos. Assim, aproveitando as palavras dos tradutores e comentaristas:

Convidamos os leitores a uma leitura crítica, refletindo sobre seus museus e sobre a melhor maneira de participar dos processos museais, da mesma forma que queremos estimular os estudantes e pesquisadores a se debruçarem sobre a difícil tarefa, mas extremamente necessária, de conceituação e definição de termos que ajudem ao desenvolvimento da museologia. (BRULON, B. & CURY, M, X. 2013. p. 26 e 27).

Dessa forma, propomos pensar, de forma preambular, a necessidade de outras possibilidades de conceituação, ampliando entendimentos acerca das demandas de novos processos museais que tem surgido atualmente, a exemplo dos Pontos de Memória. A publicação desenvolvida no âmbito do ICOFOM/ICOM nos auxilia no entendimento acerca das construções teóricas do campo da Museologia que são datadas e, por isso, devem ser consideradas como instrumento de análise histórica específica. Destacamos assim, pontos para uma discussão profícua, que certamente, não será esgotada, mas que pode acenar para alguns caminhos interessantes que poderão ser aprofundados futuramente.

Citada uma única vez em todo o livro, em forma de nota de rodapé, a Museologia Social recebe a seguinte definição:

... proveniente de uma tradição museológica distinta da francesa, estando mais diretamente ligado à “museologia social” praticada e debatida no contexto português e na Mesa Redonda de Santiago do Chile, em 1972. O termo francês “museus de sociedade”, por sua vez, foi usado, a partir de meados do século XX, para ressaltar a especificidade de certos museus que não se caracterizavam como museus de arte e que não tinham coleções de Belas Artes”. (CONCEITOS-CHAVE EM MUSEOLOGIA, 2013).

Também observamos que a reflexão acerca do papel dos museus em sociedade aparece em outros verbetes que não os da Museologia ou Museu. O tema é abordado nos verbetes sociedade e ética. Nestes, a ênfase ao papel dos museus em sociedade são destacados, ainda que de forma complexa e desarticulada da prática, nos permitindo

⁵⁷ Desvallées, André, e François Mairesse, eds. 2013. *Conceitos-chave de Museologia*. Tradução de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. ICOM. Armand Colin. ISBN: 978-85-8256-025-9.

identificar o deslocamento do tema do verbete da Nova Museologia, onde caberia o papel acerca da necessidade de aprofundar nos museus seu compromisso social, reduzindo o assunto a uma dicotomia centrada na diferenciação entre museus de tipo tradicionais, clássicos dos museus comunitários e ecomuseus.

A partir da análise das categorias e verbetes criadas em Conceitos Chave de Museologia, percebemos que existem algumas limitações nas definições propostas que dificultam o entendimento acerca do campo da Nova Museologia, ou mesmo, podemos perceber uma desconsideração proposital relacionada a capacidade de abordar os assuntos sociais no âmbito da museologia. Um bom indício desta constatação pode ser obtido observando a inclusão do caráter social dos museus apenas no verbete que se refere a *museus* e ética, não aparecendo na definição da *Museologia*, tal organização do pensamento dos autores demonstra uma limitação intencional e, até mesmo, uma perspectiva reducionista sobre o assunto. Os autores produzem este entendimento ao delimitar o tema social que diz respeito ao campo museológico enquanto reflexão teórica, apenas aos tipos de museus (em perspectiva dicotômica) e não em uma perspectiva de entendimento da Museologia enquanto campo que produz alargamento conceitual permitindo ampliação do entendimento epistêmico a partir de diferentes processos museais.

No entanto é importante destacar que os autores produzem esta reflexão e suas considerações refletem os acúmulos conceituais datados nos anos de 1990, em contexto onde as práticas relacionadas aos aspectos sociais dos museus e a Nova Museologia circulavam especialmente as relacionadas aos museus comunitários e ecomuseus, para a época a publicação apresenta de forma atenta estes avanços. No entanto, sua reedição em 2013 destaca o pensamento veiculado a partir dos verbetes que merecem atualização e, quem sabe, revisão crítica. Coerente com o discurso deste trabalho que pretende pensar alternativas para a decolonização do pensamento museal, propomos iniciar a discussão a partir da construção de instrumentos que projetem conceitos a partir das novas dinâmicas museais especialmente levando em consideração a produção da América Latina em essência. Importante perceber os acúmulos gerados por inúmeros profissionais que dedicam suas reflexões desde a perspectiva sul sul, incluindo nesta perspectiva decolonizadora do pensamento novos atores vindos de movimentos sociais, grupos e coletivos que já concebem em suas práticas museais definições próprias articuladas com o fazer museal insurgente..

Assim, a dicotomia entre museus de um tipo de um lado e museus de outro do outro lado, creditou à Nova Museologia uma atuação restritiva, pois ao mesmo tempo em que pretendia romper com a postura engessada e, muitas vezes, retrógrada de pensar os

museus tidos como clássicos e tradicionais, a Nova Museologia, não deixou de considerar em suas práticas a possibilidade da inovação dentro destes mesmos museus clássicos e tradicionais. A intenção de provocar mudanças de atitude frente às limitações impostas criou uma cisão profunda entre uma Museologia e outra, fato que gerou profunda discordância como as explicitadas por André Desvallées, a respeito da incongruência de propor outra Museologia para pensar problemas museais diferentes. Afinal, a definição de um conceito de museu, atrelado a sua capacidade de significação científica já é uma longa busca, imagina os teóricos tradicionais terem de lidar com uma ruptura e a descaracterização de uma Museologia em benefício da outra que se pretendia melhor, nova, inovadora, jovem, promissora. Uma Museologia clássica não resistiria aos encantos propagados pela mais jovem, as ideias progressistas avançariam com rapidez e perderiam terreno conceitual com uma Museologia tão frágil em sua constituição é quase um pecado imperdoável. Assim, os teóricos que não aceitavam a “ruptura” e que em seus discursos “de inauguração” de uma Nova Museologia ou “Museologia Nova” dedicaram tempo em reforçar que as ideias de inovação surgem do campo da Museologia tradicional e seus “novos” problemas podem e devem ser tratados por esta. A batalha é travada a partir daí, dá origem ao movimento da Nova Museologia – MINOM, que dá prosseguimento à revelia desta configuração “oficial” da construção teórica do campo museal.

O fato é que não tem mais volta, a Nova Museologia entra no cenário, desafiadora, militante e arregimenta adeptos, seduz e encoraja aqueles que querem atribuir sentido a Museologia para além do reforço aos acervos, patrimônio artístico, científico e reflexões ajustadas ao cenário institucionalizado e organizado pelo ICOM com todos os seus pressupostos e regras.

Mas, dedicado à prática, o termo “nova”, foi perdendo força e necessitando de um novo fôlego, e assim, em 1993 é criado o termo Museologia Social⁵⁸, oxigenando as práticas museais, com o reforço do surgimento do curso de especialização em Sociomuseologia e depois mestrado e doutorado da ULHT em Lisboa, Portugal. Essa construção, desde então, tem rendido dissertações e teses preocupadas em refletir a prática da Museologia Social ou Sociomuseologia que se consolida, cresce e produz movimentos inovadores a respeito dos museus e da Museologia, obrigando os teóricos do campo a perceberem a necessidade de

⁵⁸ A Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias cria em 1993 o Centro de Estudos de Sociomuseologia e a revista: Cadernos de Sociomuseologia. Neste contexto, Fernando Souza Neves, o então reitor da ULHT, escreveu uma apresentação para o primeiro número da revista, onde afirmava a satisfação em receber aquele curso de especialização que se tornaria o primeiro curso de mestrado da instituição. (Neves, 1993. p. 05)

aprofundar as categorias e o entendimento acerca dessa Museologia que possui a mesma base da Nova Museologia, mas que rompe com alguns dos pressupostos clássicos em direção a uma transgressão das possibilidades museais. É necessário experimentar, vivenciar, abordar desafios e exercitar o estranhamento, as parcerias, a aproximação com o poder público gerando oportunidades atreladas aos movimentos sociais e tantas outras maneiras de romper com a dicotomia entre clássico e comunitário. Compreendemos ser esta uma boa oportunidade de refletir sobre as necessidades deste movimento na constituição do campo museal.

Propomos refletir sobre os conceitos de museal, musealização e musealidade, no âmbito da Museologia Social, com a intenção de ampliar a discussão a respeito dos limites impostos por estes termos e ampliar a capacidade de gerar compreensão de novos problemas e desafios apresentados pelo campo museal. Tais questões apresentadas me reportam para o Museu de Favela e o seu “Jeito MUF de musealizar”, para eles o processo se dá na medida em que o “Museu de Favela prospecta, articula, pactua e estimula dinâmicas coletivas, exercitando modos intuitivos, criativos e libertários para redescobrir, sob um novo olhar, o patrimônio cultural, enterrado sob o medo, a segregação e o preconceito social”. (SILVA, PINTO e LOUREIRO, 2012). Não consigo perceber experiências desta natureza ancoradas pelos conceitos presentes nesta publicação em análise, em especial no verbete musealização.

Outro exemplo é dado por Marília Xavier Cury (2012) que, ao pensar “o patrimônio e a musealização como conceitos que se constroem contemporaneamente na esfera coletiva, o que equivale a dizer que as distâncias semânticas entre os contextos da vida coletiva e museu devem ser enfrentadas e incorporadas ao processo de discussão sobre eficácia comunicacional e política de formação de coleções”, nos inspira a perceber que as dinâmicas de trabalho que envolvem as comunidades indígenas, neste caso o grupo Kaingang, e o Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuíre, estão inseridos em uma reflexão que apresenta o processo de musealização como dinâmico e interativo. Cury (2012).

Para pensar a questão indígena e os processos de musealização a que são submetidos os povos em seus processos museais ao exercitarem a Museologia indígena, Alexandre Oliveira Gomes e Ana Amélia Rodrigues de Oliveira (2010) propõem reflexão acerca dos processos de musealização relacionados diretamente com os sujeitos que promovem a musealização, deslocados assim do “objeto” que será musealizado. Nesse aspecto o ato de musealizar é social e processual, com sentidos que transcendem a coisa e fixam-se no significado coletivo do processo. Assim, para os autores:

Independentemente do caráter do espaço museológico, seja estatal e oficial – como o do Museu do Ceará, seja um museu indígena em primeira pessoa – como o dos Kanindé, os objetos ganham significações e sentidos diretamente relacionados com a memória social em construção pelos sujeitos que protagonizam os processos de musealização. Consideramos musealização a projeção no tempo, em perspectiva processual e com visibilidade social, de fenômenos que tem origem no fato museal: a relação entre homem e objeto em um cenário (GUARNIERI, 1881). (GOMES; OLIVEIRA, 2010 p. 42).

Buscamos com este estudo apontar alguns caminhos necessários para o aprofundamento das discussões acerca da Museologia, destacando possibilidades de reflexão que possam dar conta da imensa variedade de questões renovadas cotidianamente a partir do trabalho desenvolvido junto a comunidades e a movimentos sociais no âmbito da Museologia Social. Não pretendemos dar conta de uma definição de musealização a partir do trabalho desenvolvido no âmbito da Museologia Social, no entanto, é importante refletir sobre as mudanças de atitude dos profissionais de museus diante dos desafios postos pelos processos empreendidos em diferentes contextos, como os museus de tipo novo, museus sociais, Pontos de Memória.

Como, por exemplo, estas experiências são vistas pelos responsáveis oriundos de uma comunidade ou movimento social, como são categorizadas por estes protagonistas. Como se dá o processo de musealização a partir do envolvimento de grupos? É interessante perceber que pouco se fala sobre o que estes grupos e indivíduos consideram como práticas museais, a própria ideia de museu é tida, muitas vezes, como algo inédito no cenário de suas preocupações e desafios diários e, isso não pode ser desconsiderado. O processo de musealização que ocorre a partir da percepção dos grupos, com autonomia dos movimentos, como pode ser observada? Experimentada? Incentivada? A discussão acerca da colonialidade do poder e do saber leva a caminhos e construções coletivas que expressem a mútua relação estabelecida entre os objetivos do museu e as expectativas dos grupos que o manuseiam, lidam com a ideia e buscam compreender sua relevância. Para Porto Gonçalves:

A Colonialidade do Saber, ao recuperar a simultaneidade dos diferentes lugares na conformação de nosso mundo: abre espaço para que múltiplas epistemes dialoguem. Em *nuestra América* mais que hibridismos há que se reconhecer que há pensamentos que aprenderam a viver entre lógicas distintas, a se mover entre diferentes códigos e, por isso, mais que multiculturalismo sinaliza para interculturalidades (S. R. Cucicanqui e C. Walsh, entre muitas e muitos), para gnosés liminares (Mignolo), para diálogo de saberes (Leff, Porto-Gonçalves). (Porto-Gonçalves, 2005. p. 03).

Ainda influenciados pelo pensamento que exprime o desejo de romper com uma colonialidade do saber, é necessário pensar, por exemplo, sobre o papel dos museólogos no

âmbito das práticas da Museologia Social, pois claramente assumem condição e atuação diferenciada, no âmbito da Museologia. A partir das reflexões propostas por Porto Gonçalves podemos pensar em outro tipo de museólogo, aquele que, assim como no caso dos assuntos relacionados ao pós-colonialismo e a colonialidade do saber, compreendem as necessidades de pensar outro intelectual, é preciso para nossa prática museal social, pensar quem sabe em outro tipo de museólogo. Assim:

Entender complexos processos, muitos dos quais postos em marcha por vários movimentos sociais que tomam a nossa paisagem. Não que tenhamos aqui intelectuais dos movimentos. O que temos aqui são intelectuais que põem em xeque, também, o lugar dos intelectuais e, assim, são intelectuais em movimento. Abrem-se aqui boas pistas para que os intelectuais se encontrem com a vida e, quem sabe assim, nos ajudem a reinventar a polis, ou melhor, a Plaza”

A partir de tais indagações percebemos que, por mais aproximações que façamos com os conceitos já esboçados pelos teóricos do campo museológico, as questões epistemológicas que são colocadas pelo campo de experimentações da Museologia Social se distancia e muito do arcabouço teórico até aqui citado. Por mais alargados que possam ser as tentativas de pensar uma Museologia que dê conta de explicar tais movimentos, claramente percebemos que o campo se ressentir de um anteparo mais arrojado, definido talvez pelas urgências e necessidades dos dias atuais. Assim como a Nova Museologia já pleiteava autonomia para seguir construindo um caminho inovador junto ao campo museal, como herdeira, a Museologia Social segue avançando em sua construção teórica e prática, em movimento, em diálogo, a partir da articulação epistêmica que leva em consideração novos atores e protagonistas do campo museal.

Não é necessário justificar pertencimento epistemológico, como necessidade constante de rever conceitos e ideias, o distanciamento produz alternativas, novos caminhos e outras ambições. A esse respeito Boaventura nos provoca ao apresentar uma forte e contundente crítica ao esboçar os limites frente a constituição dos desafios contra-hegemônicos. Talvez o autor nos apresente essa crítica por considerar que estejamos:

... na contingência de começarmos por viver a nossa experiência no reverso da experiência dos outros. Se esta contingência for vivida com vigilância epistemológica, fundar-se-á nela um novo cosmopolitismo cordial, que não nasce espontaneamente, como queria Sérgio Buarque de Holanda, mas que pode ser construído como tarefa iminente política e cultural, trabalhando sobre condições históricas e sociológicas que, não sendo próprias, lhes são propícias (SANTOS, B. S.2010).

Obviamente Boaventura, tinha em mente um universo muito mais amplo de análise e pensava nossa sociedade como um todo e em todas as suas múltiplas relações, no entanto, é possível, encontrar nesta passagem os riscos que corremos ao limitarmos nossas formas

de entendimento acerca do que as experiências no campo da Museologia nos indicam. Este cosmopolitismo museal, nos impede de romper e de exercer a desobediência tão necessária para que possamos construir outras formas de compreender os museus ou o que poderá surgir a partir dele.

Portanto, consideramos que a Museologia Social não visa romper, mas sim demonstrar a necessidade de que suas práticas e experiências museais possam ser consideradas em sua plenitude e movimentação. Compreendemos que a Museologia possui vocação e responsabilidade social em seu discurso oficial, no entanto, há que se reconhecer que, por si só, não representa atitude e condições de dar conta da demanda constante por reflexão acerca das necessidades de ampliação e desobediência epistêmica aos conceitos “oficiais” formulados. É necessário ampliar a discussão do campo da Museologia e criar condições adequadas nas estruturas de pensamento para que esta especificidade social possa ser amplamente debatida, considerada e absorvida nos diálogos museológicos, problematizando que não é mais o fato de ser nova que impacta, mas sim o fato do campo social produzir problemas novos, complexos e desafiadores.

Assim, é necessário aprofundar a discussão acerca dos limites conceituais da Museologia Social, avançando em estudos que nos permitam aferir seus resultados, caminhos e possibilidades, por meio de análises que auxiliem a pensar a relação estabelecida em diálogo com as comunidades durante o trajeto de criação, idealização dos processos museais. Este é o ponto necessário e urgente do campo da Museologia Social. Isto não significa criar amarras, manuais ou modelos, mas significa, acima de tudo, compreender o que estas experiências significam, quais caminhos levam ao rompimento com a ordem estabelecida e contribuem com a mudança de percepção de mundo, ou mesmo, contribuem com a discussão acerca de quais outros mundos e sociedades podem ser possíveis criar, livres das colonialidades do poder, do saber e do ser como ditadores invisibilizadores de nossas trajetórias.

Diante deste entendimento propomos pensar que algumas lógicas começam a ser rompidas como prevê Boaventura de Souza Santos ao investir na “criação de subjetividades que protagonizam ações transformadoras coletivas exigindo novo pensamento crítico...”. Assim, em acordo com o autor, para refletir sobre a Museologia Social dentro deste contexto de criação, propomos pensar mais detidamente sobre novas práticas de Museologia Social, atreladas ao pensamento descolonizador com vistas a romper as barreiras impostas pelas colonialidades. A análise sobre os Pontos de Memória, estão concentradas nos capítulos 2, 3 e 4 deste trabalho.

A partir das categorias indicadas por Boaventura de Souza Santos, para responder os desafios postos por sua sociologia das ausências e das emergências, propomos traçar um paralelo com a Museologia das ausências e das emergências, nesse caso, com destaque para as emergências como categorias interessantes para pensarmos o campo da Museologia Social. Com o esforço de aproximar os campos em todas as suas possibilidades interdisciplinares e transdisciplinares, desejamos contribuir com o incremento de outros constructos teóricos para o campo da Museologia.

1.1.5 Museologia das Ausências e das Emergências

Consideramos a indignação uma potência geradora de mudanças, sua prática impulsiona alternativas para enfrentar realidades que nos assombram, possui caráter energético. É a revolta contra um estado de coisas particularmente vergonhosa ou cruel onde, em nome de uma ética ou de uma política, situações e conjunturas desfavoráveis socialmente são impostas e legitimadas. Essas conjunturas causam estratificações e exclusões sociais que afetam drasticamente o crescimento da sociedade castrando a amplitude de oportunidades justas e igualitárias. Assim, a indignação gera o primeiro passo para a mudança, gera desconforto com o que é dado e imposto como única realidade possível. A indignação nos permite rever o horizonte da utopia como alternativa e finalmente nos faz pensar que merecemos mudar, transformar a realidade que incomoda. Estas ideias encontram respaldo no pensamento do sociólogo e jurista português Boaventura de Sousa Santos, onde para o autor a indignação permite crer em possibilidades de que algo diferente aconteça, caso contrário será resignação e não indignação (SANTOS, B. S. 2012).

Junto à discussão sobre a capacidade e a importância do ato de indignar-se é necessário compreender os processos e contextos sociais de construção e instauração da resignação como prática que se pauta na dormência e na falta de uma sociedade mais crítica e radical que assuma os riscos e os resultados de conhecer e refletir sobre a própria realidade. Neste sentido é importante abordar a teoria crítica como forma de conhecimento que funcione como princípio de solidariedade quando esta transita da ação conformista para ação rebelde. Seus pressupostos estão embasados em uma crítica pós-moderna que pretende reconstruir a ideia e a prática da transformação social emancipatória: “as

especificidades das formas de socialização, de educação e de trabalho que promovem subjetividades rebeldes ou, ao contrário, subjetividades conformistas é a tarefa primordial da inquirição crítica pós-moderna”. (SANTOS, B. S. 2001 p. 33).

A discussão acerca da construção de subjetividades inconformistas e capazes de indignação é tida por Boaventura como um processo social contextualizado e como tal a teoria crítica encontra terreno vasto para desenvolver processos dedicados a lutar contra o consenso instaurado que permite a submissão e o conformismo. Para o autor “a teoria é a consciência cartográfica do caminho que vai sendo percorrido pelas lutas políticas sociais e culturais que ela influencia tanto quanto é influenciada por elas” (SANTOS, B. S. 2002 p. 37).

Ainda em Boaventura de Sousa Santos, por meio da elaboração da “sociologia das ausências” e “sociologia das emergências” o autor apresenta ambiente favorável para o diálogo com a Museologia Social e seus pressupostos. Para o autor a sociologia das ausências busca provocar a visibilidade de realidades que são produzidas como ausentes por via do silenciamento e da marginalização e “revelar a diversidade e multiplicidade das práticas sociais e credibilizar este conjunto por contraposição à credibilidade exclusivista das práticas hegemônicas (SANTOS, B. S. 2004)”.

Para o autor, as ausências são produzidas para manter distante tudo que não está de acordo com as ciências sociais convencionais. A formulação de questões que levam em consideração sujeitos e questões tidas como inexistentes, já caracteriza uma ruptura com elas. Com a intenção de melhor caracterizar a sociologia das ausências, o autor apresenta cinco formas sociais de produção da não existência, atribuídos à epistemologia e a racionalidade hegemônica. São elas: 1) o ignorante; 2) o residual; 3) o inferior; 4) o local e 5) o improdutivo. Estas categorizações são fruto de reflexões baseadas em monoculturas estabelecidas para buscar compreender a produção de invisibilidade e estão respectivamente relacionadas com: 1) a monocultura do saber e do rigor do saber; 2) a monocultura do tempo linear; 3) a monocultura da naturalização das diferenças; 4) monocultura do universal e do global; 5) monocultura dos critérios de produtividade.

A monocultura do saber e do rigor do saber, para SANTOS é a mais poderosa forma social de produção da não existência e segundo o autor consiste na transformação da ciência moderna e da alta cultura em critérios únicos de verdade e qualidade estética, respectivamente. A cumplicidade que une as *duas culturas* reside no facto de ambas se arrogarem ser, cada uma no seu campo cânones, exclusivos de produção de conhecimentos ou de criação artística. Tudo que o cânone não legitima ou não reconhece é declarado

inexistente. A não existência assume a forma aqui de ignorância ou de incultura (SANTOS, 2004, pág.: 12).

A monocultura do tempo linear é caracterizada pela ideia de que a história possui um único sentido e uma única direção, formulados de diversas formas, dão sentido ao que chamamos de progresso, revolução, modernização, desenvolvimento, crescimento e globalização. A ideia de que o tempo é linear corrobora com a justificativa dos países sempre a frente de seu tempo, produzindo conhecimentos válidos e certificados, instituições legitimadas e formas de sociabilidade determinadas. Para o autor “Esta forma produz não existência declarando atrasado tudo que, segundo a norma temporal, é assimétrico em relação ao que é considerado avançado” (SANTOS, 2004, pag. 13).

Quanto à monocultura que diz respeito à naturalização das diferenças, SANTOS, nos diz que “consiste na distribuição da população em categorias que naturaliza hierarquias. A classificação racial e sexual são as mais salientes manifestações desta lógica (SANTOS, 2004, pag. 13).” Assim, considera que a não existência é resultado da produção de uma inferioridade insuperável por que é considerada natural e quem é inferior nunca pode chegar a ser superior. (SANTOS, B. S. 2004, pag. 13).

Já a monocultura universal e global pressupõe uma lógica que consiste em considerar a escala escolhida para ser a primordial como determinante e todas as outras escalas possíveis são irrelevantes. Assim, “a globalização é a escala que nos últimos vinte anos adquiriu uma importância sem precedentes nos mais diversos campos sociais. Trata-se da escala que privilegia entidades ou realidades que alargam o seu âmbito para todo o globo e que, ao fazê-lo, adquirem a prerrogativa de designar entidades ou realidades rivais como locais. (SANTOS, B. S. 2004, pag. 13).

A última monocultura descrita é a que se refere aos critérios de produtividade e está atrelada a fabricação da não existência quando determina a improdutividade, no que se refere ao homem preguiçoso, à incapacidade profissional ou quando se refere à natureza esta monocultura está atrelada a produção da esterilidade.

Assim, de maneira explícita o autor nos aponta que o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo são frutos destas monoculturas quando propõem que as ausências são construídas para que o foco das questões sociais esteja sempre pautado nas realidades consideradas relevantes, sejam elas científicas, avançadas, superiores, globais e ou produtivas (SANTOS, B. S. 2004, pag. 14).

A proposta veiculada pela sociologia das ausências pretende identificar e transformar estas experiências produzidas como sendo ausentes em possibilidades concretas de construção social, ou seja, tornando-as presentes. Dessa maneira estas ausências deixam

de ser apenas ausências produzidas pelo esquecimento proposital e passam a estar presentes, sendo respeitadas como alternativas para a experimentação social confrontando as experiências consideradas hegemônicas.

A sociologia das ausências visa, assim, criar uma carência e transformar a falta de uma experiência social em desperdício da experiência social. Com isso cria as condições para ampliar o campo das experiências credíveis neste mundo e neste tempo e, por esta razão, contribui por ampliar o mundo e dilatar o presente. A ampliação do mundo ocorre não só por que aumenta o campo das experiências credíveis existentes, como também porque, com elas, aumentam as possibilidades de experimentação social no futuro (SANTOS, B. S. 2004, pag. 15).

Para o autor a sociologia das ausências é necessariamente transgressiva e, sendo assim, pretende identificar e superar concepções de totalidade pondo em questão cada um dos modos de produção de ausências acima descritos.

Buscando alternativas para o enfrentamento da produção de não existência, o autor propõe por em prática o exercício das seguintes ecologias: 1) a *ecologia* dos saberes; 2) a *ecologia* das temporalidades; 3) a *ecologia* dos reconhecimentos; 4) a *ecologia* das *trans-escalas* e 5) *ecologia* das produtividades. Estas se pautam na ação com vistas a privilegiar uma postura que valoriza a multiplicidade de práticas sociais dando-lhes credibilidade para serem encaradas como alternativas legítimas de produção de conhecimentos e trocas sociais.

A *ecologia* dos saberes põe em questão a monocultura do saber e do rigor científico ao propor que outros saberes produzidos em contextos e práticas sociais declarados não existentes passem a ser considerados com credibilidade diante dos saberes ditos “legítimos” cientificamente. Por meio da ideia de que os saberes não científicos são alternativos ao saber científico, corrobora-se com a subalternidade dos conhecimentos não científicos. Espera-se, por meio da prática da ecologia do saber, superar este raciocínio e “*provar que não há ignorância em geral nem saber em geral. Toda ignorância é ignorante de certo saber e todo saber é a superação de uma ignorância em particular* (SANTOS, 1995: 25)”.

No domínio da *ecologia* das temporalidades a sociologia das ausências visa libertar as práticas sociais das amarras do tempo linear medido hierarquicamente e praticante de uma dominação resistente. A ideia é incentivar que as práticas sociais “não existentes” possam retomar a sua própria temporalidade e autonomia diante da afirmação de que as sociedades são constitutivas de várias temporalidades e que muitas são consideradas não existentes por extravasarem o cânone temporal da modernidade ocidental capitalista (SANTOS, B. S. 2004, pag. 18).

No que se refere à *ecologia* das *trans-escalas* é uma tentativa de “desglobalização” do local, ou seja, uma ampliação das possibilidades de entendimento de um “globalismo” localizado. A sociologia das ausências exige neste domínio o exercício da imaginação cartográfica quer para ver em cada escala de representação não só o que ela mostra, mas também o que ela oculta quer para lidar com mapas cognitivos que operam simultaneamente com diferentes escalas, nomeadamente para lidar com as articulações locais/globais (SANTOS, B. S. 1995: 456-473; SANTOS, B. S. 2001a)

Por último citamos a *ecologia* dos reconhecimentos, por que diz respeito à lógica da classificação social e, por conseguinte a produção da desqualificação dos agentes e só derivadamente das suas práticas sociais (saberes e fazeres). Produzindo assim, iguais e diferentes, segundo os pressupostos do poder capitalista moderno e ocidental, garantindo o determinismo de ditar quem é igual e quem é diferente. A ecologia aqui proposta confronta esta ideia procurando uma nova articulação entre o princípio da igualdade e da diferença, abrindo espaço para as diferenças iguais e para o exercício dos reconhecimentos recíprocos (SANTOS, B, S. 2004: 18).

Assim, a sociologia das ausências busca provocar a visibilidade de realidades que são produzidas como ausentes por via do silenciamento e da marginalização e “revelar a diversidade e multiplicidade das práticas sociais e credibilizar este conjunto por contraposição à credibilidade exclusivista das práticas hegemônicas (SANTOS, B. S. 2004)”.

Embasado na tese de que vivemos um período de transição paradigmática profunda, que atinge o mundo de uma maneira geral e que se apresenta a todos como uma crise do entendimento e da efetivação do projeto moderno o autor desenvolve a perspectiva da emancipação como instrumento necessário e alternativa viável para o enfrentamento da produção científica que exclui e marginaliza a produção de conhecimentos que estão fora da produção convencional, cerceando dessa maneira o reconhecimento de diferentes saberes, práticas e atores sociais (SANTOS, B, S. 2004).

Assim, discutir emancipação e contrapô-la ao universo coercitivo a que são submetidas às narrativas e a produção cultural dos grupos marginalizados é uma das saídas para a construção de um novo senso comum, onde as ideias de solidariedade e participação contribuirão para uma nova conjuntura social pautada na renovação da teoria crítica contribuindo com a reinvenção da chamada emancipação social (SANTOS, B, S. 1999 e 2002).

Diante das possibilidades que consideram a Museologia campo de conhecimentos favorável para a prática da autonomia de grupos sociais diante de seus patrimônios, de suas narrativas e identidades culturais pode-se aferir que o terreno para crescimento e

experimentações do campo da Museologia Social Brasileira é vasto e promissor e está configurado pelo interesse no debate em torno das discussões em defesa da ampla garantia por direitos e na criação de contextos interativos de comunicação pautados por reivindicações de grupos vulneráveis. Os grupos e movimentos sociais, nesse caso, podem utilizar a potência geradora dos museus a serviço de seus ideais e projetos de poder contra hegemônicos pautados por discussões libertárias e dialógicas. (CHAGAS, M, S. 2007)

A partir da perspectiva de que os museus podem e devem ser inventados e reinventados por diferentes grupos sociais, consideramos, assim, como a Sociologia das Ausências que visa “revelar a diversidade e a multiplicidade das práticas sociais e credibilizar este conjunto por contraposição à credibilidade exclusivista das práticas hegemônicas” (SANTOS, B. S. 2004 p. 253), a Museologia Social igualmente pretende retirar do esquecimento e da produção forçada de não existências as práticas sociais silenciadas e marginalizadas. Por meio dos processos de musealização criam-se estratégias que permitem a visibilidade das memórias produzidas garantindo o diálogo e o enfrentamento de ideias. Esta é uma estratégia educacional que garante espaço para o reconhecimento das identidades e culturas provenientes dos variados grupos humanos.

Os museus tornam-se aliados da Sociologia das Ausências, quando atuam como espaços construtores de narrativas apresentadas desde o ponto de vista dos esquecidos e ausentes da produção social dita legítima. As possibilidades de enfrentamento social são alternativas encaradas pelos grupos sociais ao se apropriarem da ferramenta museu como fonte de experimentações voltadas para as ecologias sugeridas. Compreendemos que as ecologias propostas podem se tornar linguagem, inspiração e arcabouço teórico para o campo da Museologia Social nesta batalha contra as linhas abissais que são impostas cotidianamente também ao universo dos museus.

A Museologia inspirada pelo desejo de promover espaços de diálogo pautados em ideias de participação e solidariedade dialoga com a sociologia das ausências quando se articula a movimentos populares para provocar discussões acerca das conquistas de direitos já estabelecidos, propondo novos debates e novas garantias de direitos ainda não estabelecidos. Estes grupos encontram nos museus um território propício para a manifestação de suas lutas e enfrentamento de injustiças sociais. Por meio de narrativas a partir de objetos/acervos escolhidos as lideranças comunitárias promovem processos museais que se destacam por suas características autônomas comprometidas com as realidades locais e ganham assim vida e espaços para ecoarem suas vozes. Dessa maneira, discursos, histórias e memórias são musealizados, proporcionando a reinvenção e a experimentação das práticas sociais promovendo diálogos e produzindo presenças.

A luta pela garantia do direito à memória de grupos negligenciados passa a ser prioridade para os movimentos na medida em que esta valorização e identificação das memórias que retratam as dificuldades, lutas, resistências e conquistas, inaugura uma possibilidade de reconhecimento, visibilidade e transformação em que resultados podem ser vistos, contemplados e postos a conhecer por um maior número de pessoas. Os movimentos sociais se fortalecem na medida em que suas reivindicações e trajetória passam a ser reconhecidas e debatidas em sociedade com maior profundidade. Como instrumento didático e de veiculação midiática os museus tornam-se aliados poderosos no jogo de perpetuação das memórias e do poder. Neste sentido, acreditamos que a ênfase deve ser dada ao fato de que não se trata de uma supervalorização da memória dos oprimidos, nem tão pouco alimentar a crença de uma autenticidade pretérita (SARLO, 2007), pois consideramos que as práticas de Museologia Social empreendidas pelos movimentos sociais devem considerar a linha tênue que separa as narrativas múltiplas e polifônicas das narrativas unificadas que identificam um passado escolhido como testemunho da própria legitimidade da memória (ABREU, CHAGAS & SANTOS, 2007).

Na medida em que o campo da memória e patrimônio vem sendo amplamente discutido e debatido, especialmente no que se refere aos patrimônios locais, podemos perceber que a discussão sobre a proteção e preservação do patrimônio no século XXI está relacionada ao medo do desaparecimento e ao fortalecimento das culturas provenientes de populações tradicionais. A esse respeito Regina Abreu, propõe pensarmos em uma “patrimonialização das diferenças” dando conta de um movimento que pretende atentar para a riqueza do diferente presente nas populações tradicionais expressas em suas culturas, modos de fazer, ser e saber. (ABREU, 2010). A patrimonialização que a autora se refere, possui tom de alerta, pois desperta para uma grande discussão de direitos sobre a produção de conhecimentos e a garantia de autonomia diante da produção de tecnologias tradicionais. As lutas das minorias e dos grupos vulneráveis socialmente, também podem ser inseridas como igualmente importante e necessária pautada por questões contemporâneas de garantia de direitos negados, discriminação e intolerância para as diferenças de religião, cor, condição sexual e tantas outras.

Assim, aproveitando o termo proposto pela autora, propomos pensar em uma “musealização das diferenças” estreitamente relacionada com a ecologia do reconhecimento, proposta por SANTOS (1999, 2002, 2004) e como esforço de tradução. Importa perceber que este processo de musealização pode ser propagado pelos variados processos museais que exercitam a salvaguarda do direito a ser diferente, direito a

tolerância e principalmente direito a outros espaços de narrativa, objetos de estudos e de interesse da Museologia Social.

A partir da possibilidade de investir em processos de “patrimonialização das diferenças” os museus vislumbram a possibilidade de serem encarados como possíveis espaços de luta, trincheiras a defender batalhas travadas a partir de toda forma de opressão que não preveja a ampla discussão, o debate e a promoção do respeito às várias formas de pensar e agir em sociedade. Os museus rompem com uma tradição que valoriza discursos unilaterais que visam promover uma regulação social e que insistem em projetar uma razão indolente única e castradora, para encarar o desafio de fazer valer a concepção de museu que valoriza a “*emancipação*” do sujeito produtor de sua própria história por meio da participação e do exercício da *indignação*.

Os museus indignados são espaços que permitem a discussão ampliada a respeito das necessidades de se desatar os nós do silêncio, da opressão, da selvageria contra as minorias e para que seus potenciais possam atuar em benefício da emancipação de grupos socialmente menosprezados.

Capítulo 2- Pontos de Observação

O Ministério não pode, portanto, ser apenas uma caixa de repasse de verbas para uma clientela preferencial. Tenho, então, de fazer a ressalva: não cabe ao Estado fazer cultura, a não ser num sentido muito específico e inevitável. No sentido de que formular políticas públicas para a cultura é, também, produzir cultura. No sentido de que toda política cultural faz parte da cultura política de uma sociedade e de um povo, num determinado momento de sua existência. No sentido de que toda política cultural não pode deixar nunca de expressar aspectos essenciais da cultura desse mesmo povo. Mas, também, no sentido de que é preciso intervir. Não segundo a cartilha do velho modelo estatizante, mas para clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. Para fazer uma espécie de "do-in" antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país. Enfim, para avivar o velho e atizar o novo. Porque a cultura brasileira não pode ser pensada fora desse jogo, dessa dialética permanente entre a tradição e a invenção, numa encruzilhada de matrizes milenares e informações e tecnologias de ponta. (Discurso de Posse do Ministro da Cultura Gilberto Gil)

2.1 O “Do in” Museológico: O Programa Pontos de Memória em movimento.

Iniciaremos uma jornada para compreender melhor o objeto de análise desta tese a partir dos referenciais teóricos já apresentados. O objetivo é apresentar o Programa Pontos de Memória, com destaque para sua trajetória, buscando compreender o seu papel diante da construção e fortalecimento da Museologia Social no Brasil. Com trajetória de quase 10 anos a ser completada em 2019, esta iniciativa governamental surge no âmbito da Política Nacional de Museus como expressão da necessidade de empreender iniciativas que valorizem o protagonismo de grupos e comunidades como gestores de seus próprios espaços de memória como expressão de suas lutas, resistências sociais e culturais, estimulando que a participação crítica e decolonizadora da memória dos territórios, dos povos e movimentos sociais, no caso específico das práticas museais exercitadas no âmbito do Programa Pontos de Memória, seja provocadora de mudanças sociais. Nesse sentido, identificamos que a partir do desenvolvimento de políticas públicas de cultura com viés mais voltado para a participação e exercício democrático, é possível perceber o surgimento de um cenário favorável para a experimentação de propostas mais audaciosas do ponto de vista da valorização de práticas populares de cultura e memória, o que pode ser observado a partir da Política Nacional de Museus e seus desdobramentos para o campo dos museus e da Museologia. Tal Política Cultural indutora ofereceu as condições ideais para o exercício de aproximação entre Estado e Sociedade Civil, no desejo de cooperação em favor da garantia de um direito a mais: o direito à memória.

O programa Pontos de Memória, nesse contexto, significa para o campo dos museus e da Museologia uma experiência inovadora que suscita inúmeros questionamentos e também contribuições, nossa intenção, a partir desta constatação, é estudar o Programa identificando aspectos que possam contribuir com o fortalecimento do campo da Museologia Social, com destaque para uma análise que pretende aproximar as ações empreendidas por organismo governamental e executadas pela sociedade civil. Com destaque para a ampliação do debate acerca dos papéis desempenhados pelos diferentes atores sociais,

entre eles representantes do poder público, organizações de cooperação internacional, museólogos, historiadores, artistas, militantes, estudantes, moradores das localidades, movimentos sociais, entre outros.

A experiência do Programa Pontos de Memória será abordada a partir das 12 iniciativas contempladas pelo Instituto Brasileiro de Museus, a partir das indicações do Ministério da Justiça – Pronasci (Programa Nacional de Segurança com Cidadania) com apoio da Organização dos Estados Iberoamericanos: para ciência, educação e cultura – OEI. Daremos ênfase ao desenvolvimento dos Pontos de Memória situados em 12 capitais federais, em localidades discriminadas por seu alto índice de violência e pobreza, a partir da identificação das dimensões políticas, poéticas e pedagógicas que configuram as ações desenvolvidas por estas experiências e por todas as demais experiências de Museologia Social.

Compreender as dinâmicas dos Pontos por meio de suas especificidades políticas, poéticas e pedagógicas ampliam as possibilidades de entendimento e alcance destas práticas para o campo dos museus e da Museologia permitindo avançar para o entendimento de que estas significam práticas que contribuem para o esforço de descolonização a partir do rompimento com as três formas de manutenção da colonialidade, a saber: colonialidade do poder, colonialidade do ser e colonialidade do saber, respectivamente Mignolo (2005, 2007, 2014, 2017). Após apresentadas às práticas, consideramos ser possível traçar, no capítulo 4 desta tese, alguns caminhos de potência trilhados por esta experiência insurgente e decolonizadora.

2.2.1. Primavera Cultural: Políticas Públicas de Cultura

Em grande parte os trabalhos dedicados a analisar a trajetória das políticas públicas de cultura no Brasil remontam a década de 1930 como um marco. Com ênfase para a passagem de Mario de Andrade pelo Departamento de Cultura da prefeitura de São Paulo (1935-1938), e a atuação do Gustavo Capanema à frente do recém-criado Ministério da Educação e Saúde, em 1932. Com o propósito de analisar a expansão das Políticas de Cultura no Brasil Antônio Albino Canela Rubim, chama atenção para a existência de três tristes tradições nomeadas como: ausências, autoritarismos e instabilidades. Com forte atuação em todas as práticas realizadas no campo da cultura, tornam-se persistentes e

engendradas no trato com as inovações e possibilidades. Lidar com estas tradições, representa um desafio para as políticas públicas atuais. Em textos dedicados a esta análise o autor considera a gestão de Gilberto Gil como uma “fronteira entre estes dois instantes”. (RUBIM, 2015, p. 11).

Para definir ausência, uma das tristes tradições, o autor ressalta o período de 1500 a 1930, como um período de poucas iniciativas culturais empreendidas que não podem ser caracterizadas como políticas. Para uma análise mais atual desta tradição, destaca a atuação do governo FHC, e o estímulo ao fortalecimento do mercado e, nesse caso, especificamente em articulação com o campo da cultura: “abdica de desenvolver políticas culturais próprias, favorecendo uma ‘regulação’ da cultura pelo mercado, como ocorre nos anos da presidência de Fernando Henrique Cardoso” (FHC). (RUBIM, 2015. p. 12)

Já o termo autoritarismo, também é descrito no plural pelo autor e: “designa tanto regimes ditatoriais – como o Estado Novo e a ditadura civil-militar – quanto relações sociais autoritárias presentes na vida brasileira mesmo em momentos chamados democráticos”. (RUBIM, 2015. p. 13).

Por fim, quanto às três tradições, a última nos impacta necessariamente por sua facilidade em ser comprovada, ao estar associadas às outras duas tradições, a instabilidade atua em grande parte sobre as políticas públicas culturais implementadas. Para o autor: “muitas das entidades culturais criadas têm forte instabilidade institucional derivada de um conjunto de fatores: fragilidade; ausência de políticas mais permanentes; descontinuidades administrativas; desleixo; agressões de situações autoritárias etc”. (RUBIM, 2015. p. 14).

Com base nas análises apresentadas, o governo iniciado em 2003, aponta para iniciativas que se voltam para o rompimento destas tradições. De posse dos referenciais que precisam ser ultrapassados a gestão Gilberto Gil e em continuidade as de Juca Ferreira, enfrentam o desafio de produzir alternativas que venham a superar alguns dos problemas destacados até aqui na trajetória das políticas públicas de cultura.

Dessa forma, em ampla conexão com a sociedade, as Políticas implementadas pretenderam ampliar a capilaridade e a participação cidadã em sua formulação. Tais aspectos ficam expressos no discurso de posse do novo Ministro da Cultura do Governo Lula:

É também nesse horizonte que entendo o desejo do presidente Lula de que eu assumo o Ministério da Cultura. Escolha prática, mas também simbólica, de um homem do povo como ele. De um homem que se engajou num sonho geracional de transformação do país, de um negro mestiço empenhado nas movimentações de sua gente, de um artista que nasceu dos solos mais generosos de nossa cultura popular - e que, como o seu povo, jamais abriu mão da aventura, do fascínio e do desafio do novo. E é por isso mesmo que assumo, como uma das minhas tarefas centrais, aqui, tirar o Ministério da Cultura da distância em que ele se encontra, hoje, do dia a dia

dos brasileiros. Quero o Ministério presente em todos os cantos e recantos de nosso País. Quero que está aqui seja a casa de todos os que pensam e fazem o Brasil. Que seja, realmente, a casa da cultura brasileira. (GIL, 2003).

A posse de Gilberto Gil, como ministro da cultura, representa uma mudança profunda na atitude frente à condução de uma Política Pública de Cultura no país. Como indicado em seu discurso, ressalta o fato de ser um homem nordestino, negro e popularmente conhecido por suas canções que exaltam a cultura popular. Esta atitude emblemática recoloca o campo da produção cultural e artística em destaque a partir de uma dimensão que valoriza o protagonismo de parcelas mais ampliadas da sociedade. Ainda segundo o discurso de Gil:

E o papel da cultura, nesse processo, não é apenas tático ou estratégico – é central: o papel de contribuir objetivamente para a superação dos desníveis sociais, mas apostando sempre na realização plena do humano. (GIL, 2003).

Com vistas a desenvolver uma Política Pública de Cultura que pudesse promover as mudanças políticas empreendidas em âmbito nacional pela gestão do Governo Lula, o Ministério da Cultura, propõe ações que visavam entre outras, alargar o conceito de cultura e a inclusão do direito à cultura, em articulação com a ideia e aplicabilidade da noção de cidadania; a mudança de público-alvo das ações governamentais, com destaque para a população e não somente os artistas. Destaque nesse caso para a intenção de que o Estado retomasse o papel e agente executor das políticas, com ênfase para a participação da sociedade na construção das demandas e prioridades governamentais, deslocando o protagonismo para as coletividades e produtores culturais no planejamento e também gestão das políticas, interligadas com as organizações sociais e as diferentes instâncias governamentais. Diretrizes já apontadas no programa da campanha de Lula à presidência, em 2002, no documento “A imaginação a serviço do Brasil”. No entanto, postas em prática por iniciativas do MINC a partir de 2003.

Em análise sobre as políticas públicas de cultura e as políticas museológicas, Nilson Alves de Moraes aponta que:

A indicação de Gilberto Gil para o Ministério da Cultura provocou impacto político e midiático, e esta nomeação não significou a recusa ou adesão ao projeto de cultura proposto por militantes e simpatizantes do PT. O projeto de política de museus, do grupo reunido no DEMU, encontrou espaços de apoios no MinC, o discurso poético e permanentemente comprometido com relações e atitudes inovadoras de Gil encampou e produziu as condições para a sua implantação. (MORAES, 2009. p. 60).

A construção do Plano Nacional de Cultura e a proposta de reconstrução do Sistema Nacional de Cultura são ações prioritárias das gestões de Gilberto Gil e Juca Ferreira enquanto estiveram à frente da pasta da cultura. Com ênfase na mobilização de diferentes setores culturais em várias partes do país, a consolidação de um planejamento que pudesse refletir a participação de todos gerando arcabouço para a tomada de decisão, significa grande avanço para o campo que se esforça por meio de um instrumento de escuta ampliar a capacidade de promoção, difusão e fortalecimento da cultura no Brasil.

A história das práticas culturais no Brasil, durante o governo Lula, apontam um vasto cenário para o desenvolvimento de pesquisas sobre políticas Culturais, como os estudos e reflexões organizadas pelo Centro de Estudos Multidisciplinares da Cultura (CULT/UFBA), que tecem as primeiras análises conjunturais sobre o período, com ênfase para o trabalho dos pesquisadores Antônio Albino Canela Rubim e Lia Calabre, que organizam coletâneas de textos sobre as Políticas Públicas de Cultura no governo Lula, com destaque para as ações implementadas e as ainda em curso, empreendendo análises cuidadosas que nos permitem compreender a trajetória das políticas públicas em perspectiva crítica com vistas à problematização de um campo ainda em construção cotidianamente desafiado por inúmeras limitações, incongruências e possibilidades. Os relatórios do Ministério da Cultura completam as informações numéricas a respeito das ações ministeriais, especialmente no que se referem aos encontros nacionais, regionais e locais para a discussão do Plano Nacional de Cultura.

Diante dos desafios enfrentados pelo MINC para a ampla divulgação e debate acerca do Plano Nacional de Cultura e com vistas à execução de uma política efetivamente pública, encontramos a crescente articulação do campo museal que persegue os mesmos caminhos trilhados pelo PNC ao construir a Política Nacional de Museus. A gestão Gilberto Gil, orienta a todos os seguimentos do campo cultural a investir esforços em um planejamento setorial que comporia o Plano Nacional. Assim, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por meio de seu recém-criado Departamento de Museus e Centros Culturais, inicia uma ampla articulação com o campo museal com o objetivo de criar condições para que o campo dos museus e da Museologia se articule visando ampliar a sua capacidade de realização, fortalecimento e articulação diante dos demais seguimentos culturais. A jornada via sistematização desta política contou com o reforço contundente de museólogos e profissionais do campo dos museus espalhados por todo o Brasil que contribuíram com a ideia de ajustar as demandas e necessidades da área em um amplo debate e consolidação da política.

Atrelado ao Plano Nacional de Cultura, o Plano Nacional Setorial de Museus reflete a Política Nacional de Museus, ferramentas que auxiliam o campo da memória e dos museus a se firmar como agentes fundamentais para a consolidação do campo da cultura no país. Esta Política Nacional de Museus e o próprio plano nacional setorial de museus tem sua expressão máxima de sucesso com a criação, em 2009, do Instituto Brasileiro de Museus, autarquia do governo federal responsável por executar, planejar e fazer a gestão da PNM. (MONTEIRO, 2015; TOLENTINO, 2016)

A seguir abordaremos o desafio de estabelecer, de forma articulada com os interesses nacionais, no que se refere ao campo da cultura, uma Política Nacional de Museus em um cenário de falta de apoio específico e investimento nos museus e espaços de memória até então em funcionamento no país. O campo dos museus se via desarticulado exatamente pela falta de incentivo e recursos disponíveis para o incremento de suas práticas e questões. O DEMU, e sua atuação, garantiram o fôlego necessário para a articulação do campo museal, o que culminou com um trabalho de grandes avanços governamentais, como a Legislação responsável pelo estímulo à consolidação do campo⁵⁹.

A partir de uma análise preliminar da Política Nacional de Museus é possível compreender as bases e articulações necessárias para a criação de um programa que investiria em relações aprofundadas entre poder público, processos museais, museus e a sociedade, em consonância com os pressupostos de um governo comprometido com a participação popular e cidadã em suas bases organizacionais articulados com a Museologia Social: os Pontos de Memória.

2.1.2. Primavera Museal: Política Nacional de Museus

Lançada no Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro, no dia 16 de maio de 2003 a Política Nacional de Museus - PNM começa a ser desenhada antes mesmo de o governo

59

Lei n. 11904, de 14 de janeiro de 2009 (Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências) e a Lei 11. 906 de 20 de janeiro de 2009 (Cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM – cria cargos efetivos e em comissão, além de dar outras providências). Para mais informações relacionadas ao conjunto de Leis sobre Museus, acessar: www.sistemademuseus.rs.gov.br/wp-content/midia//legislacao-sobre-Museus.pdf

Lula lançar os alicerces de seu governo empossado e equipe ministerial. Com base a partir da atuação da equipe técnica do, a época, recém-criado Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e da participação de museólogos e profissionais dos museus de diferentes regiões do Brasil, as ações da PNM estão baseadas em princípios que garantem sua articulação com os movimentos sociais. Entre tais princípios encontramos forte intenção de estar junto a comunidade museológica, ao constituir a Política buscava-se ressaltar as ações dedicadas ao patrimônio museológico e suas interfaces com o patrimônio cultural objeto de interesse precípua do IPHAN, numa demonstração de que o campo museal possuía interesses alargados quanto a sua desvinculação do campo do patrimônio cultural e já ensaiava propostas de reestruturação, ampliação e consolidação em termos legislativos:

Os museus não são apêndices do campo patrimonial; eles constituem práticas sociais específicas, com trajetórias próprias, com mitos fundadores peculiares. Sem dúvida, é possível pensar que estão inseridos no campo patrimonial, mas, ainda assim, é forçoso reconhecer que têm contribuído frequentemente, de dentro para fora e de fora para dentro, para forçar as portas e dilatar o domínio patrimonial. Ao contribuir para a constituição e a dilatação do domínio patrimonial, o campo museal se vê igualmente forçado a dilatar e reorganizar os seus próprios limites, especialmente a partir das suas práticas de mediação (PNM, 2007. p. 19).

O princípio de valorização do patrimônio cultural sobre a guarda dos museus evidencia a preocupação com o patrimônio museológico e sua necessária atenção frente a tantos desafios acumulados pelo campo do patrimônio. As ações educacionais tomam vulto junto a PNM e indicam a necessidade de observar outras metodologias e incentivos para o campo dos museus experimentando para além das práticas já estabelecidas o interesse para as ações metodológicas aplicadas ao campo dos museus e do patrimônio museológico especificamente. Reforçar a indicação e valorização da diversidade cultural do povo brasileiro por meio dos museus e sua política indica a necessidade de aprofundar relações educacionais para além da metodologia da educação patrimonial, amplamente difundida até então pelo IPHAN. Essa preocupação pode ser justificada pela ênfase dada pela PNM ao papel da educação em museus, por meio do apoio dado a atuação da Rede de Educadores em Museus⁶⁰ criada no mesmo ano da PNM e as oficinas de educação em museus amplamente difundidas pelo país desde então.

⁶⁰A Rede de Educadores em Museus, criada em 2003, é fonte de inspiração para outros movimentos em rede no campo dos museus, que surgem a partir daí. Com espírito ancorado nas trocas e compartilhamentos de informações, contribuiu para o enriquecimento da expressão “educação museal” atualmente amplamente divulgado entre os educadores museais. Para mais informações acessar: www.remrij.blogspot.com.br

Um aspecto importante da PNM que interessa a este estudo é a iniciativa de, por meio de uma política nacional criar mecanismos para que se reconheça e registre a garantia dos direitos de participação das comunidades as etapas de registro e definição do que é patrimônio, especialmente aquele que se quer musealizar. Nesse caso a vinculação com as iniciativas posteriormente experimentadas estão amplamente articuladas com este princípio. As bases para o desenvolvimento do Programa Pontos de Memória estão claramente postas e a intenção de movimentar o cenário participativo e comunitário de salvaguarda e difusão do patrimônio museológico deve ser garantido aos grupos, movimentos sociais e comunidades.

A ampliação do conceito de museu e o reconhecimento de que existem, e também que podem existir, museus de vários tipos, inclui o que seria chamado, posteriormente, de processos museais. A conformação da ideia de que os museus são processos e como tal estão em constante transformação, permite que a PNM reconheça e valorize as experiências que ainda não se configuram como museus, mas que tem potência para se transformarem ou mesmo aquelas que não têm pretensão de se tornarem museus, mas que atuam com as bases conceituais da PNM, especialmente com os pressupostos da Museologia Social pautadas por projetos de valorização da memória, da identidade e dignidade humana.

A PNM não descuidou do aspecto relacionado à sustentabilidade do patrimônio cultural submetido aos processos de musealização. Esta percepção da importância do fomento para as práticas de salvaguarda e conservação atribuída à política anda mais respaldo junto aos setores museais, tendo em vista a lacuna de investimentos alocados para o financiamento de programas, projetos e ações desta natureza.

O diferencial da Política de Museus reside também na ênfase dada, a exemplo das políticas culturais do governo federal, de valorização, respeito e estímulo à preservação das práticas culturais, nesse caso as relacionadas à memória dos povos e comunidades tradicionais: os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, em conformidade com as suas especificidades. A partir do incentivo ao trabalho dedicado das memórias destes grupos, vemos acontecer no país um aumento considerável de museus comunitários dedicados a fortalecê-los, atrelados as iniciativas de apoio governamental desenvolvidas por outras instâncias ministeriais de governo.

Em maio de 2003, o Ministério da Cultura anunciava que o museu ocuparia um lugar central em suas ações. Não havia ingenuidade do MinC, estava em andamento uma posição diferente daquela que perdurou por uma década. O MinC não produziu apenas um discurso, transformou o museu em prioridade e formulou políticas, liderou um processo de mudanças. Deste ponto de vista, o museu deveria produzir um novo

lugar social, simbólico e institucional. O lugar de onde ele iria negociar e pautar suas ações e estratégias. Desde 2003, existe um processo em curso, que pretende intervir e dirigir ações e políticas para o setor museológico concentrado no IPHAN. (MORAES, 2009. p. 61).

Assim, com vistas ao seu desenvolvimento programático a Política Nacional de Museus apresentou sete eixos visando o desenvolvimento das ações museológicas a partir das diretrizes apontadas, a saber: 1) a gestão e configuração do campo museológico, com destaque para a implementação do Sistema Brasileiro de Museus e incentivo à criação de sistemas estaduais e municipais de museus e outras instituições de memória, e a criação do Cadastro Nacional de Museus; 2) a democratização e acesso aos bens culturais; 3) a formação e capacitação de recursos humanos com a criação de um programa de formação e capacitação de recursos humanos em museus e Museologia; 4) informatização de museus; 5) a modernização de infraestruturas museológicas com a realização de obras de manutenção e adaptação de imóveis que guardam acervos museológicos, bem como a execução de projetos de modernização das reservas técnicas e de laboratórios de restauração e conservação; 6) o financiamento e fomento para museus; e 7) a aquisição e gerenciamento de acervos culturais. (Política Nacional de Museus, 2003).

A partir dos interesses expressados pelo governo Lula de garantir participação social nas ações empreendidas, seus Ministérios buscaram mudanças setoriais e, no MINC, por meio do DEMU/IPHAN, inicia-se uma jornada de aprofundamento nas relações estabelecidas junto aos movimentos sociais. Este aspecto interessa em nossa análise, por expressar elementos importantes para a compreensão do Programa Pontos de Memória.

Segundo Moraes, o grupo que esteve à frente do DEMU possuía influência significativa em âmbito político na gestão do governo Lula e conseguiu ampliar a capilaridade e alcance das políticas públicas do campo museal: “A eleição de Lula permitiu uma aliança em que estes militantes puderam ocupar lugar central na burocracia pública federal. Este grupo era à base do DEMU” (MORAES, 2009. p. 61). Complementando sua visão deste grupo, o autor continua:

O grupo que, com a posse de Lula em 2003, assumiu o DEMU não escondia os seus propósitos, possuía alianças e apoios junto ao MinC, o que conferia força política e capacidade de articulação no MinC e na sociedade civil. O DEMU era um grupo dirigente dotado de aparente homogeneidade política, administrativa, discursiva. Apresentava publicamente uma identidade e não camuflava propósitos, confrontos, objetivos, estratégias e cronogramas. Um leitor de formação gramsciana encontraria todos os elementos de uma “guerra de posições” na construção de uma nova hegemonia social. Uma agenda política, administrativa e técnica estavam em curso. (MORAES, 2009. p. 62).

A Política Nacional de Museus contribuiu com a ampliação da ideia de museu que tem como base e como foco de suas ações as pessoas e os processos que valorizam as questões sociais. Em franco alinhamento com os pressupostos da Museologia Social, investem esforços em um discurso que potencializa a natureza social dos museus e do patrimônio museológico, rumo a uma consolidação ideológica atrelada às concepções da Política Cultural do governo que visou à participação popular na formulação de uma política pública com forte inspiração social.

A musealização, como prática social específica, derramou-se para fora dos museus institucionalizados. Tudo passou a ser museável (ou passível de musealização), ainda que nem tudo pudesse, em termos práticos, ser musealizado. A imaginação museal e seus desdobramentos (museológicos e museográficos) passaram a poder ser lidos em qualquer parte onde estivesse em questão um jogo de representações de memórias corporificadas. Casas, fazendas, escolas, fábricas, estradas de ferro, músicas, minas de carvão, cemitérios, gestos, campos de concentração, sítios arqueológicos, notícias, planetários, jardins botânicos, festas populares, reservas biológicas – tudo isso poderia receber o impacto de um olhar museológico. (PNM, 2007. p. 20)⁶¹

Com vistas a aprofundar o debate acerca da Política Nacional de Museus e seus desdobramentos a partir do estímulo aos processos museais articulados aos movimentos sociais, apresentaremos como foi se conformando a ideia de uma Política Pública de Direito à Memória que pode ser traduzida por meio do Programa Pontos de Memória.

2.1.3. Política Pública de Direito à Memória: o Programa Pontos de Memória

2.1.3.1. Os Pontos antes dos Pontos

A partir da constituição da Política Nacional de Museus, e mesmo antes de forma mais tímida, a equipe do IPHAN/DEMU, buscou consolidar apoio a novas experiências de

⁶¹ Esta citação foi retirada do texto da Política Nacional de Museus, no entanto, o mesmo fragmento, na íntegra, faz parte da Tese de Doutorado de CHAGAS, M. (2003). *A Imaginação Museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. 2003. 307 f (Doctoral dissertation, Tese (Doutorado em Ciências Sociais)–Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro).

museus e memória, relacionadas a comunidades e a movimentos sociais, com o intuito de acompanhar e fortalecer tais iniciativas que se organizavam. Este é o caso, por exemplo, da experiência do Museu da Maré, com um trabalho iniciado em 1997, a partir da criação do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – CEASM, com ações dedicadas a memória local, fortaleceram práticas inovadoras em direção à valorização da Memória da Maré e em consequência do Museu.

Na época o CEASM, a partir de uma parceria com o Museu da Vida, estava desenvolvendo o Curso de Formação de Monitores de Museus e numa mesa da qual participaram a diretora do CEASM Cláudia Rose Ribeiro e o Prof. Mário Chagas é que se deu o encontro que abriria a possibilidade de constituição de um Museu que agregasse todas essas iniciativas de memória e contasse por meio de textos, documentos e objetos a história das comunidades da Maré⁶².

A partir das ações de memória já realizadas na Maré e a constatação da qualidade dos debates acerca da memória local que promoviam, ficou clara para a equipe do DEMU a vocação para museu que se apresentava e, por meio de uma rede de diálogo e de parceria foram somadas as forças. O DEMU atuou no sentido de incentivar a proposta, contribuindo com um discurso de potência que daria suporte a fim de consolidar a iniciativa dos que se dedicaram para a sua realização. Inegavelmente, desde então, o trabalho desempenhado pela equipe do Museu da Maré faz dele um marco para a história da Museologia Social no Brasil, servindo de fonte de inspiração para as gerações futuras de museus. Segundo a Folha de São Paulo:

Rua Guilherme Maxwell, 26, atrás do SESI. Essa é a localização do mais novo museu do Brasil. Não é um endereço qualquer. Fica no meio do maior complexo de favelas do Rio, a Maré, e segundo o Ministro da Cultura, será o primeiro museu do país a funcionar dentro de uma favela.

Em 2006, a partir da inauguração do Museu da Maré, pelo Ministro da Cultura Gilberto Gil, o campo museal é agitado. A presença e participação dos integrantes do DEMU/IPHAN agregam valor político e institucional ao Museu e fazem dele um abre alas para o que poderia vir a ser, em termos de inovação, a atuação da Política Nacional de Museus, especialmente no que se refere à Museologia Social em nível nacional. Foi possível compreender, com o surgimento do Museu, que eram viáveis outras experiências museais surgirem a partir de processos colaborativos entre o poder público e os movimentos

⁶²http://www.museudamare.org.br/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=48&Itemid=54.

sociais voltados para o estímulo e valorização das trajetórias e cotidianos de cultura e memória de grupos minoritários e excluídos socialmente, por meio do destaque dado as luta e resistências em narrativas colaborativas e representativas a partir de novos lugares de fala.

A seriedade e continuidade com que o trabalho de memória do CEASM foi realizado durante os anos anteriores ao Museu, permitiram bases mais concretas para a construção da narrativa do Museu da Maré, pautada por um discurso socialmente referendado, crítico e politizado que desafia e propõe a ampliação do entendimento sobre a comunidade e sua história. O Museu da Maré pode ser percorrido por 12 tempos que atrelados à percepção de seus moradores, ilustram as facetas de uma vida de sonhos, esperanças e medos:

Um museu concebido em 12 tempos: tempo da água, tempo da casa, tempo da imigração, tempo da resistência, tempo do trabalho, tempo da festa, tempo da feira, tempo da fé, tempo do cotidiano, tempo da criança, tempo do medo e tempo do futuro. Um museu que concebe o tempo, simultaneamente, de modo diacrônico e sincrônico. Um museu que dialoga com relógios, calendários, cronômetros e diferentes ritmos naturais e sociais. (CHAGAS, M. ABREU, R. 2007. p. 140).

O Museu da Maré ao contrário do que reforçou a mídia, não é importante apenas por ser um museu em uma favela, o seu grande diferencial é ser um espaço que valoriza a memória local por meio dos testemunhos e participação dos seus moradores. Garantindo assim representatividade e interlocução com os interesses de uma comunidade que tem a oportunidade de entrar em contato com suas vivências e lembranças.

Este espaço se constitui como uma das experiências museais mais emblemáticas para o campo dos museus em especial para o fortalecimento da Política Nacional de Museus. Com a oferta de oficinas, reuniões de trabalho, estudo e visitas a outras instituições, além de intercâmbios o DEMU projetava os primeiros passos que seriam seguidos novamente, de forma mais detalhada no seu Programa Pontos de Memória, desenhado por inspiração do Ponto de Cultura Museu da Maré⁶³.

Além do Museu da Maré, o Museu de Favela⁶⁴ MUF, pode ser considerado outra experiência museal que foi acompanhada de perto pelo Departamento de Museus do IPHAN em sua jornada rumo à abertura para o público. Inaugurado em 2008, recebeu em sua cerimônia de abertura o lançamento do Programa Pontos de Memória como reconhecimento do trabalho desenvolvido e fonte de inspiração para as demais práticas que seriam estimuladas ao longo do desenvolvimento do Programa. Com estrutura bastante

⁶³O Museu da Maré é contemplado pelo edital Pontos de Cultura do Ministério da Cultura, desenvolvido no âmbito do Programa Cultura Viva de 2005.

⁶⁴Mais informações sobre a atuação do Museu de Favela, acessar: www.museudefavela.org

diferenciada do Museu da Maré, no entanto, com a mesma vocação e responsabilidade, o MUF dá início a sua trajetória por meio da atuação de um grupo de moradores interessados em experimentar a memória como fonte e recursos para a garantia de melhorias das condições de vida, segurança, educação e cultura.

Outra experiência importante para esta conjuntura que antecede o Programa Pontos de Memória foi a atuação da Rede de Museus, Memória e Movimentos Sociais⁶⁵ nascida em 2007, contribuiu para a construção de bases mais sólidas para o processo que veríamos ver crescer anos mais tarde. Já conectada com os pressupostos de uma atuação em rede articulou em torno do tema Museus e Museologia Social, agentes de memória e militantes sociais que mobilizavam o campo dos museus já com perspectivas dedicadas a uma memória insurgente. A proposta de reunir pessoas para discutir propostas de envolvimento dos museus com os movimentos sociais fortaleceu uma rede de realizadores militantes de diferentes projetos, localidades e instituições que favoreceu, em grande medida, o protagonismo do Rio de Janeiro, no cenário de práticas da Museologia Social. Segundo José do Nascimento Júnior, então Diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais – DEMU do IPHAN durante a abertura da primeira reunião da rede como consta da Ata de criação⁶⁶: “O objetivo deste encontro é reunir pessoas que trabalham com movimentos sociais, visando o desenvolvimento de ações concretas no campo da memória, do patrimônio e dos museus e a criação de uma rede temática de grande capilaridade” (NASCIMENTO JUNIOR, José do. 2007). Para Mário de Souza Chagas, a época, coordenador técnico do DEMU: “nós imaginamos a reunião de hoje da seguinte forma: cada uma das pessoas presentes se apresenta e fala um pouco do seu trabalho, da sua instituição, e depois passamos para a construção de uma agenda onde poderemos pensar em ações que promovam o intercâmbio com o coletivo” (CHAGAS, Mario de Souza. 2007).

Ambos organizaram a movimentação em torno da rede, com o intuito de ampliar o escopo de atuação do DEMU para junto dos movimentos sociais, atribuindo o tom necessário para o enraizamento das práticas sociais nos ambientes museais. Com vistas a esclarecer com que finalidade era proposta a reunião e, além disso, expor em que circunstância os museus são pensados no âmbito da rede que estava sendo configurada,

⁶⁵<http://redemuseusmemoriaemovimentossociais.blogspot.com.br>

⁶⁶A respeito da Rede Museus, Memória e Movimentos Sociais, acessar o Blog que reúne informações importantes sobre este período inicial de atuação da rede, como as atas e documentos de referência para o campo da Museologia Social. Ressaltamos o apoio de Sara Schuabb, no desenvolvimento e alimentação esta ferramenta que hoje significa um dos principais meios de acesso a memória de um processo importante para a trajetória da Museologia no Brasil:

<http://redemuseusmemoriaemovimentossociais.blogspot.com.br/2010/08/memoria-da-reuniao-da-rede-museus.html>

Chagas (2007) apresenta sua concepção de que os museus são como lápis. Consideramos esta passagem esclarecedora para os caminhos que serão seguidos pela rede que tem mais dois encontros e depois toma rumos práticos a partir do fortalecimento do Programa Pontos de Memória e criação do IBRAM. Assim:

O museu é uma ferramenta, é um lápis ou um computador, não é um fim em si. Algumas pessoas ainda associam museus a grupos de elite, mas hoje existem museus com outros perfis, que se assumem como práticas sociais. Em nosso entendimento o museu pode contribuir para o desenvolvimento das comunidades populares e os movimentos sociais. Para isso a ferramenta museu precisa ser democratizada. Só assim, ela contribuirá para o enfrentamento das questões sociais contemporâneas, e para preservação da memória dos movimentos sociais. (CHAGAS, 2007).

Outras experiências como o Museu Vivo de São Bento em Duque de Caxias na cidade do Rio de Janeiro, o Ecomuseu da Amazônia em Belém do Pará e outras iniciativas espalhadas pelo país, agregam conhecimentos para as práticas de sistematização e apoio que serão empreendidas pelo poder público, nesse caso, o IPHAN, para o desenvolvimento da proposta do Programa Pontos de Memória. No entanto, para que mais iniciativas pudessem ser mapeadas, apoiadas e fortalecidas era necessário criar condições políticas e econômicas. Para tanto, com vistas a ampliar a capacidade de atuação da equipe, algumas estratégias de parceria foram pensadas, a partir do investimento em articulações interministeriais e com organismos de cooperação internacional.

2.1.3.2 As parcerias: O Pronasci e o Prodoc

O Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuía interesse em seguir construindo parcerias interministeriais e, com isso, ampliava significativamente a capacidade técnica, operacional e orçamentária de sua gestão junto ao campo dos museus. Com a perspectiva de estarem atreladas as demais políticas públicas desenvolvidas pelo governo federal, exercitando uma prática de fortalecimento entre ações governamentais que possuíam objetivos comuns, por meio de atuações conjuntas e colaborativas o DEMU/IPHAN, identificou no Programa Nacional de Segurança com Cidadania – PRONASCI, iniciativa desenvolvida pelo Ministério da Justiça uma possibilidade de atuar frente aos desafios comuns de ambos os programas. A respeito do surgimento do Programa Pontos de Memória, em essência uma prática integradora Eneida Braga Rocha, em entrevista as consultoras Inês Gouveia e Sara Schuabb, relembra as bases desta construção. É importante ressaltar que Eneida, integrante da equipe do DEMU, desde o surgimento da proposta do Programa, foi protagonista no cenário Institucional buscando mecanismos para articular politicamente a realização da proposta. Para Eneida:

O Nascimento, ele idealizou. Na verdade, a gente tinha essa possibilidade, estava nascendo ali a questão do Mais Cultura, estava nascendo a questão do Pronasci... E nessa busca toda nossa de fazer parcerias e de procurar não só limitar a área de museu à área da Cultura stricto-sensu, mas fazer ações no Ministério da Previdência, Ministério do Turismo... Então surgiu a questão do Pronasci e, dentro da questão do Pronasci, a possibilidade de se trabalhar, como já estava se trabalhando os Pontos de Cultura, dentro do Ministério da Cultura, de trabalhar uma ideia dos Pontos de Memória. (...) A ideia foi lançada pelo Nascimento, de fazer um trabalho de memória, mas foi desenvolvida, ali, junto com o Ministério da Cultura, junto com o Mário Chagas, junto com o Pronasci, pelo Vinícius (Adalberto de Souza Barcelos). O Vinícius, nosso querido Vinícius, que pegou essa proposta e foi desenvolvendo. (...) A gente teve o projeto pronto, o Vinícius idealizou, depois a gente sentou junto, porque tudo a gente fazia muito junto... Sentamos Átila (Bezerra Tolentino) e eu, e a gente deu uma reformulada na ideia inicial dele; depois passou pelo Nascimento.⁶⁷

⁶⁷Eneida Braga Rocha em entrevista concedida a Inês Gouveia, em razão do Programa Pontos de Memória. Brasília, 14 de setembro de 2010. In: Documento com o Registro do processo de concepção do Projeto Pontos de Memória desde a sua proposição no âmbito do Pronasci-MJ, em atendimento à solicitação designada por Produto 2, expresso no TOR-134, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Desenvolvido pelo Ministério da Justiça no âmbito do governo Lula, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI nasce de uma tentativa de enfrentamento à criminalidade no país, em articulação com políticas de segurança atreladas a ações sociais. Com vistas a eliminar as causas que levam à violência, busca atrelar ordenamento social e segurança pública. A segurança só pode ser garantida, segundo os princípios do PRONASCI, se alternativas para o equilíbrio social também for experimentado. A partir de eixos distintos e complementares, como: valorização profissional que atuam com segurança pública; reestruturação do sistema penitenciário; combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência, o Programa pretende atingir além dos profissionais, jovens de 15 a 29 anos que estejam sob-risco de praticar crimes, ou que estejam em conflito com a lei. Esses jovens, especialmente os reservistas, são passíveis de serem aliciados pelo crime organizado exatamente por terem conhecimentos de armamentos e manejo em função do aprendizado no serviço militar. Foram selecionadas 12 cidades Brasileiras localizadas em regiões metropolitanas e, segundo visão do Pronasci, consideradas mais violentas, identificadas por pesquisa elaborada pelos ministérios da Justiça e da Saúde, e indicadas para receberem as ações do PRONASCI: Belém, Belo Horizonte, Brasília (Entorno), Curitiba, Maceió, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória e fortaleza. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2007).

Com vistas a execução das ações prioritárias nos municípios, as mobilizações policiais e comunitárias permitem uma maior articulação entre os representantes da sociedade civil e as diferentes forças de segurança por meio de convênios, contratos e outros instrumentos de cooperação com estados, municípios, organizações não-governamentais e organismos internacionais. O Pronasci previu em sua execução cerca de 94 ações que envolvem a União, estados, municípios e a própria comunidade, entre estas, destacamos a seguinte:

Ministérios e Secretarias Parceiras – Algumas ações previstas no Pronasci são fruto de parcerias com ministérios e secretarias. O Pronasci agirá em conjunto com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) nas regiões em que houver obras de urbanização para recuperação de espaços urbanos e melhoria da infraestrutura nas comunidades. Outro exemplo é a parceria firmada com a Secretaria Nacional Anti-Drogas, da Presidência da República, que ampliará, com o Pronasci, o atendimento do Viva Voz, projeto já existente que visa orientar jovens e famílias em relação às drogas (Fonte: www.mj.gov.br).

Dessa forma o Ministério da Cultura, por meio do Programa Mais Cultura⁶⁸ e, nesse caso, especialmente o Documento de Projeto celebrado com a Organização dos estados Ibero-americanos para a educação, ciência e cultura, denominado: Desenvolvimento institucional e técnico operacional para a ampliação e consolidação de projetos relacionados à memória social no Brasil – Prodoc Pontos de Memória integrou-se como mais uma ação social que viria contribuir com a diminuição da violência local por meio de ações dedicadas às memórias realizadas junto à população em especial com a atuação voltada para os jovens em situação de risco, no âmbito do Pronasci.

Por meio do relato de Eneida, em que ela destaca as parcerias desenvolvidas para a viabilização do Programa, podemos compreender a ênfase dada ao processo de articulação com o Pronasci, alguns dos desafios enfrentados pela equipe para a condução compartilhada da experiência e destaca o papel do Coordenador Celso Paz:

O Pronasci em si... A princípio, eles queriam que a gente chegasse com uma ação junto com eles. A gente disse: "Não! Não pode ser assim, porque estamos entrando na comunidade, a gente não pode *linkar* as pessoas que estão ali trabalhando com a memória da comunidade, com uma ação específica de segurança...". Então, isso foi o primeiro ponto. Aí eles entenderam... "A gente vai estar inserido, nós vamos *ser Pronasci*, está tudo lá com o nome Pronasci, vai ser uma ação efetiva, mas vamos ter algum cuidado." Outra coisa que eles queriam era que os agentes de memória previstos no Programa fossem todas pessoas já com passagem por uma casa de detenção, por uma coisa assim. E a gente com muita delicadeza: "A coisa não pode ser cartesiana assim. Nós vamos entrar na comunidade e vamos ver... Pode ser até que tenha agentes que estejam dentro desse processo, mas não é uma coisa assim, que você vá, de primeira assim: Só vou aceitar se for dessa forma". Então foi com muita delicadeza... O Celso Paes, que é a pessoa que estava a frente do Pronasci nessa época, ele foi muito sensível, entendeu. Tanto que entendeu que aprovou o projeto inteiro e deu muita força pra gente. Foi uma pessoa de grande importância para esse projeto sair dentro do Ministério da Justiça. Ele teve o entendimento e a delicadeza do projeto, dentro de um Programa desse.⁶⁹

As cidades que receberiam a proposta do Programa Pontos de Memória foram indicadas pelo Pronasci, a partir dos territórios visados pela Política do Ministério da Justiça,

⁶⁸Lançado em outubro de 2007, o programa criado pelo Governo Federal, intitulado: Mais Cultura representa o reconhecimento da cultura como necessidade básica, direito de todos os brasileiros, tanto quanto a alimentação, a saúde, a moradia, a educação e o voto. <http://www.cultura.gov.br/mais-cultura>

⁶⁹Eneida Braga Rocha em entrevista concedida a Inês Gouveia, em razão do Programa Pontos de Memória. Brasília, 14 de setembro de 2010. In: Documento com o Registro do processo de concepção do Projeto Pontos de Memória desde a sua proposição no âmbito do Pronasci-MJ, em atendimento à solicitação designada por Produto 2, expresso no TOR-134, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

focado em territórios populares considerados os mais violentos do país. Os critérios para a escolha foram adotados pelo Ministério da Justiça em parceria com o Ministério da Saúde.

Importante frisar que uma das propostas presentes neste Projeto é a de construir uma experiência piloto que deverá abranger localidades caracterizadas pelo alto índice de violência, em doze regiões metropolitanas distribuídas nas cinco regiões do país, que foram selecionadas pelo *Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci*, desenvolvido pelo Ministério da Justiça com o qual o Ministério tem parceria por meio do Programa *Mais Cultura*. Pretende-se, com essa experiência piloto, contemplar no *Ponto de Memória* as especificidades ocorridas nas experiências de cada uma das comunidades que fazem parte do escopo de atuação do Projeto, e, assim, obter uma visão mais representativa do fenômeno relativo aos processos museológicos comunitários no país. (Prodoc, 2008. p. 18)

A indução das cidades, pelo Pronasci ao Programa Pontos de Memória, foi algo que alterou consideravelmente os rumos da iniciativa em seus primeiros momentos. A esta altura já era claro que o DEMU possuía articulações em várias regiões do país e precisava de estrutura para continuar apoiando as experiências em formação com o objetivo de contribuir para o seu desenvolvimento. No entanto, com a exigência do Pronasci a partir das cidades alvo de suas ações e, pensando nos recursos financeiros⁷⁰ que seriam alocados no Programa, a equipe de gestão optou por adotar as indicações feitas e assumiu o desafio de iniciar novos processos levando em consideração todas as dificuldades inerentes. Tal decisão significou alguns desgastes para a equipe, pois a expectativa era de que os Pontos de Memória seriam em outras regiões e cidades a partir de práticas já mapeadas e com potencial para avançar. No entanto, como alternativa, o DEMU e posteriormente o Ibram seguiu articulando e mantendo apoio as demais práticas, criando uma rede de apoio significativo. Exemplo disso é a participação na primeira Teia da Memória de outras iniciativas e locais para além dos indicados pelo Pronasci. Tal atitude agregou e fortaleceu o entendimento acerca dos limites de execução existentes no Programa e possibilitou a ampliação da rede de apoio do Ibram.

Com relação à parceria estabelecida pelo programa Pontos de Memória com o Programa do Pronasci, Toledo (2014), salienta em entrevista a Avelar (2015) que:

O que foi passado é que seria mais uma, dentre várias ferramentas, que ajudaria na redução da violência, ou seja, por meio do trabalho com a museologia, trabalhando identidade, pertencimento, sentimento de cultura, de comunidade (...). Só que estas

⁷⁰Importa destacar que não levaremos em consideração, nas análises aqui propostas, os valores orçamentários que foram utilizados pelo programa para o seu desenvolvimento. Consideramos que este esforço ainda precisa ser feito e certamente contribuirá com a ampliação do entendimento acerca desta prática em âmbito governamental em maior profundidade.

questões, a meu ver, foram colocadas de maneira muito simplista, nós não fizemos trabalhos, discussões, debates com o Pronasci sobre isso. (TOLEDO, 2014).

Retornaremos a esta discussão em nossas considerações finais, no entanto, consideramos importante destacar as implicações desta articulação. Com objetivos audaciosos, ambos os programas governamentais não conseguiriam dialogar a ponto de cruzar os interesses específicos de cada seguimento, possibilitando que eles pudessem compartilhar resultados em suas ações. É notório perceber as nuances desta relação e o afastamento produzido, com destaque para as lacunas que foram determinadas, inclusive a partir da segunda e terceira fase do Programa Ponto de Memória.

A partir das possibilidades de trabalho cooperado com a Organização dos Estados Ibero-americanos para a educação, ciência e cultura– OEI, identificada como uma alternativa viável para a concretização do projeto pelos dirigentes do DEMU/IPHAN, o Prodoc – Documento de Projeto, foi a alternativa encontrada para o desenvolvimento do convênio que dará início a uma ação que, por quase 10 anos, será responsável por mobilizar o campo dos museus, especialmente o campo da Museologia Social, fortalecendo as bases para a conformação de movimentos em rede, com autonomia e expressão nacional a partir das reivindicações de variados movimentos sociais. Para Ena Colnago, integrante da equipe técnica que participou dos primeiros momentos de desenvolvimento do programa, em entrevista a Gouveia (2010) diz o seguinte:

A gente tinha que estruturar o Programa para atender as demandas do Ministério da Justiça. O Ministério da Justiça ia aportar recursos para uma série de ações do Programa Mais Cultura, entre elas, o Pontos de Memória (...) A gente tinha uma estrutura do que queria, uma proposta de trabalho, mas não sabia exatamente como a gente ia fazer; se ia fazer convênio, se esses convênios iam ser trazidos pelo Ministério da Cultura, se iam ser executados por nós. (...) Então houve um longo período, no primeiro semestre de 2008, que era: Qual vai ser a engenharia institucional adotada para poder fazer o repasse do recurso para implantar esse projeto? (...) Foi a partir do segundo semestre de 2008 que a coisa começou a se desenvolver.⁷¹

O Projeto de Cooperação Técnica Internacional firmado entre a Organização dos Estados Ibero-americanos para a educação, ciência e cultura e o Ministério da Cultura, com

⁷¹Ena Elvira Colnago. Entrevista concedida a Inês Gouveia, em razão do Programa Pontos de Memória. Brasília, 14 de setembro de 2010. In: Documento com o Registro do processo de concepção do Projeto Pontos de Memória desde a sua proposição no âmbito do Pronasci-MJ, em atendimento à solicitação designada por Produto 2, expresso no TOR-134, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos OEI.

o título: Desenvolvimento institucional e técnico operacional para a ampliação e consolidação de projetos relacionados à memória social no Brasil, o Prodoc, como é conhecido, é firmado em 2008 e possui estrutura baseada no formato padrão de projeto contendo apresentação, objetivos, justificativa, orçamento, metas, ações e cronograma. As ações programadas, a partir do Projeto, como o próprio título indica orientam-se para atualizar e aperfeiçoar instrumentos gerenciais e técnico-operacionais destinados “à ampliação e consolidação de estruturas de apoio cognitivo e metodológico às comunidades que atuam com memória social no Brasil” (Prodoc, 2008). Com vistas a cumprir este objetivo o projeto propõe atividades pautadas pela necessidade de definição conceitual e metodológica sobre memória social, com ênfase para as relações comunitárias em auxílio ao desenvolvimento da proposta do Ponto de Memória, sua gestão e manutenção. O projeto elaborado inicialmente prevê a capacitação para agentes de memória e membros da comunidade; produção de material a partir dos acúmulos gerados para consulta e formação de novos processos e a sistematização da metodologia de trabalho junto aos pontos, com a geração de instrumentos que possam auxiliar as futuras formulações, planejamento, avaliação e apoio aos Pontos de Memória.

Este documento é à base de toda a construção do Programa Pontos de Memória, norteador dos objetivos a serem alcançados, ao longo de sua vigência de 2008 a 2015, produziu consideráveis avanços para o campo dos museus e da memória, especialmente no que se refere ao campo das políticas públicas em museus no Brasil, com ênfase para a participação e protagonismos de grupos e movimentos sociais. O projeto produz referencial importante para traçar a trajetória do Programa e sua constituição, avanços e desafios. A partir deste instrumento, conectado com os pressupostos e desafios PNM, com base nos fundamentos da Museologia Social e experimentados sobre forte inspiração dos Museus da Maré e do Museu de Favela, 12 novos processos museais são criados em todo o país.

A respeito do papel preponderante do Museu da Maré na constituição do Programa Pontos de Memória:

Essa experiência foi fundamental para que o IPHAN/DEMU definisse e consolidasse seu papel na formulação e implantação desses processos museológicos em comunidades. Foi possível constatar que esse movimento de comunidades, que promovem ações de memória, não era uma ocorrência isolada da favela da Maré; existiam outras manifestações em diversas localidades na cidade do Rio de Janeiro, bem como em outras unidades da federação (Prodoc, 2008. p. 16).

Com o intuito de executar as ideias postas nos princípios da PNM e com a missão de continuar estimulando novos processos museais com base comunitária a equipe

DEMU/IPHAN, disponibiliza apoio técnico, por meio de oficinas e orientações a grupos e comunidades que possuem interesse em trabalhar suas memórias por meio de ações desenvolvidas nas localidades. A ideia é contribuir com o fortalecimento de tais práticas a partir de uma discussão acerca dos temas relacionados aos museus, à memória e ao patrimônio cultural, além das técnicas e procedimentos relacionados a modelos de criação e gestão de museus. Com vistas a oferecer as condições necessárias para o incremento e fortalecimento das práticas relacionadas à criação de museus em comunidades que atuam com a identidade cultural e territorial.

Depois de firmadas as parcerias foi preciso ampliar a diversidade e a capilaridade museal e garantir a forte inserção dos museus nas comunidades locais, atuação prevista para ser adotadas pelo IPHAN/DEMU e incluídas como metas e objetivos no Prodoc.

A respeito das capacidades geradoras do Programa que estava sendo desenhado por meio do Prodoc, José do Nascimento Júnior, explica as bases em que tal instrumento é firmado, destaca o apoio do DEMU dado a Museologia Social e enfatiza a preocupação de que os Pontos de Memória não refletem apenas a realidade das cidades urbanas conhecidas como favelas e seus altos índices de violência; destaca as inúmeras possibilidades de atuação dos Pontos de Memória em articulação com as demais formas de violência simbólica a exemplo das lutas indígenas, quilombolas, dos povos e comunidades tradicionais e movimentos sociais:

... É muito cara a ideia da museologia social e muito cara a ideia da ruptura com uma museologia tradicional; uma visão de museu, uma visão com a ação da memória dos museus tradicionais. Esses processos museológicos que a gente vem estimulando, não só por conta do Pronasci, mas amplamente em várias comunidades... Indígenas, quilombolas, várias comunidades rurais, quer dizer, não só sobre aqueles que estão em região que tem índices de violência altos, mas aqueles que têm o desejo de memória. Estamos reunindo... Todos aqueles que têm desejo de memória. E este desejo de memória, por parte do Estado, aí o Ibram, está fazendo com que, com a parceria entre o Ibram e as comunidades nós possamos mudar a cara da museologia brasileira, a partir desta rede, a partir desta condição, que é mostrar que, via memória, via identidade, nós podemos mudar uma série de outros processos sociais dentro das comunidades.⁷²

⁷²Depoimento de José do Nascimento Júnior, presidente do Instituto Brasileiro de Museus. In: Documento com o Registro do processo de concepção do Projeto Pontos de Memória desde a sua proposição no âmbito do Pronasci-MJ, em atendimento à solicitação designada por Produto 2, expresso no TOR-134, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e OEI.

Por meio do Prodoc, a equipe do DEMU, potencializa a sua capacidade de atuação junto às comunidades que desenvolvem ações de memória, com vistas a consolidar o incremento aos apoios necessários para as demais experiências que surgem pelo país. Uma equipe reduzida para pensar, promover, fazer a gestão e o planejamento do campo museal, em suas diferentes esferas, certamente não poderia suprir a necessidade de uma ampliação da capacidade de gerar novas experiências dedicadas aos processos museais. Tais iniciativas merecem tempo e dedicação para serem analisadas, apoiadas em suas especificidades a partir dos acúmulos gerados pelas práticas anteriores. Para a equipe do DEMU, posteriormente equipe do IBRAM, a demanda realizada pelos movimentos sociais, e grupos comunitários, representava uma oportunidade única de contribuir com o campo museal, a partir do esboço de uma metodologia que pudesse ser aplicada a variadas experiências.

A proposta, contudo, é ampliar a capacidade institucional do IPHAN/DEMU para atuar de forma mais consistente nessa área. O problema é que perduram carências quanto à existência de um desenho de processo de trabalho específico para atender, em escala, esse conjunto de comunidades que promovem ações de memória social no Brasil. Além disso, os instrumentos de apoio utilizados até o momento, para apoiar o trabalho dessas comunidades, necessitam de ajustes, bem como devem ser incorporados a eles novos instrumentos. (Prodoc, 2008. p. 17).

O Projeto do Prodoc, foi pensado a partir de quatro objetivos, sendo 1 geral e outros três específicos claramente definidos a partir da experiência de apoio aos museus que contribuíram para a consolidação da ideia do Programa Pontos de Memória. O Prodoc tem como base um objetivo geral que, inclusive, dá nome ao projeto: “atualizar e aperfeiçoar instrumentos gerenciais e técnico-operacionais para ampliar e consolidar as estruturas de apoio cognitivo e metodológico relativo ao campo museal para as comunidades que atuam com memória social no Brasil” (Prodoc, 2008. p. 21), e demais objetivos específicos: “1. Definir bases conceituais e metodológicas relativas ao campo museal, em particular sobre memória social e sobre relações comunitárias para a implantação e manutenção de *Pontos de Memória*”; “2. Capacitar agentes de memória e membros da comunidade em desenvolvimento e gestão de projetos nas áreas museológicas e museográficas para o aperfeiçoamento da implantação e da manutenção de Pontos de Memória”; “3. Aplicar, de forma experimental, os processos e instrumentos de planejamento, avaliação e apoio à instalação e manutenção de Pontos de Memória, bem como difundir experiências em memória social no Brasil”.

Os objetivos estabelecidos partem das premissas de que é necessário estabelecer bases conceituais e metodológicas, pois há, a partir das práticas já realizadas junto aos museus e processos comunitários, o entendimento de que existe uma lacuna que precisa ser superada. A relação com os processos museais, ainda é novidade para o campo museal e as iniciativas empreendidas pelos grupos e movimentos ainda necessitam, para sua realização, de indicadores conceituais e ferramentas metodológicas. Outra necessidade expressada é a formação dos agentes locais. Muitos dos atores que se relacionam com as experiências de memória compreendem o cenário de lutas e resistências, pois muitos são forjados na batalha a partir das necessidades sociais são militantes e interessados em contribuir com a melhoria das condições de vida das pessoas, moradores ou integrantes de movimentos que lutam por direitos. As vivências no cotidiano da comunidade ou nas questões dos movimentos sociais são relevantes o que permite um entendimento da memória destas lutas como uma ferramenta extra para suas reivindicações e indicações de mudança.

No entanto, falta para estas lideranças e moradores integrantes dos movimentos, uma maior experiência e conhecimentos específicos sobre o campo da memória, do patrimônio cultural e dos museus, assuntos até então diferentes dos que estavam acostumados a tratar em seu cotidiano. Na medida em que se apropriam do desejo de memória são levados, por meio do interesse em aprofundar processos de salvaguarda e realização de exposições, a compreender melhor os conceitos que abraçam o novo desafio. Dessa forma, o objetivo que trata da formação destes agentes, se consolida como uma etapa fundamental para o sucesso do programa, uma vez que deposita nestas pessoas a total responsabilidade por suas ações, interage como formação, como discussão, como elementos que agregam possibilidades de reflexão e de enfrentamento, mas com relação à execução, planejamento, narrativas, discurso, definições de prioridades e escolhas dos caminhos a percorrer, todos são aspectos relacionados exclusivamente a tomada de decisão do grupo. Neste aspecto é importante refletir sobre os papéis desempenhados pelos moradores, militantes locais e os técnicos do DEMU/IBRAM⁷³ no desenvolvimento das propostas e em seu acompanhamento.

⁷³O Programa Pontos de Memória tem início ainda em fase de planejamento, escrita e formalização de parcerias em 2007 e 2008, com atuação direta do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN em sua fase inicial de elaboração. Em 2009 o Programa é lançado já sob responsabilidade do recém criado Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, que passa a ser o responsável pela gestão do programa. Com vistas a esclarecer a utilização dos termos, a partir das ações realizadas em 2009, apenas vamos nos referir à equipe do Ibram.

A primeira versão do Prodoc, elaborada em 2008, pela equipe do DEMU/IPHAN, vigorou até 2012, quando foi realizada sua primeira revisão substantiva procedimento utilizado pela OEI para orientar as reformulações, adequações e inclusões. O Prodoc, elaborado em 2008 previa como prazo para sua execução novembro de 2008 a Dezembro de 2011 – 38 (trinta e oito) meses. No entanto, com a aproximação do término do prazo, equipe do IBRAM responsável pela condução do processo junto a OEI, decidiu ampliá-los e realizar ajustes na proposta original. A revisão substantiva imprime um novo caráter ao Prodoc inicial, pois acrescenta um objetivo importante em sua constituição, que representa os avanços acumulados pela trajetória do Programa Pontos de Memória. A inclusão do objetivo que se relaciona a conformação de redes, a expansão do programa expressado por sua vocação para atuar em rede, a exemplo dos rumos também tomados pelo Programa Cultura Viva em especial os Pontos de Cultura. O 4 objetivo do Prodoc: “promover por meio da articulação em rede, a difusão de bases metodológicas dos Pontos de Memória e a capacitação de multiplicadores para atuar em ambientes articulados e integrados nas áreas de memória e Museologia” (Prodoc, 2012. p. 6).

Importante ressaltar que os acúmulos deste processo, gerados a partir da experiência de trabalho junto ao desenvolvimento dos Pontos de Memória, contribui para o campo museal, em especial, para os interessados em conhecer melhor os pressupostos da Museologia Social. Analisar a trajetória desta proposta colabora para o entendimento do que significa a relação entre Estado e Sociedade Civil no que se refere aos museus e processos museais.

Uma das ações prioritárias para dar início ao Programa foram as visitas de reconhecimento das localidades indicadas para receber os Pontos de memória. Como já foi dito a escolha das 12 cidades foi determinada pelo Pronasci com base em pesquisas relacionadas a bairros com alto índice de violência e marginalidade. Para que essa escolha pudesse ser respeitada foi preciso, portanto, conhecer cada uma das localidades para a identificação do potencial de memória local e quais as práticas já eram realizadas nesse sentido. Durante o primeiro ano de tratativas sobre o programa, algumas iniciativas foram realizadas no sentido de solicitar que o Ministério da Justiça, por meio do Pronasci, reconsiderasse algumas decisões, como por exemplo, a exigência das 12 cidades já pré-estabelecidas. No entanto, esta proposta não foi considerada, o planejamento do Pronasci não previa alterações dessa natureza. Para o projeto Pontos de Memória este era um problema, pois em alguns Estados, era possível ter conhecimento de práticas e processos museais mais consolidados que nas cidades indicadas previamente. Restava a equipe do Programa, encontrar ações de memória realizadas ou despertar nestas comunidades o

desejo de atuar sobre a perspectiva da memória, o que acabou sendo uma recorrente na maioria das cidades indicadas.

II foco social: jovens e adolescentes egressos do sistema prisional ou em situação de moradores de rua, famílias expostas à violência urbana, vítimas da criminalidade e mulheres em situação de violência; III foco territorial: regiões metropolitanas e aglomerados urbanos que apresentem altos índices de homicídios e de crimes violentos; e IV foco repressivo: combate ao crime organizado⁷⁴.

Em conformidade com a Lei nº 11.707, de 19 de junho de 2008 que Altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, o Pronasci deve atuar em cidades a partir dos focos indicados.

2.1.3.3. Os Territórios indicados

As localidades escolhidas possuem um perfil que as une, segundo as pesquisas indicadas pelo Ministério da Saúde e as informações da própria polícia as caracterizam como sendo violentas e com alto índice de homicídios e crimes hediondos. Possui elementos que agregam possibilidades de enfrentamento acerca da segurança pública para públicos específicos, como os jovens e as mulheres. Assim, diante das exigências estabelecidas a partir das cidades mapeadas e indicadas, era necessário que o Programa Pontos de Memória pudesse percorrer o país, com a tentativa de já identificar as experiências e convidá-la para a primeira Teia da Memória em Salvador realizada em 2010.

Em análise realizada pelo consultor Wélcio Toledo, foi traçada a trajetória e a situação de cada comunidade contatada pela equipe do Programa, identificando em que situação cada uma delas estava no momento em que a proposta chegou. Importante ressaltar que para algumas comunidades, o trabalho com a memória já era uma realidade e para outras a proposta soou como uma grande novidade. No entanto, mesmo sendo novidade, as lideranças reunidas para as reuniões com o IBRAM mostraram-se interessadas em fazer parte do projeto, especialmente por compreenderem como ela poderia contribuir para a consolidação do trabalho social que já estava em curso nas comunidades por movimentos diversificados.

⁷⁴LEI n. 11.530, de 24 de outubro de 2007. que institui o Programa Nacional de Segurança com Cidadania – PRONASCI e dá outras providências.In: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11530.htm

Destacaremos as comunidades visitadas na primeira etapa do Programa a partir das reuniões realizadas e a identificação das experiências de memória. As reuniões foram agendadas a partir do diálogo estabelecido entre a equipe do IBRAM e a rede de contatos nos Estados e nas cidades indicadas, além do esforço pessoal dos consultores contratados. A partir desta aproximação inicial, eram identificados lideranças e projetos que receberiam a equipe para conhecer a proposta. Todas as primeiras visitas de aproximação e sensibilização foram realizadas em 2009, algumas localidades chegaram a receber de duas a quatro visitas, definidas a partir do amadurecimento das propostas já desenvolvidas e articulação e demandas locais⁷⁵.

Na cidade do Rio de Janeiro, a comunidade escolhida foi o Morro do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, por ser lá o lugar de resistência já trilhado desde 2008 por moradores. A ONG comunitária pretendia reunir acervo com o registro do modo de vida dos moradores. Para os moradores e responsáveis pela condução dos trabalhos junto ao MUF, este museu é o primeiro museu territorial e vivo sobre memórias e patrimônio cultural de favela. Suas ações iniciais também foram desenvolvidas em parceria com a equipe do DEMU/IPHAN que pode acompanhar e auxiliar na condução dos trabalhos. Assim como o Museu da Maré, esta experiência contribuiu para a construção da metodologia de trabalho desenvolvida junto aos Pontos de Memória e sua escolha para compor as ações do Programa reflete a preocupação na continuidade das práticas que necessitavam já naquele momento de apoio para sua consolidação e subsistência técnica e financeira.

Outra localidade escolhida foi Brasilândia bairro da cidade de São Paulo, situado na Zona Norte, Região metropolitana de São Paulo. Segundo Toledo (2009) a localidade estava desmobilizada, fato que repercutiu com a participação de apenas dois moradores locais, em reunião com o Ibram em novembro de 2009. A extensão do bairro e as diferentes ações empreendidas por ONGs e iniciativas governamentais expressa divergências políticas e de visão de mundo, já identificadas desde os primeiros contatos. A dificuldade de gerar consensos em benefício da proposta para que as ações de memória pudessem ser realizadas e continuadas gerou a descontinuidade das iniciativas deste Ponto de Memória que não conseguiu desenvolver as ações para além do primeiro produto de difusão.⁷⁶

Em Minas Gerais na capital Belo Horizonte, especificamente no Taquaril surgirá a experiência que dará nome ao Museu do Taquaril. A localidade apresentava á época

⁷⁵Fonte: TOLEDO, Wélcio. 2009. Produto 4. Documento preliminar com resultados parciais das visitas técnicas de sondagem nas 12 localidades indicadas e avaliação preliminar da situação para a implantação dos Pontos de Memória (Fevereiro de 2010)

⁷⁶Em acordo com a metodologia proposta, o produto de difusão é a última etapa do Programa Pontos de Memória e consiste em dar retorno a comunidade das ações de formação e inventário participativo. Voltaremos a este assunto com mais detalhes na parte 3 desta tese.

profunda mobilização social, com a presença de ativistas, artistas e lideranças comunitárias que receberam a iniciativa do programa como uma oportunidade de aprofundar as ações dedicadas à memória e ao fortalecimento do bairro, com apoio governamental de políticos de alguns parlamentares deu início a mobilização por direito à memória que traria as bases para o desenvolvimento de seus atores locais e da experiência museal. O Ponto de Memória já surge com nome de museu. Um investimento realizado pela comunidade de forma muito clara que compreendeu os potenciais da discussão acerca da memória para a ampliação do alcance social das bandeiras e lutas empreendidas até então.

A história do bairro vem sendo registrada como narrativa por meio do Programa Ponto de Memória Museu do Taquaril, através de um grupo de moradores locais, do qual fazemos parte, que se lançam ao desafio de delimitar e dar visibilidade ao patrimônio construído ao longo de vinte e três anos de existência do bairro. (SILVA, Wellington; SILVA, Leila. 2013).

Os contatos iniciais com o bairro de São Pedro na cidade de Vitória, Espírito Santo foi facilitado por conta das ações já empreendidas por meio do Pronasci. A partir daí os contatos iniciais foram aprofundados por meio das ações desenvolvidas na escola como eixo temático central ampliando a capacidade de articulação e ativismo daqueles preocupados em garantir a discussão acerca da memória do lugar, com vistas ao aprofundamento das práticas de cidadania e dignidade dos moradores. O Ponto de Memória da Grande São Pedro reúne lideranças culturais, comunitárias e educacionais, além de artistas e representantes de escolas de samba, dançarinos, “jovens e idosos engajados na reflexão sobre a importância da (re) construção da memória local para o fortalecimento das identidades que perpassam as lutas e conquistas da região, conhecida pela forte atuação de movimentos sociais”. (IBRAM, 2016. p. 18)

Em Brasília, na cidade da Estrutural, já existiam grupos e lideranças a exemplo das demais localidades que viram, na proposta apresentada pela equipe do Programa, uma oportunidade de agregar os movimentos já existentes para potencializá-los e assim contribuir com a difusão das conquistas atribuídas as histórias de luta da comunidade e de seus moradores. “A iniciativa também funciona como um ponto agregador de movimentos que desenvolvem projetos socioculturais e de educação popular da cidade, sempre pautados em ações criativas, solidárias e voltados à melhoria de qualidade vida da população local” (IBRAM, 2016. p. 61). Com capacidade aglutinadora, os diferentes grupos, moradores, coletivos e instituições parceiras iniciaram o processo que levou ao desenvolvimento do Ponto de Memória que viria a ser considerado posteriormente pelos moradores como um “museu popular, auto gestor, que reúne lideranças comunitárias e

representantes de diversos grupos, coletivos e movimentos da cidade, para pensar e desenvolver ações voltadas à valorização das histórias e memórias locais, como meio de transformação e melhoria de qualidade de vida no território” (IBRAM, 2016. p. 61).

Na Região Sul do país, foram contatadas lideranças atuantes nos bairros do Sítio Cercado em Curitiba e o bairro Lomba do Pinheiro em Porto Alegre. Em Sítio Cercado, os grupos que participaram das primeiras reuniões, encontraram desde muito cedo afinidade com a proposta realizada pelo Museu de Favela – MUF e, por isso, ao longo do trabalho desempenhado junto ao Programa construíram a ideia do Museu de Periferia. O bairro já desenvolvia uma série de atividades relacionadas as diferentes lutas dos movimentos sociais, especialmente por direito à moradia, que garantiu o aspecto primordial da exposição que dará vida a iniciativa do Sítio Cercado. Já em Porto Alegre na comunidade da Lomba do Pinheiro, o Museu Comunitário Lomba do Pinheiro, foi o espaço que agregou a iniciativa do Programa Pontos de Memória em constante diálogo e interface com a Universidade. Assim como o Museu de favela, o Museu Lomba do Pinheiro já existia, o que recoloca o papel e importância destas iniciativas para o cenário nacional. Os desafios enfrentados por estas iniciativas nos permitem perceber limites, aprendizados e incentivos entre os espaços já constituídos como museus e processos ainda em desenvolvimento inicial. A articulação e diálogos entre tais iniciativas permitem avançar na configuração do Programa enquanto uma ação nacional de fortalecimento da Museologia Social.

O nordeste, inspirador e criativo em suas ações de cultura e memória, contribui com a construção do Programa, a partir das localidades Jacintinho em Maceió - Alagoas; Coque em Recife - Pernambuco; Beiru na cidade de Salvador - Bahia e Grande Bom Jardim em Fortaleza - Ceará. Por meio de uma perspectiva crítica a comunidade de Jacintinho ao ser contatada demonstrava insatisfação com os programas de governo que empreendiam ações por meio de determinações unilaterais sem considerar ou ponderar as reais necessidades de seus moradores. Com a Universidade a reclamação era feita por conta da capacidade limitada de gerar respostas, contribuindo com os desafios reais da vida na comunidade, esta dificuldade fica caracterizada pelo fato de que apenas são levados os conhecimentos dos moradores em diferentes áreas do saber, no entanto, a recíproca não acontece e as universidades não devolvem em larga medida os conhecimentos gerados. Essa troca de saberes acaba sendo pensada nas ações que são desenvolvidas pelo Ponto de Memória.

O Coque, posteriormente Museu do Mangue do Coque possuía, à época em que foram feitos os contatos iniciais, uma vocação para o desenvolvimento de práticas e processos museais, especialmente por meio do olhar atento do Departamento de Antropologia e do Curso de Museologia. Este contato aproximado com o Coque foi

intermediado pela Universidade federal de Pernambuco⁷⁷. Em Salvador a localidade escolhida foi o bairro Beiru. A história de resistência dos militantes do campo da arte, da música e da educação que defendiam o direito à uma nova dignidade humana, se propuseram a desempenhar as ações que, por escolha das lideranças locais, valorizou, em especial a memória do líder negro Gbeiru (Beiru, em Yorubá), que atualmente dá nome ao bairro Beiru, originalmente um quilombo na região. A demanda por fortalecimento da identidade local, por meio da valorização da memória do negro Beiru, é resultado do processo de construção do livro do Beiru, publicado pela Fundação Pedro Calmon de Salvador, com apoio das Secretarias de Cultura e Secretaria de Promoção da Igualdade, realizado pela comunidade. O livro foi lançado em 2007 e contribuiu para a constituição da experiência do Ponto de Memória que aprofundou as relações com a comunidade desenvolvendo ações de valorização da cultura e identidade negra. Uma das questões mais marcantes do processo de constituição do bairro Beiru, foi a luta empreendida por moradores para que o bairro não mude de nome para Tancredo Neves. Segundo Roberto dos Santos Freitas, morador a 32 anos do bairro Beiru e militante que daria prosseguimento as ações do Ponto de Memória:

É preciso resgatar a memória de nossa história afro-brasileira. Não podemos deixar que o nome de um dos primeiros donos das terras seja trocado por Tancredo Neves. (entrevista publicada em <http://www.museus.gov.br/tag/beiru/>) acesso em 26/12/2017.

A Região Norte do Brasil foi representada pelo Bairro Terra Firme e os principais interlocutores desta experiência foram o Ecomuseu da Amazônia e o Museu Emílio Goeldi. Com uma parceria de longa data com a comunidade de Terra Firme o Museu Goeldi, que já desenvolvia ações e projetos na localidade, investiu em articulação, promoveu encontros, mobilizou os moradores, em especial as moradoras Chiquinha e Chiconá, que representam o tamanho da luta pelo direito à terra e a moradia. As ações de memória foram provocadas pela proposta do programa e desenvolvidas a partir de então pelos moradores com apoio do Museu Goeldi. (ALCANTARA, GODOY, 2017)

Importa esclarecer por que o Ecomuseu da Amazônia poderia ter sido contemplado para a realização e ampliação de suas ações na região norte, não fosse a exigência do Pronasci, como já vimos, por comunidades com alto índice de violência. O Ecomuseu, localizado em outras regiões de Belém, não fazia parte dos territórios prioridade do

⁷⁷Havia um apoio do Departamento de Antropologia e do Curso de Museologia da UFPE, na pessoa do Prof. Antônio Motta. O Ibram promoveu uma reunião ao local, em outubro de 2009.

programa. No entanto, este museu sempre esteve presente e parceiro, contribuindo com o fortalecimento da Política Nacional de Museus no que se refere aos museus comunitários e a Museologia Social. Sua experiência já foi analisada por autores como (MARTINS, 2017); (PEREIRA, 2015); entre outros e segue construindo outras realidades museais a partir da Amazônia.

As 12 localidades indicadas pelo Pronasci e contatadas pela equipe do Programa Pontos de Memória ao longo de 2009, aceitaram participar do projeto e passaram a integrar a experiência piloto que a partir realização da 1ª Teia da Memória, teve início concretamente. Com vistas ao desenvolvimento da proposta, após a etapa de sensibilização das comunidades, era preciso aproximar as iniciativas das questões e temas do campo da Museologia, dos museus, da memória e do patrimônio. Assim, as oficinas e atividades de formação, foram determinantes para ampliar a discussão acerca dos processos museais.

Município		Localidade	Ação	
			Qtde	Investimento
ALAGOAS				
Maceió		Vargem do Lago, Benedito Bentes, Jacintinho	1	R\$ 196.783,33
		Total	1	R\$ 196.783,33
BAHIA				
Salvador		Tancredo Neves-Beiru, São Cristóvão	1	R\$ 196.783,33
		Total	1	R\$ 196.783,33
CEARÁ				
Fortaleza		Grande Bom Jardim	1	R\$ 196.783,33
		Total	1	R\$ 196.783,33
DISTRITO FEDERAL				
Brasília		Arapoanga, Cidade Estrutural, Itapoã	1	R\$ 196.783,33
		Total	1	R\$ 196.783,33

Quadro 1: Relatório de localidades Pronasci 1- 2007

ESPÍRITO SANTO			
Vitória	Ilha do Príncipe, Forte São João, Resistência, São Pedro	1	R\$ 196.783,33
		Total	1
			R\$ 196.783,33
MINAS GERAIS			
Belo Horizonte	Jardim Felicidade, Conjunto Paulo VI, Vila Cemig, Taquaril, Pedreira Prado Lopes	1	R\$ 196.783,33
		Total	1
			R\$ 196.783,33
PARÁ			
Belém	Guamá, Terra Firme	1	R\$ 196.783,33
		Total	1
			R\$ 196.783,33
PARANÁ			
Curitiba	Sítio Cercado	1	R\$ 196.783,33
		Total	1
			R\$ 196.783,33
PERNAMBUCO			
Recife	Santo Amaro - Zeis Santo Amaro, Santo Amaro - Zeis João de Barros, Iputinga - Zeis Vila União / Detran, Ilha Joana Bezerra - Zeis Coque, Ibura	1	R\$ 196.783,33
		Total	1
			R\$ 196.783,33

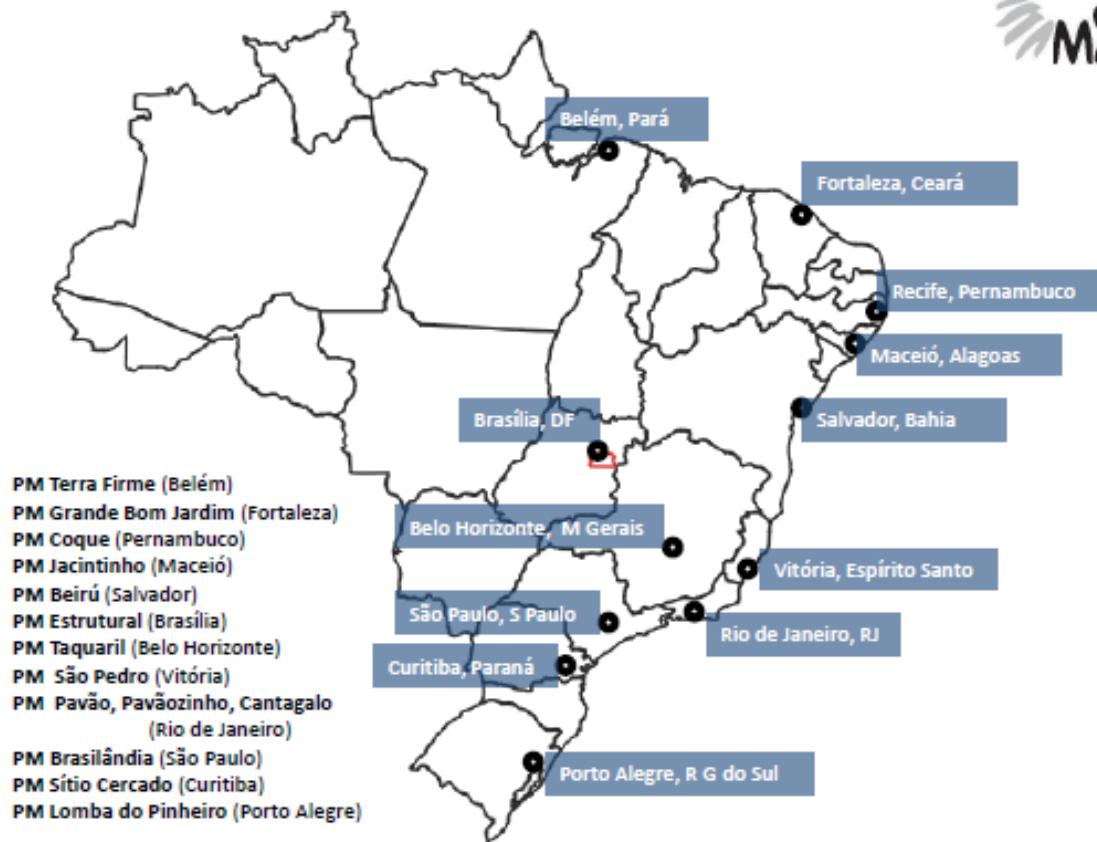
Quadro 2: Relatório de localidades Pronasci 2 - 2007

RIO DE JANEIRO			
Rio de Janeiro - Capital	Rio de Janeiro - Capital	1	R\$ 196.783,33
		Total	1
			R\$ 196.783,33
RIO GRANDE DO SUL			
Porto Alegre	Bom Jesus, Vila jardim, Restinga Velha, Lomba do Pinheiro	1	R\$ 196.783,33
		Total	1
			R\$ 196.783,33
SÃO PAULO			
São Paulo - Capital	Distrito da Brasilândia (Jardim Vista Alegre, Jardim Elisa Maria, Jardim Damasceno, Jardim Paulistano)	1	R\$ 196.783,37
		Total	1
			R\$ 196.783,37
		Total	12
			R\$ 2.361.400,00
<small>Coordenador de Projetos PRONASCI: Francisco Rodrigues Banco de Dados PRONASCI - Criado por: Eiza J. Ferreira</small>			

Quadro 3: Relatório de localidades Pronasci 3- 2007

Ao quadros apresentados trazem a relação de territórios e a indicação das localidades⁷⁸ sugeridas pelo Pronasci para a atuação do Programa Pontos de Memória e a escolha de uma só por região deveria ser orientada por estas recomendações.

⁷⁸Relatório de localidades fornecido pelo Pronasci - Ministério da Justiça. Banco de dados criados por Eiza Ferreira. In: Documento com o Registro do processo de concepção do Projeto Pontos de Memória desde a sua proposição no âmbito do Pronasci-MJ, em atendimento à solicitação designada por Produto 2, expresso no TOR-134, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.



Mapa: 01 Mapa dos Pontos de Memória (12 experiências)

Este gráfico, demonstra a partir do mapa do Brasil, onde estão situadas os 12 territórios e cidades onde o Programa Pontos de Memória teve início.

2.1.3.4 A Metodologia do Programa

Para o cumprimento das fases previstas em Prodoc e seus objetivos, a etapa inicial relacionada ao objetivo 1 que orienta a contratação dos primeiros consultores e produtos, dá início ao trabalho de fortalecimento e desenvolvimento das práticas nas localidades. A metodologia do Programa Pontos de Memória foi sendo elaborada na medida em que a equipe avançava em direção as comunidades. As reuniões realizadas, as visitas técnicas a todas as localidades escolhidas e os diálogos de reconhecimento do território e de suas questões foram contribuindo para dar contorno ao método que seria utilizado no Programa.

Em princípio a falta de método permitiu que o grupo avançasse, pois o trabalho de reconhecimento dos potenciais de cada lugar, os grupos e coletivos que já desempenhavam papel de agentes de memória com iniciativa política e social, foram tornando-se ao longo do processo, grandes descobertas e aprendizados. No entanto, era preciso seguir alguma diretriz que pudesse ajudar no cumprimento das metas e objetivos estabelecidos. Assim, a partir das considerações realizadas pelos consultores como resultado das visitas técnicas, algumas etapas foram consolidadas.⁷⁹

1) A sondagem e contatos com as comunidades de “risco social” indicadas pelo Pronasci (no período de 3 meses, de setembro a novembro de 2009); 2) Intercâmbio entre as comunidades para que elas conheçam o Programa Pontos de Memória e troquem experiências (em dezembro de 2009); 3) Diagnóstico das potencialidades presentes nas comunidades para a implantação de Pontos de Memória (de janeiro a março de 2010); 4) Oficinas de capacitação para os agentes de memória da comunidade, com 10 temas diferenciados, atendendo turmas de 15 pessoas (março a maio de 2010); 5) Elaboração do inventário patrimonial das comunidades (janeiro a junho de 2010); 6) Elaboração de um plano de trabalho para cada Ponto de Memória, como produto final das oficinas (TOLEDO, 2009).

As propostas apresentadas pela consultoria foram destacadas a partir das visitas realizadas as localidades, o que acarretaram forte impacto sobre os desdobramentos que seriam necessários para a execução da proposta a partir daí. A etapa da sensibilização pode ser considerada a primeira etapa do Programa, pois foi possível, por meio dela, conhecer as

⁷⁹Consultor: TOLEDO, Wélcio, 2009. Produto 2. Documento preliminar sobre metodologia para implantação dos Pontos de Memória (Outubro de 2009).

práticas e estabelecer os primeiros contatos para a apresentação da proposta. A este respeito Luciana Figueiredo Avelar (2015) diz:

O consultor Wélcio, como representante do Ibram, assumiu a responsabilidade de abordar as comunidades e apresentar a proposta da Ação-Piloto, trabalho que segundo ele não foi fácil: “Este trabalho, que começou de maneira bem exploratória mesmo, era eu – aí eu posso usar até a primeira pessoa mesmo – entrando nas comunidades (...) foi uma coisa muito revolucionária, quase que suicida, eles me questionavam muito, me colocavam contra a parede.” (TOLEDO, 2014) Ele destaca como fatores dificultadores a falta de mediação de instância estadual ou municipal e também resistências das comunidades em relação a programas sociais de governo e, em particular, ao Pronasci. (AVELAR, 2015. p. 65)

A I Teia da Memória⁸⁰ realizada na cidade de Salvador Bahia, em dezembro de 2009, coroou toda a primeira fase do Programa. Com a participação de representantes de cada Ponto de Memória uma rede se consolidava. Esta ação contribuiu para ajustar e ampliar a compreensão dos participantes sobre o Programa e dar início a realização. Em ação recorde, durante o ano de 2009, todas as localidades foram identificadas, os contatos foram realizados e as mobilizações foram feitas. Para demonstrar a importância desta primeira Teia como estratégia metodológica para, trazemos parte do discurso de Mário de Souza Chagas então Diretor do Departamento de Processos Museais responsável pela execução do Programa no âmbito do IBRAM durante a I Teia:

Há uma demanda social no que se refere à memória, se há essa demanda social, então é responsabilidade do poder público buscar de algum modo atendê-la. Não é uma invenção do poder público o Ponto de Memória, pode parecer para alguns que é uma invenção. Não! É na verdade, um atendimento de uma demanda muito específica. (...) O poder público precisa aprender a pescar, e quem ensina é a sociedade. (...) Se existem pessoas que tem tecnologia de sobrevivência, são aquelas que vivem nas comunidades tradicionais e nas comunidades populares. (...) Uma comunidade que tem o acervo, que valoriza, que quer... porque compreendeu que aquele acervo é importante; não somos nós que vamos dizer que é importante, mas a comunidade compreendeu que é importante, quer preservar... Muitas vezes, (daremos) um apoio, para dizer: “Não faça isso, esse não é o bom caminho da preservação. Existe uma outra tecnologia, uma outra forma.” Esse é o saber que nós temos acumulado, é um saber desenvolvido, no que se refere à técnica de conservação preventiva, técnicas de pesquisa, técnicas de conservação... e quando esse saber não estiver no Ibram, nós saberemos onde buscá-lo.⁸¹

O espírito do trabalho coletivo (co) responsabilizado e ciente do papel de destaque e protagonismo dos grupos comunitários pode ser expresso a partir do entendimento de

⁸⁰As Teias da Memória são abordadas em tópico especial nesta tese.

⁸¹Mário Chagas, Diretor do Departamento de Processos Museais do Ibram na fala de encerramento da 1ª Teia da Memória. 17 de dezembro de 2009, Salvador, Bahia. In: GOUVEIA, Inês. 2011. Produto 2 – Registro do processo de concepção do Projeto Pontos de Memória desde a sua proposição no âmbito do Pronasci-MJ

Chagas, quando diz que: “O poder público precisa aprender a pescar, e quem ensina é a sociedade”. Em constante mutação, durante o processo de criação e desenvolvimento da proposta, foi possível observar as dificuldades enfrentadas pela equipe de gestão e também pelos integrantes dos Pontos e as alternativas para enfrentar os desafios.

A primeira etapa do Programa, composta por: contatos prévios, contratação de consultores, visitas técnicas, reconhecimento das ações realizadas pelas comunidades visitadas, definição das localidades e a realização da I Teia da Memória, são estratégias metodológicas que fazem parte da primeira fase do Programa, que chamaremos aqui de 1ª Fase: Sensibilização.

A segunda etapa do Programa possui como forte elemento metodológico o desenvolvimento dos conselhos gestores, a elaboração e execução dos Planos de Ação além da realização das oficinas e encontros com os consultores. Esta etapa teve início em 2010, logo após a realização da I Teia da Memória.

A iniciativa do Programa Pontos de Memória tem como finalidade a participação dos grupos, coletivos e movimentos sociais no desenvolvimento das práticas de memória em favor das reivindicações sociais por saúde, moradia, educação, cultura e, nesse caso, especialmente, o direito à memória. Com a consolidação das plenárias, reuniões, assembleias, seminários e outras iniciativas realizadas para a discussão e identificação dos representantes locais, foi possível avançar no planejamento das ações e fortalecer a dinâmica de representatividade, tão importante como concepção original do Programa.

O estímulo à criação das Instâncias Deliberativas pela equipe do Ibram tornou-se aliado para o acompanhamento da tomada de decisão sobre os encaminhamentos relativos aos assuntos dos Pontos. Com o grupo formalizado, diminuiriam as chances de uma atuação mais vulnerável à vontade e deliberações de um só movimento que poderia não representar um conjunto maior de pessoas. No entanto, esta estratégia não tornava o processo livre dos conflitos internos por poder e por protagonismo seja político ou pessoal. A esse respeito o Ponto de Memória Mangue do Coque, Ponto de Memória do Beiru e o Ponto de Memória do Taquaril tem exemplos importantes a serem considerados nesta análise. A respeito da configuração da Instância Deliberativa do Taquaril, Leila Regina da Silva, nos diz:

...fazer parte do conselho é assumir o trabalho de fazer o projeto acontecer na nossa comunidade. "Olha, eu vou estar no conselho, mas eu tenho que fazer reuniões periodicamente, fazer as atividades que o projeto propõe, mobilizar a comunidade..." (...) Agente precisa da comunidade, de vocês, para dizer se a proposta para conduzir esse projeto na comunidade é essa mesmo que a gente está apresentando, ou seja, de ter um conselho que é composto por pessoas que fazem parte das entidades que

existem em nosso bairro, das várias entidades. Não há restrição a participação de ninguém no conselho! (...)⁸²

Assim, foi necessário contribuir para que as localidades elegessem seus representantes a fim de que as iniciativas e tomada de decisão pudessem respaldar a opinião e participação de mais moradores e integrantes da comunidade. Este aspecto deve ser ressaltado como um dos grandes avanços do Programa ao identificar a necessidade de promover condições para que as lideranças possam se articular e promover a institucionalização da experiência participativa, identificando os nomes e assinaturas daqueles que integram a gestão do Ponto de Memória. Esta etapa pode ser descrita a partir da dinâmica de cada localidade, pois as experiências podem ser observadas por aspectos diferentes que se relacionam diretamente com a dinâmica do ponto, seu contexto, conflitos⁸³. A respeito do processo de acompanhamento desta etapa:

Ao longo de todo o segundo semestre, nas diversas oportunidades de contato que se deram entre a equipe técnica e os Pontos de Memória, estimulou-se o fortalecimento dessas instâncias, sobretudo com ênfase no seguinte: o contato com o Ibram para tratar de assunto relativo a cada um dos Pontos de Memória deve ser feito por meio dos membros das instâncias deliberativas do respectivo Ponto. Ou seja, quem não integra o grupo não deve falar em nome do Ponto de Memória; o seguimento da metodologia depende da consolidação do grupo. Ou seja, problemas internos que inviabilizem o acordo entre os membros tendem a paralisar o desenvolvimento do Ponto de Memória. (GOUVEIA, 2010. p. 06).

Na medida em que os Pontos de Memória organizavam suas ações, cada um a seu modo, as instâncias deliberativas ou conselhos gestores, foram tornando-se cada vez mais autônomos para desenvolver seus processos o que significava, inclusive, angariar apoio financeiro para a realização das atividades a partir das deliberações dos gestores.

Atrelado ao desenvolvimento das oficinas de formação, parte integrante da estratégia metodológica de fortalecimento dos Pontos pelo Ibram, foi pensado um Plano de Ação - PA que deveria ser realizado por iniciativa, a partir de um modelo comum de preenchimento, com formato padrão para a inclusão de cronogramas, projeto e intenções de realização dos

⁸²Fragmento da fala de Leila Regina da Silva, integrante do Ponto de Memória do Taquaril em 13 de novembro de 2010. Belo Horizonte, Minas Gerais. In: GOUVEIA, 2011. Produto 4. Relatório das estratégias adotadas para a formação das instâncias deliberativas dos Pontos de Memória, como parte do desenvolvimento do modelo de gestão (Setembro de 2010). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

⁸³A esse respeito consultar os produtos: TOLEDO, Wélcio Silvério de. Produto 02 (1º contrato); VARANDA, Ana Paula. Produto 01 (2010); GOUVEIA, Inês Cordeiro. Produto 04 e 07 (1º contrato); SCHUABB, Sara. Produto 5 (3º contrato).

pontos. Este instrumento foi pensado para que o recurso financeiro pudesse chegar diretamente a cada iniciativa, já que não era possível por meio da execução via Prodoc outra forma de repassar recursos financeiros para os pontos de forma direta. O modelo de cooperação com a OEI tem caráter extremamente focado na formação e colaboração para ferramentas metodológicas de gestão e não no desenvolvimento de práticas relacionadas ao fomento e financiamento das experiências.

Dessa forma, foi preciso pensar em uma estratégia que pudesse solucionar a falta de recursos nos Pontos dentro dos padrões legais exigidos pela Cooperação Técnica. Surge, neste momento, à figura do Consultor Local contratado para estabelecer vínculo e relacionamento direto com os gestores do Ponto, uma das exigências do Termo de Referência – TOR, destes consultores seria residir ou ter vínculos próximos com a comunidade atendida, assim seus produtos viabilizariam ações locais e o grupo estabeleceria com o consultor a melhor forma de realização das atividades propostas. Essa foi a única vez em todo o desenvolvimento do Prodoc, com exceção do Prêmio Pontos de Memória, que os Pontos receberam diretamente algum tipo de recurso para viabilizar suas ações.

Para cada localidade um TOR específico foi elaborado e nele constavam aspectos semelhantes, abaixo o Termo da Estrutural como exemplo:

Formação Acadêmica

A.1 Formação acadêmica (Coordenador Local para implantação do Ponto de Memória da Estrutural) Nível superior, com experiência de atuação em projetos de base comunitária.

B. Exigências Específicas do Contratado

B.1 Exigências específicas (Coordenador Local para implantação do Ponto de Memória da Estrutural) Ser, preferencialmente, residente da comunidade da Estrutural, no Distrito Federal, e ter experiência com processos de construção coletiva de memória. (TERMO DE REFERÊNCIA, ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS, 2011. p. 02)

Os consultores tinham uma responsabilidade técnica e prática junto ao desenvolvimento das ações propostas pelo Conselho Gestor, indicados no Plano de Ação. O objetivo do Contrato era:

Contratar consultor local para assessorar na implementação do Ponto de Memória da Estrutural-DF Finalidade: assessorar, junto à instância deliberativa do Ponto de Memória da Estrutural, no Distrito Federal - DF, as atividades de elaboração do Plano de Ação, de desenvolvimento do Inventário Participativo e de elaboração e desenvolvimento do Produto de Difusão do Ponto de Memória. (TERMO DE REFERÊNCIA, ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS, 2011. p. 02).

Uma das funções específicas do Consultor Local era o acompanhamento e execução do Plano de Ação que consistia num instrumento elaborado pela equipe gestora do Programa Pontos de Memória, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento dos processos museais em conformidade com uma estrutura que permitisse também o acompanhamento da metodologia e pudesse servir como orientador para a elaboração dos produtos provenientes da metodologia do Programa.

O PA foi encaminhado como o primeiro produto dos consultores locais e todos contam com aprovação do Conselho Gestor dos Pontos de Memória. Este plano possui campos para preenchimento obrigatório dos Pontos que nos auxiliam a compreender a estrutura de cada iniciativa e também compará-las, observando como se desenvolvem nesta primeira e segunda fase do Programa. O PA é composto dos seguintes campos para preenchimento: Identificação, Instância Deliberativa, Perfil da Localidade, Memória Social Representada, Tipologia de Museu, Acervo, Produto de Difusão, Possibilidades de Desenvolvimento, Plano de aplicação, Cronograma de Execução e Cronograma de Desembolso. Estas questões são respondidas pelos Pontos de Memória, por meio do consultor local contratado que levanta os dados e os sistematiza a partir do trabalho desenvolvido pelos diretores, coordenadores, lideranças dos Pontos. O PA deve ter a aprovação dos membros que integram o Conselho Gestor de forma a respaldar o Ibram de que as ações estão sendo desempenhadas a partir de uma visão mais ampla, respeitando o coletivo e refletindo uma realidade mais compartilhada de tomada de decisão. Os produtos seguintes, também deveriam ser encaminhados ao Ibram contendo a assinatura de todos os membros do conselho indicando concordância com as ações ali descritas.

A partir da atuação dos consultores locais contratados, o Ibram passa a desenvolver junto aos Pontos de Memória uma estratégia de acompanhamento, por meio do trabalho dos consultores e diálogo, além destas estratégias foram realizadas oficinas de qualificação para que os integrantes pudessem receber formação. As oficinas realizadas foram: Museu, Memória e Cidadania, uma das primeiras ofertadas, exatamente por seu caráter introdutório e também as oficinas de Inventário Participativo. Além destas mais comuns nas primeiras fases do Programa, outras viriam a ser realizadas.

Deste modo, o ritmo e profundidade dos conteúdos abordados nas qualificações foram dosados de acordo com o estágio de desenvolvimento dos conselhos gestores. A partir da análise da equipe técnica sempre se observou o quanto os conselhos demonstravam estar preparados para a discussão dos temas da museologia. Não por acaso, os temas da qualificação foram elencados e ministrados, como se observa por este relatório, a partir da necessidade mais premente de execução de determinada etapa da metodologia. (GOUVEIA, 2011).

Como estratégia para proporcionar aos Pontos de Memória mais qualificação entre os dias 30 de agosto a 2 de setembro, todos os consultores locais foram convidados a participar de um encontro de formação que ficou conhecido como 1º Encontro dos Consultores Locais dos Pontos de Memória⁸⁴, realizado em Brasília, ofereceu aos consultores, que deveriam portar-se como multiplicadores em suas localidades as seguintes oficinas com profissionais do Ibram e colaboradores: Inventário Participativo com o historiador João Paulo Vieira Neto; o Artista Plástico Marcelo Vieira apresentou a proposta expográfica realizada no Museu da Maré; a museóloga Mirela Leite discute o tema Inventário Participativo e a arquiteta Simone Kimura, apresenta o tema Expografia. Além das oficinas os consultores puderam conhecer o Ponto de Memória da Estrutural e também o Museu do Candango, ambos em Brasília.

Além deste encontro durante as fases do Programa outras oficinas foram realizadas nos Pontos de Memória com a equipe do Ibram, composta por servidores, consultores, colaboradores, além dos intercâmbios promovidos pelo Instituto e aqueles promovidos pelos próprios pontos com recursos de suas bases. No entanto é importante notar que ainda neste ponto, mesmo com os esforços empreendidos pelo Ibram, muitos pontos identificam uma grande ausência de oficinas atribuindo, inclusive, a isto o atraso no desenvolvimento das experiências.

Wélcio destaca que houve muita reclamação por parte dos Pontos pioneiros (da Ação-Piloto), uma vez que várias oficinas prometidas não foram realizadas, não sendo cumprido o plano de formação. Haveria intenção de capacitar agentes envolvidos tanto na área de gestão como de museologia/expografia. Teriam sido previstas oficinas de captação de recursos, prestação de contas e elaboração de projetos, não realizadas, além das duas oficinas basilares do programa: Museu Memória e Cidadania e Inventário Participativo (AVELAR, 2015.p. 66).

A partir das oficinas de formação e do preenchimento do PA, os pontos iniciaram o desenvolvimento de seus Inventários Participativos - IP, parte importante da metodologia do Programa. Após o desenvolvimento dos seus Inventários os Pontos deveriam difundir suas conquistas relacionadas ao acúmulo de informações sobre o território, suas memórias, identidades, fechando assim um ciclo de criação. Os Produtos de Difusão – PD representam as escolhas poéticas para o reconhecimento do território por meio de ações concentradas

⁸⁴A este respeito ver GOUVEIA, Inês. Documento com o Relatório de registro e análise das estratégias utilizadas para a qualificação dos Pontos de Memória para o processo de implantação e desenvolvimento do Programa Pontos de Memória, em atendimento à solicitação designada por Produto 2, expresso no TOR-67/2011, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

em recolher depoimentos e acervos para um banco de informações sobre a região. Por meio de iniciativas de memória, entrevistas, encontros, chás, rodas de conversas, feiras, os grupos obtêm informações a partir das histórias de cada localidade, além de todas as manifestações possíveis de serem recolhidas desde as experiências da comunidade. Na medida em que este trabalho se concretizava, era preciso divulgá-lo para alcançar mais moradores, mais parceiros, noticiando a experiência vivida e ampliando a capacidade de atrair mais interessados em manter viva as memórias e as histórias colaborando para o fortalecimento do Ponto e dos processos museais ali desenvolvidos.



Esquema 1 Estrutura Metodológica Programa Pontos de Memória:

Como demonstrado apresentamos um gráfico que demonstra os elementos centrais para a constituição dos Pontos de Memória. Deixamos de fora a etapa inicial de sensibilização, pois levamos em consideração a já identificação da iniciativa para o início das atividades propostas. Com formato circular, cada etapa é complementar e nenhuma pode ser considerada sem a outra. Todas influenciam de forma direta o desenvolvimento do Programa e revelam o seu caráter dinâmico, integrado e cíclico:

2.1.3.5. As Teias da Memória

A primeira Teia da Memória aconteceu em dezembro de 2009⁸⁵ e reuniu os integrantes dos Pontos de Memória e outros representantes da Museologia Social que se fortalecia já neste período de forma mais diretamente apoiada pelo Instituto Brasileiro de Museus. Este encontro, inspirado pela realização das Teias de Cultura, no âmbito do Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura, trilhava seus passos por caminhos diferentes. A Teia se constituía como principal canal de articulação entre as localidades indicadas para receber a proposta do Programa Pontos de Memória, além de também receber outras experiências museais, como o Museu Magüta em Benjamim Constant no Amazonas, o Museu da Maré do Rio de Janeiro e o Ecomuseu da Amazônia em Belém do Pará, para que pudessem compartilhar as experiências e contribuir com a consolidação da iniciativa em âmbito Nacional.

Simone, professora do CAIC do Bairro Novo em Sítio Cercado, articuladora do Programa Ponto de Memória em seu discurso, por ocasião da I Teia da memória, indica que:

A luta hoje no bairro já não é mais por paredes, por água, por esgoto. Essa estrutura mínima, para se levar uma vida digna já existe. Hoje o que está faltando é a cultura. As pessoas do bairro têm muito pouco acesso à cultura. Isso porque a prefeitura do bairro não valoriza o Sítio Cercado como merecedor desse tipo de atenção. (...) Pensam que o Sítio Cercado é uma favela. (...) Temos bolsão de pobreza, mas a maioria da população tem casa própria e carros. O que acontece, por não ter nenhuma atenção, a maioria dos jovens fica desocupada, e então buscam outras 'experiências'. Então precisamos mesmo de trabalhar com cultura (Depoimento de Simone. In: FERNANDES, 2010. p. 23).

A realização da II Teia da Memória⁸⁶, dentro da programação da TEIA Brasil demonstrou a aproximação necessária e inevitável com o Programa Pontos de Cultura, iniciativa também do Ministério da Cultura. Em 2010, portanto, segundo ano de desenvolvimento do Programa Pontos de Memória, em Fortaleza aconteceu a Teia Brasil

⁸⁵Para mais detalhes a respeito da I Teia da Memória ver: FERNANDES, Daniel. 2010. Documento preliminar de definição de indicadores e de instrumentos de validação da pesquisa junto à equipe do IBRAM e comunidades, em atendimento ao Produto 2 do TOR 135 referente ao Projeto Pontos de Memória, sob a coordenação do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.

⁸⁶Para mais detalhes a respeito da II Teia da Memória ver: TOLEDO, Wélcio. 2010. Documento final com os resultados dos trabalhos de elaboração da metodologia e sondagem dos 12 Pontos de Memória em atendimento ao Produto 5. TOR 19/2009 referente ao Projeto Pontos de Memória, sob a coordenação/IBRAM.

Tambores Digitais, organizado pela Secretaria de Cultura e Cidadania do Ministério da Cultura, já em sua quarta edição. Na ocasião, foi possível iniciar o diálogo acerca das possíveis parcerias entre as ações e seus resultados e os Pontos de Memória entraram em contato com uma diversificada produção cultural e com vários militantes culturais de todas as partes do Brasil, significando oportunidades de formação para as lideranças que compunham os Pontos de Memória. Cada momento compartilhado significava novas chances de crescimento e fortalecimento. Algumas iniciativas em nível mais avançado de maturidade política conseguiram aproveitar mais as relações e compreender melhor o processo que estavam vivenciando, outros ainda demorariam mais para compreender o momento político que experimentavam naquela ocasião.

O Objetivo da Teia Brasil era fomentar discussões e apresentações sobre o que está acontecendo no país no campo da cultura, especialmente as ações dos Pontos de Cultura espalhados em vários municípios do Brasil. O Objetivo do IBRAM ao participar com os Pontos de Memória da Teia das Ações era reunir novamente os Pontos para troca de experiências sobre o trabalho com memória e afinar a metodologia de trabalho para o ano de 2010 (TOLEDO, 2010).

A III Teia da Memória realizada em 2011, no Museu da Maré, garantiu aos Pontos conhecer uma das iniciativas mais emblemáticas de Museologia Social no Rio de Janeiro e grande fonte de entusiasmo acerca do desenvolvimento do Programa Pontos de Memória. A experiência de formação, trocas e perspectivas, caracteriza um momento de forte aglutinação e fortalecimento das iniciativas, que a cada encontro tornam-se mais comprometidas com o tema, assumindo já um discurso em favor das práticas museológicas e processos museais em comunidades que fazem a própria gestão e as escolhas que darão vida a reflexão sobre a importância da memória para as questões do território.

Para a consultora Inês Gouveia:

Um dos principais objetivos da III Teia foi o fortalecimento da rede dos Pontos de Memória. E por isso, eles mesmos, enquanto parceiros e protagonistas do Programa foram responsáveis pelas apresentações que ocuparam a maior parte da programação. Mas, além disso, a programação evidencia que este também foi um espaço favorável à troca de opiniões, elucidação de dúvidas e construção de conhecimento a respeito de temas da museologia, como é o caso do inventário participativo e plano museológico. Outro aspecto de grande relevância foi a oportunidade criada para que a equipe técnica ligada ao Programa conversasse com todos os Pontos reunidos, ressaltando aspectos da metodologia, como o Plano de Ação, o desenvolvimento do inventário participativo e o lançamento do Edital Pontos de Memória.(GOUVEIA, 2011. p. 24)

A programação da III Teia da Memória exemplifica a crescente complexidade que as ações dos Pontos vão exigindo a partir da realização dos encontros e demonstra como os

Pontos se fortaleceram a partir das reflexões apresentadas durante a III Teia. Discursos com mais propriedade e objetividade a partir das suas realizações, avanços e dificuldades, com o intuito de fortalecer a troca e as possibilidades de resolução de conflitos e a formação por meio do aproveitamento da dinâmica proposta. As visitas as duas das experiências de Museologia Social já em estágio avançado de desenvolvimento no Rio de Janeiro (Museu da Maré, sede do evento e Museu de Favela) contribuiu para a ampliação do alcance dos objetivos almejados pela equipe do Ibram, servindo também de estímulo e inspiração para as práticas em desenvolvimento especialmente os produtos de difusão e as ações museais.

Outro ponto importante para refletirmos é a presença da então Diretora do Museu Histórico Nacional a museóloga Vera Tostes, que com sua experiência contribuiu para a aproximação entre realidades museológicas tão distintas. O aceite para sua participação indica novas possibilidades e outras parcerias.

III Teia da Memória

PROGRAMAÇÃO

dia 15/12

- 9h - mesa de abertura - representantes do Museu da Maré, Unio, OEI, Pronasol, Ibram e MinC
- 9h50 - exibição do vídeo teia da memória
- 10h - um dedo de prosa com Museu da Maré e MUF
mediação: Mário Chagas
- 11h15 - conhecendo o Museu da Maré
- 14h - mesa pontos de memória: Estrutural (DF), Taquaril (MG) e Jacintinho (AL)
mediação: Marcelle Pereira
- 16h - fala aberta à plenária
- 17h - dialogando com Maria Célia Moura Santos
- 18h - lançamento do livro: Brasil Memória em Rede: um novo jeito de conhecer o país
- 18h30 - confraternização

dia 16/12

- 9h - mesa pontos de memória: Lomba do Pinheiro, Terra Firme, Beiru e Grande Bom Jardim
mediação: Cláudia Rose
- 11h - fala aberta à plenária
- 11h45 - dialogando com Antônio Motia e Emília Maria de Souza
- 15h às 19h - visita ao Museu de Favela (MUF)

dia 17/12

- 9h - mesa plano museológico: Márcio Rangel e Vera Tostes
mediação: Cláudia Storino
- 10h45 - mesa inventário participativo Vânia Dolores e Leinad Carbogim
mediação: Cícero Almeida
- 14h - mesa pontos de memória: São Pedro, Coque, Mupe, Brasília
Mediação: Patrícia Albernaz
- 16h15 - dialogando com Karen Woronman e Denísia Martins Barbosa
- 17h15 - um dedo de prosa com Mário Chagas
- 18h15 - encerramento com José do Nascimento Júnior
- 18:30 - confraternização

Logos de parceiros: PRONASCI, Cultura, Shy, Ibram, Ministério da Justiça, Ministério da Cultura, GOVERNO FEDERAL.

Imagem 1: Programação da III Teia da Memória no Museu da Maré

Consideramos a realização das Teias da Memória, momento oportuno para o fortalecimento das ações em rede e do aprofundamento das reflexões que contribuiriam para o acúmulo de experiências necessárias para o desenvolvimento da Museologia Social no Brasil. Importante destacar que estes momentos de troca, significaram também

oportunidade para que as práticas pudessem estabelecer parâmetros para as solicitações ao Instituto Brasileiro de Museus, no momento, principal articulador e fomentador destas redes em surgimento. Com o propósito inicial de reunir as iniciativas para que estas pudessem compreender um cenário de franco crescimento, o Ibram também se alimentava das questões e das solicitações a que era constantemente submetido pelas experiências. As possibilidades de articulação entre governo e sociedade civil, que levando em consideração as disputas por autonomia e ao mesmo tempo um desejo de “tutela” levam os Pontos de Memória e as demais iniciativas a reverem seus próprios propósitos.

A esse respeito, discutindo a situação vivida pelos Pontos de Cultura, ao se estabelecerem para além do Programa Cultura Viva, com o fortalecimento do Movimento e aprovação da Lei Cultura Viva, demonstram o potencial que existe nas articulações populares frente aos desejos por autonomia em relação ao Estado.

Por diversas razões, entretanto, com o avançar da execução do programa, os Pontos de Cultura vão se tornando autônomos em relação ao público que a princípio representavam. Eles mesmos vão se produzindo como a população objeto da política de governo. A percepção desta autonomização como possibilidade de disputa política alimenta a formação de instâncias como o Fórum Nacional dos Pontos de Cultura e o Conselho Nacional dos Pontos de Cultura (PORTILHO, 2016. p.66).

Destaco essa passagem como indicativo de que a situação vivenciada pelos Pontos de Memória a partir, especialmente, da IV Teia simbolizam exatamente esse processo de produção de novas instâncias articuladoras a partir das disputas que os movimentos em rede são capazes de mobilizar. Para os Pontos de Memória e a constituição da Comissão Provisória de Gestão Compartilhada/Participativa do Programa Pontos de Memória COGEPACO⁸⁷, são processos similares e compreensíveis, o que demonstra que a estratégia adotada pelo Ibram de fortalecer as iniciativas em rede deu certo e foi ainda mais impulsionada pelos movimentos do Programa “primo” Pontos de Cultura.

A realização da IV Teia da Memória como parte integrante do Fórum Nacional de Museus, pode ser considerada um marco para a estrutura do Programa Pontos de Memória. Com composição totalmente diferente das teias anteriores, esta assumiu um contorno extremamente político e reivindicatório, marcando também um momento de desentendimento e cisão entre as perspectivas dos Pontos de Memória trabalhados na primeira e segunda fase do Programa e os Pontos de Memória premiados por meio dos

⁸⁷Comissão Provisória de Gestão Compartilhada/Participativa do Programa Pontos de Memória – COGEPACO, criada em 2012, por ocasião do V Fórum Nacional de Museus, em Petrópolis-RJ.

editais. Segundo Cristina Holanda, consultora responsável por realizar a memória, a sistematização das informações da IV Teia⁸⁸, avaliação dos desdobramentos e análise os aspectos positivos e negativos da IV Teia:

... É importante para o planejamento do Programa, porque mesmo com a finalização do Prodoc OEI/BRA 08/007 em janeiro de 2016, a Teia da Memória é vista como uma ação estruturante tanto pela Comuse/Dpmus/Ibram, como pelos pontos e redes parceiros, na medida em que consegue agregar um grande número de representantes dessas entidades, especialmente quando é vinculada ao Fórum Nacional de Museus, como foi em 2014, e nas suas próximas edições. Também promovido pelo Ibram, autarquia do Ministério da Cultura, o Fórum é um dos maiores eventos do setor museológico brasileiro, de periodicidade bienal (como se espera que sejam as próximas Teias), que tem como característica marcante o seu aspecto político, na medida em que sempre é organizado para ter momentos de debate e aprovação democrática, por meio de votações, das diretrizes que norteiam as políticas públicas do setor. (HOLANDA, 2015.p.35)

Caracterizada por inúmeros conflitos de natureza política, a IV Teia quase não debateu e discutiu aspectos conceituais ou mesmo metodológicos. O foco esteve centrado na questão da representatividade e legitimidade, geradas por conta de uma falta de entendimento acerca dos princípios norteadores do Programa, seus acúmulos pretendidos em sociedade e uma disputa acerca de protagonismo diante das demandas políticas de Estado. Em carta encaminhada pela Rede São Paulo de Memória e Museologia Social, temos indícios de como a condução dos trabalhos durante a IV Teia comprometeu, para parte dos participantes, a continuidade das propostas articuladas em rede:

Também neste item, apontamos que, a plenária, apesar de cumprido o objetivo acerca dos documentos normativos (previamente debatidos nos encontros regionais), contou com alguns desencontros de condução/mediação das mesas. Concluímos que tais desencontros oportunizaram manifestações reativas da plenária, desencadeando dificuldade nos diálogos, iniciados de modo produtivo, mas, caminhando para conturbações agudas em determinados pontos dissonantes dos debates (CARTA DA REDE SÃO PAULO DE MEMÓRIA E MUSEOLOGIA SOCIAL, 06 de Fevereiro de 2015. In: HOLANDA, Cristina. 2015. Anexo X).

Ainda segundo a Rede São Paulo de Memória e Museologia Social, a IV Teia, não considerou a integração entre as iniciativas gerando profundo desgaste ao longo de todo o processo. O que deveria servir para aglutinar ideias e provocar debates acerca de outras

⁸⁸Documento técnico com proposta de avaliação da IV Teia Nacional da Memória, com análise dos seus impactos estratégicos para o Programa Pontos de Memória. Consultora: Cristina Rodrigues Holanda. Projeto – OEI/BRA 08/007, cuja execução nacional é realizada pelo Instituto Brasileiro de Museus, em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI.

oportunidades de fortalecer as iniciativas agregando saberes e fazeres acabou por configurar um grande espetáculo de disputas entre as iniciativas sem a capacidade gerencial do Instituto que pretendia com a Teia promover a integração a acumular avanços.

Embora, nos intervalos e momentos de descontração, tenha ocorrido a aproximação e inter-relação dos representantes dos Pontos de Memória, sentimos a ausência de uma proposta estruturada para a acolhida, socialização e integração dos mesmos, sobretudo, antes dos debates/plenárias. Devido ao distanciamento geográfico, ausência de fomento para intercâmbios e desconhecimento da maioria das iniciativas presentes, em relação aos trabalhos desenvolvidos pelas próprias iniciativas do PPM, vimos refletido de forma intensa e negativa estas ausências, em diversos momentos da plenária. Concluimos que, em alguma medida, a dinâmica (ou ausência dela) comprometeu o que consideramos princípios de cooperação e potencialidades das próprias iniciativas, inclusive documentados de forma simbólica, afetiva e objetivamente política, na “CARTA DA REDE DOS PONTOS DE MEMÓRIA E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS EM MEMÓRIA E MUSEOLOGIA SOCIAL”.

Por meio das considerações da Rede de São Paulo, percebemos que a Carta da Rede dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social firmada ainda em 2012 com elementos bastantes claros indicativos de avanços já considerados na época e, em perspectiva amplamente agregadora de todas as experiências que viriam a somar a estrutura nacional do programa, foi solenemente ignorada na configuração e nas propostas indicadas a partir do V Fórum de Museus.

2.1.3.6 Os Editais, as Redes de Museologia Social e o Processo de Institucionalização

O Programa Pontos de Memória atua em três eixos articulados, segundo informações que constam no site do Instituto Brasileiro de Museus: são eles: 1. Mapeamento das iniciativas; 2. Intercâmbio e capacitação em rede e 3. Fomento. Tais eixos são responsáveis pelas seguintes atividades:

1. intercâmbio de experiências e estímulo à articulação de redes temáticas e territoriais, constitutivas de uma malha que integre propostas de sustentabilidade geradoras e constitutivas de uma economia criativa;
2. ações educativas que proporcionem a valorização das memórias das comunidades, incentivando a realização de inventários participativos das referências culturais para a identificação, pesquisa e promoção do patrimônio material e local;

3. capacitação/seminários para discutir e disseminar o conhecimento gerado pelas ações das iniciativas de memória e museologia social, como o inventário participativo e as experiências de gestão comunitária da memória social;
4. incentivo à constituição de parcerias com museus comunitários e museus tradicionais;
5. fomento por meio Edital Prêmio Pontos de Memória, que busca reconhecer iniciativas de práticas e processos museais dedicados à memória social que se identifiquem com a perspectiva da museologia social, da diversidade sociocultural e da sustentabilidade. (IBRAM, 2018)

O item fomento, é desenvolvido por meio dos editais Pontos de Memória, realizados pelo Instituto Brasileiro de Museus desde 2012, data de sua primeira edição. Com foco dedicado a premiação de práticas museais e de processos dedicados à memória social com destaque para os pressupostos da museologia social, diversidade sociocultural e sustentabilidade. “É voltado para grupos étnicos-culturais tais como indígenas, afro-descendentes, ciganos, ribeirinhos, quilombolas, rurais, urbanos, de periferia, cultura litorânea, comunidades brasileiras no exterior, entres outros” (IBRAM, 2018)⁸⁹

O edital lançado em 2012, teve mais duas edições em 2013 e 2014 e acumula um total de 140 iniciativas premiadas em todo o Brasil. Este número foi ampliado consideravelmente a partir do mapeamento que inclui Pontos de Memória autodeclarados, ao todo somados em 362, segundo dados do Painel de Indicadores Gerenciais⁹⁰, publicação do IBRAM com informações acerca dos museus que gerência e dos Programas que atualmente são de sua responsabilidade institucional.

Esta mesma publicação faz menção aos Pontos de Memória do exterior, iniciativa importante que contempla práticas e processos dedicados a memória que estejam situadas no exterior. Até o momento, foram premiados iniciativas em alguns países tais como: Portugal (Lisboa e Serpa); Estados Unidos da América (Boston e Nova Iorque); Espanha (Zamora, Madri e Barcelona); Uruguai (Montevideo); Bélgica (Bruxelas); Áustria (Viena); Alemanha (Bremen e Republica Tcheca. Ao todo o IBRAM soma 12 Pontos de Memória premiados no exterior. (IBRAM, 2017).

O edital de concurso público nº 9, de 13 de outubro de 2011 intitulado Prêmio Pontos de Memória⁹¹ define para efeitos da concorrência, Ponto de Memória como:

⁸⁹ Informações presentes na página: <http://www.museus.gov.br/fomento/editais-2012/> acessado em fevereiro de 2018.

⁹⁰ Instituto Brasileiro de Museus. Painel de Indicadores Gerenciais. Ano I Edição 19/2017. Datada de 11/12/2017. Versão impressa.

⁹¹ O edital citado pode ser acessado <http://www.museus.gov.br/wpcontent/uploads/2011/11/Edital-Pontos-Memoria-Final.pdf>

3.1.1. Categoria 1 – Ponto de Memória no Brasil: pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de natureza cultural e que desenvolva ação de memória social com base em 2 atividades museais junto à localidade ou à comunidade a que esteja diretamente relacionada, com atuação comprovada de no mínimo 3 (três) anos; e 3.1.2. Categoria 2 – Ponto de Memória no Exterior: projeto, de pessoa física, brasileiro (a) nato (a) ou naturalizado (a), maior de 18 anos, para desenvolver iniciativa de memória social que se caracterize pelo envolvimento e participação de comunidade de brasileiros no exterior em ações de registro e representação da sua memória, com vistas à realização de atividades museais junto à comunidade a que esteja diretamente relacionada. (Edital 2011. Pontos de Memória. Instituto Brasileiro de Museus)

Estas categorias criadas com vistas ao desenvolvimento e ampliação do Programa, suscitam enormes questões que dizem respeito a forma de ampliação do programa pensada pelo Instituto, a relação que se estabeleceria a partir daí com as iniciativas piloto do Programa, até mesmo as categorias e critérios para a premiação das experiências que, em alguns casos, poderia estar desconectada com os pressupostos da Museologia Social. No entanto para esta tese, apenas indicamos caminhos que podem ser percorridos, não é intenção aprofundar a discussão. Com vistas a ampliar o entendimento acerca da Política Pública é importante registrar como o IBRAM define categorias fundamentais como: atividades museais e grupos, povos e comunidades em âmbito nacional, propostas pelo edital e passíveis de serem premiadas:

3.3. Para efeito deste Edital, entende-se por: 3.3.1. atividades museais - aquelas relacionadas à memória social e à valorização, pesquisa, preservação, conservação, comunicação e sustentabilidade dos bens culturais de natureza material e imaterial de comunidades e localidades; que tenham como consequência: o respeito à diversidade cultural, a promoção da dignidade humana, o protagonismo cidadão, o direito à cultura, à memória e ao desenvolvimento social; e 3.3.2. grupos, povos e comunidades em âmbito nacional – os grupos, povos e comunidades tradicionais que se diferenciam culturalmente e se reconhecem enquanto tais; que possuam formas próprias de organização social; que utilizem os territórios e seus recursos para sua manutenção, articulando suas práticas, conhecimentos e inovações, a exemplo de ribeirinhos, indígenas, quilombolas, ciganos, afrodescendentes, litorâneos, periféricos, rurais, urbanos, entre outros.

Os editais significam oportunidade de ampliação do número de iniciativas mapeadas em todo o Brasil. Esta estratégia lança o Programa rumo a uma Política Pública ao permitir avançar em direção a outras regiões e cidades brasileiras, no entanto, é importante ressaltar que mesmo após esta ampliação os Pontos de Memória que fazem parte da iniciativa geradora, os Pontos piloto ou pioneiros, continuam sendo assistidos pelo IBRAM, por meio do Prodoc que, de alguma forma, contribuía para o crescimento do Programa em âmbito

nacional. Os recursos alocados neste documento de Projeto serviram para incentivar não só os 12 iniciais, mas também toda a rede de Pontos que surgia.

Em conformidade com a ampliação do Programa e as mudanças de gestão a partir de 2012, foi realizado na sede do IBRAM em Brasília, entre os dias 4, 5 e 6 de junho o Encontro de Articulação de Redes de Pontos de Memória e Museus Comunitários, com a participação de 32 representantes do campo da Museologia Social das cinco Regiões do País e a equipe técnica do IBRAM. Este poderia ter sido mais um dos encontros realizados pela equipe com as lideranças das iniciativas, se não fosse pela construção conjunta de um dos instrumentos que podem ser considerados mais significativos destas fases iniciais do Programa. Julgamos como um marco sua produção, pois o Instituto propõe aos integrantes do Programa, somados as iniciativas de memória contempladas em editais e iniciativas parcerias, a sua organização em redes para que possam obter mais amplitude para suas ações. É importante destacar que até este momento poucas articulações em rede tinham surgido no país e as poucas que já se articulavam estavam presentes neste encontro contribuindo e muito com as discussões propostas. O documento construído foi a Carta da Rede dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social⁹², nome escolhido a partir de intenso debate, com o intuito de incluir as diversificadas experiências que se articulavam em torno do Programa e para além dele.

O documento elaborado por todos os participantes e finalizado pela equipe do IBRAM propunha uma síntese das discussões que foram tidas durante os dias de encontro com propostas voltadas para “para fomento, financiamento e sustentabilidade, qualificação, inventário participativo e articulação em rede. Em plenária, os participantes decidiram que o documento ainda deverá ser debatido em suas comunidades e estados, para ser referendado na IV Teia da Memória”. (CARTA DA REDE DOS PONTOS DE MEMÓRIA E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS EM MEMÓRIA E MUSEOLOGIA SOCIAL, 2012). As propostas defendidas estão baseadas em alguns princípios que merecem ser debatidos e compreendidos no âmbito desta Política Pública. Nota-se que a reunião acontece em Brasília, na sede de uma autarquia do Ministério da Cultura, com a presença de lideranças representativas de todas as regiões brasileiras para construir um documento que valorize e priorize a participação de processos museais comunitários e participativos nas ações do IBRAM, garantindo a

⁹² CARTA DA REDE DOS PONTOS DE MEMÓRIA E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS EM MEMÓRIA E MUSEOLOGIA SOCIAL, 2012, pode ser acessada no link: museuscomunitarios.files.wordpress.com/2014/01/carta-das-redes-de-pontos-de-memc3b3ria-e-museus-comunitc3a1rios.pdf

autonomia e estratégias de sustentabilidade. Os princípios acordados entre as partes (poder público e sociedade civil) são:

PRINCÍPIOS PAUTADOS NA AUTONOMIA, DESCENTRALIZAÇÃO, DIVERSIDADE E COOPERAÇÃO EM REDE

1. Garantir o direito à memória às comunidades, grupos e sujeitos locais historicamente excluídos. 2. Salvaguardar que os Pontos de Memória e demais iniciativas comunitárias em memória e museologia social sejam geridas por instâncias participativas, organizadas para esta finalidade, no seio de suas próprias populações. 3. Garantir a autonomia e a descentralização das iniciativas comunitárias de memória, fomentando a cooperação entre as redes estaduais de memória e museologia social. 4. Reconhecer, respeitar e valorizar as diversidades, especificidades e potencialidades das comunidades, priorizando o desenvolvimento local e visando à sustentabilidade. 5. Adotar metodologias de conhecimento sistêmico do território como garantia da relação entre memória social e sustentabilidade. 6. Instituir a formação em rede como parte do processo de articulação das redes estaduais, garantindo uma formação continuada que atenda às reais necessidades de desenvolvimento e sustentabilidade dos Pontos de Memória e demais iniciativas comunitárias em memória e museologia social. (CARTA DA REDE DOS PONTOS DE MEMÓRIA E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS EM MEMÓRIA E MUSEOLOGIA SOCIAL, 2012)

Além dos princípios propostos pela Carta que definem de forma clara e direta os compromissos assumidos pelo IBRAM com o Programa é importante destacar algumas das “Propostas para a criação, funcionamento, conteúdo e sustentabilidade das redes estaduais”, item que identifica 14 sugestões voltadas ao fortalecimento das redes, o primeiro deles é:

1. Criar plataforma virtual colaborativa com mapa da rede⁹³, autogerida, preferencialmente em software livre, com a finalidade de armazenar e difundir amplamente, informações sobre a rede, suas ações e formas de participação, com o financiamento do IBRAM e parceiros.

Além das propostas apresentadas pelos integrantes do encontro outros três aspectos foram ressaltados no documento e nos auxiliam a pensar os desdobramentos e ações que foram realizados no âmbito do IBRAM a partir deste momento, são eles, encontros presenciais, formação e parcerias.

Formação 7. Definir mecanismos de contrapartida que garantam que os agentes formados em rede atuem como multiplicadores. 8. Garantir, com bolsas de estudo, a capacitação de agentes comunitários de memória no desenvolvimento do inventário participativo por meio de seminários, palestras, intercâmbios, cursos de extensão, e

⁹³ Este item nunca foi posto em prática, mesmo tendo a consultora Sara Schuabb entregue produto com projeto de elaboração de um site com possibilidade para o avanço de sistema de mapeamento dos pontos. Schuabb, S. 2010. Produto 5 – Conteúdo para o portal Pontos de Memória. Projeto – OEI/BRA 08/007, cuja execução nacional é realizada pelo Instituto Brasileiro de Museus, em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI.

outros – presenciais e /ou à distância - a partir de parcerias com instituições de ensino superior, grupos de pesquisas e outras instituições parceiras nas áreas de antropologia, museologia, história, ciência da informação, biblioteconomia, arqueologia, curso de gestão cultural e afins.

Para aprofundarmos as questões relacionadas a ampliação das redes de Pontos de Memória e Museologia Social que surgem é importante considerar a pertinência deste documento e sua riqueza de possibilidades frente a consolidação e crescimento das experiências por meio das redes, que incentivadas pelo IBRAM já em junho de 2012 considerava ser esse o caminho e futuro do Programa Pontos de Memória. Integração e participação. Além da existência das redes nacionais, é importante registrar a experiência Latino Americana bastante produtiva, especialmente neste contexto de influência exatamente pelo impacto de ideias e iniciativas que geram. Por exemplo a existência da União dos Museus Comunitários, da União Nacional de Museus Comunitários e Ecomuseus, da Rede de Museus Comunitários da América⁹⁴. No Brasil, a ABRENC, Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários⁹⁵ também merece destaque por sua atuação e interesse em aglutinar as experiências de Ecomuseus e Museus Comunitários. No entanto o que é motivo de interesse neste trabalho é a difusão das Redes de Museologia Social, especialmente uma das primeiras experiências a Rede Cearense de Museus Comunitários criada em (2011); em 2012 vemos surgir outras duas iniciativas uma no Rio Grande do Sul e outra no Rio Grande do Norte, respectivamente Rede dos Pontos de Memória e iniciativas comunitárias em memória e museus comunitários e outra denominada Rede dos Pontos de Memória e Museus Comunitários; a Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro e a Rede LGBT de Museologia Social do Brasil ambas com surgimento em 2013; a Rede SP de Memória e Museologia Social fundada em 2014; a Rede Indígena de Memória Social no Brasil com atuação a partir de 2015 e por último, a Rede de Memória e Museologia Social Capixaba criada em 2017. O Norte do país também se organiza em rede e promove ações integradas especialmente as promovidas pelo Ecomuseu da Amazônia, Ponto de Memória Terra Firme, Museu Goeldi e outras experiências.

A partir da articulação em rede, os movimentos são fortalecidos pelas trocas que são promovidas, pelos auxílios mútuos, pela difusão de ideias e projetos que fomentam as ações e especialmente se fortalecem para buscar sempre o comprometimento dos órgãos públicos com vista a manutenção, fomento e formação técnica. Desse modo as redes e a criação da COGEPACO, - compreendemos que esta instância já aparece como reivindicação na Carta

⁹⁴ A Rede de Museus Comunitários da América foi formada em 2000 por representantes de bases comunitárias de diferentes países como Bolívia, Venezuela, Panamá, Costa Rica, Nicarágua, El Salvador, Guatemala y México. A esse respeito ver: <http://museoscomunitarios.org/redamerica>

⁹⁵ Para mais informações sobre a ABRENC <https://www.facebook.com/abremc/>

da Rede dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social: “9. Estimular processos de institucionalização para os Pontos de Memória e demais iniciativas comunitárias em memória e museologia social, que garantam autonomia dos processos de gestão, tais como implementação de um estatuto e constituição de personalidade jurídica (identidade legal)” (CARTA DA REDE DOS PONTOS DE MEMÓRIA E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS EM MEMÓRIA E MUSEOLOGIA SOCIAL, 2012) -, mobilizam o Instituto Brasileiro de Museus a pensar formas de concretizar a institucionalização do Programa no âmbito de suas responsabilidades institucionais. Depois de debates, atrasos por parte do IBRAM e de inúmeras reuniões para a discussão do assunto, entre os integrantes da COGEPACO e os técnicos do Ibram sistematizadas também nos produtos da consultora Ana Maltez⁹⁶, o IBRAM, por meio da portaria publicada no Diário Oficial da União a Portaria n. 315⁹⁷ institucionaliza o Programa Pontos de Memória. Segundo o site da Instituição “Grande expectativa do campo da museologia social brasileira, a normativa oficializa o Programa como política pública perene no âmbito de atuação do IBRAM”.

Art. 1º Instituir o Programa Pontos de Memória no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, visando à formulação de políticas públicas aplicáveis às ações de museologia social. Parágrafo único. O Programa Pontos de Memória reúne um conjunto de ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social, de modo que os processos museais protagonizados e desenvolvidos por povos, comunidades, grupos e movimentos sociais, em seus diversos formatos e tipologias, sejam reconhecidos e valorizados como parte integrante e indispensável da memória social brasileira

Sobre a portaria, importante observar o artigo 6º que prevê a formação do comitê consultivo do Programa Pontos de Memória e sua constituição. Nesta formação além dos integrantes do IBRAM, chama atenção a presença dos Pontos de Memória Pioneiros, assim denominado na portaria. Consideramos esta presença algo emblemático e bastante significativo, fruto de muita negociação dentro da estrutura do programa para que pudessem ser respeitados, não só como Pontos de Memória, mas como pioneiros, por sua especificidade e compromisso institucional anteriormente firmado.

Art. 6º O Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória será presidido pelo Presidente do Ibram, que o integra como membro nato, e composto pelos seguintes membros: 1.um representante do Departamento de Processos Museais - DPMUS;

⁹⁶ Maltez, Ana (2013). Produtos. Relatório de moderação, contendo o resumo executivo dos resultados do Encontro de Avaliação dos 12 Pontos Pioneiros (Dezembro de 2013). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

⁹⁷ A Portaria pode ser acessada no link:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=6&data=11/09/2017>

2.um representante do Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus - DDFEM; 3.um representante de ponto de memória da região norte; 4.um representante de ponto de memória da região nordeste; 5.um representante de ponto de memória da região centrooeste; 6.um representante de ponto de memória da região sudeste; 7.um representante de ponto de memória da região sul; 8.um representante dos pontos de memória pioneiros; 9.dois representantes de redes temáticas de pontos de memória; 10.dois representantes de redes territoriais de pontos de memória. § 1º São considerados pontos pioneiros os pontos de memória da Terra Firme (PA), Grande Bom Jardim (CE), do Coque (PE), Jacintinho (AL), Beiru (BA), Taquaril (MG), Estrutural (DF), Museu de Favela - MUF (RJ), Grande São Pedro (ES), Museu de Periferia - MUPE (PR), Lomba do Pinheiro (RS). (PORTARIA, 315. 2017)

Outro aspecto importante e que merece ser destacado é a garantia de dois representantes das redes temáticas de pontos de memória, isso significa ampliação do processo de participação e amadurecimento quanto as necessidades destas redes e destes coletivos tomarem acento em representações junto ao poder público, neste caso o Ministério da Cultura por meio do IBRAM. Necessário também chamar atenção para o caráter mais uma vez pioneiro do IBRAM ao aceitar dar corpo e vida a este desejo expressado pelos coletivos e movimentos sociais que foram estimulados pelo próprio Instituto dez anos antes. A gestão do IBRAM responsável por esta realização demonstrou coragem e plena sintonia com os desejos e anseios do Programa já expressados em suas bases iniciais. É importante destacar, que esta conquista é resultado de uma atuação responsável, dedicada e compromissada com os pressupostos da Museologia Social, realizada de forma cooperada entre Estado e a Sociedade Civil organizada. Resta agora acompanhar os desdobramentos e as possibilidades de ampliação do Programa e das experiências.

Capítulo 3. Os Pontos de Memória

Nosso compromisso é com nossos museus, com nossas escolas de museologia, com nossos pontos de memória, com nossas organizações. Todos eles não fazem parte desse Brasil triste da Lava Jato. Eles não são apenas os guardiões de parcela substantiva do patrimônio cultural brasileiro. Nossos museus, nossas escolas de museologia, nossos pontos de cultura, nossas organizações, se constituem em um verdadeiro patrimônio, parcela integrante e essencial da cultura brasileira...

Nossos museus são territórios de afetos, espaços de conexão, locais de construção de memórias. Temos objetivos únicos: incomodar, debater, refletir, propor, incorporar, questionar, provocar, dialogar, e buscar contribuir para a construção das trilhas e caminhos que forem necessários para uma sociedade brasileira e mundial solidária e igualitária.

(Marcelo Mattos Araujo - Presidente do Ibram/MinC

Discurso de abertura do 7º. Fórum Nacional de Museus 30 de maio de 2017 – Centro de Convenções da PUC RS)

3.1 Os Pontos de Memória em movimento

3.1.1 Museu de Favela. O ponto inaugural



Imagem: 02. Exposição Mulheres Guerreiras do Museu de Favela
Fonte: Museu de Favela.

A fala da mulher guerreira da Comunidade do Pavão Pavãozinho e Cantagalo território do Museu de Favela, nos inspira a conhecer melhor esta iniciativa que, entre tantas ações, destaca suas mulheres e as reconhece pelas lutas e batalhas em sua região. Suas vidas são alvo de uma campanha em prol das memórias de todas as batalhadoras que lutam por dias melhores e mais dignidade para si próprias e para os seus filhos e parentes. Donas das casas e dos seus destinos, fortalecem a todos com a coragem de quem acorda todos os dias para batalhar dias mais justos e cheios de afeto. Assim como as Mulheres Guerreiras, os jovens também tem vez no MUF:

Museu de favela é virtude de atitude sincera
museu de favela é galeria à céu aberto no beco e na viela
museu de favela é virtude de atitude sincera
pra agregar e acabar com todas as panela
Inovador com originalidade aqui morador vê que tem propriedade, expressando-se no seu terreno,
Cultivando a vida se torna pleno
Correspondente com o meio ambiente
Arte e cultura essa é a corrente

Troca experiência, estima as diferenças com a mão na consciência⁹⁸

Este é o Rap do MUF, considerado um hino que alimenta a alma dos seus idealizadores. Sua importância reside na força de seu chamado e indignação, é por meio deste tipo de música, expressão tão presente nos morros e favelas brasileiros, especialmente os localizados em comunidades cariocas e paulistas, que seus jovens moradores expressam suas bandeiras de luta e de reivindicação por melhores condições de vida, respeito, garantia de direitos e também se divertem. Ao chamar atenção para o fato de que as comunidades do Pavão Pavãozinho e Cantagalo, localizadas na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, precisam atrair os olhares das autoridades para seus problemas, também identifica que suas memórias e história de vida, são necessariamente tão importantes quanto. Há a necessidade de impor respeito à produção cultural do morro. Valorização das vidas, dos sonhos e dos acúmulos que o território agrega para a história da cidade do Rio de Janeiro e do país.

Foi assim que ao receberem o convite do recém-criado Instituto Brasileiro de Museus para a cerimônia de posse da primeira diretoria do IBRAM, na presença do então Presidente da República Luiz Ignácio Lula da Silva, no salão nobre do Itamaraty, não hesitaram e aproveitaram bem a oportunidade para declamarem na capital do país em solenidade que inaugurava uma nova forma de pensar política pública para os museus. A favela estava presente. Composto em 2008, ano de fundação da ONG Museu de Favela, por Carlos Esquivel (Acme) e Aline Silva (Afrolady), a canção protesto além de estar conectada com as questões sociais mais urgentes enfrentadas pelo Pavão Pavãozinho e Cantagalo e por inúmeras outras espalhadas pelo país, em regiões de pobreza, violência e abandono, estava também conectada com o mundo dos museus. Pela primeira vez, no Brasil, os museus de favela, periféricos, contra hegemônicos e de natureza comunitária puderam expressar sua força em âmbito nacional. O Museu da Maré é inaugurado na presença de Gilberto Gil anos antes, em ação que contribuiu para a sedimentação do terreno para as demais iniciativas e agora o MUF brilhava na capital da política nacional, durante a criação do Instituto responsável por executar a política nacional de museus.

Ao convidar o MUF para a performance de abertura da solenidade, o recém-empossado Presidente do IBRAM – José do Nascimento Júnior e sua diretoria

⁹⁸ Rap do MUF. Autores: Acme & Afro Lady.

https://www.facebook.com/museudefavela/photos/a.213950008637144.61842.199007523464726/1384121661619967/?type=3&hc_ref=PAGES_TIMELINE

demonstravam a vontade política de apoiar o desejo de memória e de museus em comunidades e favelas. Assumiam, publicamente, a vontade de fortalecer a museologia social brasileira. O MUF já estava lá... “trazendo à tona p que estava omissa”. (PINTO, Rita de Cássia S.; CARLOS, Esquivel G; LOUREIRO, Kátia A. S. (org.) 2012. p. 20)

Poderia ter sido escolhida outra atração, ser outra canção, uma de Gilberto Gil, ou de qualquer outro tropicalista que acredita num país mais justo socialmente, mas não foi. Naquele dia o palco pertenceu a dois jovens negros, nascidos numa comunidade caracterizada e considerada por autoridades e pela mídia violenta de origem pobre e marginalizada, produtores de uma arte que nasce nos guetos, nas vielas, nos becos e nas quebradas do morro, agora território do museu. Somada as lutas e resistências, esta arte dá vida e forma ao Museu de favela, numa combinação estreita e afinada entre memória e indignação como temas centrais. O amadurecimento das atitudes propostas por militantes, artistas e ativistas culturais por meio da capoeira, do grafite, dos cuidados com a beleza, da dança, música, artesanato e culinária dão vida a uma proposta que invade o campo dos museus, provocando, desarrumando, desafiando e propondo novos jeitos de musealizar e de pensar os museus. Numa clara apropriação do termo, garantem a ele outra definição, a partir dos interesses e vivências de quem sobe o morro.

O jeito MUF de musealizar é marca registrada por seus fundadores como uma grande descoberta acerca das possibilidades deste espaço e contribuição para o canário da Museologia nacional, para Rita de Cássia moradora da comunidade e Diretora do Museu, o jeito MUF de musealizar pode ser assim descrito:

Museu de Favela é um museu de novo conceito, uma nova forma de se musealizar, uma organização pensada por pessoas que não são da área de museologia. [...] Criamos o museu sem saber que estávamos fazendo, um bando de loucos, né? Que foi muito atacado por isso, porque achavam que em meio a tantos problemas na comunidade, a gente vinha falar de cultura, quando não existiam questões de saneamento básico, falta disso, falta daquilo, falta de escolas, de creches, falta de postos de saúde e a gente veio falar de cultura e veio falar de museu. Pros moradores no início foi surreal, hoje eles percebem que a gente veio para ficar. E viemos para contar a história deles e não a nossa. (RODRIGUES, 2015. p. 84. Entrevista concedida por PINTO, Rita de Cássia Santos).

Ainda na mesma perspectiva do jeito MUF de pensar os museus, salienta que respeitar as falas e vozes de seus protagonistas indignados, moradores e ativistas garante o entendimento das sutilzas e especificidades deste lugar que se constrói por meio de estratégias de governança pautados pelo empoderamento local, tomada de decisões compartilhadas e iniciativas de arte e memória voltadas para a melhoria de vida do coletivo.

No primeiro livro do MUF intitulado “Circuitos das Casas Telas: caminhos de vida no Museu de Favela” os autores destacam fragmentos de registros de memórias das reuniões de trabalho do colegiado de Diretores do Museu, com destaque para a poesia destes momentos de profundo aprendizado e compartilhar de ideias, sonhos, conflitos, disputas e realizações. Por lá se ouvia que:

Quem pensa que na intenção de trabalhar uma cultura local vai chegar e que vai ser igual a jogar comida pra passarinho, tá enganado. Tem que ter uma sabedoria filha da mãe, enfrentar segregação dentro e fora do morro vamos fazer com capricho nada de bate entope, onde é o fundamento do MUF? O fundamento é olho no olho, a memória a cultura da gente, papo reto. (PINTO, Rita de Cássia S.; CARLOS, Esquivel G. da; LOUREIRO, Kátia A. S. (org.) 2012. p. 25).

A palavra de ordem do MUF, desde sua criação em 2008, sempre foi governança. A ideia de promover a instalação desse museu territorial como principal desafio da Ong intitulada Museu de Favela, permanece como orientação em todas as suas ações e iniciativas. O museu de território, como gosta de ser reconhecido está localizado nas favelas Pavão, Pavãozinho e Cantagalo na cidade do Rio de Janeiro. Sua criação data de fevereiro de 2008 no contexto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal⁹⁹ com apoio da Base de Inserção Social, conhecida como BISU, primeiro espaço de apoio ao Museu. Dentro do escopo do PAC, havia uma porcentagem destinada para projetos sociais em favelas. Assim, no Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, o PAC Social teve como principal objetivo a criação do Museu de Favela e o desenvolvimento turístico das comunidades. Com este apoio em novembro de 2008, o museu adquiriu seu status legal como uma associação privada de interesse comunitário. Formada por 16 sócios, sendo que destes 30 fundadores, atraindo com sua proposta um Conselho Comunitário de 35 entidades atuantes nesse território (MORAES, 2011). Dos 16 sócios-fundadores, 13 são moradores da comunidade, 2 moradores de Ipanema e 1, o advogado, morador da Barra da Tijuca. Importante destacar que segundo (RODRIGUES, 2015) a proposta de um museu de território partiu de Kátia Afonso Loureiro, uma das sócias-fundadoras do MUF:

Kátia Loureiro relatou que, na época, estava a serviço da KAL (construtora responsável pelas obras de urbanização da favela) e coordenava a equipe que fazia o trabalho de desenvolvimento social. Esta equipe tinha um olhar mais estratégico, diferente da assistência social tradicional, era composta em sua maioria por urbanistas com forte pendor social. Começaram então a modelar os cursos de

⁹⁹Dilma Rousseff, Ministra da Casa Civil, descreve que o programa tem como objetivo a promoção do crescimento de maneira mais célere e sustentada, com distribuição de renda, tanto no âmbito social como no regional. O PAC incentiva os investimentos privados a partir de iniciativas e projetos de investimento público e outras formas de parceiras. (Ministério do Planejamento).

qualificação de mão de obra ao refletirem juntamente com as pessoas da comunidade sobre qual seria a vocação do local. Cultura e memória foram alguns dos pontos indicados, porém não havia um formato do que e como poderia ser feito. Kátia então, em pesquisa na internet, descobriu os princípios da museologia social, os estudou e viu que era o que os moradores queriam e a partir disso apresentou essa ideia para eles. Sugeriu que fizessem um museu de território. (RODRIGUES, 2015. p. 82).

Este relato, apresenta as motivações que deram origem ao Museu de Favela, com uma constituição que permitiu que os moradores e integrantes do conselho comunitário pudessem interagir a partir da construção de um museu de território, base para as experimentações relacionadas ao campo da Museologia e do Programa Pontos de Memória. O lançamento do Museu de Favela serviu de mote para a primeira apresentação dos Pontos de Memória, uma excelente vitrine para ilustrar o potencial do Programa e suas premissas. O MUF passa a fazer parte do conjunto de iniciativas que pretendem contribuir para as discussões e o fortalecimento da Museologia Social no país. Em fevereiro de 2008, o Ministério da Cultura lança, no âmbito do Programa + Cultura o Programa Ponto de Memória, durante a inauguração do Museu de Favela, primeiro Ponto a ser lançado no âmbito do Programa nacional.

A proposta do Museu de Território é lançada e apropriada por lideranças locais que desenvolvem a ideia a partir das vivências locais, do que consideram prioridade e como veem a arte e a cultura como ferramentas de transformação para uma comunidade acostumada a estar sozinha frente aos desafios estruturais de seu território. Assim Carlos Esquivel, conhecido como Acme, primeiro presidente da Ong Museu de Favela, apresenta suas memórias a partir da experiência de surgimento do Museu de Favela como demonstra em entrevista concedida a (RODRIGUES, 2015):

[...] tipo assim, o Sidney, capoeirista, a Rita, radialista, eu sou grafiteiro e desenhista... então eu comecei a pensar como essas coisas poderiam se conectar. A Afolady era rapper, eu cantava rap com ela... Então eu imaginei, Afolady pode dar aula de música, pode ensinar os caras a cantarem rap e esses caras que vão fazer a oficina de rap, eles vão ser os nossos guias porque eles vão cantar a história do morro e os grafiteiros vão fazer oficina e esses grafiteiros vão ser os ilustradores da história do morro. O pessoal que faz jornalismo vai ser o pessoal que vai catalisar a história para dar conteúdo pro rap e pro graffiti. Então eu imaginei que tudo isso poderia se conectar e funcionar junto, apresentei pra galera e a Kátia pegou esse bolo de papel, levou pra casa e transformou isso num plano estratégico. (ACME, em entrevista concedida a RODRIGUES, 2015. p. 83).

Ainda sobre a temática do “jeito MUF de musealizar”, em entrevista Dona Antônia, diretora do MUF completa:

Ai uma coisa que eu até costumo chamar a atenção das pessoas é assim, se você passa num lugar, quer dizer, passou numa ruela dessas aí da comunidade, do território, aí tá limpinho, não tem nada no caminho, naquele momento aquilo é o museu. Ai você vai lá na rua e volta, quando você volta, o carregador de material fez uma pilha de saco de material, aí você vai dizer “Ué, mas quando eu passei aqui não tinha isso. Por que que agora tem?” O museu mudou, né? Eu inclusive costumo dizer que o Museu de Favela, ele se renova a cada instante. Ele é como uma vida, né? Nunca o agora é exatamente o que era a pouco tempo, né? E a gente não sabe como será daqui a pouco. O Museu de Favela está sempre nessa modificação. (RODRIGUES, 2015. p.87 Entrevista concedida por SOARES, Antônia Ferreira).

Como observamos o MUF, surge antes da configuração do Programa Pontos de Memória, um de seus princípios motivadores é o desejo de memória, o desejo de trabalhar a integração do território por meio de ações que valorizem a memória local por meio do turismo como uma das ferramentas que agregam e atraem valor para o fortalecimento cultural do morro e incentivo a geração de rendas, formação dos jovens e movimentação das dinâmicas sociais dentro da comunidade.

Quando convidado a integrar as ações do Programa Pontos de Memória o MUF saiu em vantagem, pois já havia avançado nos passos iniciais propostos pelo Programa para as demais iniciativas. Assim, por exemplo, durante a realização da I Teia da Memória, os integrantes do MUF presentes, ressaltaram a capacidade aglutinadora desta realização e o que ela representa para as demais iniciativas que estão se organizando nas demais localidades. Os trabalhos realizados pelos personagens do MUF fazem parte constitutiva de sua criação, são eles, moradores, fundadores que traduzem em palavras certeiras o espírito da construção coletiva, para onde caminham e onde pretendem chegar. Em trabalho detalhado, (RODRIGUES, 2015), detalha as características de cada um destes personagens protagonistas. No entanto, em especial destacamos o depoimento de Rita de Cassia a respeito do museu de favela com destaque para uma concepção ampliada do que significa Museu e como ele se relaciona com a comunidade interna e externa.

O Museu de Favela, ele existe, mas o Acme, o talento do Acme veio antes, o talento dos artistas do morro, existia antes do museu. O Museu de Favela veio porque existiam os talentos. Porque existia muita gente bacana, porque existia uma história e uma memória muito bonita. O Museu de Favela só existe porque existia uma história anterior a ele. Esses talentos... E a gente quer só dar visibilidade e promover esses talentos, promover esses excluídos que para nós são os que fazem a história do mundo. Porque só os bonitos, só os considerados que fazem parte da história do mundo, esses, todo mundo já conhece. Mas ninguém quer conhecer o outro lado, caramba! Existe o outro lado e o outro lado tem que ser mostrado e as favelas estão aí para mostrar a cara e eu acho que a gente está na moda. (RODRIGUES, 2015. p. 59 Entrevista concedida por PINTO, Rita de Cássia Santos).

O Programa Pontos de Memória, em sua proposta inicial, previa por conta da necessidade de se estabelecer uma metodologia etapas que não foram realizadas no contexto do Programa pelo MUF, pois ele já havia conquistado avanços consideráveis a partir da prática empírica de seus fundadores. O MUF já era uma Instituição com personalidade jurídica, com finalidade não lucrativa com vistas ao desenvolvimento do território, como podemos constatar a partir do produto: Relatório das estratégias adotadas para a formação das instâncias deliberativas dos Pontos de Memória, como parte do desenvolvimento do modelo de gestão no âmbito do projeto do Ponto de Memória:

O Museu de Favela, conforme mencionado nos relatórios anteriores, dentre as 12 iniciativas que integram o projeto, foi o primeiro a assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento das ações de memória. Por esta razão, diferentemente do que se passou com os demais, o MUF já vivenciou o estágio de institucionalização, já tendo, inclusive se constituído enquanto pessoa jurídica. Não há, por este motivo, algo a se destacar do ponto de vista da formação de instância deliberativa como se pretende neste relatório. Cabe, entretanto, dizer que a maior parte das pessoas que integram o grupo responsável pelo Museu pertence à comunidade, lideranças já envolvidas com outras ações, pessoas de alguma notoriedade dentre os demais habitantes locais. (GOUVEIA, 2010).

As ações de difusão propostas, já estavam em ampla dinâmica de realização. O Projeto Casas-Tela foi contemplado com recursos públicos federais em 2009, quando o Museu ainda dava seus primeiros passos. Mas tais passos eram firmes e já sabiam onde queriam chegar. O MUF nasce com plano estratégico e plano museológico o que garantiu segurança para a escolha da experiência, mesmo em um ambiente ainda hostil para iniciativas como as do Museu de Favela. Com apoio da Associação Brasileira de Museus – ABM, o Museu de Favela conseguiu as credenciais necessárias para entrar no páreo em busca de aprovação no edital lançado pelo Ministério da Cultura/Instituto Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, em 2009. “Dentre centenas de projetos enviados de todo o país, aquele de Apoio à Estruturação do Museu de Favela foi um dos 19 vencedores: uma decisão corajosa de membros da comissão julgadora, em defesa da Museologia social brasileira” (SILVA, SANTOS E LOUREIRO, 2012. p. 49).

Para a trajetória da Museologia Social Brasileira este feito do MUF em parceria com a ABM, representa um avanço considerável e uma vitória importante para o movimento que se fortalecia. Por ser um Ponto de Memória já inserido na metodologia inicial do Programa, o MUF contribui para a consolidação de uma nova visão e postura acerca destas experiências abrindo caminho para que o reconhecimento destes processos museais aconteça em âmbito local, regional e nacional. A esse respeito o MUF tem a dizer:

No processo burocrático que se seguiu até a formalização do convênio, o Museu de Favela ainda haveria de enfrentar desafios imensos de defesa do prêmio, prestando diversos esclarecimentos de seu formato institucional, de seus modos de gestão e de seu projeto de musealizar memórias em modo territorial: a céu aberto, no coração de 3 favelas cariocas então ainda sob jugo do tráfico armado, num museu sem “sede”, auto - gestado por gente da favela, com recursos do Ministério da Cultura. Por que não? Essa pergunta-bandeira encorajou persistência e muitas articulações do MUF e da ABM na favela, no extinto Departamento de Museus do IPHAN, no novo Instituto Brasileiro de Museus e no Ministério da Cultura. SILVA, SANTOS E LOUREIRO, 2012. p. 49)

3.1.2 Ponto de Memória Museu do Beiru



Imagem: 3 Mãe Clarice Santiago Santos¹⁰⁰.
Fonte: Ponto de Memória Beiru

A História deste Bairro chamado Beiru, localizado em Salvador na capital da Bahia, confunde-se com a trajetória de resistência e militância acerca do movimento negro. Surge com a doação das terras a um escravo que a transforma em quilombo. Posteriormente é território de terreiros que se dedicam a consolidar a tradição da nação Amburaxó, fundada por Miguel Arcanjo que compra as terras depois da morte de Beiru.

¹⁰⁰Conhecida como Minha Gal, ela é Yalorixá do Ilê Axé Gezubum, fundado em 1940 por mãe Rosalina Santiago dos Santos.

Com traços característicos de um bairro pobre, sem a presença do Estado ao estabelecer as condições mínimas de sobrevivência a seus moradores, o Beiru sobrevive por meio de resistências cotidianas que insistem em provocar transformações nas relações estabelecidas, nesse caso, com destaque para as atividades culturais, tema encontrado por um grupo de moradores que defendem a trajetória do bairro e suas raízes fincadas nas heranças ancestrais.

Uma das resistências que mais chama atenção e que foi mote de discussões a partir da experiência de memória que seria realizada em Beiru, foi o episódio de mudança de nome do bairro de Beiru para Tancredo Neves, numa clara intenção de apagar a memória ancestral, relacionada a escravidão e as religiões de matriz africana, que ocuparam por décadas as ruas do Beiru, atraindo inclusive, seus primeiros moradores adeptos da religião praticada nos terreiros de candomblé.

Considerada uma violência por parte das lideranças comunitárias que defendem a cultura local a decisão de retirada do nome Beiru, elemento simbólico de identidade do bairro, é retratada no texto produzido por Ana Paula Fiuza, a partir de informações do Jornal A Tarde de 20/04/1987:

...O fato de algumas pessoas perceberem o nome Beiru, como uma conotação negativa, por estar ligado a alguém que escoraçava o povo, Dionísio Juvenal tomou a iniciativa de promover um plebiscito entre os moradores do bairro, realizado no dia 2 de junho de 1985, com o objetivo de trocar a nomenclatura para Tancredo Neves. Foram 5.500 votantes, sendo que 5.000 optaram pela mudança e 500 preferiam o antigo nome. Por outro lado, segundo o Jornal A Tarde 20/04/1987, os líderes contrários à troca de nome alegaram desrespeito à mudança de um nome de 162 anos de uma hora para outra, à qual declararam ser de interesse eleitoreiro. Esses moradores fizeram frente ao movimento promovido por Dionísio Juvenal através de ações de resistência como a edição do jornal Beiru hoje, entre outras. (FIUZA, 2014. p. 18)

Segundo as lideranças comunitárias locais por meios dos discursos que visavam à manutenção do nome do Bairro Beiru, refletem a denúncia de que as disputas pelo território do Beiru, suas terras, interesses especulação imobiliárias e a comercialização e legalização por parte do poder público com fins eleitoreiros apenas, justificou a ampliação das narrativas que tornavam Beiru, uma figura que não tinha as credenciais necessárias para dar nome a um bairro. As tentativas de apagamento da identidade de Beiru visam forjar um clima onde era necessário um nome mais representativo para um território que em breve se tomaria democratizado para que as pessoas pudessem morar dignamente com apoio do poder público:

Ao longo do tempo, além da real história foram criadas diversas lendas a respeito do Negro Beiru e semeada pela comunidade. Para alguns Beiru era um feitor encarregado de zelar pelas terras de uma fazenda e impedia que aqueles mais pobres fizessem suas rocinhas ou casinha. Dizem também que é nome feito em nagô. Com isso o tempo apagou da memória da comunidade o porquê ter o nome de Beiru. (SILVA, 2012. p.09)

Para as lideranças comunitárias que viam nesta estratégia uma manobra também comentada por Fiuza (2014) como um forte elemento político, afinal esta disputa por nomes se deu no período da abertura democrática do país que via o nome de Tancredo Neves, um elemento simbólico mais condizente com uma elite política que dominava a região.

Como elemento histórico importante o depoimento do pesquisador, procurador e pai pequeno do Terreiro de São Roque, chamado Eldon Araújo Lage, apelidado de Gígio, segundo Fiuza (2014) corrobora com a visão de Beiru escravo que deu origem a um pequeno quilombo, ao narrar os seguintes fatos oriundos de suas pesquisas:

O bairro era responsável por uma grande escala de produção de abricó (fruta de massa amarela bastante consumida na época), sendo que esta safra era administrada por Gbeiru. Com o alastre da fama do ex-escravizado, o local passou a atrair muitos caboclos, mestiços, negros excluídos e alforriados, o que fez como que a região se tornasse um quilombo. Este foi um quilombo diferenciado, por não fazer uso de armas ou violência, tendo em vista que havia uma relação de amizade entre Gbeiru e a família Silva Garcia (FIUZA, 2014. p. 20).

Este contexto nos ajuda a compreender a trajetória de conflito e resistência enfrentada pelos moradores e as violências simbólicas a que são submetidos via interesses que não se refletem em condições de bem estar dos moradores. Em meio a tantas disputas antes do episódio de troca de nome da comunidade, ainda em 1979, “o então governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães resolveu desapropriar os herdeiros das terras do Beiru, tirando a posse das terras em nome da instalação de um projeto de urbanização da área, com a distribuição de 600 títulos de doação de terreno” (SILVA, 2012. p.8).

Em meio a um território que sofre com o descaso das autoridades públicas no que se refere as condições mínimas de dignidade social, muitos projetos culturais emergem na localidade especialmente aqueles que refletem uma cultura pautada nas celebrações em especial no carnaval. Assim, em 2009, durante as visitas técnicas realizadas pela equipe do Ibram, chegou-se até lideranças do Beiru que aceitaram fazer parte da proposta de Ponto de Memória, plenamente justificada exatamente pela trajetória dos movimentos e dos líderes

comunitários. A primeira visita técnica ao Beiru, relatada pelo consultor¹⁰¹ que acompanhou aconteceu em:

03 de novembro de 2009, com o objetivo de apresentar o Projeto Pontos de Memória à comunidade, sondar sobre as atividades e a “vontade de memória” da população e identificar pessoas que possam atuar como possíveis agentes de memória. Na ocasião nos reunimos na escola pública do Bairro e estiveram presentes representantes de associações de moradores, do movimento negro e dos esportes e cultura do bairro. A comunidade já tem um trabalho com a história do local e do seu líder Beiru, possuindo inclusive um livro sobre o mesmo. O grupo se mostrou bastante interessado no projeto e espera novas reuniões para definirmos o andamento dos trabalhos. (TOLEDO, 2010. p. 20)

Durante a realização da I teia da Memória foi apresentado ao Diretor do Departamento de Processos Museais um ofício indicando um pedido de ajuda para que o Instituto pudesse interceder para que o Bairro pudesse alcançar suas intenções de ver realizado um Centro Cultural, consideramos este documento importante, assim como Daniel Mendes Fernandes¹⁰², consultor que registrou o documento e transcreveu para seu produto, pois ele reflete em grande parte a atuação do Ponto de Memória Beiru, ao longo do desenvolvimento das fases do Programa:

Ofício referente ao Memorial Cultural do Beirú, solicitando uma agenda político-cultural para quilombos urbanos, envolvendo a luta e reconhecimento das conquistas de suas terras, visando a melhoria das condições de vida de seus membros através do resgate da memória ancestral das manifestações culturais; solicitação para implantação de um estátua do negro Beirú no local em frente ao 6º Centro de Saúde Rodrigo Argolo para conhecimento dos jovens adolescentes; e ainda solicitando dar mais sustentação ao terreiro de candomblé para combater a intolerância religiosa; a aplicação nas escolas municipais e estaduais da lei 10.639, para a elaboração de materiais didáticos que contemple a diversidade cultural, e grande necessidade para a abordagem na escola de questões raciais e de gênero (...); comprar uma casa ou alugar em local centralizado para criar o Memorial Cultural do Beirú; desde de 1985 lutamos para mudar o nome do bairro, conseguimos depois de vinte anos mudar a bandeira do ônibus para Beiru/T. Neves; depois demos identidade ao bairro com o lançamento do livro com o nome Beirú, que distribuimos com moradores, escolas e organizações; dia da consciência negra, com a 5ª Marcha do Beirú, que é um instrumento para reivindicar o resgate do nome, contra intolerância religiosa, preconceito racial e violência contra as mulheres, etc.; e por fim, é o único bairro de Salvador que tem o nome de um africano. (FERNANDES, 2010. p. 18)

¹⁰¹Documento preliminar com resultados parciais das visitas técnicas de sondagem nas 12 localidades indicadas e avaliação preliminar da situação para a implantação dos Pontos de Memória, em atendimento ao Produto 4, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.

¹⁰²Documento preliminar de definição de indicadores e de instrumentos de validação da pesquisa junto à equipe do IBRAM e comunidades, em atendimento ao Produto 2 do TOR 135 referente ao Projeto Pontos de Memória, sob a coordenação do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.

Nos produtos de Sara Schuabb, encontramos informações detalhadas acerca das ações realizadas por todos os pontos em que iniciaram o diálogo com suas comunidades a fim de apresentar a proposta do Ibram e sensibilizar a localidade para que pudessem ter interesse em colaborar e fazer parte da proposta. Assim, em reunião realizada em 27 de abril de 2010, os moradores se reúnem para discutir a importância do museu em sua localidade e criar o conselho gestor que dará a eles legitimidade para o desenvolvimento das atividades. Neste encontro, alguns depoimentos nos ajudam a esclarecer quais as expectativas destes moradores, ao replicar a intenção do Ibram, em realizar no Bairro Beiru, um processo museal. Para Roberto dos Santos Freitas¹⁰³:

É preciso resgatar a memória de nossa história afro-brasileira. Não podemos deixar que o nome de um dos primeiros donos das terras seja trocado por Tancredo Neves. Em nossa comunidade há pessoas de outros estados da Bahia, há poucos nativos. E o povo chega e fala que mora em Tancredo Neves porque acha o nome bonito. (SCHUABB, 2010. p. 23)



Imagem 4: Reunião de Moradores do Beiru, para apresentação da proposta do Museu do Beiru. Foto: Produto. SCHUABB, 2010.

Relato importante é feito pela professora e militante Norma Ribeiro que se apresenta de forma indignada com o nome do Bairro ter se tornado Tancredo Neves, a esse respeito Norma diz:

Beiru não pode ficar a sombra em um momento político nacional de mudança da história. Não podemos deixar que adversários se apropriem de nossa memória, do

¹⁰³ Morador do bairro há 32 anos, pesquisador da cultura afro-brasileira presidente da Associação Cultural Comunitária e Carnavalesca Mundo Negro e da Associação dos blocos afros da Bahia.

museu. Não podemos esquecer do massacre cometido pela Igreja Católica contra o nosso povo negro, das igrejas que foram construídas em cima dos terreiros de Candomblé, dos sangues que foram derramados. É preciso ter um discurso único neste momento a favor do Beiru. (SCHUABB, 2010. p. 23)

Ao longo de sua atuação junto ao Programa Pontos de Memória a interlocução entre o Ibram e o Beiru, demonstrou alguns desdobramentos importantes, no que se referem especialmente à atuação do conselho gestor. Conflitos relacionados à constituição inicial, disputas acerca da autonomia e protagonismo frente à condução do Projeto também puderam ser observadas, segundo consta nos diálogos entre os membros da proposta inicial do Ponto e as narrativas com integrantes como Norma Ribeiro, articuladora inicial que se desvinculou posteriormente do Conselho Gestor e das ações do Ponto por divergências internas. A articulação local, após a saída de Norma fica a cargo de Roberto dos Santos Freitas.



Imagem 5: Símbolo do Ponto de Memória do Beiru.
Foto: Acervo Ponto de Memória do Beiru

3.1.3. Ponto de Memória Museu Cultura Periférica - Jacintinho



Imagem: 6 Feirinha do Jacintinho.
Foto de Jorge Schutze/ 2011. (In: RODRIGUES, 2013)

A identidade do bairro e ligada à feirinha... Não tem para onde correr... Ela é o coração do Jaça, bate a semana inteira... De domingo a domingo... Pessoas do bairro consomem no próprio bairro... A feirinha é um espaço que a gente encontra de tudo... É nossa referência... O ganha pão de muita gente... (Viviane Rodrigues)¹⁰⁴

Buscando iniciar a construção deste texto para falar e contextualizar o leitor acerca do Ponto de Memória Jacintinho, encontramos por meio dos relatos de seus moradores, falas que traduzem a riqueza cultural deste território, localizado em Maceió capital do Estado de Alagoas. Embalados por uma profusão de movimentos culturais, iniciativas que viabilizam por meio da participação de jovens outras leituras do território, tão ameaçado por violência e descaso das autoridades. Ao encontrar no Blog Museu Cultura Periférica o depoimento de Dona Gerusa compreendemos por que o alcance escolhido por este Ponto de Memória não se resume a um só bairro. Compreendido como um Museu de Território que amplia o alcance ao observar todos os bairros que circundam o Jacintinho, o Museu nasce de uma

¹⁰⁴ Depoimento de Viviane Rodrigues em (MORAES, 2017. p. 48)

construção que compreende na íntegra todas as manifestações e movimentos que priorizam o fazer cultura a partir das manifestações populares características da região:

Eu vou dizer uma coisa, não sei se foi porque nasci aqui, mas acho que o Pontal é abençoado. Aqui tem corrida de canoa é muito lindo. Vem de diversos lugares e se junta com as daqui. É aquela enxurrada de velas amarelas, verde, azul, vermelha. É uma maravilha! É lindo! Na festa do padroeiro, São Sebastião, vem gente de tanto lugar. Na festa tem Chegança, Pastoril, Baiana e o fandango também se apresenta. Quando as baianas passam é capaz de a gente não reconhecer. O Fandango usa uns trajes tão bonitos. São Sebastião sai lindo na charola por terram São Pedro também sai. O Pontal é pobre, mas é um bairro animado (Dona Gerusa)¹⁰⁵.

Em estudo recente Leila Samira Portela de Moraes, realiza um trabalho no âmbito de sua dissertação de mestrado que destaca o papel e importância do Museu Cultura Periférica para a concretização de sua pesquisa. Foi por meio das entrevistas realizadas no âmbito do Museu que o trabalho de Moraes (2017), pôde ter outros coloridos ampliando assim, o alcance das iniciativas que compuseram o Ponto de Memória do Jacintinho, hoje Museu Cultura Periférica.

Com o objetivo de investigar a influência da arte na trajetória dos moradores jovens, especialmente os moradores das Grotas situadas em um bairro periférico de Maceió denominado Jacintinho, a autora chama atenção para os discursos que marcam o bairro, a saber, “o da mídia, que retrata o bairro como violento e perigoso, e o discurso dos moradores, que reivindicam a periferia como lugar de arte e cultura” (Moraes, 2017). Esta construção nos interessa, pois é exatamente por movimentar o entendimento de que este território é de cultura que a proposta do Museu foi tão bem recebida pela comunidade que compreendeu a proposta e fez as adaptações necessárias para que pudesse ser exercida, garantindo sua autonomia no entendimento e no desenvolvimento da iniciativa.

O Ponto de Memória do Jacintinho apresenta uma organização que não é, ao contrário dos outros Pontos, motivada pela questão territorial. Isso significa que desde o início o grupo responsável define que a memória a ser representada irá transcender o Jacintinho, abrangendo a cultura de periferia na qual o Ponto está inserido. A formação da instância deliberativa seguiu a mesma lógica inicial, ou seja, há atores de várias localidades de periferia de Maceió, pessoas que já se relacionavam com o grupo do Jacintinho e, mais especificamente, ao *Quilombo*, uma das organizações que promove o Mirante Cultural. (GOUVEIA, 2010)

¹⁰⁵ Depoimento encontrado no Blog do Museu Cultura Periférica:
www.museuculturaperiferica.blogspot.com.br/p/d-gerusa-e-o-pontal.html

Para o Museu de Cultura periférica o que importa é a produção cultural que circula a periferia, que molda a rotina das pessoas influenciando na formação dos jovens os estimulando a pensar sobre quem são e quais oportunidades esta mesma periferia pode agregar a eles. Bairro mais populoso de Maceió em Alagoas, com cerca de 200 mil habitantes, e é neste vasto território que grupos culturais, por meio do Projeto Quilombo¹⁰⁶, desenvolvem ações variadas ligadas à história, a promoção da cultura, fortalecimento da identidade da comunidade. O maior evento é o Mirante Cultural, que reúne apresentações artísticas e manifestações culturais variadas.

Moraes (2017), realiza uma entrevista com Viviane Rodrigues, consultora local do Ponto de Memória hoje articuladora do Museu de Cultura Periférica, apresentando a experiência do Museu que surge da iniciativa do programa Pontos de Memória. Nesse caso, acompanhar a narrativa de Viviane acerca do Museu, permite perceber como os processos foram desenvolvidos e o amadurecimento da iniciativa atualmente articulada a partir dos pressupostos da Museologia Social, contribuindo com a consolidação das análises a partir do território, como esta dissertação de mestrado:

Segundo Viviane Rodrigues, consultora do Museu Cultura periférica, ele surgiu a partir das ações do CEPA - Quilombo, um grupo de estudos formado por jovens do Jacintinho que promoviam ações e oficinas voltadas para o bairro e sua população afro descendente. Segundo ela, em 2009, o IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus) junto ao Programa Nacional de Segurança pública com Cidadania (PRONASCI) Lançou proposta de desenvolvimento de ações em museologia social nos 12 bairros mais violentos do Brasil e o Jacintinho fazia parte dessa estatística. A proposta era um projeto experimental que iria trabalhar a memória local e como o CEPA - Quilombo já tinha um trabalho relacionado a isso essa proposta foi lançada ao grupo. Viviane conta que essa possibilidade abriu uma rede de contatos entre esse grupo e outros situados em todo o Brasil. Após 3 anos o projeto se consolidou e virou política pública “hoje existem os editais, uma vez por ano o Ibram abre um edital para premiação dos museus comunitários no país inteiro... Hoje premiados acho que o Ibram já tem mais de 200 museus comunitários, mas mapeados, ou seja, identificados tem mais de 500 museus comunitários no brasil inteiro... o nosso não tem sede, mas existem os que tem sede, existem museus de percurso, os museus virtuais, a comunidade é que decide o formato... uma sede é cara e não temos recursos para isso, então decidimos que a maior característica do museu seria a

¹⁰⁶“O Mirante Cultural nasceu com a intenção de trazer para o bairro do Jacintinho uma discussão política e cultural. O Jacintinho pode ser considerado um quilombo urbano por possuir diversas manifestações culturais de raízes africanas: Grupos de Capoeira, Coco de Roda, Dança Afro, escolas de samba, Bandas Afro e Bumba-Meu-Boi e ainda possuir vários terreiros de matrizes africanas. Esse projeto poderia dinamizar os grupos culturais do bairro, trazer a cultura para perto de seu povo. O projeto abriu espaço para que grupos de outros bairros e até de outros municípios também viessem se apresentar, mostrar sua arte, trocar experiências. A comunidade realmente “abraçou” o projeto e o consolidou. www.culturadebairro.blogspot.com.br/p/o-cepa-quilombo.html

mobilidade, então a gente faz ações e essas ações elas são móveis. (MORAES, 2017. p. 43)

Ainda percorrendo o trajeto oferecido por Moraes (2017), acerca de Jacintinho, encontramos o fragmento da entrevista de Viviane Rodrigues, sobre a importância da Feira para a comunidade do bairro. Importante destacar a narrativa de Viviane, sobre a primeira exposição do Museu Cultura Periférica, a peculiaridade de ter sido feita na feira é retomada neste fragmento que permite perceber como estas iniciativas são importantes para o enraizamento e a discussão sobre os territórios e os processos museais. Por que não um museu na feira, a seguir vejamos a narrativa da consultora do Museu:

Ela é tão coração da gente que definimos enquanto Museu Cultura Periférica que as exposições não seriam em locais fechados... Se eu tô falando da memória daquelas pessoas quero que elas vejam... A primeira exposição foi dentro da feirinha numa estrutura de barraca de feira e não de museu, pra não agredir o olhar daquela pessoa com algo que não faz parte da paisagem... Com isso conseguimos atingir um grande público que não tem o hábito de ir a ambientes de museus... De sair do seu dia a dia para ir para um ambiente de museu... Por que sabemos que é muito difícil para quem trabalha o dia inteiro. (MORAES, 2017. p. 48)

Este fragmento, certamente nos oferece uma grande oportunidade para discutir a Museologia Social, uma chance de entendimento acerca do papel desempenhado por estas experiências que se forjam na medida em que compreendem a capacidade da memória de gerar transformação, poesia e política a partir do exercício com as narrativas e trajetórias de vida e do lugar. Aprofundaremos um pouco mais a discussão acerca da exposição do Jacintinho no item dedicado a dimensão poética dos Pontos de Memória.

3.1.4. Ponto de Memória Estrutural

“A nossa cidade foi criada a beira de um aterro, pelas pessoas que moravam na beira desse aterro, que trabalhavam nesse aterro, os catadores. É uma ocupação de uma área muito nobre, pelo fato de estar muito próximo da capital e do centro do poder. (...) A especulação imobiliária está tomando conta e estamos perdendo nossa identidade e os irmãos que inicialmente ocuparam o espaço e garantiram a construção dessa cidade”. (Abadia, 2009)



Imagem 7: Editora Abadia Catadora
Fonte: Ponto de Memória da Estrutural

O discurso de Maria Abadia Teixeira de Jesus, moradora da Estrutural e uma das principais militantes do Ponto de Memória da Estrutural durante a I Teia da Memória¹⁰⁷, é forte, contundente e bastante significativo ao nos permitir constatar a dimensão de luta e resistência que o Ponto teria para desenvolver ao longo dos anos. Sua fala, aponta para a necessidade de reconhecimento de que a cidade da Estrutural passa por um longo processo de invisibilização e de disputas que serão enfrentadas pelo Ponto de Memória.

O Ponto de Memória da Estrutural está localizado na capital do Brasil na cidade de Brasília, Distrito Federal, coração do país. Faz parte da comunidade da Estrutural, um amplo conjunto de movimentos sociais que desenvolvem ações de educação e cidadania com vistas a contribuir para a melhoria das condições de vida no local. Por exemplo, podemos citar a história do MECE - Movimento de Educação e Cultura da Estrutural, fundado em 2003, com o objetivo de trabalhar a alfabetização de adultos a partir de Paulo Freire e a Escola Livre com jovens, tal movimento é apresentado pela consultora Deuzani Candido Noletto¹⁰⁸, do Ponto de Memória como uma das ações presentes na Estrutural e seus integrantes, mais a frente se confundirão com as ações e trajetória do Ponto de Memória. Neste momento de surgimento do MECE, ainda não havia espaço físico para que as

¹⁰⁷ Depoimento presente no trabalho de FERNANDES, D. M. 2010. Documento preliminar de definição de indicadores e de instrumentos de validação da pesquisa junto à equipe do IBRAM e comunidades, em atendimento ao Produto 2 do TOR 135 referente ao Projeto Pontos de Memória, sob a coordenação do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.

¹⁰⁸ NOLETO, D. C. 2013. Produto 03. Relatório descritivo, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória da Estrutural, a respeito do desenvolvimento do Produto de Difusão.

reuniões acontecessem, por isso, por ocasião da Marcha Mundial de Mulheres e a Teia do Conhecimento, os encontros puderam ser realizados em em uma casa de parentes de uma integrante do MECE: “ A casa só tinha as paredes sem reboco, dentro e fora com chão de terra batida. Aos poucos o espaço foi sendo reformado e adaptado aos sonhos que ainda hoje continuam muitos” (NOLETO, 2013. pág. 5).

A Casa dos Movimentos, como seria chamada, abriga os processos museais desenvolvidos pela Estrutural, especialmente as exposições, oficinas, reuniões e encontros dos movimentos sociais que seguem atuantes na localidade. Aspecto importante para ressaltar do Ponto de Memória é a presença das mulheres e a ênfase dada a esta localidade aos assuntos relacionados a educação, as bandeiras de lutas das mulheres e a proximidade com o lixão da Estrutural. Tais, aspectos permitem compreender as ações desenvolvidas e as pautas escolhidas pelo grupo de militantes que se dedicam ao desenvolvimento das práticas. As ações desenvolvidas pelo Ponto, ao longo dos anos iniciais, especialmente as fases 1 e 2 do Programa, concentram-se assim como nos demais Pontos, especialmente na formação de seus integrantes e moradores, para a realização das etapas previstas em Plano de Ação. Assim, segundo Noletto, foram desenvolvidas as seguintes iniciativas:

Hoje, passados dois anos, o Ponto de Memória caminha para cumprir sua meta. Realizou um Seminário, um Café com Memória, a exposição Luta, Resistência e Conquista, a exposição A Mulher e a Cidade, que contam parte da história dos moradores e moradoras da Estrutural – DF, duas Oficinas de Grafite, ministradas por artista e grafiteiro da Estrutural, uma Oficina de Teatro de Bonecos, um Sarau Poético, a criação da Editora Abadia Catadora, a elaboração de um vídeo, o projeto de extensão do Curso de Museologia da FCI/UnB e muitas ideias e mais sonhos para serem concretizados (NOLETO, 2013. pág. 5).

Com ênfase para o tema da Mulher, a Estrutural desenvolveu uma exposição, em 2012, dedicada a apresentar uma discussão sobre “Movimentos da Estrutural: A Mulher e a Cidade”.

“O ponto de Memória da Estrutural apresenta a Exposição – Movimentos da Estrutural – A Mulher e a Cidade, homenageando todas as mulheres que têm na Cidade Estrutural o seu lar, o seu lugar no mundo. Por meio das imagens de vinte uma mulheres moradoras, a exposição retrata as Rosas, as Abadias, as Marias, as Nilzas, a Vanderlinas, as Jaciras, as Solanges, as Marias do Scorro, as Regianes, as Eulinas, as Candaces, as Fátimas, as Luzilenes, as Kellys, as Baianas, as Anas, as Ritas, as Lourdes, as Katias, que constroem esta cidade, que trabalham para sustentar a família. São as catadoras, as recicladoras, as costureiras, as estudantes, as donas de casa, as professoras, as artesãs, as feirantes, as chefes de família. Estas mulheres que lutaram para fixar a Estrutural, sem elas esta cidade talvez não existisse. Mulheres guerreiras que ao comporem a sua história pessoal fazem a história coletiva da cidade. O Ponto de Memória da Estrutural enriquece o seu acervo com as imagens, objetos e histórias destas mulheres representativas do universo

feminino desta cidade. Completando a exposição dez mulheres cujas histórias inspiraram a luta das mulheres em todo o mundo, por direitos humanos, por uma vida com mais poesia, mais música, com mais participação política, enfim a luta pela vida.”¹⁰⁹

Esta exposição é fruto de uma parceria realizada entre o Ponto de Memória e a Professora Bernardete Braziliense. O grupo Captura fotografou 22 mulheres da Cidade da Estrutural e as melhores fotos foram selecionadas para a composição da mostra, sendo incorporadas ao acervo do Ponto de Memória. A exposição ampliou a discussão e a homenagem incorporando outras mulheres expoentes para o cenário nacional e internacional de lutas e conquistas do movimento feminista. Segundo Noletto: “Cabe ressaltar que foi um momento de grande aprendizado tanto para a coordenação do Ponto de Memória, quanto para a população presente. A Exposição já foi exibida na cidade de São Sebastião – DF e está agendada para fazer parte da programação de 2013 da Câmara Legislativa do DF” (NOLETO, 2013. pág. 18)

Além das exposições o Ponto de Memória da Estrutural desenvolveu, em seus anos iniciais, uma série de oficinas voltadas para crianças e jovens, como a oficina de Grafite, orientada por morador da Estrutural, o artista Tiago Moraes, que envolveu jovens, adultos e crianças nas atividades que foram desde o trabalho artístico com papeis até intervenções pela cidade em muros e paredes das escolas e demais instituições.

Por fim, com o intuito de dar indicações da riqueza de propostas apresentadas pelo Ponto de Memória da Estrutural, destacamos o trabalho desenvolvido pela Editora Abadia Catadora que a partir da oficina de edição de livros oferecida pela editora argentina, Eloisa Cartonera em 2011, decidiram montar sua própria editora. Com inspiração do movimento da Argentina, também decidiram homenagear uma mulher e escolheram na Estrutural a Abadia. “como sua congênera argentina, homenageava uma corajosa militante social da comunidade, que já trabalhara na reciclagem de lixo”. (Noletto, 2013). O que atraiu a comunidade para a proposta Argentina, foi o caráter artesanal dos livros e a oportunidade de reciclar, habilidade da comunidade que lidava diretamente com o lixo produzido e descartado. Com vistas a promover o interesse pela leitura a Cartonera da Estrutural desenvolve a cooperativa aos moldes da inspiração da Argentina:

¹⁰⁹ Texto de Abertura da Exposição Movimentos da Estrutural: a Mulher e a Cidade, inaugurada em 12 de novembro de 2012. In: NOLETO, D. C. 2013. Produto 03. Relatório descritivo, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória da Estrutural, a respeito do desenvolvimento do Produto de Difusão.

Estruturada nos moldes de uma cooperativa, funcionando de forma participativa a Editora Abadia Catadora pretende ser um canal para textos que estimulem a reflexão e a discussão política. Iniciou seus trabalhos, com a publicação de "Mãos abertas e punhos fechados", poesias de Carlos Rodrigues Brandão, "As cinco dificuldades de escrever sobre a verdade", artigo de Bertolt Brecht. A Menina e o Rio do jovem escritor morador da Estrutural Almir Gomes, cada um com tiragem limitada de cinquenta exemplares. A Editora pretende ainda apoiar o processo de construção e preservação da memória social e coletiva, por meio do lançamento de escritores locais. Atualmente acontece a Oficina de Escrita Criativa com a professora Madalena Rodrigues que está estimulando mulheres da Estrutural escrever contos. A Editora pretende lançar os contos destas mulheres. Também está em andamento a oficina de encadernação conduzida pela professora Silmara Küster da Extensão da UnB. (NOLETO, 2013. pág. 25).

Além das ações estabelecidas pelo Ponto de Memória da Estrutural, percebemos em sua trajetória formas de articulação com os movimentos sociais, coletivos, universidades, parcerias institucionais em benefício das ações relacionadas com o campo da memória, do patrimônio, educação e cidadania. Desde o início das ações o Ponto se envolveu sem maiores dificuldades com as iniciativas propostas pelo Ibram, devido a sua ampla capacidade de trabalho em equipe e coletivos e viu na oportunidade uma nova chance de ampliar também as possibilidades junto aos demais movimentos e pautas além da provocação sobre a memória. A primeira exposição da Extrutural, já dentro do Programa Pontos de Memória, foi a Exposição Movimentos da Estrutural - Luta, Resistência e Conquistas¹¹⁰ que utilizou o lixo como suporte expográfico, compondo uma narrativa de inclusão do lixo como elemento de denúncia de um descaso e de uma situação de profundo respeito com o fazer de famílias que vivem deste lixo. A dimensão política dos Pontos de Memória pode ser observada, pois demonstra o alcance que atitudes como estas podem ter ao denunciar em Brasília, a capital do país, como estes territórios vivem, de certo modo, em conflito com a realidade social, os meios de vida e subsistência suas favelas e comunidades.

¹¹⁰ "inaugurada em 21 de maio de 2011, retratou a história de luta do povo da Estrutural – DF, uma área nobre do Distrito Federal, ao lado do Parque Nacional de Brasília e a poucos quilômetros do Palácio do Planalto. A mostra fez um recorte da imensa labuta que foi conquistar a Estrutural, marcado por lutas que custaram vidas e saúde de muita gente, mas que também geraram muitas conquistas, que fazem hoje da Estrutural um lugar vivo. Há muitas outras imagens, muitas outras lutas que ainda não foram representadas, mas a exposição marcou o início e o incentivo para que o povo da Estrutural, tão guerreiro, continue a contar sua história" (NOLETO, 2013. Pág. 10).

3.1.5. Ponto de Memória de Terra Firme



Imagem: 08 Helena Quadros e Francisca Rosa, a D. Chiquinha, conselheiras do Ponto de Memória da Terra Firme. Terra Firme.
Foto: Miriane Peregrino

“O bairro da Terra Firme em Belém, para mídia, é considerado um bairro de violência. Mas para nós que moramos no bairro ele é a nossa história. É um bairro formado por ocupações de terras que principalmente eram terras federais. (...) O bairro hoje é muito grande, crescido desordenadamente, por isso uma onda de violência. Só existe violência no bairro ou na periferia quando o poder público não se instala, daí o poder paralelo vem e cria raízes” (Nerci, 2009).¹¹¹

Uma das questões mais importantes discutidas durante o início do Programa Pontos de Memória foi exatamente a atribuição dos territórios escolhidos pelo Pronasci como violentos. A expressão territórios e comunidades violentas sempre gerou incômodo na equipe que considerava não ser possível pactuar com tal visão. Tais lugares submetidos a uma lógica de produção de invisibilidade e produção de subalternidade passa necessariamente, pela produção de violências e estigmas. O lugar não é violento, e isso fica claro nas palavras de Nerci, moradora de Terra Firme bairro localizado na cidade de Belém, Estado do Pará, militante do Ponto de Memória que nos ajuda a perceber este processo de colonialidade a que são submetidos os moradores de Terra Firme. E todos os demais. Ao desconsiderar tal localidade e não enfrentar os reais problemas cotidianos do lugar, o poder

¹¹¹ Dona Nerci. No documento produzido pelo consultor Daniel Mendes Fernandes, não encontramos o sobrenome da moradora, apenas encontramos a indicação ao seu nome como Nerci. O seu Depoimento está no trabalho de FERNANDES, D. M. 2010. Documento preliminar de definição de indicadores e de instrumentos de validação da pesquisa junto à equipe do IBRAM e comunidades, em atendimento ao Produto 2 do TOR 135 referente ao Projeto Pontos de Memória, sob a coordenação do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.

público em contato com uma mídia parcial, acaba por cunhar uma indetidade para estes lugares, marcado como espaços de medo, de pavor, de morte, assassinato e de abandono. Portanto, sem vida sem beleza, sem cultura e sem dignidade. No entanto, acreditamos que o Programa Pontos de Memória pode servir, nesse caso, assim como nas demais experiências, como um elemento que chame atenção positivamente para a realidade destas cidades. O destaque para uma memória que ressalta as características naturais do lugar, pode devolver a chance de que conheçam melhor o território contribuindo para o rompimento desta produção de subalternidade.

As ações desenvolvidas por Terra Firme, traduzem uma parceria de anos com o Museu Goeldi e isso fica claro em todos os documentos produzidos pelo Ponto e nos relatos de seus integrantes. Durante a I Teia da Memória Neci, seguiu enfatizando a importância do museu para a iniciativa de Ponto de Memória que estava por ser realizada e deu destaque para o fato de que uma comunidade quando tem assegurada os seus direitos e apoios fundamentais as suas questões estruturais, não torna-se território abandonado e não produz exclusão e violências, assim, segundo a moradora:

O Museu Goeldi é o maior parceiro do bairro. (...) Temos um projeto de vinte e quatro anos com o Museu com muitos trabalhos e muitas parcerias. Tudo que o bairro têm, correios, escolas [todos os equipamentos de infra-estrutura urbana e cultural] foi conseguido com muita luta, pois não havia boa vontade do governo. (...) Nós temos todos os órgãos federais no bairro, então não tem porque haver violência. Antigamente não havia violência, quando os órgãos realmente faziam um trabalho social de abrir as portas, de andar pelo bairro e de conversar com a gente". (NERCI, 2009)¹¹²

A parceria firmada entre o Museu Goeldi e os militantes do bairro Terra Firme já era sinônimo de sucesso e de realizações quando a proposta do Ponto de Memória chega aos moradores, por intermédio do Museu. A essa altura, as articulações já desenvolvidas proporcionaram o alargamento das possibilidades de atuação do Ponto de Memória Terra Firme - PMTF e as iniciativas empreendidas previam a participação do Museu em todas as etapas e faases da iniciativa. Esta construção garante ao Ponto maiores condições de trabalho e ampliam as possibilidades de amadurecimento das discussões dentro da comunidade. O Projeto "Museu Goeldi leva Educação em Ciências à Comunidade", é realizado desde 1985, pela funcionária Helena Quadros que trabalha na perspectiva socioambiental, uscando interface com a sociedade por meio do museu. Helena contribui

¹¹² Depoimento presente no trabalho de FERNANDES, D. M. 2010. Documento preliminar de definição de indicadores e de instrumentos de validação da pesquisa junto à equipe do IBRAM e comunidades, em atendimento ao Produto 2 do TOR 135 referente ao Projeto Pontos de Memória, sob a coordenação do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.

com o Programa Pontos de Memória, atuando como conselheira do Ponto, escolhida pelos moradores como representante. O Museu, por meio de sua ajuda oferece apoio ao Ponto para o desenvolvimento das ações desejadas. Esta articulação em tempo que é fundamental para que a prática pudesse se estabelecer, consideramos também importante avaliar os limites que esta articulação tão embrionária pode significar.

Para conhecer melhor a experiência do Ponto de Memória de Terra Firme é importante consultar a dissertação de mestrado de Camila Moraes Alcântara, defendida pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia onde analisa a trajetória da experiência descortinando detalhes importantes que ajudam a compreender a complexidade desta prática. Em artigo também de Camila Moraes Alcântara junto com Renata Godoy, produzem um texto que analisa a experiência do Ponto de Memória e nos apresentam elementos importantes para compreender o que esta prática significa para Belém e para o Pará. Esta experiência é a única na região Norte e significa, certamente, uma oportunidade para abordar as carências e conquistas da comunidade, revelando o potencial cultural, socioambiental e artístico de Terra Firme. Camila Moraes, foi consultora local do Ponto de Memória e pode observar com mais detalhes o desenvolvimento da prática a ponto de concluir uma dissertação que explorou a temática buscando contribuir com o tema da museologia social. Segundo as autoras:

A partir da atuação dos pontos pioneiros, em sua maioria, os Pontos de Memória percebem o museu como um fenômeno catalisador das transformações sociais, como ferramenta útil para as comunidades ao trabalharem na concretização do *museu integral* e suas atribuições que beneficiam as construções da autonomia dos povos. O Ponto de Memória da Terra Firme pode ser compreendido como uma experiência de museologia social exitosa em Belém, Pará, pois se trata de uma organização que trabalha junto aos pressupostos da museologia e, é mantida e gerida por agentes sociais pertencentes à comunidade a qual representa. É um Museu Comunitário no bairro da Terra Firme, que atua com e para os moradores do bairro. (ALCANTARA, C. M. & Godoy, R. 2017. p. 79).

Terra Firme é um ponto de mulheres, feito por mulheres e ancorado por elas, fortes e batalhadoras, permanecem acreditando que como símbolo suas presenças produzem enfrentamento que tem como armamento o afeto, aproximação e a perseverança. Este fato fica muito evidente ao analisarmos os relatórios produzidos pela consultora Camila Moraes Alcântara, que elaborou, a partir da participação dos membros do conselho gestor, as narrativas das ações desenvolvidas em detalhes, garantindo aos leitores compreender a força desta comunidade e a atuação das mulheres como centrais na tomada de decisão e nas escolhas do Ponto. Importante destacar também a presença masculina, dos conselheiros João Batista Costa dos Anjos e José Maria Vale de Souza, integrantes que

contribuem com a força das mulheres do Ponto, criando as condições para o avanço das atividades.

As ações desenvolvidas no território foram realizadas em contato direto com as ruas, feiras e escolas do Bairro de Terra Firme, sempre em atividades que mobilizam os moradores a perceber quais as belezas e as riquezas de viver em um bairro marginalizado onde a violência é posta em primeiro lugar como descrição, resumindo a vastidão de possibilidades do lugar ao aspecto mais negativo possível. Levando o restante da cidade a compreender o território apenas por um estigma proposital. Não desconsideramos os episódios em que Terra Firme é vítima desta violência urbana, no entanto, não relegamos ao território a culpa única e exclusiva desta realidade. Assim, insistimos como Nerci e valorizamos Terra Firme para além de um bairro violento e perigoso. Há muito que ver e conhecer em suas ruas e os sorrisos destas mulheres guerreiras expressam a fé na humanidade e no bem que podemos fazer uns aos outros.

3.1.6. Ponto de Memória Museu Mangue do Coque



Imagem: 9 Vanessa Francisca da Silva (internte do Ponto de Memória Museu Mangue do Coque e Cristiane Carla Santos (Papion) liderança Indígena, durante o V Fórum Nacional de Museus
Foto: página do facebook de Vanessa.

“A comunidade é heterogênea. Temos aqui representantes de várias tendências, há várias entidades. Mas nessa hora, com esse ideal, com esse objetivo de lançar nossa memória, a gente se une, dar as mãos. (...) Nisso, somos bem diferentes de alguns grupos que estão aqui, que já têm um museu, que já tem um projeto. Ainda não estamos organizados, vamos nos organizar e pegar um pouco das experiências que estão aqui para fazer isso”.

“Vamos, juntos, ser agente e sujeito de nossa história. Nós que queremos contar nossa história. Os idosos e jovens irão participar (...) É aquele detalhe, você está aí e eu estou aqui, cada um vê um pedacinho da história (...) A nossa talvez será uma das maiores, porque tem muita gente para participar, para contar a história no nosso museu.” (Rildo, 2009)¹¹³

No Coque, foram os guerreiros que se desdobraram em busca de trabalhar a memória do lugar, junto ao Ponto de Memória, suas vozes ecoaram em momentos de integração e de rompimentos, mas sempre proporcionaram ação e dinamismo as propostas de valorização da memória do Coque. Em meio as discordâncias e afastamentos produzidos desde o início da atividade, uma voz ecoava dissonante, era a de Vanessa Francisca da Silva, que a todos contagiava com seu sorriso e alegria. Com muita batalha e perseverança as ações museais do Museu Mangue do Coque, tem origem a partir do contato com o IBRAM em 2009.

A comunidade do Coque, está localizada no Bairro São José em Recife Estado de Pernambuco e tem origem semelhante as demais comunidades do Brasil onde os Pontos estão localizados. As cidades produzem, de forma desigual situações sociais de segregação, onde surgem espaços no tecido urbano de assentamentos precários com baixas condições de habitabilidade, as vezes isolados do restante da cidade. No caso específico de Recife, foram criadas nos anos 1980, as ZEIS, denominadas Zonas Especiais de Interesse Social, por Lei municipal em contexto de profundas desigualdades sociais. Projeto político que visou manter estas áreas isoladas, segundo Cynthia Colette Christiane Lucienne, em sua tese de doutoramento onde analisa o desafios de inserção socioespacial da ZEIS do Coque¹¹⁴.

Com trajetórias pautadas por dificuldades estruturais, como falta de água, luz, saneamento, o Coque e suas comunidades vivenciam há anos, devido ao aumento desgovernado de moradores vindos de regiões mais afastadas e pobres em busca de melhores condições e oportunidades, a falta de investimentos e a precariedade de atendimentos básicos. Segundo a consultora do Ponto de Memória, Isabela Michelly Gomes dos Santos: o Coque é uma comunidade “abandonada, deixada à mercê da maré da cidade do Recife”.

¹¹³ Depoimento de Rildo Fernandes para o video Teia da Memória e presente no trabalho de FERNANDES, D. M. 2010. Documento preliminar de definição de indicadores e de instrumentos de validação da pesquisa junto à equipe do IBRAM e comunidades, em atendimento ao Produto 2 do TOR 135 referente ao Projeto Pontos de Memória, sob a coordenação do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.

¹¹⁴ Lucienne, C. C.C. Os desafios da inserção sócio-espacial das favelas no Recife, entre exigências de atratividade urbana e necessidades de habitabilidade: o caso da Zona Especial de Interesse Social do Coque. Recife, 2015.

Toda ilha Joana Bezerra é o coque, uma parte do Bairro de São José, entre a Praça de Sergio Loreto e a Casa da Cultura até o limite de Afogados, Cabanga, Caranguejo, Ilha do Leite, São José e Coelhoos. Existem hoje no Coque, aproximadamente 2,666 famílias e 16 mil habitantes. A localidade está classificada como zona urbana, terreno plano, mas de muito aterro.

A comunidade do Coque, atualmente, passa por três bairros do Recife: Joana Bezerra, Cabanga e São José. Ao Norte, é limitada pelo Rio Capibaribe; ao Sul, pela rua Imperial, ao Leste, pela estação Central do Metrô do Recife e, ao Oeste, pelo braço norte do Rio Capibaribe (SANTOS, I. M. G. 2013)

A trajetória do Ponto de Memória Mangue do Coque, pode ser traduzida por meio das ações museais desenvolvidas por seus integrantes com vistas a defender a memória local, valorizando os seus saberes e fazeres, estimulando a participação dos moradores por meio de rodas de memória, oficinas e produtos de comunicação como o blog e o fanzine, além de exposições.

A trajetória do Ponto e as etapas provenientes da metodologia proposta pelo IBRAM, devem ser consideradas uma vez que conflitos tangenciaram os anos iniciais desta prática. Conflitos narrados por consultores demonstram a situação limite e rompimento entre integrantes da comunidade.

Após a constatação de que o conselho precisava ser reformulado, Cláudia Rose Ribeiro da Silva, realizou reunião no Coque, no dia 09 de julho, na qual se decidiu pela continuidade das ações com o restante do grupo e se definiram estratégias para que a instância deliberativa se legitimasse junto à comunidade, estimulando, inclusive, a entrada de novos membros. Uma dessas estratégias, tal qual Guerreiro ressaltou, é voltar a utilizar a escola Novo Mangue, uma das mais antigas do Coque, para a realização de reuniões.¹¹⁵

Ressaltamos este episódio de conflito entre as instâncias deliberativas, pois a partir desta tensão criada na condução do Ponto de Memória, houve uma dissidência e uma nova experiência surge, na comunidade do Coque: o Museu da Beira da Linha do Coque¹¹⁶, esta

¹¹⁵ Gouveia, I. C. 2010. Documento com o Relatório das estratégias adotadas para a formação das instâncias deliberativas dos Pontos de Memória, como parte do desenvolvimento do modelo de gestão no âmbito do projeto do Ponto de Memória em atendimento à solicitação designada por Produto 4, expresso no TOR-134, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

¹¹⁶ “ O desejo de formação de um museu no coque é muito antigo. isto porque seria uma maneira de coletarmos e guardarmos a nossa verdadeira história e assim, tentar acabar com as discriminações e distorções, como também por um fim à herança maldita de que somos uma comunidade violenta. criamos então o museu da beira da linha do coque, lançado em 2013 no dia de lutas e conquistas dos moradores do coque pelo direito à moradia. nosso museu é audiovisual e itinerante. o coração do acervo é o cadastro dos contadores e contadoras de histórias do coque e a coleção de seus depoimentos em vídeo apresentada em um cardápio de histórias”. Texto de apresentação do Museu da Beira da Linha do Coque, presente no site: <http://museudabeiradalinhadocoque.org/>

experiência é importante, pois demonstra a riqueza das práticas de memória do Coque, demonstra as fragilidades do processo comunitário e também permite analisarmos a sobreposição de lideranças que por motivos diversos não conseguem dialogar. No entanto, essas ações só enriquecem o território, tornando as práticas ainda mais interessantes do ponto de vista de seus resultados para a comunidade e fortalecem a prática museal insurgente e desafiadora da lógica colonizadora e segregadora que recai sobre estas comunidades. O site do Museu da Beira da Linha do Coque, apresenta um conjunto variado de práticas que se assemelham a proposta do museu, denominadas de vizinhos do museu¹¹⁷, com informações direcionadas aos respectivos sites e blogs, tornando a busca muito mais acessível para os visitantes do site. Tal iniciativa indica uma riqueza de experiências que podem e devem estimular novos estudos sobre as ações culturais e museais da região do Coque e de Recife.

O depoimento de Hiltom da Silva, mais conhecido como Guerreiro, nos ajuda a perceber, que mesmo existindo uma cisão entre o grupo, o desejo de permanecer em ação por meio das memórias seria preservado e o Ponto de Memória Mangue do Coque resistiria e seguiria suas atividades de difusão pautado pelo desejo de tornar diferente o lugar. Assim, em entrevista aos consultores do Programa, o articulador do Museu Mangue do Coque esclarece que:

Foi aí que eu descobri que através do Ponto de Memória, a gente poderia resgatar nossa história, resgatar nossa imagem e aí naquelas reuniões surgiu a ideia de nós sermos independentes, de nós sermos autosuficientes, porque ia ser bom para nossa comunidade e não estaremos refém de ninguém; queríamos agir por conta própria, mas a princípio, sempre com o apoio do IBRAM, pois somos um projeto embrião, um projeto piloto (...) Desenvolveu o interesse de mergulhar e trazer e resgatar a imagem da nossa comunidade.¹¹⁸

¹¹⁷ Informações retiradas do site do Museu da Beira da Linha do Coque: <http://museudabeiradalinhadocoque.org/vizinhos-do-museu>. entre as práticas destacamos: Terreiro Santa Bárbara Nação Xambá e Projeto esto no és un museo.

¹¹⁸ Hilton da Silva *Guerreiro*. Entrevista concedida a Inês Gouveia e kiki Storino, para o Programa Pontos de Memória. Brasília, 14 de julho de 2010. In: Documento com o Relatório das estratégias adotadas para a formação das instâncias deliberativas dos Pontos de Memória, como parte do desenvolvimento do modelo de gestão no âmbito do projeto do Ponto de Memória em atendimento à solicitação designada por Produto 4, expresso no TOR-134, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

3.1.7. Museu Lomba do Pinheiro



Imagem: 10 Da esquerda para a direita Cláudia Feijó, Marcia Vargas, Teresinha Medeiros e Isolina.

Foto: Acervo Ponto de Memória Lomba do Pinheiro.

“A gente percebeu que há muitos atores que ainda não estão integrados. E esse projeto dos pontos de memória nos sensibilizou a procurar quem está fora. Porque este projeto pode ser a motivação para a formação de um novo bloco hegemônico (...) para reorganizar a memória da mudança”.¹¹⁹

O depoimento de Fátima Flores durante a realização da primeira Teia da Memória em Salvador no ano de 2009, e a imagem das quatro mulheres, indicam a força feminina desta construção. Durante todo o processo com dedicação e coragem construíram pontes para ultrapassar os limites impostos e avançar com o programa. Teresinha Resende, segue até hoje este caminho de construção estando à frente da iniciativa do Ponto de Memória na Lomba do Pinheiro.

O Museu está situado no Estado do Rio Grande do Sul, especialmente em Porto Alegre no Lomba do Pinheiro¹²⁰, que a partir da experiência comunitária já desenvolvia

¹¹⁹ Depoimento de Fátima Flores para o video da I Teia da Memória e para o trabalho de FERNANDES, D. M. 2010. Documento preliminar de definição de indicadores e de instrumentos de validação da pesquisa junto à equipe do IBRAM e comunidades, em atendimento ao Produto 2 do TOR 135 referente ao Projeto Pontos de Memória, sob a coordenação do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.

¹²⁰ Situada a 18Km ao leste de Porto Alegre. 63.970 habitantes oficiais (se estima que chegam a 120

ações em torno da memória local. Assim, quando passa a integrar a metodologia do Programa, investe em reformular as bases de sua participação, buscando consolidar-se junto as demais iniciativas de museologia social do país. Com uma equipe formada basicamente por mulheres, em seus primeiros anos dá corpo e forma a iniciativas importantes como a realização do inventário participativo, que até hoje segue sendo considerado um trabalho de destaque das experiências, servindo de inspiração para outras experiências. O Museu comunitário já estava constituído, desde sua inauguração em março 2006, com amplas redes de parcerias já firmadas com escolas, com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e grupos 3ª idade. Além da exposição permanente que o museu abriga também realizam Rodas de Memórias com grupos focais e realizaram em parceria com a Universidade Mapeamentos Culturais do bairro.

A partir do trabalho em parceria com o Programa Pontos de Memória, o conselho gestor, é formado basicamente por mulheres, a exceção de Eduíno de Mattos e Lucas Moraes. Cláudia Feijó, Márcia Vargas, Teresinha Medeiros, Teresa Dutra, Izolina Anhaia que compõem o Conselho Gestor no início das ações, garantindo a maioria de mulheres para esta experiência de gestão compartilhada.

Este Museu e o MUF, são as duas experiências já consolidadas do ponto de vista de se assumirem museus e compreenderem suas práticas como sendo museais, anteriores ao início do Programa. Como as comunidades onde eles se situavam foram indicadas pelo Pronasci, como locais possíveis, não era interessante ignorar a existência de tais iniciativas e ao contrário era mais vantajoso permitir de alguma forma ações que pudessem contribuir com o enraizamento e maior alcance das iniciativas. Assim, as ações desenvolvidas por Lomba do Pinheiro, foram consideradas pela consultora Lavínia Cavalcante como uma experiência de impacto, afinal é possível perceber que o grupo já sabia o que poderia ser feito com os recursos com vistas a potencializar ainda mais as práticas e reflexões:

A partir do acompanhamento realizado nos Pontos de Memória do Sítio Cercado e Lomba do Pinheiro, consideramos que a execução dos produtos de difusão se deram de maneira satisfatória, alcançando um notável nível de qualidade. Os desdobramentos destas experiências (impacto das exposições na comunidade e fora dela; contribuição ao fortalecimento do Ponto de Memória, etc.) poderá ser apreciado

mil atualmente). Concentra 33 vilas populares. Características rurais até meados dos 50. Alto IVS. Reconhecida articulação política comunitária

com o passar do tempo. Nesse sentido, será importante considerar as informações que serão ainda enviadas pelos consultores locais em seus relatórios.¹²¹

Na perspectiva dos autores Ana Maria Dalla Zen, Cláudia Feijó da Silva e David Kura Minuzzo, o Museu Lomba do Pinheiro:

pretende se constituir num lugar de preservação da cultura imaterial da comunidade, ao reunir as narrativas orais dos sujeitos, em torno dos fazeres, história, casos, festas e outras formas de representação da cultura e imaginário local. E, como consequência da preservação dos valores da cultura material e imaterial da comunidade, o Museu objetiva atuar, de forma permanente e parceira, com o desenvolvimento e mudança social do bairro, considerado um dos mais pobres da cidade de Porto Alegre. (ZEN, A. M; FEIJÓ, C.; MINUZZO, D. K. 2009)

Assim, aliado aos desejos institucionais e as etapas propostas pelo Programa, o Museu amplia sua capacidade de organização comunitária, criando o conselho gestor e investindo no Plano de Ação com as ações de difusão e principalmente ao Inventário Participativo, criado a partir da interação com a comunidade. Por meio das parcerias estratégicas que desenvolve, potencializa o alcance dos processos e passa a compor um cenário nacional de práticas da museologia social, o que fica evidente a partir da publicação Práticas comunitárias e educativas em memória e museologia social, organizado por Jean Batista e Cláudia Feijó, uma das principais articuladoras do Programa Pontos de Memória, integrante do Ponto de Memória Lomba do Pinheiro. Na apresentação do livro os autores se referem as análises realizadas a partir da experiência dos Pontos de Memória na região Sul e indicam que “em conjunto, os autores demonstram o alcance da Política Nacional de Museus bem como os avanços que o Programa Pontos de Memória tem representado para as comunidades. Dessa forma, aliados aos pressupostos da Museologia Social os autores, em especial aos articuladores dos Pontos de Memória “convidam os leitores e leitoras a pensar em como podemos construir alternativas dignas para as comunidades a que pertencemos a partir de articulação entre memórias, educação e ações afirmativas”.

Estas realizações nos aproximam do entendimento de que o Programa Pontos de Memória estimulou e estimula a produção de iniciativas museais e também cria condições para o avanço das reflexões em torno dos temas relacionados aos museus comunitários e as iniciativas de memória e museologia social. Seus integrantes fortaleceram laços

¹²¹ Cavalcanti, L. 2012. Relatório descritivo-analítico do acompanhamento e avaliação do processo de desenvolvimento dos produtos de difusão dos pontos de memória, em conformidade com os 12 Planos de Ação. Solicitação designada como Produto 4, expresso no TOR-117/2011, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

acadêmicos e institucionais já existentes e passam a contribuir com o fortalecimento do campo museal. Voltaremos a desenvolver aspectos relacionados ao Museu Lomba do Pinheiro em outros momentos nesta tese.

3.1.8. Ponto de Memória Museu de Periferia – MUPE - Sítio Cercado



Imagem: 11 Dona Deuzita.

“A história que está sendo feita é pelas pessoas de carne e osso, não pelos vencedores ou pelos vencidos. Mas por quem vive hoje, o momento”¹²²

O Museu de Periferia situado na comunidade de Sítio Cercado, em Curitiba no Estado do Paraná, tem sua origem a partir de uma forte articulação realizada por meio de apoio político, com vistas a potencializar ações e interesses locais de preservação da memória local, em especial a memória das ocupações, onde a atuação da comunidade de Sítio Cercado foi protagonista. Dona Deuzita, homenageada por nós, é herdeira da fazenda Cercado que dá vida atualmente ao Sítio Cercado, filha do proprietário acompanhou todo o processo de loteamento e posterior ocupação de toda a região a partir de 1988 com a entrada organizada pelos movimentos por moradia das associações de bairro do Xaxim, Pinheirinho e Alto Biqueirão, posteriormente denominada Xapinhal.¹²³

¹²² Depoimento de Simone, professora do CAIC do Bairro Novo em Sítio Cercado durante a I Teia da Memória constante do trabalho de FERNANDES, D. M. 2010. Documento preliminar de definição de indicadores e de instrumentos de validação da pesquisa junto à equipe do IBRAM e comunidades, em atendimento ao Produto 2 do TOR 135 referente ao Projeto Pontos de Memória, sob a coordenação do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.

¹²³ ROCHA, M. Relatório acerca do desenvolvimento da exposição “Memórias e Sonhos do Sítio Cercado”, como produto de difusão do Ponto de Memória Museu de Periferia - MUPE Sítio Cercado

Em meio aos preparativos para o desenvolvimento do Programa, em 2009, no mês de abril numa sexta feira, moradores do Sítio Cercado se reúne para ouvir, as ideias e histórias de duas mulheres militantes de experiências já em curso no Rio de Janeiro de Museus com características semelhantes ao que a comunidade de Curitiba queria desenvolver. Assim, em reunião os moradores puderam ouvir histórias das comunidades da Maré e dos morros do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, do Rio de Janeiro, por meio dos relatos da contadora de histórias Marilene Nunes e da cantora e compositora Afrolady os presentes puderam conhecer mais sobre os caminhos percorridos e os procedimentos que possibilitaram a criação do Museu da Maré e do MUF (Museu de Favela), instituições pioneiras no Brasil na preservação de memória das comunidades.¹²⁴



Imagem: 12 intercâmbio de histórias para os moradores do bairro Sítio Cercado.

Fonte: Blog <https://mupe.wordpress.com/>

Em dezembro do mesmo ano, durante a I Teia da Memória, as discussões propostas a partir da experiência anterior de intercâmbio já apontava os caminhos que seriam adotados pelo Museu de Periferia - MUPE

MUPE [Museu de Periferia] foi o nome que o pessoal encontrou para definir o processo de sensibilização da perspectiva de um ponto de memória. Víamos nos reunindo na comunidade desde abril deste ano [2009]. O processo de sensibilização iniciou com um intercâmbio com o MUF e o Museu da Maré. Com a presença de algumas pessoas fizemos uma contação de histórias. (...) A partir disso começamos a nos reunir com uma periodicidade tentando trazer alguns conceitos do ponto de memória. (...) O que se desenvolveu, em consenso, é que antes de instalar uma

realizado em dezembro de 2011.

¹²⁴ Informações que constam do blog: <https://mupe.wordpress.com/>

prática especificamente museológica nós deveríamos ouvir as pessoas e perceber o que havia de presente na identidade local. Daí surgiu a idéia de realizarmos um trabalho com alunos das escolas de representação do bairro, com desenhos e redações. (...) Então o que se configurou até agora é que o MUPE traria o aspecto da identificação, da catalogação dessa produção dos alunos e da disponibilização desse material na internet. (...) A partir desse trabalho feito com os alunos que buscamos sensibilizar a população em geral.¹²⁵

A estrutura inicial do Museu, parte das lutas por moradia e direito ao lugar. Em uma grande movimentação popular os desabrigados e aqueles que reivindicavam direito à terra, permaneceram em uma grande mobilização que rende muitas histórias e memórias. Segundo Zuca: “A ocupação do Sítio Cercado é muito recente. Começou no início dos anos setenta e nos últimos anos acelerou. (...) Em 1987 havia vinte e quatro mil habitantes, hoje se coloca aproximadamente duzentos mil habitantes”.

Em diálogo com as possibilidades de realização apontadas pelo Programa Pontos de Memória, a educadora Simone nos apresenta um relato lúcido das necessidades atuais do bairro, tal depoimento, oportuniza que tenhamos mais clareza a respeito das ações que poderiam ser desenvolvidas pelos articuladores para tornar o projeto viável na comunidade, ampliando o alcance das melhorias e transformações necessárias especialmente para as crianças e jovens que habitam a região. A cultura, a memória e a arte como elementos decolonizadores:

A luta hoje no bairro já não é mais por paredes, por água, por esgoto. Essa estrutura mínima, para se levar uma vida digna já existe. Hoje o que está faltando é a cultura. As pessoas do bairro têm muito pouco acesso a cultura. Isso porque a prefeitura do bairro não valoriza o Sítio Cercado como merecedor desse tipo de atenção. (...) Pensam que o Sítio Cercado é uma favela. (...) Temos bolsão de pobreza, mas a maioria da população tem casa própria e carros. O que acontece, por não ter nenhuma atenção, a maioria dos jovens fica desocupada, e então buscam outras 'experiências'. Então precisamos mesmo de trabalhar com cultura.¹²⁶

¹²⁵ Depoimento de Otávio, que faz um trabalho de interlocução com a população do Sítio Cercado, durante a I Teia da Memória constante do trabalho de FERNANDES, D. M. 2010. Documento preliminar de definição de indicadores e de instrumentos de validação da pesquisa junto à equipe do IBRAM e comunidades, em atendimento ao Produto 2 do TOR 135 referente ao Projeto Pontos de Memória, sob a coordenação do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM

¹²⁶ Depoimento da Professora Simone, que faz um trabalho de interlocução com a população do Sítio Cercado, durante a I Teia da Memória constante do trabalho de FERNANDES, D. M. 2010. Documento preliminar de definição de indicadores e de instrumentos de validação da pesquisa junto à equipe do IBRAM e comunidades, em atendimento ao Produto 2 do TOR 135 referente ao Projeto Pontos de Memória, sob a coordenação do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM

3.1.9. Ponto de Memória Brasilândia



Imagem: 13 Poster da exposição do Ponto de Memória da Brasilândia
Fonte: Produto Lavínia Cavalcanti¹²⁷

Brasilândia está situada na cidade de São Paulo, maior metrópole do país com 10.400.000 habitantes, com 455 anos. Seus habitantes estão inseridos dentro do distrito Freguesia do Ó-Brasilândia, aonde a Freguesia do Ó tem 451 anos e a Brasilândia com 62 anos e 276 mil habitantes. Esses dados são retirados do depoimento de Fábio que explica que Brasilândia tem movimentos sociais extremamente fortes, que atendem mais de 20 mil pessoas. Para este militante o Ponto de Memória, será mais uma das tantas iniciativas

¹²⁷ CAVALCANTI, L. Produto 7: Avaliação qualitativa final das atividades realizadas no âmbito dos 12 Pontos de Memória. Brasília, dezembro de 2012.

realizadas em território e somado as ações já desenvolvidas, deve se destacar junto aos grupos que se dedicam as atividades eclesiais de base, aos conselhos comunitários que atuam na infraestrutura urbana, além das realizações dedicadas aos equipamentos culturais e educacionais.

Um aspecto importante ressaltado pelos integrantes da Brasilândia, desde muito cedo foi a compreensão de que o grupo responsável por desenvolver as ações do Ponto, não representavam a Brasilândia exatamente por que sabiam que em número de moradores, esta representação seria quase impossível de ser alcançada. Assim, nas palavras de Fábio, durante a I Teia da Memória:

“Nós estamos aqui como moradores da Brasilândia, como representatividades. Porém, a Brasilândia é extremamente representativa, tem muitas lideranças, muitas entidades altamente articuladas, temos três jornais (...) e já existem trabalhos de resgate da história da Brasilândia.

A respeito do desejo de memória, os integrantes deixam claro que a história e a memória já são consideradas, por ações anteriores, como estratégicas para as ações de Brasilândia. A vontade de comunicar os potenciais do território, destacando os aspectos culturais e artísticos com ênfase para a formação cidadã é também destacado pelos integrantes que participaram da primeira reunião dos Pontos de Memória, a I Teia. Nas palavras de Fábio:

Pontuando a questão da memória, nós temo muitos registros, mas corremos o risco de ter o registro morto. Muitas coisas estão sendo perdidas, pois estão muito espalhadas. Nós almejamos ter um espaço aonde tenham todos esses registros disponibilizados. Mas, mais do que isso, que seja um espaço de fomentação da sua história e do seu futuro. Esse é o nosso grande desafio, da Brasilândia, o que acreditamos que não é muito diferente da maioria dos outros locais.¹²⁸

As etapas de criação do Conselho Gestor e a realização da exposição, foram as únicas ações desenvolvidas por Brasilândia no âmbito do Programa Pontos de Memória, no entanto é importante destacar que tais iniciativas apresentam inúmeras possibilidades de reflexão e compreendê-las em profundidade podem contribuir com o entendimento de tantas outras ações que assim como esta não vieram a se tornar consolidadas a respeito da articulação desenvolvida para compor esta instância deliberativa, Leandro Batista, expõe aspectos importantes em entrevista para as consultoras Inês Gouveia e a Sara Schuabb. O

¹²⁸ Depoimento de Fábio durante a I Teia da Memória constante do trabalho de FERNANDES, D. M. 2010. Documento preliminar de definição de indicadores e de instrumentos de validação da pesquisa junto à equipe do IBRAM e comunidades, em atendimento ao Produto 2 do TOR 135 referente ao Projeto Pontos de Memória, sob a coordenação do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM

território possui vasta experiência de militância, por isso, este processo é rico de contruções democráticas, servindo de exemplo e inspiração para outras iniciativas de memória comunitária.

Mas, a partir da 1ª Teia da Memória, ano passado, em dezembro, começamos lá uma série de visitas com as lideranças, marcadas pelo seu trabalho, conquistas, lutas, sendo também a própria memória do bairro, do universo deste museu, e começamos a fazer este processo de sedução... Já em março deste ano, recebemos a segunda visita do IBRAM, que foi conhecer essas pessoas com as quais já tínhamos conversado. E ali já havia ocorrido algumas conversas individuais e em grupo com essas associações, com essas lideranças. Começamos a ter, a partir daí, reuniões mensais com esses grupos. Na primeira reunião tivemos mais de 50 pessoas; a equipe do IBRAM estava no CEU, Centro de Educação Unificados do Jardim Paulistano, pode presenciar o tanto que essa proposta mexeu com a comunidade a ponto de um único dia de visita mobilizar mais de 50 pessoas. Mas daquelas 50 pessoas, 20 continuaram, porque as outras já tem trabalhos sociais, movimentos... Fomos conversando com as diferentes correntes políticas, religiosos, movimentos culturais, movimento negro, a umbanda, o candomblé, correlacionado com o movimento negro. Tanto que o grupo, nós não falávamos nem em conselho gestor, mas o grupo de articuladores, assim classificamos todos, pudesse ter representatividade e, com essa representatividade poder formar o conselho gestor, que iniciou a sua formação há duas semanas.¹²⁹

A respeito de Brasilândia é importante destacar que de todos os Pontos de Memória que tiveram início em 2009, apenas este não seguiu com suas atividades. Infelizmente, vários podem ser listados como fatores que possibilitaram esta desistência, desde a incompatibilidade entre as lideranças locais, insegurança com relação ao diálogo estabelecido junto ao Poder Público, até mesmo falta de condições para lidarem com recursos, o que motivou a desarticulação em território. No entanto, em acordo com a reflexão da consultora Lavínia Cavalcanti¹³⁰, é possível perceber a força com que as lideranças locais exercem papel preponderante para o incentivo inicial. É natural perceber que as iniciativas no início são frágeis do ponto de vista de seu enraizamento local e é preciso mais tempo até que possam ser compreendidas por mais pessoas e assim a distribuição de tarefas e responsabilidades possa acontecer, no caso de Brasilândia alguns

¹²⁹ Leandro Batista. Entrevista concedida a Inês Gouveia e Sara Schuabb para o Programa Pontos de Memória. Brasília, 13 de julho de 2010. In: Documento com o Relatório das estratégias adotadas para a formação das instâncias deliberativas dos Pontos de Memória, como parte do desenvolvimento do modelo de gestão no âmbito do projeto do Ponto de Memória em atendimento à solicitação designada por Produto 4, expresso no TOR-134, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

¹³⁰ CAVALCANTI, L. Produto 7: Avaliação qualitativa final das atividades realizadas no âmbito dos 12 Pontos de Memória. Brasília, dezembro de 2012.

pontos podem ter contribuído para a desaceleração das ações antes mesmo delas estarem construídas. Dessa forma é importante destacar:

Uma primeira reflexão sobre o caso da Brasilândia nos remete, sem dúvida, ao falecimento de Élcio Aparecido de Sousa, liderança local que exercia um papel fundamental na articulação e desenvolvimento do projeto. Sua perda pode ser apontada como um dos fatores centrais da desarticulação do Ponto de Memória, o que nos leva a uma questão que tem aparecido com frequência nos debates sobre o Programa: o “personalismo” como elemento que, por um lado, é característico dos movimentos sociais que se apóiam nas figuras de suas lideranças (portanto, como um elemento construtivo e de impulso para os projetos); por outro, o “personalismo” como elemento que fragiliza os processos, criando uma dependência direta com determinadas pessoas que, por motivos diversos podem, a qualquer momento, não estar mais atuantes.¹³¹



Imagem 14: Foto de Élcio Aparecido de Souza Brasilândia (in memoriam) e Viviane Rodrigues (Ponto de Memória Jacintinho - Museu de Periferia
Foto: Viviane Rodrigues

A perda do Élcio, foi sentida por todos os integrantes dos Pontos de Memória e equipe de gestão do Programa que atuava na época, figura doce e militante, sabia bem

¹³¹ Idem.

reconhecer uma boa luta, dedicava-se com afinco ao desenvolvimento da proposta em Brasilândia e representava de forma participativa os desejos da comunidade. Este trabalho também é dedicado a ele que acreditava ser possível mudar uma sociedade injusta por meio das ações museais baseadas na construção de novos processos de cidadania e democracia.

3.1.10. Ponto de Memória Museu do Taquaril



Imagem: 15 Leila Regina da Silva integrante e articuladora do Ponto de Memória Museu do Taquaril
Foto: página pessoal da rede social

No caso do Taquaril, a proposta do ponto de memória ainda é embrionária. (...) Ainda estamos conversando com a comunidade para que ela se desperte para a importância de relatar a sua história, de resignificar a sua memória, de se apropriar do seu espaço e de suas conquistas, suas lutas. Então, como é uma proposta embrionária, a gente não traz aqui elementos de como este ponto de memória está instituído, quais são suas propostas, conquistas e desafios. Vimos falar da gente mesmo. (...) Para que vocês possam conhecer porque o Taquaril merece ser um ponto de memória e porque a nossa história, a história da nossa comunidade, ela é tão forte do ponto de vista de representar a história de um povo, de uma cidade, de um Estado – porque a nossa história dar conta de fazer isso. Como vocês sabem, Minas Gerais é o Estado da revolução, é o Estado da conquista, da resistência. Essa é a história da nossa comunidade, com certeza. Então, para que a gente possa localizar e acompanhar essa história de resistência, a gente apresenta o conjunto

Taquaril que já tem na sua marca resistências, lutas e conquistas em Belo Horizonte. (Leila Regina)¹³²

O depoimento de Leila Regina, militante e articuladora do Ponto de Memória Museu do Taquaril desde seu surgimento, demonstra a força que é atribuída a memória local e a importância que esta iniciativa viria a ter para os moradores do Taquaril, como espaço de resistências, lutas e conquistas dos moradores do território. O discurso, sintetiza a capacidade de aglutinar e de provocar que esta experiência pode suscitar nos moradores do bairro, estimulando a discussão e o debate ao apresentar a proposta. O direito à memória e a conquista de espaço para expor questões, realizar debates e garantir, por meio de reivindicações, melhores e mais dignas condições de vida. Segundo Wellington Pedro da Silva e Leila Regina da Silva o “Bairro Taquaril está localizado na Regional Leste do Município de Belo Horizonte –Minas Gerais. Mais especificamente, entre os bairros: Alto Vera Cruz, Granja de Freitas e Castanheiras que faz divisa com o Município de Sabará. Para os autores o bairro pode ser caracterizado por sua “origem marcada pela luta social por moradia numa metrópole que extrapolava o contornos projetados pela arquitetura e, historicamente colocou à margem pessoas e lugares”. (SILVA & SILVA, 2013).

O Ponto de Memória do Taquaril, ao desenvolver as etapas previstas pelo Programa Pontos de Memória investiu em processos democráticos e participativos, como os demais Pontos, e como objetivo esperavam por meio do desenvolvimento do Inventário Participativo:

contribuir para elaboração e criação de produtos difusores para que possam se constituir em instrumentos comprometidos com o ideal de uma museologia social. Assim, o Ponto de Memória Museu do Taquaril busca, na execução de suas iniciativas, fortalecer sua relação com a comunidade atuando em espaços democráticos de construção. (SILVA, 2012. p. 8)

Com surgimento em 1981, por meio das cupações que deram origem ao Conjunto Taquaril, as lutas por moradia e infraestrutura passam a fazer parte das pessoas que habitavam a região. Com características semelhantes as demais localidades dos Pontos de Memória, as lutas por garantias de direitos foi constante nestes territórios ocupados. Lideranças comunitárias relatam os momentos de tensão sofridos e as pressões por parte

¹³² Depoimento de Leila Regina da Silva, durante a I Teia da Memória, presente em FERNANDES, D. M. 2010. Documento preliminar de definição de indicadores e de instrumentos de validação da pesquisa junto à equipe do IBRAM e comunidades, em atendimento ao Produto 2 do TOR 135 referente ao Projeto Pontos de Memória, sob a coordenação do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM

da política e do poder público para que desistissem de ocupar o lugar, sem resultados pois os moradores enfrentaram os problemas e as dificuldades para manter o sonho de ter uma casa e viver com dignidade (SILVA, 2012).

Com crescimento desordenado e sem projetos de urbanização, os lotes invadiram áreas de risco e as casas foram construídas sem atenção as necessidades estratégicas necessárias para que a sobrevivência fosse facilitada em coletivo. Mesmo diante destas dificuldades o bairro cresceu consideravelmente e abandonado pelo poder público até hoje precisa lutar para ver direitos garantidos. Atrelados a necessidade por infraestrutura, o desejo de ver melhorias nas condições de vida e acesso a educação e cultura são pontos importantes identificados pelas lideranças locais. Essa perspectiva anima os interlocutores e gestores do Ponto de Memória Taquaril a seguirem acreditando na essência da memória como aglutinador de pessoas e importante incentivador das práticas colaborativas e comunitárias. Dessa forma, buscaram, por meio do Ponto de Memória, desenvolver iniciativas como: varal de memórias, história oral de vida, uma foto uma história, taquaril na praça, arte no morro, semana de arte da Escola Estadual Coração Eucarístico, Exposição AntiArte, Ciranda de memórias na 16ª Semana Paulo Freire, Festival de Música Taquaril (En) cantado, entre outras tantas atividades.

Importante destacar, que atrelados ao desejo de provocar mudanças e ampliar o alcance das discussões acerca da memória em suas comunidades, alguns integrantes dos Pontos de Memória, moradores ou militantes dos movimentos sociais, enfrentam como missão também a difusão de conhecimentos para além de suas práticas. O crescimento profissional de alguns integrantes das iniciativas aqui estudadas, devem ser consideradas como resultados de impacto tanto para as experiências, como para o campo da Museologia Social. Nesse caso, na dissertação de mestrado de Suzy da Silva Santos, recentemente defendida na Universidade de São Paulo, além de apresentar profunda análise sobre as experiências de museus comunitários no Brasil, apresenta uma contribuição importante para nossa discussão ao abordar o trabalho realizado por Wellington Silva, integrante do Ponto de Memória do Taquaril, consultor local contratado e atuante desde a criação do Ponto. O relato de Suzi, o apresenta como consultor do IBRAM e como representante do Museu do Taquaril e resume sua participação como ministrante da oficina “Memória e Cidadania na Diversidade Cultural” durante o V Encontro Internacional de Ecomuseus e Museus Comunitários em 2015:

Wellington Silva enfatizou a importância da Museologia Social enquanto transformação social de práticas e conceitos no campo da museologia (que também é permeado por disputas e poderes), permitindo o florescimento de novas identidades.

Portanto, memórias são silenciadas o tempo inteiro nas escolhas dos discursos e ações museológicas, e isso independe da tipologia de museu ao qual possamos nos referir (SANTOS, 2017. p. 117).

Esta citação demonstra a ampla capilaridade dos integrantes dos Pontos como articuladores e difusores da Museologia Social nos encontros e discussões promovidos pela Museologia. A compreensão de que tais experiências, como os Pontos de Memória encontram-se ancorados nos pressupostos da Museologia Social, garante aos movimentos sociais integrantes conforme teórico e prático para a construção de caminhos que possibilitem maior alcance das ações e possibilidades de avanços relacionados a própria sobrevivência da experiência. A articulação em rede, das iniciativas também corrobora com esta estratégia de sobrevivência.

Atualmente, Wellington Pedro da Silva¹³³, desenvolve e coordena o “Projeto de extensão: Museu, memória e cidadania na diversidade cultural – Rodas de memória” no âmbito do Instituto Federal de Brasília que tem como objetivo: “Identificar os processos de representação dos atores sociais de comunidades periféricas do território brasileiro tendo como eixo norteador a percepção da memória como uma vontade política e seu papel na (re)significação da memória social e do território como espaço de memória”(SILVA, 2018). Importante destacar, que seu trabalho pretende revisitar os Pontos de Memória das primeiras fases do Programa do IBRAM, com vistas a “traçar um perfil dos Pontos de Memória, o qual nos parece ancorado em um recorte social que legitima que todo Ponto de Memória deva comungar com os princípios da Museologia Social no processo de institucionalização de uma política pública participativa voltada para a memória” (SILVA, 2018).

Sua trajetória de retorno ao tema do Programa Pontos de Memória, com vistas a compreender as iniciativas das quais faz parte, como o Museu do Taquaril, reflectem o desejo por estudar as práticas, fortalecendo um campo que o forjou enquanto profissional e militante. Estas referências nos permitem constatar que uma das principais contribuições do Programa para a sociedade é justamente a formação de militantes para os enfrentamentos e para a multiplicação da ideia de transformação social por meio da memória e dos museus. Os Pontos de Memória pioneiros que serão trabalhados por Wellington são os seguintes:

¹³³ Informações encaminhadas por Wellington Pedro da Silva por email, com os dados sobre as pesquisas que desenvolve atualmente, inclusive um doutorado em andamento, cujo título provisório é: MEMÓRIA E PODER NAS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS DE COMUNIDADES PERIFÉRICAS: o despertar da consciência do direito à memória como vontade política de espaços constituídos com pontos de memória.

A escolha de cinco pontos de memória, cada um em uma região diferente e que fazem parte da fase inicial do Programa, justifica-se por considerarmos necessário um recorte, uma vez da impossibilidade de analisar detalhadamente um número maior de iniciativas e por considerarmos também um número representativo, uma vez que possibilitará, por meio da memória coletiva dessas comunidades, traçar um perfil das ações de memória e museologia social voltadas para a proposição de políticas públicas participativas na área da memória, no território brasileiro. Assim, selecionamos o Ponto de Memória da Estrutural, no Distrito Federal – Região Centro-Oeste; Ponto de Memória Museu do Taquaril, em Belo Horizonte – Região Sudeste; Ponto de Memória Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre – Região Sul, Ponto de Memória Museu Cultura Periférica, em Maceió – Região Nordeste e Ponto de Memória da Terra Firme, em Belém do Pará – Região Norte (SILVA, 2018)

3.1.11. Ponto de Memória Grande São Pedro



Imagem: 16 Dona Leni Gaudêncio da Silva
Foto: Bruna Chagas Rosa (Acervo PMGSP)

Dificuldade naquele tempo era pouco, no dia da invasão havia muita gente e eu que não era acostumada com invasão, fiquei bastante assustada, porque estava todo mundo correndo com tabuas na cabeça, com telhas, e eu sozinha. Virava-me de um lado e de outro e só via gente vindo de todo o canto e polícia toda hora passando, dizendo que se não fizessem os barracos eles tomariam o terreno. Mas me perguntava: como iria conseguir levantar um barraco, sozinha, em menos de um dia? Mas me virei com minha mãe, irmã, amigo e arrumei umas tábuas e um amigo fincou os quatro cantos do barraco. As tábuas foram as paredes, mas como iria conseguir as telhas para cobrir o barraco sem dinheiro? Minha sorte naquele dia foi ter passado um "prestanista" (vendedor a domicílio, que recebe em prestações) e eu comprei um lençol grande e joguei em cima do barraco. Tive que improvisar, mas sem condições. O que tivesse pra demarcar o lote estava bom, até mesmo linhas de nylon. Depois tudo foi ficando melhor, conseguimos comprar umas telhas e depois levantamos a casa de alvenaria, que estamos aqui até hoje. Tudo que consegui foi com muita

dificuldade e luta, mas fico feliz porque consegui construir aqui minha vida e de minha família. Olhando para esse São Pedro de hoje não tem nem comparação com o que foi. É agradecer a Deus pelas lutas e sacrifício de todos e que hoje digo que valeram a pena. Viver em São Pedro hoje é muito bom”.¹³⁴

Leni Gaudêncio da Silva é uma senhora dona de casa que tem 77 anos de idade que mora em São Pedro há 33 anos. Seu relato demonstra, os desafios enfrentados pelos moradores que acompanharam o processo de ocupação do Bairro Grande São Pedro, localizado em Vitória, no Espírito Santo. Para João Bispo historiador, professor e militante, “A ocupação do São Pedro se iniciou com a chegada da siderúrgica CST. Muitos imigrantes vieram, (...) mas nem todos conseguiram emprego. O resultado disso é que restou para eles ocupar o mangue”.

A trajetória de Grande São Pedro, é marcada por lutas por moradia contra a produção e a promoção da miséria em que viviam muitas das pessoas que chegaram para ocupar o território. Invisibilizados por uma sociedade segregadora, o lixão presente nas redondezas do bairro, também foi motivo para a produção dos estereótipos de bairro pobre e o processo de favelização cresceu indiscriminadamente. Nas palavras de João Bispo um dos principais articuladores do Ponto de Memória Grande São Pedro:

Nossa região é um laboratório de testes para projetos (...). É uma região com cinquenta mil moradores, vinte mil eleitores e temos todos os tipos de projetos (...). A gente está brigando é para que as pessoas de São Pedro – que não entraram para a criminalidade, e não é um número pequeno – que estas pessoas tenham condições de disputar em igualdade, que estes projetos não cheguem com pessoas trazidas de fora, mas que o morador de São Pedro, que tem curso universitário, possa trabalhar no projeto. A gente não tem só grupo de risco (...), queremos que se valorize a mão de obra qualificada do bairro.¹³⁵

Estas palavras demonstram o tom em que as ações do Ponto de Memória seriam desenvolvidas. Com ênfase na geração de oportunidades que pudessem contribuir para que os jovens se relacionassem com o território de forma diferente e ao mesmo tempo possibilitar que este mesmo território pudesse ser visto de formas diferenciadas, modificando a imagem de bairro pobre e favelado para um bairro que produz arte, conhece

¹³⁴ Depoimento de Leni Gaudêncio da Silva, entrevistada por: Bruna Chagas Rosa (Maio/2012) Transcrito por: Bruna Chagas Rosa. In: GERVÁSIO, Gustavo. Produto 2 – Relatório descritivo e analítico, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória de São Pedro, Vitória, ES, apresentando resultados parciais, relativos à atuação do consultor em conjunto com a instância deliberativa, visando o desenvolvimento de 50% do inventário participativo, em conformidade com o Plano de Ação.

¹³⁵ Depoimento de João Bispo. In: FERNANDES, D. M. 2010. Documento preliminar de definição de indicadores e de instrumentos de validação da pesquisa junto à equipe do IBRAM e comunidades, em atendimento ao Produto 2 do TOR 135 referente ao Projeto Pontos de Memória, sob a coordenação do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.

sua história e memória, valoriza sua identidade e, por isso mesmo, merece respeito, a garantia de direitos e dignidade de seus moradores.

Assim, o Ponto de Memória investiu, além das exposições e do Inventário Participativo propostos pelo Plano de Ação do Ibram, em ações nas escolas como o projeto: “Memória na Escola” desenvolvida em parceria com a Escola EEEFM Elza Lemos Andreatta, com a finalidade, segundo o consultor Gustavo Gervásio de:

manter viva a história de luta e resistência do povo local, envolvendo os alunos nas pesquisas, entrevistas e a produção de material audiovisual sobre o local onde residem e estudam. Essa escola foi escolhida por ser a única de ensino médio da localidade. Todo o trabalho foi coordenado pelo Prof. João Bispo, docente da Instituição e gestor do PMGSP. A partir desse intercâmbio com a instituição escolar surgiu o Projeto *Valorizando a Grande São Pedro* (GERVÁSIO, 2012. p. 05).

O Ponto de Memória da Grande São Pedro, atualmente desempenha papel importante no cenário de Políticas Públicas para memória no país. Com inspiração no Programa Pontos de Memória realizado pelo Governo Federal, por meio do IBRAM, o Governo Estadual do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Cultura inicia em 2015 o seu próprio programa de investimento e estímulo de Pontos de Memória.

O nascimento de um Ponto de Memória parte do encontro de anseios e histórias, dos saberes e da necessidade de preservação. É o ponto de convergência entre fortalecimento de identidades e empoderamento social. É a identificação do que nos rodeia e do que nos define como nossas referências culturais, é o reconhecimento do que é nosso patrimônio. Sua capacidade de mobilização comunitária transforma o sonho de alguns no sonho de todos, encanta quem é de fora e valoriza quem é de dentro. (COSTA, P. N. 2018)¹³⁶.

Atualmente, segundo relatório da Secretaria de Cultura¹³⁷, a Rede Estadual de Pontos de Memória é formada por 18 Pontos, incluindo a iniciativa pioneira de Grande São Pedro, incentivada desde 2009 pelo IBRAM. As 17 demais iniciativas são incentivadas por meio de recursos do Fundo Estadual de Cultura

¹³⁶ Costa, Paula Nunes. Relatório da Secretaria de Estado de Cultura, referente aos Pontos de Memória e a Il Teia da Memória do Espírito Santo. 2018.

¹³⁷ Relatório da Secretaria de Estado de Cultura, referente aos Pontos de Memória e a Il Teia da Memória do Espírito Santo. Elaborado pela Museóloga Paula Nunes Costa integrante da equipe da SECULT do ES é cedido via e-mail para as análises propostas por esta pesquisa. Aproveito para agradecer prontidão e generosidade no envio das informações.

3.1.12. Ponto de Memória Grande Bom Jardim



Imagem 17: Maria Iolanda Silva Lima, Conselheira do Ponto de Memória Grande Bom Jardim.
Foto: Ponto de Memória Grande Bom Jardim.

Eu comecei a ir pra igreja. Fui me confessar, o padre Fernando me deu uma penitência que até hoje é que me faz eu estar nessa luta. Essa penitência foi dada pelo padre Fernando. Ele me deu uma penitência de participar das reuniões da comunidade. Quando eu me engajei na reunião da comunidade, e aí entrei na luta, tomei gosto, e até hoje eu estou nessa luta. Quando eu me encontrava com ele, eu dizia: pense numa penitência! Porque a penitência é pra ser de pai nosso, essas coisas pro povo rezar e parar, né! A minha não parou nunca mais, até hoje, isso foi em 1989, e não consigo sair dessa penitência (risos). Pois é, foi o que me trouxe a essa vida foi uma penitência do padre Fernando, que era padre lá da Granja Lisboa, comboniano, que é uma pessoa maravilhosa e que eu adoro.” (Iolanda Lima, moradora e liderança comunitária do bairro Canindezinho.¹³⁸

O relato de D. Iolanda, nos apresenta um pouco da dinâmica que alguns moradores encontram ao tomar gosto pela luta. Em um bairro situado na Cidade de Fortaleza no Ceará.

¹³⁸ “MARIA IOLANDA SILVA LIMA, mais conhecida como *Dona Iolanda*, nasceu na chapada do Apodi, Região do vale do Jaguaribe, Ceará, na localidade de Santa Maria, município de Limoeiro do Norte, Ceará. Deu trabalho para vir ao mundo, nos trabalhos de parto. Foram 03 dias de sofrimento de sua mãe. Foi muito bem recebida pela família. Seus pais, à época, moravam com os seus avós paternos. E por esta razão passou a ter mais afinidade com estes. Foi uma criança calma, mas nos momentos de traquinagem era sempre protegida pela avó paterna. Ainda hoje ela é sua referência in memoriam. Já a avó materna incentivava ao castigo e ao tolhimento paterno. Lembra que brincava muito. Uma lembrança marcante é um pé de Flamboian no quintal. Passava o dia nesta árvore e só levava para lá as pessoas que gostava. E mesmo que essas não estivessem de corpo presente, estavam em intenção. Ela os imaginava. Brincava e interagia com as crianças amigas, mesmo em intenção, até cansar e depois dormia lá mesmo. Cansou de ser acordada pelos gritos da mãe com medo de que caísse da árvore, que era muito alta. Na época, na Granja Lisboa, um seminarista de nome Sales, hoje já ordenado padre, passou a frequentar a casa de sua família. E por influência deste seminarista missionário dona Iolanda engajou no movimento da igreja. Aí ela conta a raiz de seu envolvimento no movimento social”, Depoimento cedido por Adriano Almeida.

O Ponto de Memória Grande Bom Jardim, possui como principal articulador em território a ONG Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS). Com trabalho dedicado a integração entre bairro e cidade promove discussões acerca do direito à cidade e o direito à moradia. Importante para o grupo que aceita fazer parte da iniciativa do Programa, trabalhar integrado a Ong e compreendendo que a emergência do direito à memória também é compreender o direito à cidade, constituída pela produção sociopolítica do lugar. Grande Bom Jardim, segue o mesmo percurso de ocupação que a grande maioria dos Pontos de Memória, sem planejamento urbano seguiu as exigências do mercado imobiliário e seu crescimento desordenado como consequência da expansão urbano-industrial, tomou o espaço da paisagem rural com produção agrícola dos anos 1970 (ALMEIDA, 2018).

Em relato sobre os processos de realização do Inventário Participativo o consultor Adriano do Ponto de Memória e articulador local, nos indica que:

O próprio processo de elaboração do conceito de memória pelo agente social em questão constitui-se uma estratégia discursiva, na medida em que ele é a sistematização dos variados conceitos definidos por cada um dos moradores envolvidos. A estratégia foi produzir um texto que fosse uma marca institucional do grupo, que expressasse o entendimento de cada um dos moradores envolvidos sobre o referente „memória“, que revelasse o entendimento a que chegou cada um dos moradores participantes no processo. Então, um texto que não fosse uma simples citação de um teórico da academia, mas fosse uma espécie de retrato do coletivo e imprimisse suas posições ideológicas e políticas, onde cada morador fosse o seu autor (ALMEIDA, A. P. 2018, p. 11).

Tal iniciativa, incentivada pelo IBRAM em acordo com a metodologia do Programa, nos permite constatar que a tomada de decisão por seguir um caminho de participação, não só no processo de recolhimento das informações e entrevistas, mais também na forma de construir os conceitos a partir das visões locais e das contribuições dos moradores, torna a iniciativa ainda mais rica e cheia de significados e reflexões.

A possibilidade de recordar histórias que narram a trajetória de um povo e marcam a sua identidade de modo que revela quem somos a partir do que relembramos e do que esquecemos, além de ser instrumento de luta para transformar a realidade” ALMEIDA, A. P. 2018, p. 11.

Assim, o conceito de memória construído pelo grupo demonstra a capacidade que os Pontos de Memória e as demais experiências e processos museais tem de ressignificar, a partir de seus entendimentos, os conceitos veiculados seja pela academia ou mesmo por órgãos do poder público. Isso é pensamento decolonial, o processo de decolonizar o pensamento museal e museológico passa por aí.

Capítulo 4. Pontos de Análise

Cuando digo *modo otro* me refiero a maneras distintas de ser, pensar, sentir, conocer, percibir, hacer y vivir en relación, que desafían la hegemonía y universalidad del capitalismo, la modernidad eurocéntrica y la lógica civilizatoria occidental, incluyendo su antropocentrismo y cimientos binarios. Como he llegado a reconocerlo y comprenderlo, el *modo otro* es aquello que existe en las fronteras, bordes, fisuras y grietas del orden moderno colonial. Es aquello que continúa siendo (re) modelado, (re)constituido, (re)moldeado, tanto en contra como a pesar de la colonialidad.

(Catherine Walsh)
Pedagogía decolonial, caminando y preguntando.
Notas a Paulo Freire.

4.1. As Dimensões Política, Poética e Pedagógica do Programa Pontos de Memória.

4.1.1. Dimensão Política

Estávamos convencidos com Mannheim, de que “à medida que os processos de democratização se fazem gerais, se faz também cada vez mais difícil deixar que as massas permaneçam em seu estado de ignorância”. Referindo-se a este estado de ignorância, não se cingiria Mannheim, apenas ao analfabetismo, mas à inexperiência de participação e ingerência delas, a serem substituídas pela participação crítica, uma forma de sabedoria. Participação em termos críticos, somente como poderia ser possível a sua transformação em povo, capaz de optar e decidir (FREIRE, 1991. p. 102).

Com vistas a discutir os aspectos relacionados à dimensão política a partir da constituição dos Conselhos Gestores ou Instâncias Deliberativas do Programa Pontos de Memória, consideramos importante destacar as ideias de Paulo Freire e sua reflexão acerca da dimensão política da educação como contribuição a discussão que pretendemos realizar. Paulo Freire apresenta uma mudança de postura quando amplia sua capacidade de análise para além da relação estabelecida entre educador e educando indicando vínculos mais sólidos com uma análise que percebe os processos de educação mais geral em sociedade, fato que pode ser explicado pela proximidade do autor com as ideias de Antônio Gramsci, que o provoca a pensar esta relação como parte de um processo contra-hegemônico, assim passa a se relacionar com o tema educação e política de forma mais ampla, talvez inspirado pelas reflexões deste autor. (FREIRE, 2005).

O sonho pela humanização, cuja concretização é sempre processo, e sempre devir, passa pela ruptura das amarras reais, concretas, de ordem econômica, política, social, ideológica etc., que nos estão condenando à desumanização. O sonho é assim uma exigência ou uma condição que se vem fazendo permanente na história que nos faz e re-faz (FREIRE, 2005, p. 99)

Tal entendimento nos auxilia pensar nos desafios postos para o campo da Museologia social ao optar por desenvolver processos que se pautem por humanização investindo nos processos museais por meio da memória nas comunidades, consideradas

violentas e que são submetidas a um processo de favelização espalhadas pelo país. Dessa forma, com o intuito de garantir amplitude e reconhecimento das práticas desenvolvidas pelas comunidades a criação de instâncias deliberativas com a participação de representantes, contribuiu para a ampliação das condições democráticas e condizentes com o desejo de garantir emancipação por meio da ampliação das condições transformadoras das práticas museais, aqui inspiradas pelas concepções educacionais de Paulo Freire.

O autor salienta a importância de observarmos “o papel do educador progressista que não pode e nem deve se omitir, ao propor sua “leitura de mundo” é salientar que há outras “leituras de mundo”, diferentes da sua e às vezes antagônicas a ela (...)” (FREIRE, 2005, p. 112). Com a intenção de promover uma aproximação entre os ideais de Paulo Freire no que se refere ao campo da educação, para o campo dos museus e, em especial, como estratégia de compreensão dos processos e estratégias metodológicas dos Pontos de Memória, quanto ao campo educacional e da escola, destacamos o que Freire diz:

não há outra posição para o educador ou educadora progressista em face da questão dos conteúdos senão empenhar-se na luta incessante em favor da democratização da sociedade, que implica a democratização da escola (...) mas sublinhe-se, não temos que esperar que a sociedade se democratize se transforme, para começarmos a democratização da escola e do ensino dos conteúdos. (2005, p. 113)

Inspirados por suas concepções, no que diz respeito à escola e a educação, é possível considerar que a estratégia dos conselhos gestores ou instâncias consultivas e deliberativas para garantir autonomia e referendar as práticas colaborativas no âmbito dos Pontos de Memória, contribuiu para o fortalecimento dos processos democráticos, a partir da dimensão política da Museologia Social. O percurso do autor aponta aspectos relevantes para a consolidação da dimensão política da educação, com destaque para uma leitura de mundo que valoriza a visão a partir das condições sociais impostas aos sujeitos em situação de subalternização. Assim, optamos por percorrer um arcabouço teórico e prático que nos permita observar o potencial político da Museologia apontando as relações entre as diferentes práticas sociais como parte de um processo que pretende contribuir com a discussão acerca da construção de alternativas para a sociedade, onde a memória e os museus possam fazer parte de novas formas de sociabilidade humana.

A constituição do conselho gestor participativo para o desenvolvimento do Programa, é etapa fundamental para o andamento e desenvolvimento das ações dos Pontos. Tal Conselho representa para a gestão do programa o respaldo junto à comunidade a fim de que as práticas planejadas encontrem nesta instância a legitimidade necessária para

garantir que o processo seja trabalhado a partir de uma visão mais democrática e representativa dos interesses da comunidade por meio de seus conselhos e representantes.

A partir das trajetórias, com destaque para as especificidades, necessidades, conflitos e desafios que configuram cada uma das práticas, é possível estabelecer alguns parâmetros para a compreensão dos processos de constituição dos Conselhos Gestores ou instâncias deliberativas.

Com vistas a sistematizar e registrar a memória do processo de formação das instâncias deliberativas, algumas entrevistas foram realizadas durante a realização do 4º Fórum Nacional de Museus, em Brasília, com os representantes dos Pontos de Memória concedida as consultoras Inês Gouveia e Sara Schuabb¹³⁹. Importante destacar que a estratégia de formação dos conselhos gestores, surge a partir da experiência do Ponto de Memória de Taquaril e foi estabelecido como estratégia metodológica para todos os Pontos durante a realização da Teia Brasil 2010 em Fortaleza¹⁴⁰:

...utilizando o exemplo de Taquaril, foi sugerido aos agentes dos Pontos de Memória que constituíssem uma instância deliberativa em cada Ponto, sendo essa responsável pela representação do projeto na localidade, assim como pela execução e/ou coordenação das próximas ações propostas pelo IBRAM... (GOUVEIA, 2010).

No entanto, logo após a realização do Seminário e da indicação do Conselho Gestor do Taquaril, acontece uma cisão e o grupo é dividido em dois, segundo relato de W2, presente no trabalho de Avelar (2015):

Eu fui o que puxou este tumulto todo (...) porque um grupo já estava abraçando o projeto, a ONG Cem por Cento, por ter ligações com um vereador de presença grande na comunidade. (...) Saí com a proposta de chegar [em Fortaleza, na Teia da Memória] e passar isso a limpo. Sentei com as pessoas que coordenavam o projeto [Pontos de Memória] e eles disseram que não havia ofício nenhum, assinado por entidade nenhuma que vai assumir o projeto. (...) Voltei com as informações e coloquei tudo isso no grupo, eles não sabiam, aí rachou, rachou mesmo. (RIBAS, 2014 apud AVELAR, 2015)

Percebemos que as definições acerca das etapas do Programa, foram sendo tomadas à medida que as práticas se estabeleciam. As dúvidas e lacunas referentes ao desenvolvimento das iniciativas eram frequentes e se tornavam replicáveis aos demais Pontos na medida em que funcionavam para uma determinada experiência. Esta estratégia

¹³⁹ Inês Gouveia e Sara Schuabb consultoras responsáveis por recolher os depoimentos em entrevista concedida para o Programa Pontos de Memória. Brasília, 13 de julho de 2010.

¹⁴⁰ TOLEDO, Wélcio: Documento final com a consolidação dos resultados e validação dos instrumentos e propostas de metodologia para implantação dos Pontos de Memória, em atendimento ao Produto 07.

de manter o diálogo a partir das práticas bem sucedidas configura claramente a ideia de um projeto piloto, ainda sem definições claras, mas bastante atento às premissas do Prodoc, instrumento que auxiliaria na construção de uma metodologia para o programa. Percebemos que a intenção de propor espaço de participação e integração política para o fortalecimento da comunidade como uma instância que toma parte e promove as ações a partir de seus próprios desejos e necessidades, foi também atravessada pela necessidade, tão legítima quanto, de evitar que a rotatividade de responsáveis pelos Pontos pudesse comprometer o andamento dos trabalhos. Durante os meses de desenvolvimento das iniciativas, o envolvimento dos líderes comunitários e representantes, oscilava na medida em que os papéis não ficavam estreitamente estabelecidos e as responsabilidades muito definidas. A vulnerabilidade dos moradores com relação ao tempo para dedicação às iniciativas sempre pode ser definida como um entrave ao pleno exercício das práticas. Todos trabalhadores, dispunham de muito pouco tempo para dedicarem-se as atividades. Assim, a instância deliberativa poderia reunir-se esporadicamente, mediante organização e deliberações de cada localidade e eleger representantes para os contatos mais diretos com a equipe de gestão do programa, contribuindo, inclusive, para a escolha do Consultor Local:

A estratégia utilizada pelo IBRAM teve, naquele momento, dois objetivos bastante claros: estimular a formalização do grupo que já vinha atuando à frente de cada um dos Pontos de Memória, evitando um revezamento excessivo dos atores; procurar, mais uma vez, assegurar a legitimidade do grupo. A questão da legitimidade, vital na metodologia do Ponto de Memória, seria reforçada por meio da formação da instância deliberativa, criada durante a realização de um seminário em que o grupo seria eleito, ou escolhido, tendo, preferencialmente, a presença do IBRAM para acompanhamento das atividades. (GOUVEIA, 2010)¹⁴¹.

Cada iniciativa percorreu um caminho diferente para a formalização de seu grupo gestor o que nos permite perceber que as dinâmicas de luta e compromisso com o coletivo já são estabelecidas por meio das assembleias, votações, discussões a partir de conflitos de interesse, tudo estratégia para a sobrevivência com base em negociações democráticas e participativas. Isso justifica o fato de que alguns pontos por estarem à frente numa construção participativa local consideraram a instalação das instâncias antes mesmo da sugestão metodológica do Ibram. A esse respeito destacamos a fala do representante do Ponto de Memória Sitio Cercado que reconhece a dificuldades acerca de manter as demandas e as prioridades da iniciativa apesar de todas as funções e atribuições de cada

¹⁴¹Produto 4. Relatório das estratégias adotadas para a formação das instâncias deliberativas dos Pontos de Memória, como parte do desenvolvimento do modelo de gestão (Setembro de 2010). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

integrante, diante dos demais compromissos da vida profissional e pessoal. O trabalho junto ao Ponto é voluntário e articulado com as intenções de luta e militância social:

Nós começamos no início de 2009 e nós viemos trabalhando essa ideia, tivemos assim algumas atividades que era "Conhecendo o seu bairro", aonde a gente teve trabalhos nas escolas. As crianças faziam desenhos, relatos de como elas viam a localidade em que elas moravam, onde ela mora.(...) A partir desse relato e dessas coisas que aconteceram, nós achamos interessante ter essa formalização, ter um conselho; pessoas que tivessem responsabilidade com o MUPE, porque inicialmente nós pensamos que seria uma questão... De deixar uma questão mais informal. Mas a gente sentiu que aí a gente não encaminhava algumas coisas, porque a gente não responsabilizava algumas pessoas por algumas tarefas. (Idem, 2010)¹⁴²

A instância deliberativa contribui para garantir a ampla participação de grupos, movimentos sociais, movimentos políticos, moradores divididos territorialmente por áreas, zonas e loteamentos que integram a localidade. A estratégia de constituição desta instância nas palavras de Hiltom da Silva, chamado de *Guerreiro*, atual membro da instância deliberativa representante do Museu Mangue do Coque, ilustra bem as dificuldades encontradas por sua comunidade, em constante divergência política e mesmo sem capacidade, no momento, de atuar em forma de coletivo:

A preocupação da gente, de imediato, era como é que a gente ia formar aquele conselho gestor, aonde existia diversas militâncias, diferentes ideias e como é que a gente ia formar um conselho gestor se, na realidade a comunidade do Coque ela é desorganizada, em termos de projeto? ...existiram algumas divergências por cargo, "Ah, eu quero ser isso, eu vou tomar conta disso..." Então aquele conselho que ia formar, ele foi desintegrado porque algumas pessoas quiseram criar, dentro do conselho gestor, outro grupo, um grupo que falasse sobre o movimento da comunidade. E sempre a gente tocava no assunto: "Gente, o conselho gestor do museu é pra falar do assunto do museu, porque se não, como é que a gente vai fechar nossas reuniões?" Então, isso causou divergências. (...) Algumas pessoas saíram do conselho... (ibidem, 2010)¹⁴³

Em seu relatório (GOUVEIA, 2010), destaca aspectos importantes de cada uma das localidades que ainda se organizam para tornarem-se Pontos de Memória. Ao destacar os fluxos adotados pelos lugares cria similitudes entre as localidades e os arruma para dar

¹⁴²Entrevista de José Afonso, mais conhecido como *Zuca* representante Ponto de Memória Sítio Cercado para as consultoras Inês Gouveia e Sara Schuabb responsáveis por recolher os depoimentos em entrevista concedida para o Programa Pontos de Memória. Brasília, 13 de julho de 2010.

¹⁴³Entrevista de Hiltom da Silva, chamado de *Guerreiro*, atual membro da instância deliberativa representante do Museu Mangue do Coque para as consultoras Inês Gouveia e Sara Schuabb responsáveis por recolher os depoimentos em entrevista concedida para o Programa Pontos de Memória. Brasília, 13 de julho de 2010.

conta de uma narrativa que valoriza a constituição das instâncias, por meio do destaque para a descontinuidade e os desentendimentos entre os grupos locais. Importante dar destaque para os processos conflituosos onde a comunidade expressa suas incertezas, dificuldades e falta de conhecimentos sobre a proposta que poderia ser desenvolvida. É possível identificar que as localidades ainda não sabem bem como realizar tais atividades, depositando na equipe do Ibram responsabilidade sobre a continuidade das ações. Mas, o que chama atenção é o desejo de fazer parte.

A instância local que faria a gestão do processo tinha que estar conectada com a realidade do lugar, o que criava as condições que poderiam garantir o desenvolvimento da iniciativa. Sobre a dinâmica entre a proposta e a atuação do conselho gestor, Leila Regina da Silva afirmou o seguinte:

O IBRAM fez o contato com uma das lideranças da comunidade pedindo para que essa liderança convocasse os outros grupos na comunidade. É importante ressaltar que, pela própria história da comunidade já existem muitos grupos organizados na comunidade, né? Tem o pessoal que está muito voltado para a questão da moradia, da qualidade da moradia... tem o pessoal do movimento cultural... o pessoal ligado à saúde, aos grupos de religião (...) Muitos grupos. Nessa primeira reunião a gente foi, recebeu esse convite mais geral, para saber o que era a proposta, né, de conversar com o IBRAM. Foi o Wélcio que fazia parte, até então, da equipe do IBRAM, expor pra gente qual que era a proposta (...) A gente conversava naquela reunião, assim, que é bacana, mas a gente queria se apropriar dessa proposta primeiro assim, saber conhecer, e aí a comunidade definir se queria ou não ser um Ponto de Memória. Porque a gente entendia que é um projeto que estava sendo apresentado para a comunidade, a comunidade tinha essa autonomia de assumir ou não esse projeto. (ibidem, 2010)

As etapas metodológicas propostas pela equipe do Ibram, no que diz respeito ao Plano de Ação, nem sempre eram seguidas pelas instâncias colegiadas das iniciativas, muitas vezes as dinâmicas próprias de cada localidade davam o tom das decisões. A partir de práticas já estabelecidas e sedimentadas, por meio de ações, atividades, projetos realizados nas comunidades a partir de instituições e grupos atuantes, identificamos que as sugestões de articulação propostas pelo Ibram, por meio de um conselho gestor, poderiam desagregar ao invés de agregar em alguns casos. É o que podemos verificar a partir do exemplo de Jacintinho que é bem característico desta situação. O conflito entre deixar a organização local para criar outra forma de organização poderia causar mais transtornos que benefícios. Assim, era preciso respeitar as dinâmicas locais, aprender com elas e fortalece-las para que pudessem ampliar a capacidade de atuação dos projetos antes desenvolvidos. Em seu produto GOUVEIA, (2010) apresenta uma reflexão que nos permite trilhar este caminho, especialmente por meio do depoimento de José Ricardo:

Não se pode falar, nesse momento, de um conselho, porque agora que a gente está discutindo um conselho realmente, depois desse contato com o Ponto de Memória e

tudo mais. (...) Agora, com esse contato, do IBRAM, dos Pontos de Memória, então isso está sendo formalizado. Já houve um encontro com representações, tanto locais, do Jacintinho, mas de outros bairros mesmo, de uma coisa bem ampla mesmo. No momento a gentes está com, com 7 instituições junto com o Quilombo e já discutindo estatuto. É uma coisa que está sendo encaminhada, né? Sendo formalizada, discutida. Porque realmente o Quilombo foi tomando esse caráter mais amplo, a gente fala: Cultura de Periferia... Já tinha essa representatividade e vai se oficializando (ibidem 2010)¹⁴⁴.

A localidade de Terra Firme possui processo de implantação de seu conselho gestor, com forte influência das instituições que as apoiam e incentivam na constituição do Ponto de Memória. O Museu Paraense Emílio Goeldi e a Universidade, são exemplos de instituições que desde os primeiros momentos, atuam em benefício da institucionalização do Ponto. Ana Cláudia Silva é funcionária do Museu Goeldi e a respeito das reuniões de sensibilização diz o seguinte:

A gente começou com várias reuniões, trazendo a comunidade, às vezes tinha muitas pessoas, às vezes... a gente sempre fazendo aquela campanha: "Traga mais um, traga mais um, divulgue e tal." E nesse processo, a gente, mais ou menos um mês, um mês e meio por aí, a gente discutindo o que era o Ponto, discutindo quais os objetivos, né, tiveram algumas pessoas que tiveram uma frequência bem grande, ou seja, participando de todas as reuniões. A culminância foi justamente na Semana dos Museus, quando a gente realizou um Seminário e esse Seminário foi uma apresentação falando sobre memória e sobre o que era o Ponto... Tinham pessoas da Universidade Federal, pessoas do bairro como um todo e as pessoas que estavam ali, inclusive, participando dessas reuniões (ibidem, 2010)¹⁴⁵

O relato de Ana Cláudia, nos chama atenção para um aspecto importante acerca das relações estabelecidas entre as instituições parceiras, nesse caso um dos principais museus do Estado do Pará, em diálogo com a localidade de Terra Firme para a realização da proposta. O trecho acima nos permite perceber o envolvimento do museu com a iniciativa de memória, em atitude que possibilita a compreensão dos limites que se estabelecem a partir da autonomia do museu frente à comunidade, especialmente a partir das escolhas adotadas e pelas estratégias que poderiam ter sido adotadas pelos moradores e integrantes dos movimentos locais. O trabalho do Museu Goeldi se confunde desde o início com a trajetória do Ponto de Memória de Terra Firme. O trecho da entrevista abaixo nos ajuda a

¹⁴⁴Entrevista concedida a Inês Gouveia, Patrícia Albernaz e Sara Schuabb para o Programa Pontos de Memória. Brasília, 13 de julho de 2010, apud relatório 04. . Relatório das estratégias adotadas para a formação das instâncias deliberativas dos Pontos de Memória, como parte do desenvolvimento do modelo de gestão (Setembro de 2010). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

¹⁴⁵Ana Cláudia Silva. Entrevista concedida a Inês Gouveia e Sara Schuabb, para o Programa Pontos de Memória. Brasília, 15 de julho de 2010, apud relatório 04.

compreender melhor qual o papel do Museu quando este é colocado dentro do conselho gestor. Um conselho que reconhece o poder do Museu, o poder institucional e sua participação. Algumas reflexões, acerca desta relação Museu e Ponto de Memória podem ser desenvolvidas a partir daí:

Aí nós fizemos uma votação e nessa votação, por unanimidade as pessoas que estavam decidiram que aquelas pessoas que já vinham desde o início acompanhando, principalmente a Chiquinha, a Chicon, a Neci, que elas deveriam permanecer e aí foi aberto para mais pessoas participarem e também eles decidiram que o Museu Goeldi deveria fazer parte, tendo em vista que estava acompanhando aquele processo né, e tinha condições de auxiliar nesse processo de construção do museu comunitário, de pensar as ações museológicas e tudo mais. E foi acatado isso, né, aí se decidiu que o conselho a princípio seria composto por 16 membros. A parte dessas pessoas, que foi acatado por unanimidade, foi aberto a inscrição para outras pessoas quem quisessem participar. Os que estavam presentes se inscreveram, completou os 16 e foi eleito quem seria o presidente e o vice-presidente, a Chiquinha e a Neci (...) São 16 membros que participam, mas assim, não ficou fechada à participação de outras pessoas. (ibidem, 2010)¹⁴⁶

Outro exemplo é o caso do Museu Comunitário Lomba do Pinheiro, em situação semelhante, porém com características distintas, apoiou a criação do Ponto de Memória, optando por fazer a gestação do mesmo dentro de sua estrutura. Compreendemos que existam conflitos vindos desta relação que certamente contribuem para seguirmos refletindo sobre estas conexões que possibilitam, em larga medida, avanços consideráveis, especialmente os relacionados aos aspectos técnicos e museológicos, mas também representam dificuldades em impor limites, talvez por que os envolvidos não saibam bem quais limites impor. A questão da sustentabilidade e da tutela deve ser observada atentamente a fim de que possamos compreender melhor os avanços e situações de desconforto e retrocessos vividos por estas instituições. Para citar alguns exemplos, realizados ainda nos anos iniciais de cada Ponto, observamos que o Museu de Favela também desenvolveu ao longo de sua constituição parcerias com outros museus, dentre eles o Museu da República no compartilhamento da exposição itinerante Mulheres Guerreiras¹⁴⁷, por exemplo. Já o Ponto de Memória do Jacintinho, para a realização da exposição “Memórias que o vento não levou...” contou com apoio voluntário do museólogo

¹⁴⁶Ana Cláudia Silva. Entrevista concedida a Inês Gouveia e Sara Schuabb, para o Programa Pontos de Memória. Brasília, 15 de julho de 2010, apud relatório 04.

¹⁴⁷A exposição itinerante Mulheres Guerreiras é uma extensão do prêmio Mulheres Guerreiras, lançado por ocasião da V primavera de Museus, do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) em 2011, tendo como tema Mulheres, Museus e Memórias. A exposição circulou por algumas instituições museais do Rio de Janeiro entre elas o Museu Palácio Rio Negro/IBRAM, em Petrópolis (RJ); o Museu da República (RJ) e o Museu do Ingá em Niterói (RJ).

do Museu Théo Brandão, Júlio César Chaves, que participou das reuniões contribuindo para as definições técnicas e conceituais para a exposição¹⁴⁸.

Outro aspecto considerável a partir da constituição das instâncias deliberativas, que dizem respeito às parcerias realizadas para a viabilização dos Pontos, é a atuação das Universidades. De forma mais direta envolvem a prática extensionista como ponto de encontro entre os saberes e fazeres do campo da Museologia, nos casos de cursos de Museologia, mas também cursos de história, especialização em patrimônio, arte e demais áreas afins.

Neste item destacam-se as parcerias com diversas instituições, que na maioria dos casos colaboram disponibilizando o uso do espaço físico de suas instalações. No caso da Lomba do Pinheiro e da Estrutural, as parcerias com as Universidades proporcionam apoio técnico no desenvolvimento de suas atividades. (CAVALCANTI, 2011)¹⁴⁹

Tais articulações são extremamente importantes de serem observadas, diz respeito diretamente a dimensão política dos Pontos de Memória, pois representa correlação de forças, domínio de conhecimentos, metodologias próprias para serem adotados, todos os aspectos que impactam necessariamente a autonomia dos grupos, movimentos acerca dos processos que desejam desenvolver.

O Museu Goeldi está na Terra Firma há 25 anos, é parceiro há 25 anos dentro do projeto que a Helena coordena e a Ana Claudia faz parte. Por isso que nós escolhemos que a Ana Claudia e a Helena fizessem parte do conselho. A Professora Edvânia, professora de História da UFPA, que tem trabalhos dentro da Terra Firme. Nós temos a UFRA, que é a Universidade Rural da Amazônia, e o Pró-Reitor de extensão, que é o professor Nelson Santos, disse que também quer que tenha um representante da UFRA dentro do Ponto, porque a UFRA também tem cento e poucos anos dentro do bairro, né? (...) Eu acho que a gente está conseguindo reunir também todos os órgãos junto ao Ponto de Memória e o campo do Museu (Goeldi) é a nossa base de referência. (...) Eu já tive uma conversa com a Secretária de Cultura, que lá pra gente é Secult, e a Secult quer entrar no Ponto de Memória porque ela tem um setor que é de Referências Comunitárias e aí ela tem rádio para fazer divulgação, tem informativo, tem telões para colocar no bairro, para divulgar o que está sendo feito nos Pontos de Memória (GOUVEIA, 2010)¹⁵⁰

¹⁴⁸RODRIGUES, Viviane Conceição. Relatório referente ao terceiro produto do Plano de Ação do Ponto de Memória Jacintinho Museu Cultura Periférica. Apresenta resultados referentes à atuação da consultora em conjunto com o conselho gestor sobre a execução da exposição, documentário e blog de acordo com o cronograma do Plano de Ação, expresso no TOR – 98/2011, com execução em 2013.

¹⁴⁹CAVALCANTI, Lavínia. Relatório descritivo-analítico das estratégias utilizadas para o desenvolvimento dos Planos de Ação, apresentando avaliações parciais sobre o processo de implementação das atividades planejadas, incluindo a avaliação das estratégias de gestão adotadas. Solicitação designada como Produto 2, expresso no TOR-117/2011.

¹⁵⁰Eliete de Carvalho *Neci*. Entrevista concedida a Inês Gouveia e Sara Schuabb, para o Programa Pontos de Memória. Brasília, 15 de julho de 2010.

O papel das instituições junto ao Ponto de Memória Terra Firme, indicado por Eliete, aponta para uma profunda articulação política local, com destaque para o discernimento no sentido de avançar na constituição de um conselho gestor forte institucionalmente com a presença de atores provenientes de instituições parceiras. No entanto, ao reforçar os parceiros externos é importante observar as dinâmicas locais que garantam a ênfase necessária ao enraizamento local com a tomada de decisões e protagonismos de integrantes da comunidade, responsáveis pela construção e permanência na condução do processo. Identificamos que a força e reconhecimento de mulheres com trajetória de luta pelo território de Terra Firme e a presença delas na condução das práticas (falamos aqui da Chiconá e da Chiquinha¹⁵¹), garante para os moradores segurança e legitimidade para confiar no processo. No entanto, tal presença não minimiza a relação conflituosa que, por vezes, é possível identificar por causa das discordâncias entre o próprio grupo, configurando conflitos naturais do local, mas mantém, em certa medida, a aproximação necessária entre interesses identificados pelos moradores, aqueles que vivenciam as dinâmicas e contextos do território. No entanto, segundo a consultora, o trabalho de Terra Firme é dedicado ao reconhecimento dos moradores e a participação pode ser observada na dinâmica do grupo e nas relações estabelecidas:

O que se evidencia pelas falas das integrantes da instância deliberativa do Ponto de Memória de Terra Firme é que a estratégia adotada favorece a realização do processo, por múltiplos aspectos: há diversas parcerias já estabelecidas, dentre elas, com o Museu Paraense Emílio Goeldi, por meio de Ana Cláudia Silva e Helena Quadros que integram o grupo; além disso, a essência do grupo é formada por lideranças que já atuam juntas na comunidade há mais de 20 anos; outro aspecto a se ressaltar é a diversidade de aptidões e a formação plural dos membros; outrossim, há pessoas ligadas à universidade, parceira que também deverá favorecer o desenvolvimento do processo (GOUVEIA, 2010).

Ao analisarmos a situação frente à atuação das instituições junto ao Ponto de Memória Terra Firme, encontramos alguns indícios de que a “superproteção” do Museu Goeldi, representa para o avanço das iniciativas do Ponto um fator importante de análise. Com atuação desde os primeiros momentos voltada para a garantia de desenvolvimento da ideia, em alguns casos existe uma possível inibição dos avanços locais. Em produto que investe no entendimento analítico dos Pontos a partir dos Planos de Ação desenvolvidos com vista a viabilizar os produtos de difusão, como veremos em detalhes mais a frente, identificamos, por meio do relato da consultoria, um indício que pode explicar a falta de

¹⁵¹Ver mais sobre a atuação destas mulheres no item 2.10 desta Tese.

incentivo local para o desenvolvimento de uma sede para o desenvolvimento das atividades do Ponto de Memória:

Por último, o Ponto de Memória de Terra Firme se limitou a definir sua tipologia de museu com a expressão “museu comunitário”, não manifestando maiores preocupações com relação ao espaço, o que pode justificar-se pelo fato de contar com o apoio das diferentes instituições que se encontram no próprio bairro, com destaque para o Museu Goeldi. (CAVALCANTI, 2011)¹⁵².

Em artigo recém-lançado, Camila Moura Alcântara e Renata de Godoy, refletem a partir da experiência do Ponto de Memória Terra Firme, sobre os museus que nascem das periferias e as relações e perspectivas destes lugares para o turismo cultural, a discussão propõe avançar no entendimento sobre a Amazônia urbana do Brasil, neste texto as autoras destacam o envolvimento do Ponto de Memória com o Museu Goeldi, enfatizando uma relação de complementariedade:

A caminhada iniciou no Campus de Pesquisa do MPEG, instituição parceira devido à importância da instituição para trajetória do Ponto de Memória da Terra Firme. Helena, como funcionária do Museu Goeldi, coordena o projeto “Museu Goeldi leva Educação em Ciência à Comunidade” que desenvolve ações socioambientais estreitando relações do museu com a sociedade, atuando no bairro da Terra Firme desde o ano de 1985. Como conselheira do PMTF media o diálogo entre o estado e a sociedade civil ao viabilizar parceria entre o Ibram e o Museu Goeldi para disponibilização de mão de obra e espaço para as reuniões, encontros, oficinas e/ou qualquer outra atividade que o Ponto de Memória necessite de espaço físico. (MORAES E GODOY, 2017. p. 83).

As autoras indicam que o papel atribuído ao Museu Goeldi pela comunidade de Terra Firme possui destaque e reforça que a existência de um ‘acordo’ em que o Museu contribui para que Terra Firme tenha seu próprio Museu e que possa contar sua memória.

Sendo o Museu Goeldi uma referência para esse grupo como uma instituição que atua para e com a comunidade, tendo em vista que provoca o interesse desses de possuírem seu próprio museu. É nesse sentido que foi feita a escolha pela sede do Goeldi no bairro como ponto de partida. (Idem. p. 83)

As universidades e o seu papel, a partir da discussão acerca da dimensão política dos Pontos de Memória em articulação com as etapas metodológicas escolhidas para a viabilização do programa em sua 1ª e 2ª fases, devem ser considerados de forma específica, pois a parceria e as articulações realizadas com as iniciativas presentes aqui na dimensão política e também na dimensão pedagógica como veremos, representa

¹⁵²CAVALCANTI, Lavinia. Relatório descritivo-analítico das estratégias utilizadas para o desenvolvimento dos Planos de Ação, apresentando avaliações parciais sobre o processo de implementação das atividades planejadas, incluindo a avaliação das estratégias de gestão adotadas. Solicitação designada como **Produto 2**, como expresso no TOR-117/2011.

oportunidades de crescimento conceitual e técnico para os Pontos quando as ações são realizadas com o intuito de preservar a autonomia das iniciativas, com destaque para a compreensão de novas formas de construção de conhecimentos pautadas pela abertura para a ampliação de técnicas e formas de pensar e fazer museus, a partir do arcabouço conceitual dos grupos que experimentam a tarefa de pensar museus. Ou seja, estas experiências têm, muitas vezes, mais a ensinar do que a aprender. Esta é uma perspectiva importante que deve ser levada em consideração, especialmente se observarmos as questões postas pela monocultura do saber e do rigor do saber, como vimos em Santos (2004).

A respeito desta troca simbólica de saberes, o Museu de favela (MUF), inclusive, conta com uma sessão em sua página na Internet que lista trabalhos acadêmicos que tem como tema o Museu, lá circulam monografias, artigos, dissertações e teses que acumulam conhecimentos a partir da prática museal em comunidade favelada.

Neste aspecto importante observar a experiência de Aline Portilho (2015) ao se aproximar do Museu para estudos foi surpreendida com uma proposta bastante peculiar para o universo de relações estabelecidas entre os pesquisadores e os “objetos” de estudo e observação científicas:

Como contrapartida pela possibilidade de fazer a pesquisa, os gestores do MUF solicitaram que eu atuasse na elaboração de projetos culturais a partir das metas estabelecidas no Projeto Político Pedagógico do museu e os enquadrasse em formulários que possibilitassem a inscrição de propostas em editais públicos para captação de recursos. Esta experiência foi extremamente enriquecedora tanto do ponto de vista da pesquisa quanto de minha atuação profissional. A partir dela pude refletir sobre as propostas e ações do MUF tanto quanto sobre as questões das chamadas políticas públicas de cultura desenvolvidas no país. (PORTILHO, 2015. p. 26)

Dois trabalhos realizados pelo MUF a partir de um processo de parceria que uniu a produção acadêmica a prática do museu em uma articulação que beneficiou ambas as instituições, podem ser citados como exemplos desta discussão. Uma delas é a intensa relação do Museu com os cursos de turismo da UNIRIO¹⁵³ especialmente e as ações empreendidas junto a vários cursos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

¹⁵³Implantação do projeto Turismo no Museu de Favela – Comunidades do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo. O projeto surge após a fundação do Museu que pretendia promover visitas ao território. Assim foi estabelecido ainda no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, um convênio com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de ofertar um curso de extensão em Turismologia para a capacitação da comunidade. Este convênio teve outros desdobramentos e o interesse no campo do turismo continua sendo ponto importante para a sustentabilidade do Museu. Mais informações nos trabalhos de (MORAES, 2010, 2011 e RODRIGUES, 2015, 2014, 2013).

(PUC) em especial as ações junto ao curso de psicologia e o Projeto Escutadoras de Memórias¹⁵⁴, ambos com objetivos diferentes, mas que, no entanto, contribuem para o fortalecimento da experiência a partir das interações e aprendizagens junto à comunidade e a produção de novos sentidos sobre o território e as pessoas que por lá circulam sejam moradores, mulheres ou não. Tanto em uma quanto em outra experiência encontramos respeito para a compreensão de que as relações de poder e de dominação conceitual são introduzidas nos processos de forma flexível e perceptível. O empoderamento dos grupos sociais marginalizados e a oportunidade de crescimento entre os atores da academia e a comunidade, possibilita tornar mais claros as oportunidades de construção de alternativas visíveis sobre os controles sociais e a produção de sentidos códigos.

Através da Formação das Escutadoras de Memória tínhamos a intenção de capacitar as moradoras para a realização de entrevistas e ampliar a consolidação do museu, mas não só. O anseio maior era o de avivarmos o desejo de memória da comunidade, sensibilizá-la para o reconhecimento de sua própria história. Quando estimuladas a pensarem sobre essa questão, as participantes sinalizaram a importância do (re) avivamento da escuta, do fortalecimento dos laços e da troca de experiências. (CARVALHO, 2015. p. 109)

Os Pontos de memória localizados nas 12 comunidades escolhidas na 1ª e 2ª fases do programa possuem características que os assemelham bastante, além do fato de estarem localizados em comunidades pobres e com alto índice de violência, a grande maioria batalha pelo reconhecimento de seu território com destaque para a formação dos bairros, história, nome da comunidade, principais desafios enfrentados para a permanência no local, descaso das autoridades públicas com relação aos serviços básicos necessários, a marginalização de suas moradias. Os movimentos de resistência política, as manifestações culturais que nascem junto a estas formas de apropriação do território as discussões em torno do que é invasão e ocupação, são temáticas que estão presentes nos Pontos de Memória de norte e sul do país. A partir do ponto de vista da dimensão política este aspecto da defesa de seus territórios e a ampliação da noção de pertencimento influência, sobre

¹⁵⁴O trabalho realizado pelo MUF em parceria com a PUC – RJ, teve como resultado uma tese de doutorado defendida por Cintia de Sousa Carvalho, intitulada: A escuta de memórias nos labirintos da favela: reflexões metodológicas sobre uma pesquisa-intervenção. Que pode ser acessada no link: www.maxwell.vrac.puc-rio.br/26524/26524.PDF e como consequência da experiência foi lançado pela editora da PUC-RIO, em formato de E-book, o livro Museu de Favela: Histórias de Vida e Memória Social de autoria da Cintia Carvalho, Rita de Cássia Santos Pinto e Solange Jobim e Souza. Neste livro todo percurso do projeto Mulheres Guerreiras e a proposta das Escutadoras de Memória é relatado em detalhes. O livro pode ser acessado on line no link: www.editora.vrc.puc-rio.br/media/ebook_historias_de_vida_e_memoria_social/index.html

maneira, as práticas que se desenvolvem nas localidades e influencia a garantia de direitos ao destacar as lutas e resistências destes moradores a partir de temas que incomodam e provocam indignação. Em produto dedicado a analisar os planos de ação de cada ponto, em acordo com a metodologia proposta, Lavínia Cavalcanti sistematiza o item do formulário “memória social representada” e lista as prioridades de seis Pontos de Memória que se referem desde o direito à moradia até o fortalecimento das produções culturais a partir dos movimentos de abertura política do país na década de 80 e destaca alguns aspectos particulares dos Pontos de Memória que nos interessam nesta análise:

Lomba do Pinheiro: organização territorial em 33 “vilas”; presença de 2 aldeias indígenas; sítio arqueológico; Sítio Cercado: migração europeia recente; “Vila Tecnológica”, com soluções arquitetônicas experimentais; Museu de Favela: narrativas históricas a partir das culturas afro-descendentes, nordestina e indígena, num contexto de privilegiado potencial turístico; Estrutural: o “lixão”, que “ao mesmo tempo é a riqueza e a desgraça da Estrutural”; Jacintinho: culturas tradicionais (pescadores, bumbas meu boi), contrastando com o movimento hip-hop na periferia de Maceió e Terra Firme: presença de importantes instituições de pesquisa no bairro; mercado passado indígena. (CAVALCANTI, 2011)

No que se referem às parcerias estabelecidas junto às secretarias de cultura, estas representam para as experiências de memória em comunidade fontes consideráveis de estímulo, uma vez que concebem oportunidade de crescimento e manutenção via editais de fomento e, por conseguinte, recursos financeiros. A este respeito ao analisarmos os produtos dos consultores especialmente a consultoria que foi contratada em 2010 para propor metodologias e formação em sustentabilidade, encontramos a ênfase dada à necessidade de estabelecer estratégias de autossuficiência para as práticas. Este sempre foi um ponto bastante demandado pelas experiências, pois significa a principal fragilidade do programa. Uma vez criado e atuante, a pergunta que se instalava era: como os Pontos de Memória poderão se manter? De que forma darão continuidade as suas práticas?

A esse respeito, Ana Paula Varanda consultora de sustentabilidade em seu primeiro produto, propõe uma reflexão que aproxima os pontos de memória da concepção de tecnologias sociais e vê aproximação entre a proposta em construção e as políticas de governo voltadas para o fortalecimento das economias solidárias, como podemos ver a seguir:

Os Pontos de Memória, enquanto uma tecnologia social, podem encontrar nos vínculos com o movimento de economia solidária um importante canal de diálogo e fomento às demandas de geração de trabalho e renda das populações nas periferias

urbanas. (VARANDA, 2010. P. 6)¹⁵⁵

A construção da percepção que atrela os Pontos a uma esfera de produtores de tecnologias sociais é importante, pois caracteriza uma série de possibilidades a respeito das circunstâncias e caminhos que deveriam ser percorridas pelos pontos para o alcance de sua sustentabilidade econômica, técnica e conceitual. A consultora apresenta uma série de demandas necessárias que não chegaram a ser postas em prática, os produtos seguintes não foram elaborados. Consideramos este fato um retrocesso, uma vez que a qualidade de suas reflexões acerca de conceitos como tecnologia social, economia solidária, autogestão, circuitos produtivos e a experiência para o desenvolvimento de oficinas dedicadas ao planejamento e captação de recursos como previstos na proposta metodológica do primeiro produto, significariam para o desenvolvimento da metodologia do projeto um acréscimo considerável em termos de fortalecimento das experiências.

Assim, o primeiro e último produto sobre sustentabilidade, contratado durante a 1ª e 2ª fases do Programa, em sua estrutura inicial, propõe a contextualização e definições preliminares a respeito do Programa Pontos de Memória; Tecnologia Social e Autogestão; Economia Solidária e Espaço Urbano; Economia Solidária e Circuitos Produtivos e numa segunda parte a inclusão de uma Proposta de Assessoria Técnica em Gestão e Sustentabilidade, contendo três etapas, a saber: 1) Diagnóstico Participativo de Sustentabilidade e Viabilidade de gestão; 2) Oficina de Planejamento Estratégico/Plano de Ação e 3) Oficinas/formações em Gestão e Sustentabilidade com os seguintes tópicos temáticos: Associativismo e Gestão; Elaboração de Projetos; Tecnologia Social e Economia Solidária e Desenvolvimento Local e Sustentável¹⁵⁶

A economia popular abrange uma diversidade de iniciativas, organizações produtivas e comunitárias empreendidas pelas classes populares que perpassam diferentes estágios de desenvolvimento do capitalismo (Icaza e Tiriba, 2003). Caracterizadas por relações de informalidade, vizinhança, reciprocidade, entre outras, a economia popular tem na dimensão espacial, especialmente nos centros urbanos, um forte vínculo para o desenvolvimento de suas estratégias. (VARANDA, 2010. p.06)

O Programa Pontos de Memória não conseguiu investir esforços nessa direção, por mais que uma de suas idealizadoras, Eneida Braga Rocha, tenha dedicado ao assunto atenção especial por considerar fundamental que os pontos tivessem a medida de sua

¹⁵⁵VARANDA, Ana Paula. Proposta de assessoria técnica para formulação de modelos de gestão a serem aplicados em cada um dos Pontos de Memória. Solicitação designada como Produto 1. Expresso no TOR-170/2009. Executado em 2010.

¹⁵⁶VARANDA, Ana Paula. Sumário do Produto - Proposta de assessoria técnica para formulação de modelos de gestão a serem aplicados em cada um dos Pontos de Memória. Solicitação designada como Produto 1. Expresso no TOR-170/2009. Executado em 2010.

formação e crescimento, indicadores e planejamentos que levassem esta dimensão para dentro de suas preocupações. A esse respeito em entrevista a Gouveia (2010), Ena Colnago, integrante da equipe de gestão do Programa, sobre as metas que a equipe gostaria de ter alcançado, diz o seguinte:

No fim de três anos, a gente espera que a comunidade, de fato tenha se organizado; não só se organizado em termos de mobilização, mas que ela tenha se organizado institucionalmente, para tocar um projeto como esse. Se organizando institucionalmente significa que ela tem que ter conhecimento sobre o projeto que ela está implantando, que ela já tenha a mobilização...de que ela tenha gestão disso daí, dessa organização. Então...a gente espera que ao final, a comunidade tenha uma organização formalmente constituída para dar conta de dar sustentabilidade para o Ponto de Memória... A gente não quer que simplesmente exista um Ponto de Memória com alguém ali, na cadeirinha esperando alguém entrar, ou que ele diga que ali tem um trajeto, uma coisa chamada Ponto de Memória. A gente quer que aquilo dali se divulgue, que tenha a capacidade de falar por si e pra muito gente.... Que consiga ter outros parceiros, captar recursos, se reinventar, ter a sua própria forma de comunicação, que seja autônoma.¹⁵⁷

Os Pontos de Memória de Terra Firme, Museu de Favela, Grande São Pedro, durante os processos de constituição de suas experiências foram acumulando resultados positivos quanto ao fomento de editais de diferentes órgãos em nível Federal, Estadual e Municipal, o que demonstra a maturidade para o desenvolvimento de projetos e propostas interligadas com o campo da memória buscando sobreviver a partir do desenvolvimento das ações. Como exemplo citamos o Ponto de Memória do Bairro da Terra Firme que foi contemplado pelo Programa Mais Cultura dentro do Edital Microprojetos – Território de Paz, com aprovação de três microprojetos: Jornal O Tucunduba, Vídeo-Documentário, Inventário Participativo. Ao atrelarem as propostas em desenvolvimento, por ocasião do Programa, as novas oportunidades propostas pelos editais, demonstraram controle sobre o movimento acerca das políticas públicas e avançaram em estratégias de sustentabilidade com o intuito de garantir uma sobre vida importante, além de estabelecer movimentos que os fortalecem para dentro do território, muitas vezes pelo reconhecimento e pagamento por serviços prestados de membros do Ponto de Memória que vivem na comunidade ou também por adquirirem materiais eletrônicos, equipamentos que potencializam o alcance e as atividades do grupo. Tais experiências bem sucedidas dos editais públicos possibilitam a criação de vínculos para fora da comunidade, pois apresentam ao cenário cultural local, regional ou nacional, as potencialidades do trabalho e o reconhecimento da experiência.

¹⁵⁷Ena Elvira Colnago, Coordenadora de Difusão e Desenvolvimento de Parcerias (CDDP/DDFEM), em entrevista concedida a Inês Gouveia, em razão do Programa Pontos de Memória. Brasília, 14 de setembro de 2010. Documento com o Registro do processo de concepção do Projeto Pontos de Memória desde a sua proposição no âmbito do Pronasci-MJ, em atendimento à solicitação designada por Produto 2, expresso no TOR-134. 2010.

A esse respeito também citamos o Museu de Favela e a sua classificação entre outras experiências museológicas na Seleção Pública de Apoio ao Desenvolvimento de Museus e Instituições Museológicas¹⁵⁸. Com proposta inovadora, intitulada “Plano Estratégico e de Desenvolvimento Institucional do Museu de Favela” voltada para o fortalecimento da estrutura de governança do Museu, foi contemplado com recursos para a execução de suas metas. O MUF, que nasceu anterior à proposta dos Pontos de Memória, acumulou avanços em seus primeiros anos de atividades, mas de forma concreta, aproveitou ao máximo a oportunidade criada pela Superintendência de Museus que também inovava ao criar um edital que possibilitaria a estruturação de processos museológicos, entre eles duas experiências de museus comunitários, pontos de memória, ou para usar uma categoria utilizada por Boaventura de Souza Santos museus contra-hegemônicos.¹⁵⁹ Importante destacar a presença do Ecomuseu Rural de Barra Alegre, também foi contemplado por este edital e Ponto de Memória premiado pelo edital promovido pelo IBRAM.

Outro aspecto político do Programa foi o investimento nos editais publicados pelo Instituto Brasileiro de Museus, em suas duas edições em 2012 e 2014. Tais iniciativas premiadas criam condições novas de avanço, ao mesmo tempo em que não promoveram o diálogo entre as experiências piloto do Programa, os editais ampliam o alcance da proposta e as iniciativas de Museologia Social se multiplicam consideravelmente, retornaremos a este ponto nas considerações finais desta tese.

Inspirados pelo Programa Pontos de Memória e pelos editais lançados pelo IBRAM, o Estado do Espírito Santo por ocasião do Encontro Conexões IBRAM, firma um pacto com o Instituto brasileiro de Museus – IBRAM, por meio da Secretaria de Estado da Cultura, através do Acordo de Cooperação Técnica n. 04/2012 (publicado no Diário Oficial da União em 08 de agosto de 2012), que tem por objetivo a “integração de competências e de recursos institucionais para o desenvolvimento de ações conjuntas e coordenadas, que contribuam para o reconhecimento, o fortalecimento, a difusão, o fomento e o incentivo do setor museal no estado”. A partir daí, aproximam as ações que culminam com o lançamento em 2015 do primeiro edital Ponto de Memória do Espírito Santo¹⁶⁰.

¹⁵⁸Importante destacar que o Edital fez parte do Programa de Editais da Superintendência de Museus da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro (SEC). Edital 015/2012. www.cultura.rj.gov.br/editais/doceditais/CP0152012_RESULTADOSSELECAO.pdf

¹⁵⁹Termo utilizado durante discurso do sociólogo Português Boaventura de Souza Santos durante palestra e visita ao Museu da Maré no Rio de Janeiro em 2017.

¹⁶⁰Link para o edital: Pontos de Memória Espírito Santo ano de 2016 elaborado pela Secretaria de Cultura do Estado. www.file:///C:/Users/UNIR/Downloads/edital.pdf

No ano de 2015, o Espírito Santo escolheu fomentar a preservação da memória dos coletivos e das comunidades por meio do programa Pontos de Memória. Foi o primeiro estado a abrir um edital exclusivamente com recursos do Fundo Estadual de Cultura para criar e premiar iniciativas de pontos. O prêmio, no valor de 20 mil reais, contemplou 09 projetos, sendo 04 de povos e comunidades tradicionais, 01 de artesanato, 01 de território urbano e 03 de cultura popular. (COSTA, 2018)

Este edital inaugura uma nova fase do Programa ao incentivar o desenvolvimento de práticas em âmbito regional com apoio do Estado, garantindo autonomia para as realizações a partir dos pressupostos da Museologia Social. Importante ressaltar a atuação da museóloga Paula Nunes Costa¹⁶¹ neste processo de desenvolvimento do edital e apoio a experiência do Ponto de Memória Grande São Pedro, localizado em Vitória. A expressividade com que o processo se constitui ao longo de sua atuação no Estado, demonstra a capacidade de articulação em rede e a força da iniciativa, importante destacar que esta realização é um resultado importante da Política Pública de Direito à Memória empreendida pelo IBRAM, fruto do Programa Pontos de Memória. Em 2017, o Estado do Espírito Santo realizou o segundo edital para a premiação de Pontos de Memória, criando condições para o fortalecimento das iniciativas em Museologia Social no Estado.

Um aspecto inovador do edital Pontos de Memória do Espírito Santo, diz respeito a contratação de tutores que auxiliam o desenvolvimento das propostas. Estes são profissionais com experiência no desenvolvimento de projetos culturais, integrantes de Pontos de Memória e museus com afinidades conceituais de outros Estados Brasileiros, caracterizando assim, uma iniciativa que reconhece as dificuldades enfrentadas por estas iniciativas populares e visa potencializá-las para que possam realizar suas ações e serem contempladas com o edital que requer procedimentos institucionalizados.

A realização entre os dias 10, 11 e 12 da II Teia da Memória do Espírito Santo, que contou com a presença da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro (REMUS RJ), contribui para que o campo das políticas públicas Estaduais se fortaleça e se constitua como aliados do governo federal nesta empreitada. A reunião de iniciativas articuladas a partir de um objetivo comum que é promover a integração entre os Pontos de Memória do Estado,

¹⁶¹ Paula Nunes Costa é Graduada em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e especialista em Gestão Cultural: Cultura, Desenvolvimento e Mercado pelo Centro Universitário Senac/SP. Possui formação complementar nas áreas de museologia comunitária, arqueologia, montagem de exposições, elaboração de projetos e Plano Museológico. É museóloga da Secretaria de Estado da Cultura do Espírito Santo desde 2011, prestando assessoria técnica a museus públicos e privados e a assuntos relacionados ao patrimônio cultural. Neste período desenvolveu ações que envolvem a participação da comunidade do entorno e a criação de Conselhos Consultivos. Atua na gestão do Edital de Concessão de Prêmios para criação e manutenção de Pontos de Memória, acompanhando os projetos contemplados e colaborando com a Rede de Pontos de Memória do Espírito Santo, recentemente transformada em Rede de Memória e Museologia Social Capixaba.

garantindo o compartilhar de experiências, as trocas e a integração afetiva, reforça o indicativo de que a ampliação desta Política pode ser uma realidade em todo país.

Além desta iniciativa, voltada para o fomento aos Pontos de Memória em âmbito Estadual, devemos citar também a experiência, com caráter inovador, do edital voltado para o fortalecimento de redes de Museologia Social realizado pelo Estado do Rio de Janeiro, por meio do apoio de emendas parlamentares. Esta iniciativa inaugura um momento especial para o Programa, pois esta ação é a expressão de que a autonomia dos Pontos, dos museus e demais iniciativas de memória e Museologia Social, ganha lastro e resistência para avançar na constituição de um movimento que objetiva o desenvolvimento de iniciativa. A respeito do edital:

... visa selecionar e premiar 6 (seis) ações desenvolvidas por iniciativas de memória e museologia social no estado do Rio de Janeiro. Os recursos necessários para o desenvolvimento desta ação oriundos da Emenda Parlamentar 27770010/2016, que destina recursos para apoiar ações da Rede de Museologia Social no estado do Rio de Janeiro, conforme disponibilidade orçamentária do exercício de 2016, com aporte financeiro de R\$ 180.000 (cento e oitenta mil reais), incluídas as despesas administrativas. (IBRAM)¹⁶²

Tais resultados são comemorados como avanços estratégicos para o campo da Museologia Social no Brasil, identificam acúmulos consideráveis em se tratando de experiências que ainda se constituem enquanto processos museais. A Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro¹⁶³, herdeira da Rede Museus, Memória e Movimentos Sociais criada em 2007, se fortalece a partir do desejo dos grupos e das práticas em estarem fortalecidos, inclusive para promover ações conjuntas e arrecadar recursos para seu fortalecimento e dinâmica. Retomada em 2013, a REMUS RJ, pretende ser canal de:

troca de experiências entre comunidades populares, movimentos sociais e instituições que atuam no campo da memória, patrimônio e cultura. Surge com o intuito de potencializar a memória como fator de inclusão e transformação social, integrando e dando voz às diversas iniciativas e narrativas históricas que compõem o Rio de Janeiro". (REMUS – RJ)

Intentamos a partir da tessitura destas considerações, acerca da dimensão política do Programa Pontos de Memória, por meio das trajetórias de constituição das instâncias deliberativas; as articulações por meio das parcerias com instituições como as

¹⁶²Para mais informações a respeito do edital Prêmio Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro acessar: www.museus.gov.br/fomento/editais-2016

¹⁶³Para mais informações a respeito da Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro acessar: www.rededemuseologiasocialdorj.blogspot.com.br

Universidades, Museus, Institutos; a identificação dos temas sociais mais presentes; destaque para os avanços relacionados aos editais de fomento por meio dos órgãos públicos, tornar claro as possibilidades do Programa em termos de apoio a consolidação nacional da Política de Direito à Memória. Os processos museais vivenciados pelos integrantes dos Pontos e a equipe de gestão contribuem para o acúmulo de informações e experiências com vistas ao fortalecimento das práticas que se pautam pelos pressupostos da Museologia Social.

A dimensão política dos Pontos de Memória nos fornece elementos para a reflexão a partir dos eixos que sustentam as relações de poder contemporâneas, especialmente a partir da América e em diálogo com o poder hegemônico de origem europeia. As ideias de Aníbal Quijano constituem arcabouço importante para compreensão dos fenômenos da colonialidade, tão presentes nas relações estabelecidas entre os Pontos de Memória e toda a estrutura que os cercam cotidianamente. Assim, em consonância com as ideias acerca da colonialidade global, estruturada de forma a proporcionar melhor entendimento das interfaces do poder, saber e ser compreendemos colonialidade como a continuidade de um padrão de poder que apresenta um elemento material de exploração, mas também uma formatação de ideal e identitária.

Não obstante, a estrutura de poder foi e ainda segue estando organizada sobre e ao redor do eixo colonial. A construção da nação e, sobretudo do Estado-nação foram conceitualizadas e trabalhadas contra a maioria da população, neste caso representada pelos índios, negros e mestiços. A colonialidade do poder ainda exerce seu domínio, na maior parte da América Latina, contra a democracia, a cidadania, a nação e o Estado-nação moderno (QUIJANO, 2015. p. 135).

A partir do reconhecimento da influência colonial em nossas práticas e na evidente articulação do Estado-nação, segundo aponta Quijano (2015), e que é possível identificar nas relações estabelecidas entre as comunidades favelizadas do Brasil, compreendemos que os Pontos de Memória são experiências que destacam memórias subalternizadas, contribuindo para a retomada dos lugares de fala silenciados, narrativas esquecidas e memórias negligenciadas.

O que podemos avançar e conquistar em termos de direitos políticos e civis, numa necessária redistribuição do poder, da qual a descolonização da sociedade é a pressuposição e ponto de partida, está agora sendo arrasado no processo de reconcentração do controle do poder no capitalismo mundial e com a gestão dos mesmos responsáveis pela colonialidade do poder. Conseqüentemente é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos. (Quijano, 2005. p. 138)

Os Pontos de Memória são ferramentas de resistência que articulados a partir do contexto de suas localidades significam rompimento, denuncia e estratégias de enfrentamento com o objetivo de construir novos sentidos e (re) apropriações das memórias dos povos e comunidades vilipendiados por descasos e construções fruto do projeto capitalista e eurocêntrico, próprios à manutenção do processo de sustentação da colonialidade do poder, do saber e do ser. Ao apontar esperanças no sentido de seguir avançando em uma mudança de realidade onde o fazer, pensar e sentir das populações marginalizadas e alijadas da constituição de suas formas de se relacionar com a produção de conhecimentos e sentidos seja redimensionado e valorizado, o autor nos apresenta caminhos e interfaces importantes que devem ser consideradas.

4.1.2. Dimensão Pedagógica

Nuestra auténtica identidade colectiva nace del pasado y se nutre de él – huellas sobre las que caminam nuestros pies, passos que presienten nuestros andares de ahora – pero no se cristaliza em la nostalgia. No vamos a encontrar, por certo, nuestro escondido rostro em la perturbación artificial de trajes, constumbres y objetos típicos que los turistas exigen a los pueblos vencidos. Somos lo que hacemos, y sobre todo lo que hacemos para cambiar lo que somos: nuestra identidade reside em la acción y em la lucha. Por eso la revelación de lo que somos implica la denuncia de lo que nos impede ser lo que podemos ser. Nos definimos a partir del desafío y por oposición al obstáculo (GALEANO, 1991, p. 10).

A última frase da citação de Quijano, ao apontar para a necessidade de deixarmos “de ser o que não somos” está em plena conexão com o que propõe Eduardo Galeano “Somos lo que hacemos, y sobre todo lo que hacemos para cambiar lo que somos: nuestra identidade reside em la acción y em la lucha”. Em acordo com as bases da Museologia Social existe a preocupação com os processos educacionais realizados pelos Pontos de Memória, com vistas a ampliação das possibilidades de atuação em busca de melhorias das condições de vida e garantia da dignidade das comunidades. Por meio da participação crítica e cidadã e da articulação social em território, justifica-se a importância das discussões a partir de uma visão e construção de processos decoloniais da Museologia. Por exemplo, é importante observar as condições em que as violências são construídas, compreendendo a quem interessa a veiculação e reforço da ideia de territórios violentos, territórios marginalizados. Este discurso simbólico que atribui a determinadas regiões do Brasil a

algunha de “violentas”, representa uma tentativa de invisibilização, subalternização e abandono das comunidades, práticas reificadas por lógicas colonialistas que submetem os sujeitos que vivem nestas regiões a prisão da reprodutibilidade da pobreza.

Para Boaventura de Souza Santos, a colonialidade do saber pode ser representada na geopolítica do conhecimento, em contraponto com as demais formas de produção de conhecimento que não fazem parte de uma razão e verdade estabelecida pelas metrópoles. Nesse caso cabem aos demais sujeitos, fruto deste alijamento, apenas o status de objetos, classificados como populares, leigos, naturais, ignorantes, sem lei (SANTOS, 2007:72).

Interessa nesta discussão apontar pra caminhos que aproximem a proposta do Programa Pontos de Memória das possibilidades abertas por estas concepções pautadas por uma crítica epistêmica que afirma ser a perspectiva decolonial um paradigma que não deseja somente problematizar a colonialidade do saber, presente nas formações e métodos acadêmicos eurocentrado por narrativas modernistas, mas que ousa contribuir com a criação de outros mundos desde intervenções decoloniais que compreendam as diversas dimensões da existência (RESTREPO; ROJAS, 2010: 21).

Na medida em que avançamos na construção de um Programa que pretende propor uma discussão acerca das suas próprias memórias, acervos e histórias, com a possibilidade de compreensão de aspectos mais profundos relacionados à constituição dos grupos e a produção das condições de vida e desigualdade, compreendemos que a partir desse mergulho tais aspectos podem ser percebidos e ações com perspectivas decolonizadoras podem ser empreendidas. O empoderamento por parte dos grupos subalternizados de suas memórias pode ser considerado como um campo razoável de experimentação para um projeto decolonial que pretende romper com as amarras de uma colonialidade do poder que reforça a necessidade de enfrentamentos que demonstrem com mais realce a dimensão epistêmica do poder, nesse caso compreendida como colonialidade do saber (QUIJANO, 2002; RESTREPO; ROJAS, 2010; MIGNOLO 2001; WALSH, 2005).

(...) se puede afirmar que con la noción de colonialidad del saber se pretende resaltar la dimensión epistémica de la colonialidad del poder; se refiere al efecto de subalternización, folclorización o invisibilización de una multiplicidad de conocimientos que no responden a las modalidades de producción de ‘conocimiento occidental’ asociadas a la ciencia convencional y al discurso experto. (RESTREPO; ROJAS 2010, 136)

Esta reflexão permite constatar que os Inventários Participativos etapa metodológica do Programa Pontos de Memória, pretende construir uma relação de conhecimentos e mapeamento das trajetórias sociais, culturais com a intenção de

apresentar panoramas acerca da identidade coletiva dos grupos, a fim de que possam ser utilizadas a serviço de suas lutas e resistências visando, a partir de suas necessidades, romper as barreiras nostálgicas e estabelecer novas formas de relacionamento com a memória. Este é um grande desafio e nos permite perceber a ênfase do Programa ao processo educacional que é gerado a partir da construção de instrumentos que contribuem com o reconhecimento dos saberes e fazeres locais acumulados.

Como estratégia de enfrentamento às políticas silenciadoras que versam sobre as estratégias de perpetuação de um poder que submete os povos, é possível compreender, a partir da observação das experiências e como estas lidam com o desenvolvimento do Inventário Participativo, etapa metodológica do Programa Pontos de Memória, os processos que reavivam as memórias, as escolhas dos patrimônios e das narrativas que serão eleitas para compor a experiência museal das comunidades. O processo de desenvolvimento do Inventário das comunidades reflete de forma significativa a dimensão pedagógica do Programa e como esta dimensão implica no processo de formação das lideranças locais, contribuindo com o fortalecimento do grupo a partir da ampliação dos conhecimentos acerca do bairro, suas histórias, contexto e expressões culturais. A este respeito Palloma Valle Menezes (2008), reflete sobre os processos de uma favela que se torna museu e reflete sobre os processos de patrimonialização e construção de uma favela que se torna destino turístico, ressaltando a necessidade de que estes processos, ancorados pelos pressupostos da Nova Museologia, partam da comunidade.

Um dos horizontes conceituais destacados pela equipe do IBRAM ao abordar o tema do Inventário Participativo, diz respeito às ideias contidas no livro *Ofício de Cartógrafo* de Jesús Martín-Barbero. Consideramos que as bases desta publicação orientam, em larga medida, os alicerces iniciais com que se apoiam o Programa Pontos de Memória e a Museologia Social. Ao abordar a comunicação e a cultura, em sua trajetória e construções o autor propõe outras leituras a partir dos estudos em comunicação na América Latina, buscando cartografar experiências por meio das articulações entre geografia, história com destaque para a imaginação a partir das identidades culturais em uma sociedade mediada.

Por meio da valorização de todos os espaços existentes entre o saber e o existir na construção de novos conhecimentos em busca de uma superação da experiência contemporânea, seu texto rompe com visões que valorizam uma centralização da visão do pesquisador, propondo uma construção baseada na reconstrução de discursos a partir de narrativas desde os marginalizados, recolocando o diálogo e a produção de conhecimentos, voltados para a produção latino-americana, com ênfase nas construções periféricas, propondo uma cartografia que base mediações comunicativas da cultura. Propõe o olhar

junto, o olhar a partir de um descentramento convidando a observar as populações subalternizadas. Sua intenção é provocar mudanças conceituais nos estudos de comunicação latino-americanos. (MARTÌM-BARBEIRO, 2002).

Propomos discutir Inventários Participativos a partir dos acúmulos e provocações de Jesús Martín-Barbeiro, por considerar sua atitude frente à produção de conhecimentos e sua investigação atreladas à importância de repensar o papel da educação e das políticas culturais e comunicação, mas não só isso, sua perspectiva inclui o exercício da democracia com vistas a fazer emergir o local como território frente ao processo de internacionalização numa medida reativa que valoriza a mediação cultural como construtora de possibilidades que possam romper com as perspectivas hegemônicas de comunicação do mercado, contribuindo para a valorização de outros modos de linguagens e de sensibilidades que se constituem como saberes desterritorializados. (MARTÌM-BARBEIRO, 2002).

Com vistas a dar início a sistematização da metodologia no que se refere à construção dos Inventários Participativos, a equipe do IBRAM realiza em 26 de outubro de 2010 uma primeira reunião¹⁶⁴. Os técnicos do IBRAM estavam preocupados em fortalecer o próprio entendimento acerca do que significaria inventariar os acervos das comunidades e, para isso, investiu no estudo e ampliação de conhecimentos da equipe formada, a época, por museólogos e historiadores com experiência no assunto. No entanto, é possível perceber diante do desenvolvimento da reunião que existe uma lacuna a respeito de como este processo será indicado aos Pontos. Existem muitas variáveis não previstas e uma delas é a necessidade de formar os grupos a partir de elementos básicos que permitam um melhor desenvolvimento da tarefa.

Levando em consideração as metodologias e teorias que versam sobre o tema do Inventário Participativo e as experiências postas em prática, o IBRAM assume o compromisso de desenvolver um método que esteja adequado à realidade dos Pontos, e agendou uma segunda reunião para definir as estratégias que seriam adotadas para a execução desta etapa importante para o processo (GOUVEIA, 2010).

Importante ressaltar que, em conformidade com a proposta metodológica que surgia e se fortalecia a medida que o processo se consolidava, após a realização das etapas de

¹⁶⁴Para mais informações relacionadas a esta reunião ver: Documento com o Relatório das estratégias adotadas para a consolidação da metodologia do inventário participativo a ser desenvolvido nas localidades dos Pontos de Memória, em atendimento à solicitação designada por Produto 6, expresso no TOR-134, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a OEI.

sensibilização, participação na I Teia da Memória, formação das instâncias deliberativas e as oficinas de Museu, Memória e Cidadania, tornava-se cada vez mais imperativo o início da oficinas de Inventário Participativo como previa o Plano de Ação já firmado pelos Pontos de Memória, seria o resultado do processo de realização do Inventário Participativo, que permitiria a execução do Produto de Difusão.

Assim, durante a reunião, surgiram dúvidas e considerações importantes, que podem ser analisadas a partir do relato feito pela consultoria. No primeiro momento da reunião podemos identificar que a equipe possui plena certeza do que significa a discussão acerca dos Inventários para o Programa e para a consolidação da Museologia Social no país. Tema inovador que alia as práticas já desenvolvidas pelo IPHAN, com seu papel preponderante e atuação junto as ações relacionadas às estratégias de salvaguarda, registro e tombamento, determinantes para o sucesso desta iniciativa.

Ainda no contexto das reflexões teóricas, mas tendo em conta também as experiências, todos os presentes manifestaram acordo sobre a necessidade de se estudar a fundo a metodologia adotada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). É indispensável, nesse sentido, que se estude o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)¹⁶⁵ (GOUVEIA, 2010).

No entanto, pensando a partir da constituição museológica dos Pontos de Memória, seria a primeira vez que este processo estaria sendo experimentado como uma ação piloto em escala nacional em condições de realizar estudos e comparações científicas, contribuindo com a ampliação do conhecimento acerca dos processos museais comunitários, identificando aspectos importantes que contribuam com a consolidação das práticas.

A reunião de equipe que definiu as bases para o trabalho com o Inventário Participativo, levou em consideração a importância de observar as experiências relacionadas ao campo da Museologia em que as perspectivas participativas fossem postas em destaque para o trabalho com as coleções e acervos. Assim como sugestão foram citadas: o Museu do Trabalho Michel Giacometti¹⁶⁶ e o Ecomuseu Municipal de Seixal

¹⁶⁵ IPHAN. Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC: Manual de Aplicação. Brasília: MINC; IPHAN; DID, 2000.

¹⁶⁶ O centro de Memórias do Museu do Trabalho Michel Giacometti, realiza atividades sistemáticas a partir de 2007 com vistas a garantir o registro das experiências e histórias que marcaram a vida social e laboral de Setúbal. Por meio de atividades desenvolvidas que aproximam museu e comunidade. Seus eixos de atuação relacionam-se ao registro por meio de ações participativas das histórias de vida relacionadas aos temas e acervos do museu, como indústria conserveira, pesca e celebrações religiosas com ações de recolhimento de depoimentos junto a comunidade em que está inserido. “a inscrição do museu na vida da comunidade, preenchendo-se ele próprio com vidas que lá se vão

(Portugal)¹⁶⁷, referenciando um de seus mentores, Antonio Nabais; a experiência do Ecomuseu da Amazônia¹⁶⁸, que desenvolveu o Diagnóstico Rápido Participativo, o DRP e a experiência do Museu de Arqueologia de Itaipu¹⁶⁹, unidade do IBRAM que desenvolvia um inventário de recursos naturais, com a participação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. (GOUVEIA, 2010).

A equipe do IBRAM visando dar continuidade ao desenvolvimento da proposta metodológica esboça um instrumento denominado Pré-pesquisa para o Inventário Participativo, contendo uma breve discussão acerca de alguns conceitos considerados basilares para as oficinas e formações que seguiriam: Inventário, Inventário nos museus, participativo, inventário participativo, metodologias participativas: história oral e pesquisa ação. O documento também apresenta uma relação contendo experiência de inventários e experiências relacionadas a inventários participativos e pessoas a eles relacionadas. Uma proposta de metodologia de inventário denominada de “clássico” com as categorias de identificação, fichamento, arquivamento e disponibilização, todas apresentadas em detalhes. Também compõe o documento uma relação de aspectos considerados importantes para serem analisados e levados em consideração durante a realização do processo de inventariar os acervos dos Pontos de Memória, intitulado: desafios pré-identificados na

cabendo dentro, nas rotinas dos grupos, no reconhecimento do seu uso enquanto recurso, enquanto contribuidor para o aumento do índice de felicidade da comunidade, é a grande mais – valia deste, e de tantos outros projectos participativos que povoam os museus contemporâneos”. (CARDOSO, 2016. p. 101).

¹⁶⁷O Ecomuseu Municipal de Seixal, segundo FILIPE (2007) é um sistema museológico territorialmente descentralizado em núcleos e extensões com a finalidade de preservar, interpretar e divulgar os patrimônios como recursos para o desenvolvimento através de ações multidisciplinar como prestações de serviço ao público, promovendo a participação da comunidade interessada em promover o patrimônio cultural e natural. Seu sistema de documentação considera o inventário móvel e documental, o inventário imóvel e o inventário de recolha oral. A experiência do Ecomuseu com a aplicação de instrumentos de planejamento e gestão do território, assim como suas estratégias para inventariar os patrimônios são fontes de inspiração e estudos importantes para o trabalho com inventários participativos.

¹⁶⁸O Ecomuseu da Amazônia atua na identificação patrimonial a partir do protagonismo dos comunitários para fins de inventário, com vistas a sugerir proposta de gestão de coleções para a Ilha de Cotijuba localizada no Estado do Pará/Brasil. Com a intenção de criar estratégias que possibilitem o acesso à informação para a melhoria de vida de seus habitantes locais a partir da valorização, uso e apropriação responsável dos recursos patrimoniais proporcionando o desenvolvimento das comunidades. O Ecomuseu desenvolve pesquisas descritivas, bibliográficas e documentais do acervo do Programa Ecomuseu da Amazônia, reunindo os dados referentes à região estudada, complementada pela realização de visitas técnicas, palestras e oficinas. O recolhimento das informações se deu por meio da aplicação dos Diagnósticos Rápidos Participativos e dos Biomapas. (RESENDE, 2017)

¹⁶⁹Museu de Arqueologia de Itaipu em seu plano museológico destaca a construção de um banco de dados sobre o recurso pesqueiro da região através de um inventário da biodiversidade e dos recursos naturais explorados pela comunidade local, por meio de etapas nas quais os alunos de instituições de ensino e a comunidade local observam e estudam os ecossistemas em questão e sua biodiversidade, além de terem a possibilidade de conhecer a história da comunidade local (PLANO MUSEOLÓGICO, 2011-2014. p. 35).

realização do inventário participativo, a seguir listados: discussão de conceitos (identidade, memória, cultura, comunidade, alteridade, participação, cidadania, etc.); barreira acadêmica e da linguagem; desligamento partidário/religioso; autonomia da comunidade na produção; identificar e delimitar o acervo a ser inventariado; identificar valores em comum; valorização x desqualificação do bem cultural; delimitar a atuação dos profissionais: qual o limite de atuação? Não há neutralidade na aproximação; indicação de uma propriedade intelectual (criação de selo?). Inventário de: preservação, identificação (resenceamento cultural?). Instrumentos de proteção (?)¹⁷⁰

A etapa de execução dos Inventários Participativos faz parte do Plano de Ação que deve ser executado por todos os Pontos de Memória, incluídos na 1ª e 2ª etapas do Programa. Sendo assim, (CAVALCANTI, 2011) em seu produto¹⁷¹ apresenta um panorama descritivo e situacional indicando que os 06 Pontos de Memória, com Planos de Ação concluídos até a entrega do produto propõem em seus planos o desenvolvimento de seus inventários. Como já vimos o Plano de Ação possui um modelo que contribui para que as informações repassadas pelos Pontos possam ser sistematizadas a fim de que a equipe consiga obter dados e informações que propiciem o acompanhamento das ações. Assim, por meio de quadros comparativos descritivos dos planos de ação e análises das informações apresentadas nos Planos de Ação dos Pontos de Memória Lomba do Pinheiro, Sítio Cercado, Estrutural, Museu de Favela, Jacintinho e Terra Firme, buscaremos compreender como o Inventário Participativo foi desenvolvido, identificando os seus maiores desafios. Importante ressaltar que as análises aqui realizadas levam em consideração o conjunto das informações levantadas pela consultoria local e pelas consultorias contratadas pelo IBRAM para as análises. Buscaremos também apresentar elementos que contribuam com a compreensão destas informações para o campo da Museologia Social e seus desafios com a execução do Programa.

Os itens que compõem o Plano de Ação, como já vimos, contemplam diferenciados aspectos relacionados ao desenvolvimento da metodologia proposta: Identificação, Instância deliberativa, perfil da localidade, memória social representada, tipologia de museu, acervo, produto de difusão, possibilidades de desenvolvimento, cronograma de aplicação,

¹⁷⁰GOUVEIA, Inês Cordeiro. Anexo do Documento com o Relatório das estratégias adotadas para a consolidação da metodologia do inventário participativo a ser desenvolvido nas localidades dos Pontos de Memória, em atendimento à solicitação designada por Produto 6, Expresso no TOR-134. 2010.

¹⁷¹CAVALCANTI, Lavínia. Relatório descritivo-analítico das estratégias utilizadas para o desenvolvimento dos Planos de Ação, apresentando avaliações parciais sobre o processo de implementação das atividades planejadas, incluindo a avaliação das estratégias de gestão adotadas. Solicitação designada como Produto 2, expresso no TOR-117/2011

cronograma de execução e cronograma de desembolso. Tais informações sobre os Pontos contribuem para o mapeamento das experiências e em particular para a compreensão das etapas cumpridas para o desenvolvimento dos Inventários. Importante ressaltar que na sistematização das informações do produto em questão, encontramos ênfase ao Inventário Participativo, apenas nos campos relacionados aos cronogramas de execução, aplicação e desembolso nestes campos os pontos identificam claramente a compreensão que possuem sobre esta ação e destinam a ela recursos e definem bem os prazos para sua entrega e finalização. Com isso, percebemos que os Pontos absorveram a metodologia em detalhes e reconhecem a importância da realização desta etapa para o processo de desenvolvimento dos Pontos. No entanto, cada experiência realiza as tarefas de inventariado a sua maneira, como veremos a seguir¹⁷².

A partir de análises mais elaboradas a partir dos produtos encaminhados por consultores locais, Cavalcanti (2012)¹⁷³, elabora em seu produto 03, análises mais aprofundadas sobre o processo de desenvolvimento dos Inventários Participativos:

MUF (Rio de Janeiro), Lomba do Pinheiro (Porto Alegre), Sítio Cercado/MUPE (Curitiba) e Estrutural (Brasília). Devido às especificidades e ritmo de desenvolvimento diferenciado de cada projeto, os demais 8 Pontos de Memória incluídos neste Programa ainda não realizaram seus inventários; sua análise, portanto, será incorporada ao último relatório desta consultoria, com data prevista de entrega em agosto de 2012, no qual se fará uma avaliação final dos trabalhos desenvolvidos no âmbito dos 12 Pontos de Memória. (CAVALCANTI, 2012).

O Programa Pontos de Memória desde seus primeiros passos optou por não tornar o processo demasiadamente “engessado” e, por isso, primou por garantir que as etapas fossem desenvolvidas pelos grupos com bastante liberdade e autonomia, no que se refere às etapas de desenvolvimento metodológico. No entanto, é fato que em algum momento era necessário, até mesmo como medida pedagógica, encaminhar algumas diretrizes e modelos para serem analisados pelos pontos para posterior aplicação, como foi o caso do Plano de Ação, única ferramenta obrigatória a ser seguida pelos Pontos. No que se refere ao desenvolvimento dos Inventários participativos não houve, em princípio, nenhuma orientação em formato de modelo a ser seguido pelos pontos, o que caracteriza uma riqueza de possibilidades metodológicas, no entanto, também acarreta a falta de conhecimentos

¹⁷²Idem, *op cit.*

¹⁷³Relatório descritivo-analítico do monitoramento das ações de desenvolvimento dos inventários participativos dos pontos de memória, apresentando avaliações parciais sobre o processo de implantação dessas atividades, incluindo as estratégias de gestão adotadas. Solicitação designada como Produto 3, expresso no TOR-117/2011.

fator que dificulta os processos de sistematização das informações como aponta (CAVALCANTI, 2012).

Importante perceber que, não por acaso, as duas experiências museológicas já consolidadas como museus no âmbito do Programa Pontos de Memória: Museu de Favela e o Museu Comunitário Lomba do Pinheiro integram o conjunto de iniciativas que primeiro desenvolvem os seus processos de inventariar os acervos. Com trajetórias distintas, mas nível de maturidade institucional avançada, os museus citados apresentam iniciativas interessantes e contribuem para que o Programa estabeleça já alguns resultados e experiências acumuladas. Importante perceber que tanto o MUF como o Lomba do Pinheiro, já sabiam o que executar a partir dos recursos advindos do Programa Pontos de Memória, suas práticas demonstram experiências acumuladas que contribuíram com as escolhas das ações e dos caminhos a percorrer.

Antes de apresentar as ideias provenientes dos processos criados pelos Museus, ressaltamos a percepção de que não importava ao Programa Pontos de Memória nos momentos iniciais a realização de um inventário que desse conta de um processo amplo e complexo de sistematizar, catalogar e identificar as manifestações culturais, os documentos e monumentos presentes nas localidades. Para o Programa, importava o processo, importava a discussão e a aproximação destas comunidades do tema memória e museu. Tais considerações se justificam exatamente pela flexibilidade com que as práticas foram realizadas. Os acompanhamentos levaram em consideração a capacidade de realização, os limites e as dificuldades enfrentadas pelas lideranças locais em comunidade, as reuniões, os debates, as decisões colegiadas, o envolvimento de jovens e crianças, a identificação de parcerias institucionais os conflitos internos, o não saber fazer. Mas, no que se refere ao Inventário Participativo, consideramos que o mais importante foi o processo de “despertar de almas e sonhos¹⁷⁴” vivenciados pelas comunidades.

O Museu de Favela - MUF, desde a sua criação, compreendeu de forma muito articulada e politizada a missão de despertar as almas e os sonhos dos moradores para novas realidades, outras oportunidade de gerar mudanças agregando dignidade e, por acreditar em sua capacidade para tal feito, investe consideravelmente em seus processos colaborativos a partir do território com ações voltadas para seus moradores, em especial as mulheres. No entanto, para a realização do seu Inventário Participativo investiu em uma

¹⁷⁴Despertar de Almas e de Sonhos é o nome da exposição itinerante realizada pelo Museu de Favela que objetiva valorizar a saga individual de moradores da favela, cujos depoimentos sobre o passado contribuem para a compreensão do presente. Histórias de Luta e resistência cultural. Título do Prefácio do Professor Mário de Souza Chagas ao Livro “Circuitos das Casas Tela: caminhos de vida no Museu de Favela “MUF: Um museu se faz com o despertar de almas e sonhos”.

estratégia que visou agregar um grande potencial de atração exercido pelos integrantes da diretoria, todos moradores da localidade, com exceção de Kátia Loureiro, que conheciam como ninguém a necessidades deste território e se colocaram a trabalhar juntando gente e esperanças das três localidades abrangidas pelo Museu. “Para o Museu de Favela, os inventários não são um fim, mas um meio para o alcance de novas e mais promissoras visões de futuro das condições de vida na favela”. (Pinto, 2011:3).

Rita de Cássia Santos, consultora local do Programa Pontos de Memória e uma das diretoras do Museu, em seu relatório¹⁷⁵ acerca do andamento do plano de ação do MUF, compreende e transmite o que considera ser Inventário para a comunidade e seus realizadores:

O MUF faz inventários de memórias e cultura comunitária em várias linguagens. A meta do MUF é partilhar os conteúdos inventariados, tão imediatamente quanto possível, em obras de arte instaladas em céu aberto, em performances culturais ao vivo, em geração de trabalho e renda. Expressar o que for inventariado é mais importante que o próprio inventário, pois é quando revela ou comercializa os conteúdos de memórias e saberes que o MUF atrai o interesse da comunidade e fortalece a coletividade por ela representada. (Pinto, 2011:3)

As ações escolhidas pelo MUF para serem empreendidas com vistas a sistematizar o acervo por meio do Inventário, foram as seguintes: Os temas levantados no Inventário de Memórias da Cultura Local; Como será o Livro-Guia do Circuito das Casas Telas do Museu de Favela; A Estimativa de Preços para Publicação do Livro; A nova programação de Oficinas do Ponto de Memória Museu de Favela; Conversas Giratórias com As Mulheres Guerreiras; Bazar Permanente de Memórias; Planejamento da Exposição do Produto de Difusão: ou o Lançamento de Um Livro¹⁷⁶. Tal escolha permite aferir que as ações já desenvolvidas pelo Museu foram incluídas como estratégia para o recolhimento dos depoimentos de memória, respeitando as dinâmicas já estabelecidas pelo cotidiano do morro. A decisão pelo livro como Produto de Difusão norteou todas as etapas de constituição das narrativas, o bazar de memórias e as ações de conversas giratórias, além das oficinas apresentam uma junção muito perspicaz entre o que é possível fazer diante dos desafios constantes enfrentados pelos Museus e seus integrantes e as limitações de condições para o desenvolvimento das ações. Importante perceber que a exposição das Mulheres Guerreiras já se tornara uma realidade

¹⁷⁵PINTO, Rita de Cássia Santos. Museu de Favela: Relatório de andamento Produto 2. Rio de Janeiro, agosto de 2011.

¹⁷⁶PINTO, Rita de Cássia Santos. Museu de Favela: Relatório de andamento Produto 2. Rio de Janeiro, agosto de 2011.

possível, portanto as mulheres guerreiras já existiam e faziam parte do processo e o bazar de memória objetivava a ampliação da dinâmica de ver o Museu como polo que pudesse irradiar a capacidade de gerar renda de seus moradores, revertendo para eles em formato de benefícios. O processo de inventariar acervos do MUF tem muito a dizer de sua forma de compreender o território e de avançar em acúmulos que permitam uma dinâmica rica de vida como diz Rita de Cassia Santos Pinto:

Em cada itinerância foram recolhidos depoimentos de visitantes e o MUF os traz de volta para exposições no território museal, para os moradores conhecerem o impacto e o interesse que suas memórias provocam fora da favela. Parte desse acervo compõe uma exposição permanente na Base 1 do Museu de Favela, em Cantagalo. (...) O morador, ao ler os banners com memórias da favela e impressões do público de fora, fica estimulado a narrar sua própria história. (Pinto, 2011:11)

As ações definidas pelo MUF para realizar as etapas do processo de inventariado dos acervos são apresentadas por meio de um Quadro Esquemático do Plano de Ação para Inventários do Museu de Favela em 2011. Com a divisão em três etapas, a saber: Modos de Inventários; Formas de Revelação de Inventários (Difusão) e Canais de Inclusão Produtiva de Acervos, este último demonstrando como o Museu compreende a dinâmica de desenvolvimento dos inventários e também para quem serve em uma rotina museal que se preocupa com a conexão do espaço Museu e seus componentes com as necessidades locais. Observar este aspecto contribui para o entendimento das potencialidades de tais práticas e significa um caminho que pode ser explorado por outras experiências como elemento importante de aproximação da comunidade das ações museais empreendidas em territórios. O MUF nos apresenta uma alternativa para a produção de sentidos e utilidade prática para os acervos identificados e como por meio dele pode gerar e agregar benefícios para o coletivo, produzindo um ciclo que movimenta uma engenharia que, ao mesmo tempo em que alimenta o desejo de conhecer as memórias criando outras formas de se relacionar com ela; inclusive despertando para outra forma de se ver, também contribui para a criação de estratégias que permitam aos moradores fazer o que estão acostumados a fazer no morro, sobreviver de seu trabalho.

Em modos de inventário, realiza atividades voltadas para Entrevistas orais no território museal; Pesquisas documentais e de campo; Oficinas Culturais; Ciclo de Conversas Giratórias do MUF e Feiras de trocas (produtos x memórias). Já em formas de revelação de inventário, observa com bastante perspicácia a intenção do Programa Pontos de Memória, e talvez por ser uma experiência que tem um nível de conhecimento maior sobre si mesma, com trajetória mais definida, reconhece que a produção dos conteúdos

devem ser devolvidos a comunidade em forma de ação para que sejam reconhecidos e postos em circulação e movimento, gerando mesmo mais conteúdo. Importante destacar que ao promover estas ações o Museu se relaciona com o seu público e proporciona a estes uma oportunidade de aprendizado que pode contribuir com uma oportunidade de resignificação de sentidos a partir da experiência de olhar para seu território a partir de outras práticas e experiências. Assim, o MUF decide devolver as informações da seguinte forma: Obras de Arte e Performances Culturais no Circuito das Casas Telas¹⁷⁷ (roteiro piloto de visitação); Atividades nas Bases Operacionais do MUF, em especial as Oficinas Culturais e Exposições Itinerantes. Mais uma vez o Museu se apresenta de forma a contemplar as ações em desenvolvimento, potencializando ainda mais a sua capacidade e alcance.

Tais atividades refletem a rotina dinâmica adquirida pelo MUF desde os seus primeiros anos de atuação em 2009, com os desafios de cumprir etapas em editais de premiação e todas as dificuldades enfrentada por sua equipe de diretores para que a proposta pudesse acontecer, o MUF seguiu confiante na tarefa de prosseguir fortalecendo as relações e dinâmicas em seu território em benefício da memória de seus moradores em tempo que contribuía de forma significativa para a consolidação da Museologia Social no Brasil.

Os Canais de Inclusão Produtiva de Acervos permitem ao MUF ampliar a capacidade de atuação da instituição para dentro e fora do território com estratégias de geração de renda em benefício de sua manutenção, contribuindo também para que os moradores possam se relacionar e observar os potenciais de crescimento que o Museu oferece. Uma ampla rede de negócios pode surgir a partir da visão estratégica de que seus acervos merecem ser ressignificados gerando oportunidades em diferentes sentidos para o território. As ações empreendidas nesse sentido são: Plano de Negócios da REDEMUF (exportar para lojas de museus no mundo) Lojinhas do MUF nas Bases Locais; Participação em feiras, eventos e visitas dentro e fora do território (PINTO, 2011:3).

O MUF lançou em maio uma campanha de troca de confecções de roupas infantis e juvenis por relatos ou objetos de memória dos moradores. Gravou depoimentos e recebeu fotografias. Na Lojinha do Museu o Bazar de Memórias passa a ser permanente. Qualquer morador pode ir até lá, escolher a roupa que deseja, fazer sua troca e contribuir para os inventários de memórias do Museu de Favela. Essa ação de inventário é desenvolvida pela REDEMUF, um dos núcleos do Museu de Favela que tem como proposta a integração em rede dos moradores desse território museal, que façam algum trabalho de arte, artesanato, culinária ou mesmo estabelecidos comercialmente. Como incentivo e apoio a esses moradores está

¹⁷⁷A esse respeito ver item Museu de Favela neste trabalho.

sendo montada a loja da REDEMUF na Base 1 do Museu de Favela. (PINTO, 2011:7).

A partir do Processo de constituição do seu Inventário participativo, o MUF contribui com o Programa a partir da criação de uma lista de “temas levantados no Inventário de memórias da cultura local, como primeira indicação de um thesaurus específico para os Pontos de Memória, que pode ser ampliado e aperfeiçoado na medida em que se desenvolvam os demais projetos” (PINTO, 2011:4 apud CAVALCANTI, 2012).

Os temas elencados pelo MUF auxiliam no entendimento das dinâmicas existentes nas localidades indicadas para o Programa e, como indica a consultora local, pode sugerir proximidades entre as todas as localidades, especialmente nos aspectos mais gerais reconhecendo que a maioria das localidades possuem contextos de formação semelhantes. Com das devidas adaptações esse pode ser um bom conjunto de indicadores de acervos para as experiências de Pontos de Memória. Os temas elencados pelo MUF foram: Capoeira, Samba de Roda, Candomblé, Nordeste e Migrantes, Cultura Nordestina, Cultura Negra, Arte-artesanato, Raizeiras e Plantas de comer, espirituais e medicinais, Festas Religiosas (Folia de Reis, Novenas, São Jorge, São João, Procissão de Ramos), Líderes políticos e Religiosos: Leonel Brizola, Tião, Frei Nereu Plano Inclinado, Sinistros, Literatura de Cordel, HipHop, Saberes de quituteiras, Brincadeiras das Crianças da Favela, Romance na favela (PINTO, 2011:4 apud CAVALCANTI, 2012).

A experiência do Museu Comunitário Lomba do Pinheiro, está atrelada a sua trajetória e reflete um território, assim como os demais, ameaçado por inúmeras ausências governamentais, situação de violência e descaso. Criado em 2006, como já foi apresentado, o Museu Comunitário Lomba do Pinheiro agrega o Programa Pontos de Memória e a partir dele potencializa suas experiências e práticas de memória social. O Inventário Participativo do Ponto de Memória Lomba do Pinheiro propõe em termos metodológicos três etapas, com início no trabalho de reconhecimento dos acervos do Museu Comunitário Lomba do Pinheiro caracterizado como a primeira etapa do processo. A metodologia proposta prevê a análise do acervo já consolidado e inventariado do Museu para, a partir daí, selecionar os materiais que seriam utilizados na “pesquisa” (Morates, 2011). O Museu Lomba do Pinheiro possui um acervo importante que contribuiu para que o trabalho proposto pela equipe do Ponto pudesse desenvolver uma ação mais integrada e apropriada a partir das fontes arquivadas.

Tais acervos correspondem à vocação comunitária do Museu Lomba, é o que podemos considerar a partir das análises dos jornais Rota do Trabalhador com edições de 1997 a 2001, editados por moradores com a finalidade de noticiar os acontecimentos da época, ocorridos no bairro Lomba do Pinheiro e Restinga. Outro material importante para a

constituição do Museu e para o trabalho do Ponto de Memória no desenvolvimento do Inventário é resultado do mapeamento cultural realizado em 2007 pelas Professoras Kaja Królikiewicz e Caiuá Cardoso Al-Alam, com a colaboração de várias pessoas denominadas como sendo “da Lomba do Pinheiro”¹⁷⁸. Este material, na percepção do consultor, já é um inventário participativo, no entanto, não foi denominada desse modo, a equipe “reviu” com o intuito de estabelecer as devidas atualizações no material para ser incorporado ao conjunto de informações que dariam origem as fichas. A partir da identificação das fontes, o grupo inicia a segunda etapa do processo relacionada à elaboração das fichas de inventário em todas as comunidades do bairro; “o objetivo da ficha é ser preenchido em reuniões, de forma participativa e democrática”. (MORATES, 2011:5)

O Inventário Participativo da Lomba do Pinheiro foi desenvolvido de maneira sistemática, estruturado em três etapas (pesquisa, elaboração de fichas e aplicação das fichas nas 33 vilas do bairro), contratando e qualificando pesquisadores (ver CAVALCANTI, 2012).

(...) o inventário é uma das formas da população entender o patrimônio; no entanto, diferente do inventário tradicional, o inventário participativo se aproxima mais da população e torna-se mais complexo sendo, assim, um trabalho extenso e sistemático. (MORATES, 2011:3).

A segunda etapa, o desenvolvimento da ficha de inventário, contou com a realização de reuniões dedicadas a discussão entre os membros do Conselho Gestor do Museu a fim de que pudesse definir as estratégias para por em prática a aplicação das fichas. O papel preponderante do Conselho contribuiu para que pudessem ampliar o alcance do Museu até os vários bairros do Lomba. Constituído de pessoas engajadas e militantes em diferentes frentes na comunidade, os conselheiros também se responsabilizaram em difundir e contribuir para que mais pessoas pudessem participar das ações Morates (2011).

A terceira etapa do Inventário refere-se à aplicação das fichas de inventário elaboradas, nesta fase a participação dos moradores, lideranças comunitárias e instituições locais faziam-se extremamente necessária, pois sem ela não justificaria o termo participativo do inventário e contrariaria toda a proposta. Para a equipe do Museu, este ponto tornou-se um desafio na medida em que a participação dos integrantes não era uma condição fácil de alcançar.

¹⁷⁸ O projeto Mapa da Cultura da Região da Lomba do Pinheiro, resultado de um curso de jornalismo promovido no IPDAE (Instituto Popular de Arte e Educação).

Podemos atribuir esta dificuldade também aos demais pontos que identificam ser a participação comunitária uma condição difícil de garantir nos processos empreendidos, por isso utilizam-se de métodos mais atraentes como, por exemplo, o Ponto de Memória Terra Firme, que parece não ter enfrentado esta situação, pelo menos é o que indica a narrativa feita a partir das visitas técnicas de acompanhamento dos Pontos de Memória pelas consultorias. Por meio de ações agregadoras conseguiram manter uma boa participação da comunidade. O Inventário Participativo de Terra Firme propôs diferentes iniciativas, como rodas de memória e encontros temáticos, ações de difusão do projeto, como o Cortejo Cultural: “É notável a capacidade de mobilização do grupo, criando eventos que causam impacto na comunidade” (CAVALCANTI, 2012).

O Ponto de Memória do Taquaril, também optou por atividades diversificadas para atrair a comunidade realizando, por exemplo, o evento “Varal de Memórias”, entrevistas, pesquisas em arquivos e um festival de música para selecionar e premiar a melhor canção sobre o bairro, ficando em primeiro lugar o tema “Meu Brasil Taquaril”. (CAVALCANTI, 2012).

As fichas são elementos comuns na constituição dos inventários e possibilitam agrupamento das informações importantes para a consolidação dos acervos e sua organização. Vários são os instrumentos oriundos de metodologias diferenciadas que propõem a utilização de fichas. O documento produzido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por meio da Coordenadora-Geral de Difusão e Projetos, no âmbito da Coordenadora de Educação Patrimonial, intitulado: Educação Patrimonial: inventários participativos¹⁷⁹ indica uma série de informações acessíveis, com base no Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC, contribuindo para o desenvolvimento de práticas variadas que lidam com o Patrimônio Cultural e suas variáveis. Este documento, por exemplo, aponta para a existência de 05 fichas que compõem um inventário, a saber: Ficha do Projeto; Ficha do Território; Fichas das Categorias (Lugares, Objetos, Celebrações, Forma de Expressão e Saberes); Ficha das Fontes Pesquisadas; Ficha do Relatório de Imagem e Ficha do Roteiro de Entrevista. Tais instrumentos auxiliam a compreensão do método e garantem liberdade e autonomia para a construção do processo participativo. Além da descrição pormenorizada com a indicação de reflexões e exercícios este documento apresenta os modelos de fichas em auxílio para cada atividade.

¹⁷⁹O documento pode ser acessado no endereço eletrônico: (último acesso em 05/07/2017)portal.iphan.gov.br/uploads/publicação/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf

Com base em metodologias de ferramentas já existentes no Iphan, principalmente o Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC, foi desenvolvido e disponibilizado, em 2012 o Inventário Pedagógico, fruto da participação do Iphan na atividade de Educação Patrimonial do Programa Mais Educação, da Secretaria de Educação Básica do MEC. Decidiu-se, à época, que em função da diversidade de contextos culturais disso, a partir do trabalho inicial de reconhecimento proposto pelo material, esperava-se incentivar a criatividade e inventividade em cada escola para desenvolver seus próprios produtos e ações e faixas etárias atendidas pelo Programa, seria necessário pensar uma atividade que abarcasse tais diferenças culturais, geracionais e territoriais, criando uma aproximação inicial com o tema patrimônio cultural. Além disso, a partir do trabalho inicial de reconhecimento proposto pelo material, esperava-se incentivar a criatividade e inventividade em cada escola para desenvolver seus próprios produtos e ações. (IPHAN, 2015. p. 6)

Importante ressaltar a dimensão dada pelo IPHAN para o caráter participativo deste inventário. Sua proposição se assemelha em grande medida com as expectativas e desejos da equipe que concebe e executa o Programa Pontos de Memória no âmbito do IBRAM:

Nessa perspectiva, considera a comunidade como protagonista para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural. Alinha, ainda, o tema da preservação do patrimônio cultural ao entendimento de elementos como território, convívio e cidade como possibilidades de constante aprendizado e formação, associando valores como cidadania, participação social e melhoria de qualidade de vida. (IPHAN, 2015. p. 5)

Nem todos os Pontos de Memória escolheram os caminhos tradicionais para o desenvolvimento de seus Planos de Ação, o que demonstra a flexibilidade do Programa quanto à condução de suas ações metodológicas, mas também consideramos esta iniciativa respeitosa com as diferentes fases em que se encontravam as iniciativas. Algumas adquiriram ao longo dos anos primeiros anos de desenvolvimento do programa, contados aqui de 2009 a 2012, considerando a 1ª e 2ª fases do Programa e outros avançaram, mas a partir de suas dificuldades e limitações. Como uma ampla proposta piloto perceber estas ênfases a partir de cada iniciativa permite um acúmulo de informações imprescindíveis para as próximas etapas do Programa e para as demais iniciativas de Museologia Social no país. Nesse caso é possível esboçar uma primeira constatação, não existe uma metodologia única capaz de dar conta da diversidade de experiências geradas pelas comunidades.

Como exemplo, citamos o Ponto de Memória da Estrutural que diante da oportunidade de aproximar-se da Universidade, acolheu a ajuda das professoras do curso de Museologia que atuaram de forma próxima para que o Ponto pudesse alcançar seus objetivos. Importante destacar os acúmulos gerados a partir da experiência para a própria universidade e seu projeto de extensão. Esta é sem dúvida uma oportunidade que permite a

construção conjunta de conhecimentos a partir da vivência dos alunos em processo de formação e os moradores interessados em conhecer conceitos, métodos e técnicas que ampliem a sua capacidade de criação e atuação em território.

Com vistas ao desenvolvimento do Inventário participativo, alguns pontos conseguiram realizar a oficina de Inventário e avançaram em suas construções. No entanto, é importante destacar que dos 11 Pontos de Memória que permaneceram como parte da iniciativa, apenas sete, conseguiram concluir seus inventários até dezembro de 2012, foram : Estrutural, Terra Firme, Museu de Favela, Museu Lomba do Pinheiro, Grande Bom Jardim, Museu do Taquaril, Museu de Periferia. Os demais Pontos: Coque, Beiru, Grande São Pedro e Jacintinho não haviam terminado os seus processos de Inventário.

A Estrutural, como estratégia para alcançar seus objetivos, investiu em parcerias. Por exemplo, por iniciativa do próprio Ponto, em diálogo com o Curso de Museologia da UnB, com vistas ao desenvolvimento de seu Inventário Participativo, foi realizada uma oficina de capacitação, ministrada pela Professora Deborah Silva Santos, com uma duração total de 16 horas, repartidas em 4 sessões, realizadas em novembro e dezembro de 2011. A respeito dessa parceria a consultora local Deuzani Noleto explica que o projeto de extensão do Curso de Museologia da FCI/UnB participa do Projeto Ponto de Memória desde o início, com ações de qualificação da coordenação do Ponto de Memória nas várias ações com vistas ao desenvolvimento de um trabalho mais técnico. Os alunos do Curso de Museologia envolvidos nas práticas extensionistas para além do aprendizado contribuem para a realização das metas estabelecidas pelo Ponto. As atividades de conservação e de inventário do acervo da exposição Luta, Resistência e Conquistas e da exposição A Mulher e a Cidade, são objetos da cooperação estabelecida entre Universidade e Ponto de Memória, que abrangem higienização, registro fotográfico, organização da informação, oficinas, reestruturação da biblioteca comunitária, oficina de encadernação, mediação em visitas em museus etc. (NOLETO, 2013, p. 28)

(...) tem sido de fundamental importância à parceria realizada com o Departamento de Museologia, nas figuras das professoras Silmara Küster, Débora Santos e Ana Lúcia de Abreu, com o apoio de seus alunos e alunas extensionistas, que têm dado o suporte, principalmente técnico, mas não só, tanto no sentido de organizar, conservar e inventariar o acervo que já temos, como no sentido de planejar e executar os novos projetos de pesquisa da memória local, além do treinamento e formação da equipe envolvida no Ponto de Memória da Estrutural. (NOLETO, 2013:4)

Como estratégias para o desenvolvimento do Inventário Participativo a estrutural pensou em três etapas: Inventariar o acervo e ampliar a participação; Produzir e inventariar o novo acervo do Ponto de Memória; Dar continuidade ao projeto Ponto de Memória

viabilizando o Museu Comunitário da Estrutural, o aumento do seu acervo, a sua manutenção e funcionamento. Em seu relatório Noletto (2013) aponta as etapas cumpridas destacando que foram realizadas 10 histórias orais com moradores até a data de entrega do relatório julho de 2013; destaca que entrevistas com 150 moradores estão em andamento e das cinco rodas de memória planejadas, foram realizadas uma com os primeiros moradores da Estrutural, antes do lixão, que moravam à beira do córrego Cabeceira do Valo e as demais encontram-se em andamento. Além das entrevistas o Ponto de Memória, em cumprimento a etapa 02 realizou pesquisas em jornais da administração regional e a sistematização do material recolhido por meio das entrevistas.

As oficinas, realizadas pela equipe do IBRAM, configuraram uma tentativa de discutir aspectos fundamentais para os grupos com os quais eles pretendem se fortalecer para seguir com a realização das ações em território. Observar que os Pontos necessitavam e, por isso, cobravam da gestão do Programa a realização de mais oficinas de formação, assim como as orientações dos consultores nesse sentido, corroboram com o entendimento que de este programa além de um inspirador de apropriação e empoderamento das comunidades, é acima de tudo uma oportunidade impar de formação. Formação política, com o incentivo a gestão compartilhada, formação cidadã, ao proporcionar o diálogo acerca de temas de interesse da comunidade em detrimento das questões individuais e formação social, pois permite que os integrantes percebam as condições de precariedade a que são submetidos, via descaso das autoridades que mascaram as localidades sobre a alcunha de violentas como se isso justificasse a falta de iniciativas que os retirem da condição de abandono total.

A este respeito às contribuições de Catherine Walsh, sobre a pedagogia e a decolonialidade, em texto *Lo pedagógico y lo decolonial: Entretejiendo caminos* publicado em 2014, de forma independente a partir do apoio de coletivos, nos oferece as condições necessárias para compreender a dimensão pedagógica que consideramos existir no processo de constituição do Programa Pontos de Memória por meio da experiência de seus inventários participativos. O livro a que fazemos referência tem como principal interesse:

es abrir consideración, atención y reflexión hacia los caminos y condiciones radicalmente “otros” de pensamiento, re- e in-surgimiento, levantamiento y edificación, hacia prácticas entendidas pedagógicamente —prácticas como pedagogías— que a la vez, hacen cuestionar y desafiar la razón única de la modernidad occidental y el poder colonial aún presente, desenganchándose de ella. Pedagogías que animan el pensar desde y con genealogías, racionalidades, conocimientos, prácticas y sistemas civilizatorios y de vivir distintos. Pedagogías que incitan posibilidades de estar, ser, sentir, existir, hacer, pensar, mirar, escuchar y saber de otro modo, pedagogías enrumbadas hacia y ancladas en procesos y proyectos de carácter, horizonte e intento decolonial (WALSH, 2014. P.13).

Nesse sentido, consideramos que as experiências que são conformadas a partir da atuação dos Pontos de Memória, e também dos museus que surgem a partir deles, são iniciativas que contribuem com a recriação das dinâmicas estabelecidas em território o que fortalecem as dimensões políticas, poéticas e as pedagógicas em articulação com a colonialidade do saber, compreendida como uma dimensão epistêmica da colonialidade do poder. No que se referem às análises do Programa Pontos de Memória, entendemos a partir das ideias de Catherine Walsh dimensão pedagógica como:

Obviamente, la pedagogía y lo pedagógico aquí no están pensados en el sentido instrumentalista de la enseñanza y transmisión del saber, tampoco están limitadas al campo de la educación o los espacios escolarizados. Más bien, y como dijo una vez Paulo Freire, la pedagogía se entiende como metodología imprescindible dentro de y para las luchas sociales, políticas, ontológicas y epistémicas de liberación. (WALSH, 2014. P.13)

A discussão sobre a pedagogia e o decolonial ganha relevo considerável para esta discussão, por considerar necessário investir em pequenas vitórias, travadas por meio de experimentações em territórios subalternos. Paulo Freire que utilizamos para dar conta da dimensão política é retomado, pois sua prática e experiência se articulam entre todas as dimensões propostas nesta tese (política, pedagógica e poética). Suas contribuições são contundentes para o campo da Museologia especialmente no que se refere à educação é indissociável das práticas museológicas sociais. Assim, o autor também é utilizado por Walsh que salienta a importância de estarmos atentos para a potência da educação frente aos desafios que nossas sociedades enfrentam ao respirar ainda a atmosfera da colonização.

Os desafios são grandes por que somos obrigados a aceitar as lógicas estabelecidas por meio de uma cosmovisão limitadora e castradora, no entanto, para estes autores a educação representa bandeira de luta em prol de novas formas de relacionamento com o mundo permitindo outras abordagens que indiquem alternativas de sociabilidade a partir do compromisso com o outro.

Os Pontos de Memória contribuem, dessa forma, para que as comunidades enfrentem os desafios, mesmo sem ter todos os elementos para perceberem os avanços que estabelecem ao criar estratégias de ressurgimento, rumo a construções que provoquem e inspirem novas reflexões e considerações pedagógicas e talvez, novas leituras da problemática acerca da (des) colonização. (WALSH, 2014). A interação pedagógica em território marginalizado se mostra presente a partir do interesse com que os grupos

constroem seus processos de formação, a partir dos indivíduos investindo, como vimos, em ações que possibilitem que cada vez mais se possa conhecer outras possibilidades de se relacionar com o seu território e com as condições de vida a que são submetidos.

Os Inventários Participativos, as ações desenvolvidas por meio dos Planos de Ação como exposições, livros, blogs, cartilhas, mapas, todas com a intenção de difundir os acervos reunidos por meio das ações participativas, podem ser, a partir das ideias aqui propostas, iniciativas que exercitam a dimensão pedagógica do Programa Pontos de Memória em direção a práticas museais insurgentes e decolonizadoras. Em conformidade com tais ideias é importante considerar que:

Pedagogías entendidas de manera múltiple: como algo dado y revelado; [que hace] abrir paso, traspasar, interrumpir, desplazar e invertir prácticas y conceptos heredados, estas metodologías síquicas, analíticas y organizacionales que usamos para saber lo que creemos que sabemos para hacer posible conversaciones y solidaridades diferentes; como proyecto tanto epistémico como ontológico ligado a nuestro ser [...]. Pedagogías [que] convocan conocimientos subordinados producidos en el contexto de prácticas de marginalización, para poder desestabilizar las prácticas existentes de saber y así cruzar los límites ficticios de exclusión y marginalización. (Alexander, Jaqui. 2005, apud Walsh, 2014. p. 14)

Ao refletir sobre os ganhos que a experiência do Programa Pontos de Memória, agrega para o campo da museologia, em especial aquelas práticas conectadas com os pressupostos da Museologia Social e seu exercício de provocar ações ancoradas em processos educacionais e pedagógicos encontramos aproximações importantes com trabalhos voltados para o fortalecimento das memórias coletivas destacados por Walsh (2014):

entre las comunidades del afro- Pacífico ecuatoriano impactadas por el extractivismo, la cultivación de la palma, y la situación de violencia traída por la regionalización del conflicto colombiano y las complicidades entre narcotraficante, intereses capitalistas y extractivistas, y el supuesto olvido estatal. Recuperar, reconstruir y hacer re-vivir la memoria colectiva sobre territorio y derecho ancestral, haciendo esta recuperación, reconstrucción y revivencia parte de procesos pedagógicos colectivos, ha permitido consolidar comprensiones sobre la resistencia-existencia ante el largo horizonte colonial y relacionarlas al momento actual. También ha contribuido a reestablecer y fortalecer relaciones de aprendizaje intergeneracionales y, a su vez, emprender reflexiones sobre los caminos pedagógico- accionales por construir y recorrer. (Walsh, 2014. p. 66)

Por fim, a dimensão pedagógica presente no Programa Pontos de Memória, considera a prática educacional como uma ferramenta que possa provocar formas de aprendizagens e como diz Walsh (2014) “desaprendizajes y reaprendizajes desprendimientos y nuevos enganchamientos”. A partir da experimentação de processos museais que tenham como horizonte a prática de iniciativas pedagógicas desafiadoras da

lógica normatizadora, capitalista, patriarcal, racista e homofóbica, atreladas a perspectiva da colonialidade do poder, colonialidade do saber e colonialidade do ser, contribuimos com a construção de caminhos que nos levam a pensar e sentir desde a perspectiva decolonial. Nesse sentido, assim como para Catherine Walsh, consideramos que a colonialidade não é uma teoria para seguir mais sim um projeto para assumir. Esta perspectiva nos permite pensar que este desafio torna-se mais proveitoso se nos apoiarmos em ações a partir da reflexão e da prática pedagógica a partir especialmente de práticas museais decoloniais.

4.1.3. Dimensão Poética

O objeto pode sucessivamente mudar de sentido e de aspecto conforme a chama poética que o atinge, o consome ou o poupa (BACHELARD, 1990, p. 9).

Com a intenção de abordar a dimensão poética dos Pontos de Memória, é importante refletir sobre a capacidade que estas experiências têm de produzir novos objetos, pautados por afetos, indignações, subjetividades que, podem muitas vezes, impulsionam os integrantes e participantes a mudarem sua disposição em produzir discursos políticos, poéticos e pedagógicos, visando a melhoria das condições de vida dos grupos e coletivos subalternizados. A poesia e a poética da memória estão presentes em diferentes práticas que se dedicam em exercitar os museus como espaço de experimentações priorizando o sentir e a reflexão por meio de exposições com propostas desafiadoras para o campo dos museus e da museologia compreender. Nesse caso, propõem ser espaços de relações em que os temas abordados referem-se à capacidade de refletir sobre a realidade com vistas a transforma-la ou mesmo reconhecê-la.

A poesia presente nos pontos de memória está associada, neste caso, à capacidade de organização dos grupos com vista a exercitar novas práticas a partir do cotidiano de resistências. As articulações, parcerias, as etapas já trabalhadas anteriormente e as dimensões política e pedagógica dos pontos deságuam na capacidade de realizar transformações por meio das histórias e memórias carregadas sentimentos, sejam de dor e

sofrimento, mas também de alegrias, conquistas e amores. Os sonhos estão presentes em todas as etapas. Os moradores sonham com uma vida melhor, com escolas, com hospitais, com saneamento básico, com retirada de lixo, sonham com empregos mais estáveis, com salários mais dignos, com espaços de lazer e cultura, querem mais do que possuem e não querem mais do que merecem e precisam. Suas lutas cotidianas obrigam o fortalecimento de armaduras que os impedem de reconhecer quem são especialmente enquanto sujeitos históricos capazes de produzir suas próprias memórias e narrativas. Fragilizados por uma série de descasos promovidos por uma sociedade colonizadora, veem na oportunidade de estabelecer novos vínculos, por meio da memória, chances únicas e não as desperdiçam como podemos perceber por meio do depoimento de João Bispo¹⁸⁰:

Resgatar a história de região, trazê-la para o presente para que todos a conheçam é muito emocionante. Quando a gente se vê nas fotos, no documentário, dá vontade de chorar. O museu vai permitir tanto que os jovens conheçam a construção do bairro e reconheçam seus antepassados na luta pelo território, assim como convidará os mais velhos a lembrar com orgulho daquela época difícil¹⁸¹.

Assim, ao acreditar na proposta do Programa as comunidades desconsideram a insegurança, desconfiança e investem na ideia de que é possível recriar memórias e promover integração e debate de ideias por meio das memórias locais. As lideranças comunitárias comportam-se de forma desconfiada das intenções do Governo Federal. Esse sentimento, confirmado por meio dos produtos analisados¹⁸², reflete uma das principais conquistas deste processo: a relação política, pedagógica e poética compartilhada por meio de iniciativas com caráter dialógico. Mesmo diante das chances de não dar certo o Programa, por meio de seus gestores em articulação no território optou por promover o estímulo para que os protagonistas das ações museais locais, pudessem acreditar na capacidade que tem de seguir costurando as criações e realizações com o tema da memória como articulador central.

Essa ação do Ministério da Cultura é, na verdade, um desafio e uma ousadia do governo, do estado em fazer essa provocação do museu contemporâneo, da forma como está sendo pensado. Realmente nós não nos enganamos, pois se depender somente do governo não sairá porque haverá muitas forças poderosas e tradicionais que têm clareza de que esse movimento é um movimento de desafio, desafio da sociedade desafio do governo em falar que existem outras culturas, existem outras

¹⁸⁰ João Bispo é historiador e presidente do Movimento Comunitário da Grande São Pedro

¹⁸¹ SCHUABB, Sara. 2010. Produto 2 - Documento contendo os textos de comunicação comunitária sobre as atividades pertinentes ao processo de constituição dos Pontos de Memória

¹⁸² A esse respeito ver Produtos 04, 07 de (CAVALCANTI, 2012) e (SCHUABB, Sara, 2010) Produto 4 referente ao 2º contrato, nas referências bibliográficas desta tese.

formas de pensar a memória e não a que a sociedade pensou a centenas de anos atrás.¹⁸³

O Programa conseguiu perceber a importância das ações autônomas e garantiu liberdade e autonomia para que cada experiência buscasse suas realizações, sem indicações de modelos ou de preferências conceituais e metodológicas. Por mais que a ideia central sempre estivesse girando em torno das exposições e que o principal gerenciador do programa fosse um organismo que pensasse os museus, muitos pontos decidiram por pensar em produtos de difusão ancorados em práticas que os tornassem mais seguros dentro do processo, decisão que contribuiu para aumentar o nível de confiança entre o IBRAM, organismo público, e as comunidades. Outro aspecto que consideramos importante para a análise da dimensão poética dos Pontos foi à autonomia para a escolha dos métodos, aplicação de recursos e cronograma de realização. A autonomia para seguir a construção de forma mais condizente com os limites de cada realidade, contribuiu para que os processos pudessem respeitar suas dificuldades e investir na capacidade criadora a partir dos potenciais de cada comunidade.

Assim, como as escolhas foram feitas pelos grupos, a motivação e a circulação de informações junto à comunidade também correu de forma mais livre. O acompanhamento realizado pelos gestores do programa respeitou, inclusive, por falta de condições adequadas para um acompanhamento mais próximo, os tempos de cada coletivo, indicando, sempre que necessário, que não era necessário avançar sem que as etapas estivessem acordadas em comunidade ou, pelo menos, com o conselho gestor, nesse caso o principal elo entre os responsáveis pela iniciativa junto ao IBRAM.

As narrativas sobre os produtos de difusão, em acordo com a metodologia proposta pelo programa serão objeto de nossa análise. Para isso, consideramos a perspectiva da colonialidade do ser, elemento central para esta discussão que pretende compreender como ações de memória podem agregar coletivos em busca de oportunidades para o exercício do enfrentamento, do empoderamento e da transformação social dos indivíduos que tem negados sua capacidade de expressão e argumentação por meio de narrativas individuais e coletivas. Silenciados, resta apenas o inconformismo como ferramenta para uma transformação. Tal inconformismo aliado ao desejo de produzir mudança alimenta os sonhos

¹⁸³Depoimento de Fábio (no produto não consta o sobrenome) durante a I Teia da Memória em Salvador. In: FERNANDES, Daniel. Documento preliminar de definição de indicadores e de instrumentos de validação da pesquisa junto à equipe do IBRAM e comunidades, em atendimento ao Produto 2 do TOR 135 referente ao Projeto Pontos de Memória, sob a coordenação do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.

desses processos museais indignados que produzem arte, cultura e leveza para lidar com tamanha opressão.

A respeito das narrativas Pedro Pereira Leite, inspirado pelas ideias de Pierre Mayrand e Hobsbawn (1988) nos ajuda a lembrar que “naturalmente qualquer narrativa é hegemônica e qualquer tradição é inventada”. No entanto, a relevância da “narrativa pela intersubjetividade não deriva do valor da materialidade do discurso e dos objetos, mas da experiência vivida. Da troca de ideias para a produção de narrativas em que os diversos sujeitos estejam implicados” (LEITE, 2012).

A construção das narrativas escolhidas pelos Pontos de Memória dialoga com a perspectiva apresentada por Leite (2012) quando o autor afirma que na intersubjetividade a narrativa museológica é construída pelo outro. “Daí a importância da sua palavra e da sua ação na construção do processo museológico. Não é a construção duma ideia criada no seio de uma comunidade hegemônica que prevalece, mas sim o processo de construção dessa hegemonia como ação que se constitui como narrativa” (LEITE, 2012).

A respeito da dimensão poética é interessante observar que esta assume um papel aglutinador das demais, pois perpassa todas as dimensões aqui propostas. No que se refere à poética, aqui entendida como aquilo que transcende a produção de significados, que inova e produz criações a partir da comunicação. A dimensão é poética por que é plural. “Poética por que é uma narrativa que liberta os significados contidos nas formas, através de sua verbalização e ritualização; e teórica porque ao mesmo tempo em que situa um discurso num espaço e num tempo contextual a recria através da releitura da experiência social significativa”. (LEITE, 2012).

As iniciativas empreendidas pelos Pontos de Memória são amplas, com detalhes e procedimentos bastante complexos, fruto das articulações em seus territórios de origem. Um pouco desta riqueza já foi abordado na parte referente aos Pontos de Memória deste trabalho. Aqui, nesta etapa, concentramos esforços em propor possíveis alternativas de compreensão da dimensão poética do Programa. Com este intuito chamamos atenção para aspectos que julgamos importantes por abordar de forma mais direta os desafios poéticos destas experiências e o que elas significam para a constituição do campo da Museologia Social no Brasil.

Por exemplo, os produtos de difusão escolhidos por terra Firme foram à cartilha e a exposição, com vistas à ampliação da divulgação da prática dentro da comunidade. Uma estratégia para chamar atenção dos moradores que não sabem da existência do museu e tão pouco para que servem. Este é um desafio enfrentado pelos Pontos de Memória. A dinâmica de desconhecimento acerca dos museus e dos sentidos variados que a memória

pode ter para cada um é tema enfrentado por todas as experiências museais analisadas no âmbito do Programa e, por isso, as alternativas mais procuradas pelos Pontos foi o exercício da visibilidade, ou seja, a apresentação dos objetivos de cada iniciativa por meio de instrumentos como publicações, blogs e exposições. “O Ponto de Memória da Terra Firme teve a necessidade de elaborar a exposição “Terra Firme: de tudo um pouco” com o intuito de registro, preservação e divulgação da história e memória do Bairro da Terra Firme” (MOURA, 2012, p. 11)

Para Marília Xavier Cury (2006), as exposições são meios que não tem importância por si só, elas apenas significam quando articuladas pela interação do público com espaço museal. Tal afirmação se constrói como uma indicação preciosa para estes grupos que experimentam a importância da exposição, exatamente por ela ser um elo entre o público (morador, em especial) e os temas de interesse abordados que dizem respeito invariavelmente aos aspectos vivenciados coletivamente em território. No caso de Terra Firme, a função da exposição foi refletir sobre as singularidades do bairro, divulgar o Projeto do Ponto de Memória, oportunizar maior envolvimento com os moradores indicando a importância de que debates e maior conhecimento acerca dos temas relacionados à memória coletiva e individual com vistas a fortalecer o Ponto como instrumento de afirmação da identidade do bairro. Assim, o conselho gestor espera contribuir com a desvinculação da imagem negativa de bairro violento e marginalizado junto ao restante da cidade de Belém (MORAES, 2012.p 11).

Para a realização da exposição o Ponto contou com a ajuda de profissionais do Museu Goeldi¹⁸⁴. Tal apoio expressivo demonstra um compromisso do Museu Goeldi com as práticas museais comunitárias, responsabilidade social ao enfrentar em conjunto os desafios para o fortalecimento de memória dos bairros que circundam o Museu. Prática que reforça a ideia de que inúmeras são as possibilidades de parceria entre os museus, sejam tradicionais, comunitários ou de qualquer outra tipologia. Corroborando com a ideia de que não é a tipologia do museu que é limitadora, mais sim suas práticas. O vínculo do Museu Goeldi com o Ponto de Memória da Terra Firme se deve especialmente pelo convívio anterior do Museu com a comunidade. Antes mesmo do Programa Pontos de Memória acontecer, a parceria museu comunidade já existia. O programa contribuiu para que a lógica das parcerias fosse alterada, modificando as relações estabelecidas. Chamamos atenção

¹⁸⁴ Uma das principais articuladoras da parceria entre Museu Paraense Emílio Goeldi e a comunidade de Terra Firme é “Helena do Socorro Alves Quadros, coordenadora do Núcleo de Visitas Orientadas ao Parque do Museu Goeldi. Desde 1985, a pedagoga, desenvolve o projeto “Museu Goeldi leva Educação e Ciência a Comunidade” no Bairro da Terra Firme. A partir desse projeto diversas ações são desenvolvidas pelo e para bairro em parceria com o Museu Goeldi”. (MORAES, 2012. p. 174)

para o fato de que estas relações ainda precisam ser compreendidas, estudadas, indicando seus limites e possibilidades, mas, no momento, é possível afirmar que elas não afetam a dimensão poética das realizações, ao contrário potencializam as dinâmicas enriquecendo ambas as instituições, agora compreendendo o Ponto de Memória como instância independente do Museu Goeldi.

O Ponto de Memória da Terra Firme tem a parceria do Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG para elaboração da “Exposição Terra Firme: de tudo um pouco”, representada pela conselheira Helena Quadros Msc. Em Educação em Museus que viabilizou a colaboração de Carlota Brito, arquiteta do Museu Goeldi responsável pela criação de diversas exposições do MPEG. Desta maneira, a colaboradora ofertou duas oficinas a fim de contribuir para o planejamento e confecção da exposição do Ponto de Memória. As oficinas foram ofertadas para a comunidade da Terra Firme com o intuito de formar o corpo técnico da exposição. (MORAES, 2012.p 11).



Imagem 18: Participantes da oficina Planejamento e Montagem de Exposição para Museus Comunitários, ministrada por Carlota Brito, arquiteta do Museu Goeldi, no primeiro dia de atividades.
Foto: Camila Moura, 2012.

O Produto de difusão do Ponto de memória da Estrutural também nos aponta elementos interessantes para discutir e apresentar como evidências dessa articulação necessária entre as dimensões políticas, poéticas e pedagógicas. O grupo que compõe a Estrutural e realiza o Ponto de Memória, como já foi abordado, é articulado por meio de vários movimentos sociais e são bastante autônomos em seus territórios, a realização a exposição foi uma atividade que contribuiu para agregar as demandas já apresentadas e para fortalecer as bases da militância social. As práticas empreendidas de diálogo já

apontadas pelos resultados do seu processo de composição dos Conselhos Gestores e dos Inventários Participativos são sistematizadas com a realização da exposição, nesse caso, e para todos os demais Pontos uma atitude prevista pela proposta metodológica. Afinal, é importante que os resultados alcançados sejam expostos e comunicados de alguma forma, configurando uma grande iniciativa motivacional e de formação cidadã onde a experiência de realização das exposições contribui para que todo o processo vivenciado pelos Pontos, por cerca de dois anos possa ter um momento de reflexão e sistematização abrindo, depois dele, espaço para novas construções. Importante destacar que este processo também pode significar a identificação dos limites das comunidades ao constatarem a falta de elementos decisivos, tais como: interesse na participação, mobilização, recursos financeiros e apoios institucionais, para a continuidade dos processos.

A Exposição Movimentos da Estrutural - Luta, Resistência e Conquistas – inaugurada em 21 de maio de 2011, retratou a história de luta do povo da Estrutural – DF, uma área nobre do Distrito Federal, ao lado do Parque Nacional de Brasília e a poucos quilômetros do Palácio do Planalto. A mostra fez um recorte da imensa labuta que foi conquistar a Estrutural, marcado por lutas que custaram vidas e saúde de muita gente, mas que também geraram muitas conquistas, que fazem hoje da Estrutural um lugar vivo. Há muitas outras imagens, muitas outras lutas que ainda não foram representadas, mas a exposição marcou o início e o incentivo para que o povo da Estrutural, tão guerreiro, continue a contar sua história (NOLETO, 2013. p. 10).



Imagem19: Pipa confeccionada pela comunidade em exposição na Casa dos Movimentos. Fonte: Acervo Ponto de Memória da estrutural

A partir da narrativa de Deuzani Noletto e da imagem acima, compreendemos um pouco do que foi para a comunidade da Estrutural desenvolver seus produtos de difusão. Conhecer, por meio dos relatos dos participantes e integrantes como se deu o processo de concepção, montagem e as ações que ocorreram a partir da exposição ilustram a capacidade que iniciativas como estas têm de gerar novas oportunidades e criações, fortalecendo as dinâmicas locais e agregando valor aos processos de luta já empreendidos.

A pipa, a cafifa ou a raia, brinquedo muito popular no Brasil, foi o grande objeto gerador da exposição da Estrutural. Acima representado, ele define em linhas bem concretas o processo de transformação que foi empreendido no grupo que deu origem ao Ponto de Memória que teceu uma a uma a rabiola da raia. O espírito de coletividade, presente na comunidade, a imagem transmite os elementos que nortearam todo o fazer da exposição. Com a integração entre museólogos e moradores, integrantes do Ponto de Memória, a exposição cumpriu todas as etapas previstas usualmente nas montagens de exposições, no entanto, seu contexto era completamente diferente. A contar que estavam todos integrados com uma proposta de exposição que pretendia relatar três eixos bastante emblemáticos para a comunidade, como relata Noletto no fragmento acima. Ressaltar a luta, a resistência e a conquista dos moradores da Estrutural não era tarefa fácil, diante de tantas histórias e memórias. A seleção foi possível a partir da ajuda mútua e responsabilidade compartilhada para a resolução das questões e dúvidas acerca das escolhas museográficas, entre a equipe do IBRAM e o Ponto de Memória. É possível arriscar que nenhum outro Ponto de Memória experimentou tamanho envolvimento. Por conta da proximidade da sede do IBRAM ao Ponto, por ocasião da exposição toda a equipe do Departamento de Processos Museais esteve envolvida com as atividades de montagem da primeira exposição.

Por meio da realização de oficinas práticas, a equipe mobilizada, contribuiu para que o processo de montagem fosse um momento de aprendizado e reflexão acerca do processo de constituição de uma exposição na comunidade, inaugurando também uma nova prática onde os museólogos, arquitetos, historiadores e outros profissionais do IBRAM, pudessem deixar tarefas administrativas de gestão de acervos e políticas públicas realizadas em gabinete, na segurança de seus prédios e ar condicionados, para colocar literalmente a mão na massa, contribuindo para a legitimidade de um processo que se pretende ancorado nos pressupostos da Museologia Social e, nesse ponto, compreendemos o quão militante e comprometido pode ser o trabalho à frente de uma política pública.



Imagem 20: Oficina Prática de Montagem da Exposição Movimentos da Estrutural: Luta, Resistência e Conquistas – Março a maio de 2011 Fonte: Ponto de Memória

Os processos de aprendizagem que surgem desta experiência podem ser sentidos no desenvolvimento e amadurecimento do Ponto que em:

Pouco mais de um ano mais tarde, dia 10 de novembro de 2012, o Ponto de Memória da Estrutural inaugurava sua segunda exposição, “A mulher e a cidade”, na sede do Ponto. Os resultados dessa segunda experiência demonstram a maturidade e seriedade do trabalho desenvolvido, tratando um tema também recorrente entre os demais Pontos de Memória: a importância do papel das mulheres na comunidade. (CAVALCANTI, 2012. p. 10).

A partir desta integração um aspecto bastante importante para o processo de montagem da exposição foi a decisão de optar pelo lixão como fonte de recursos para os suportes que serviriam para a montagem da exposição. O lixão é um problema e também a solução para grande maioria dos moradores da Estrutural. O problema pode ser identificado mais facilmente, afinal um lixão não é exatamente o lugar que gostaríamos de ter como lar ou mesmo vizinho. No entanto, era desse mesmo lugar que muitos ali tiram o seu sustento, como prova do abandono deste lugar, localizado no coração da capital do País próximo a Praça dos Três Poderes no Plano Piloto em Brasília. Tal escolha movimentava alguns pontos importantes, um deles é a capacidade criativa dos moradores em perceber que esta escolha e decisão representam por si só uma atitude política, um enfrentamento. O lixo gera incômodo, gera desprezo, desconforto, já reutilizado, desperta sentimentos de retomada, esperança, acúmulos de possibilidades que re-significam a própria história de resistência dos moradores.

As articulações decorrentes da inauguração da exposição: Luta, Resistência e Conquistas e da repercussão do processo para os integrantes, para a comunidade, fortaleceu laços com Instituições interessadas em promover o diálogo e a curiosidade acadêmica com a proposta, como foi o caso do curso de museologia da UNB. Entre outras parcerias desenvolvidas pelo Ponto, esta talvez tenha sido a que mais ampliou a percepção museal do território. Tanto para os integrantes do Ponto quanto para os alunos e professores do curso. A esse respeito uma das imagens que mais simbolizam o enraizamento da proposta para o campo da museologia é a ação descrita pelos integrantes do Ponto como “pipa em processo de higienização” e faz parte do acervo da UNB:



Imagem 21: Pipa em processo de Higienização. Fonte: Curso de Museologia da UNB.

Estamos falando do processo museológico de preservação de um bem, nesse caso uma pipa de papel confeccionada pelos moradores e parte integrante da exposição com materiais reciclados vindo de um lixão, parte de um museu localizado numa comunidade favelada de Brasília que conta suas histórias e memórias de luta, resistências e conquistas. O empenho, dedicação dos alunos ao tratarem deste patrimônio, denuncia uma relação dialógica e uma prática decolonizadora importante para a história da Museologia Social Brasileira. Não estamos dialogando a partir dos cânones que designam o que é patrimônio e dão valor a eles com base em referências colonizadores, se trata aqui de preservar antes de tudo a dimensão poética desta relação oriunda das práticas da Museologia Social e conferir a ela outros sentidos e noção de pertencimentos que ampliem a capacidade de gerar

transformações, construções em benefício de uma prática museal decolonizadora e que avança o discurso e se materializa no processo de ensino aprendizagem efetivamente em posição de troca e ressignificados.

Em um esforço de provocar o fazer poético do Programa Pontos de Memória e considerando a capacidade imbricada de cada uma das dimensões aqui apresentadas, outra experiência que pode ser considerada ícone das relações estabelecidas entre as exposições dos Pontos de Memória, que demonstram a capacidade de deslocar o pensamento do campo museal quando o assunto é acervo, conservação e preservação foi o processo de restauração das Casas-Tela no Museu de Favela, onde de forma também participativa o processo de ensino aprendido para a preservação da dimensão poética do acervo gerou inúmeros benefícios sacudindo a concepção museológica e os valores atribuídos a tais práticas. A esse respeito, Fernanda Figueiras Rodrigues (2015) apresenta em detalhes, em sua dissertação de mestrado, o processo de restauração do acervo do MUF e nos motiva a tecer algumas comparações, pois permite também compreender o papel destas experiências para a geração de novas abordagens e concepções. No caso da Estrutural, a parceria foi realizada com a Escola de Museologia, já no MUF todo o processo foi pensado a partir dos referenciais da comunidade e de seus diretores com apoio de especialistas, mas a tomada de decisão circulou no território, o que torna a experiência ainda mais emblemática e estimulante para o campo da Museologia Social.

Diante da importância da memória das Casas-Tela, os diretores do MUF optaram pela restauração das obras de arte. A ideia de manter as pinturas decorre do entendimento de que as memórias contidas nos graffiti seriam um patrimônio das comunidades. Antônia disse que o MUF entende as Casas-Tela como obras de arte e que como qualquer outra obra de arte, elas vão passar por um restauro. É importante frisar que, segundo Rita de Cássia e Sidney, a restauração é uma decisão do museu, uma demanda do colegiado, mas muitos moradores querem a mesma, alguns até gostariam que o desenho fosse modificado. Rita inclusive, contrapondo a opinião de outros diretores, gostaria de ver novas propostas de pinturas. Acredita que se são um museu em constante mudança, por que teriam que permanecer as mesmas artes? Afirmou que são muitas as histórias a serem contadas. Porém, acredita que isso poderia causar uma certa tensão em moradores que não tiveram suas casas pintadas. Poderiam achar que o MUF está pintando uma nova pintura em uma casa que já havia sido contemplada. O ideal mesmo seria expandir o circuito, mas para isso, é necessária verba. (RODRIGUES, 2015, p. 161)

O processo de escolha acerca da restauração das Casas - Tela, pelos diretores do Museu em consulta aos moradores e artistas que realizaram as pinturas, demonstra como ressalta Rodrigues (2015) um claro posicionamento do Museu, frente aos desafios de sua rotina, pautada pelos conflitos territoriais e pelas possibilidades de enfrentamento desses conflitos. A discussão proposta tem relação direta com o fato de que os moradores vivem em um território que aprende a cada dia, ajudados pelas ações do Museu, a compreenderem e

valorizarem suas memórias. A noção de que na porta de suas casas existe um trabalho de arte que retrata a vivência da favela, garante ar de inovação pedagógica em ritmo acelerado. A poesia existente nos olhares dos moradores ao contemplarem a arte produzida e até então marginalizada, representa uma intenção alcançada. A amplitude de possibilidades e de sentidos confere ao processo, realidade e um rompimento de rompimento com a visão sacralizada da arte e da cultura para os moradores da comunidade que muitas vezes ficam sem saber muito bem o que significa a prática para o universo museológico e patrimonial, apenas consideram que seu território ganha outros contornos ao propor tal iniciativa, reconhecem e valorizam por meio do MUF suas origens, veem vantagem em ter paredes, portas e janelas coloridos com a cara do morro. Opinam com relação à imagem que querem ver retratada em suas fachadas num exercício pleno de auto decolonização de suas visões de mundo amplamente colonizadas e, por conseguinte subalternizadas.

Todo o processo foi muito interessante, moradores, em especial crianças, paravam para olhar a confecção das pinturas. Alguns elogiavam, pediam para Acme pintar suas casas e até mesmo para tirar uma fotografia com eles. Foram comuns frases como “Tinha que fazer em todas as casas”, “Está ficando bolado, Acme”, “Acme é o cara, o melhor da comunidade”, “Acme colore a comunidade”. As crianças sempre pediam tinta e perguntavam se podiam pintar escrever seus nomes. Percebe-se aqui a necessidade delas de se representarem também. Talvez se o MUF realmente propusesse um curso de graffiti, teria bastante demanda. Foi comum também a passagem de turistas, alguns deles hospedados na comunidade, durante a restauração. Eles fotografaram o processo, muitas vezes com câmeras profissionais (RODRIGUES, 2015, p. 175).

O Museu de favela e a Estrutural são experiências de Pontos de Memória que apresentam elementos para a observação de uma dimensão poética das relações estabelecidas em território e que podem, assim como afirma a definição de colonialidade do ser significar rupturas ampliando a capacidade de valorização da condição humana, retirando o véu de descaso e de inferioridade que paira sobre estes grupos.

(...) la colonialidad del ser refiere a la dimensión ontológica de la colonialidad del poder, esto es, la experiencia vivida del sistema mundo moderno/colonial en el que se inferioriza deshumanizando total o parcialmente a determinadas poblaciones, apareciendo otras como la expresión misma de la humanidad (RESTREPO; ROJAS, 2010: 156).

A respeito da colonialidade do ser, e como esta pode estar expressa nas dinâmicas vivenciadas pelos grupos em constante diálogo e transformação, destacamos uma passagem de Rodrigues (2015), que pode contribuir com o que estamos tratando. A sensibilidade da autora ao se colocar em território durante a realização da pesquisa aberta

as influências territoriais vividas pelos moradores em constante diálogo e troca, demonstra a sutileza dos momentos compartilhados reforçando a dimensão poética das práticas a partir de aprendizados que contribuem com os processos decolonizadores do pensamento museal.

Há outra situação que merece ser narrada, que não é ligada às pinturas, mas sim à minha presença no território museal. Em meio às restaurações, estávamos eu e uma fotógrafa voluntária. Esta era estrangeira, mas estava vivendo na comunidade. Crianças estavam conversando sobre Acme e uma delas disse que estudava com o filho dele e em que parte do morro ele morava. As crianças então perguntaram para a fotógrafa onde ela morava, ela olhou meio desconfiada, mas disse que morava na “Igrejinha” (subunidade do Cantagalo). Se voltaram então para mim e perguntaram onde eu morava. Eu disse que não morava na comunidade e então a pergunta foi certa: “Ah, não tia? Então de que morro você é?”. Ressalto este momento como uma situação de não pertencimento e de estranhamento. Muitas vezes ouvi histórias de pessoas no “asfalto” terem vergonha de dizer que moram no “morro”. Naquele momento, diante daquelas crianças, a situação foi inversa. Eu não vivia no morro, não fazia parte de sua realidade. O interessante também era notar que para elas se eu não morava em PPG, eu deveria ser de outra comunidade. Respondi sua pergunta, mas elas pareceram não conhecer meu bairro, o Flamengo. Apenas uma menina disse “Não é Botafogo não, né tia?” A realidade é que eu estava ali enquanto pesquisadora de um universo ao qual não pertencço. Estava o tempo todo “afetado” e meu “olhar externo” sendo “afetado” pelo campo de pesquisa. Neste caso específico, fui “afetada” pela “geografia imaginária de criança”, onde só existiam as favelas. (RODRIGUES, 2015, p. 176).

A esse respeito, a possibilidade de compreender o imaginário de uma criança acerca de sua realidade social, nos permite também perceber o alcance que deve ser dado a práticas e experiências como as empreendidas pelo Museu de Favela, nesse caso. Para Mignolo (2007) a descolonização do conhecimento e do ser não pode ser pensada a partir de outra perspectiva se não a dos subalternos, dessa forma, deve propor ações que a partir do reconhecimento de anos de injustiças, desigualdades, exploração e, por conseguintes, várias formas de humilhações propostas pelo sistema mundo moderno/colonial, indique outro mundo onde a criatividade e o interesse pelos seres humanos e a celebração da vida estejam acima do êxito individual, da meritocracia, da acumulação e do capital. (p.176).

Já o Ponto de Memória Museu de Periferia, MUPE, localizado na Comunidade do Sítio cercado em Curitiba – Paraná desenvolveu seu produto de difusão por meio da exposição “Memórias e Sonhos do Sítio Cercado”. Como nas demais exposições planejadas pelos Pontos de Memória, esta segue a mesma direção ao propor uma exposição voltada para a comunidade e sua história de luta e resistência. Nesse caso, assim como o Ponto de Memória da Estrutural, o foco privilegiado desta exposição foi retratar os momentos de luta e resistência que culminaram com o fortalecimento do bairro. A articulação entre os

moradores, especialmente aqueles que constituíam o Conselho Gestor é expresso nas palavras de Marcelo Rocha, consultor local:

No mês de junho de 2011 o Conselho Gestor se reuniu colocando em pauta a procura de um local que abrigasse a exposição inaugural. O auditório da Associação Nossa Senhora da Luta foi a melhor opção, tanto pelo significado histórico por ser a primeira associação do Xapinhal, quanto pelas condições estruturais do imóvel. O auditório possuía área compatível para a exposição sendo necessária apenas a pintura, porém o problema maior era o pátio que estava totalmente sem condições de receber eventos. (ROCHA, 2012, p. 13).

Considerada uma ação estratégica para o fortalecimento da memória social do bairro, lembrar e homenagear aqueles que participaram da ocupação, que foi considerada o maior conflito de terra urbano da década de oitenta e um marco importante nas ocupações promovidas pelos movimentos por moradia (ROCHA, 2012). O Inventário Participativo desenvolvido pelo MUPE realizou diferentes atividades com vistas a formar parte do acervo que daria vida a exposição e com vistas a organizar as informações sobre o episódio histórico, o MUPE organizou uma roda de memória com cerca de 15 participantes para conversar sobre o tema da ocupação, na ocasião segundo relato do consultor: “algumas senhoras de idade mais avançada contaram sobre como resistiram às dificuldades para cozinhar, dormir, cuidar dos filhos, e ainda atuar na linha de frente numa barreira humana que protegia o acampamento da intervenção policial”. (idem, 2012, p. 06)

As ações de escuta da comunidade, de recolhimento e ressignificação dos acervos documentais, foram iniciativas do grupo para a tarefa de executar o Inventário Participativo. Essas ações dão sentido a exposição, uma vez que esta se propõe a apresentar as narrativas de enfrentamento ao descaso e a violência contra os moradores que ocupavam o terreno. Importante ressaltar o papel de destaque dado às mulheres no processo. Como parte integrante das etapas de inventário, o Ponto organizou uma roda de mulheres intitulada “Um Olhar Feminino sobre a Memória”. Segundo Rocha (2012) o encontro foi realizado na Associação Educativa Rainha da Paz na Vila Rio Negro para comemorar a 5ª Primavera de Museus e contou com mulheres de todas as regiões do bairro que discutiram os temas mais variados desde família e moradia passando por violência e atualidades.

O Sítio Cercado, palco de inúmeros conflitos sociais, território de experiências marcantes no desenvolvimento social, econômico e cultural de seus habitantes, dá início ao registro da memória a partir dos arquivos e acervos pesquisados pelos agentes de memória em cada região do bairro. O modelo colaborativo e participativo de pesquisa apresenta resultados consistentes. É fruto do esforço coletivo dos participantes e representa um ganho para o Programa Pontos de Memória, pelo fato de comprovar que o desejo de memória é uma realidade presente em

cada indivíduo, em todos os grupos sociais de todas as comunidades. (ROCHA, 2012, p. 08).

Segundo Cavalcanti (2012) em comparação com a experiência do Museu de Periferia e a experiência do Museu Lomba do Pinheiro, este primeiro, não possuía condições técnicas de sozinho empreender tal realização, uma vez que “não contavam com nenhuma experiência prévia, pessoal qualificado ou parceria que garantisse a realização de uma exposição com parâmetros mínimos de qualidade” (CAVALCANTI, 2012 p.05). Assim, compreendendo as dificuldades e os limites enfrentados pelo MUPE foi viabilizado pelo IBRAM a participação em formato de oficina do cenógrafo carioca responsável pela museografia do Museu da Maré, Marcelo Vieira. A participação do profissional contribuiu para que a formação do Ponto de Memória nos temas sobre montagem e concepção de exposições pudesse agregar valores ao processo, resultando de uma exposição que refletiu as necessidades do bairro por meio de uma narrativa que se propôs decolonizadora do pensamento museal e articulada com a vida dos moradores. A participação do Marcelo Vieira proporcionou ao grupo a oportunidade de dialogar com outras iniciativas que sofreram processos semelhantes, como é o caso do Museu da Maré, e proporciona ao cenógrafo a oportunidade de ampliar a capacidade de criação a partir de contextos semelhantes.

Os objetos cenográficos utilizados despertam a capacidade poética que envolve todo o processo de reconhecimento da luta por moradia. Escolhidos por meio da sensibilidade de seus idealizadores com base nas narrativas dos moradores, a sutileza dos rompimentos propostos com a ordem estatal que oprime e abandona os moradores das ocupações, estes resistem e comprovam sua capacidade de luta e ressurgimento a partir da eleição de fragmentos que comprovam que os sonhos não podem morrer, e para a Museologia Social, eles são o combustível que aliado a reflexão das situações de subalternidades produzidas, encontram ânimo para insurgirem-se. A dimensão poética desta exposição reflete as demais práticas da Museologia Social e dos Pontos de Memória listados aqui.



Imagem 22: Oficina de Expografia. Marcelo Vieira. Foto: Lavínia Cavalcanti, consultora Programa Pontos de Memória.



Imagem 23: Objetos expostos na Exposição "Memórias e Sonhos do Sítio Cercado" e legenda de Lavínia Cavalcanti. Foto: Lavínia Cavalcanti

Ao finalizar o produto destinado ao IBRAM com os resultados obtidos a partir do processo de realização do Produto de Difusão em cumprimento as exigências metodológicas, o consultor local Marcelo Rocha nos brinda com a seguinte declaração

acerca do processo vivenciado até aquele momento pelo Conselho Gestor do Ponto de Memória do Sítio Cercado, descoberto como Museu de Periferia:

Durante o desenvolvimento do projeto de difusão do Museu de Periferia, pudemos verificar que a museologia social transcende o direito de memória. Inúmeras questões da vida humana puderam ser vislumbradas com a pesquisa da ocupação da periferia de Curitiba: os hábitos, os costumes, a tradição, enfim, a cultural local em suas múltiplas facetas. Consideramos que, com essa pequena amostra territorial, nesse curto espaço de tempo, o resultado final foi expressivo para as comunidades que tiveram suas memórias mostradas na exposição “Memórias e Sonhos do Sítio cercado”. Meses após o lançamento do MUPE, sabemos que a manutenção do Ponto de Memória é um desejo de muitos, porém, levado a sério por poucos. Mesmo assim, comemoramos e compartilhamos o sucesso desta primeira etapa com os consultores do Ibram e com todos que acreditaram nesta empreitada (ROCHA, 2012, p. 22).

Dentre as experiências que deram vida aos Pontos de Memória, duas delas se destacam por já possuírem trajetória no campo museal, antes de integrarem o Programa. Com isso os Pontos de Memória que já eram museus: Museu de Favela e o Museu Comunitário Lomba do Pinheiro avançaram com mais segurança em diferentes aspectos e contribuíram para a consolidação das demais iniciativas, seja com os relatos de ações e soluções de conflitos já enfrentados nos encontros e teias do Programa, ou mesmo com apoio contínuo via a troca de mensagens e articulação que ocorriam durante o desenvolvimento das atividades do programa.

Em conformidade com o Plano de Ação do Ponto de Memória Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro foi proposto à criação de diferentes produtos de difusão, entre eles: a realização de uma exposição, a reforma da exposição de longa duração e a confecção de um multimídia. A reforma da exposição que já havia no Museu, foi uma maneira de proporcionar ao Museu que recebia o Ponto de Memória a oportunidade de avançar em suas propostas anteriormente formuladas. A UFRGS é parceira da iniciativa do Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro e apoia com a presença de estagiários e a colaboração dos professores por meio de projetos de pesquisa e extensão universitária.



Imagem 24: Exposição Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro. Foto: Lavínia Cavalcanti.

Tanto para o MUF quanto para o Museu do Lomba, os recursos, metodologias, possibilidade de integração e articulação em âmbito nacional por meio do IBRAM, tornaram a experiência do Programa bastante oportuna. Quando da escolha pelas localidades este aspecto foi levado em consideração pela equipe, ou seja, a existência de iniciativas já consolidadas no território potencializaria as ações do programa, ampliando o alcance e a consolidação de tais iniciativas. Creio que intercâmbio entre a experiência poderia ter sido mais intensificado e composto mesmo a metodologia do programa. Além destas duas experiências, Terra Firme e Estrutural, acabaram se beneficiando das parcerias já consolidada com a Universidade e outros Museus o que permitiu avanços mais concretos por parte destas experiências e a permanência das ações mais regulares.

A reforma da exposição de longa duração do Museu Comunitário Lomba do Pinheiro consistiu na aquisição de expositores e iluminação. Segundo Cavalcanti (2012). A exposição "Lomba do Pinheiro: patrimônio inventariado e itinerários culturais" envolveu a participação das 33 vilas que compõem o bairro, além do apoio de diversos colaboradores e profissionais, todas parte integrante das etapas de realização do Inventário participativo, como já foi dito, que é o responsável pelo conteúdo explorado na narrativa expositiva. O esforço de construção do mapa que reflete o Bairro do Lomba do Pinheiro e suas múltiplas instituições e localidades é uma das ferramentas mais importantes do Museu. Serviu e serve até hoje de experiência inspiradora de novas práticas. Este mapa possui dupla função: ilustra a comunidade, identificando os marcos obtidos pelo Inventário Participativo e também

informações já existentes no acervo do Museu Comunitário e também funciona muito bem como um catálogo da exposição, com informações em seu verso, correspondentes aos totens desenvolvidos para o circuito expositivo.

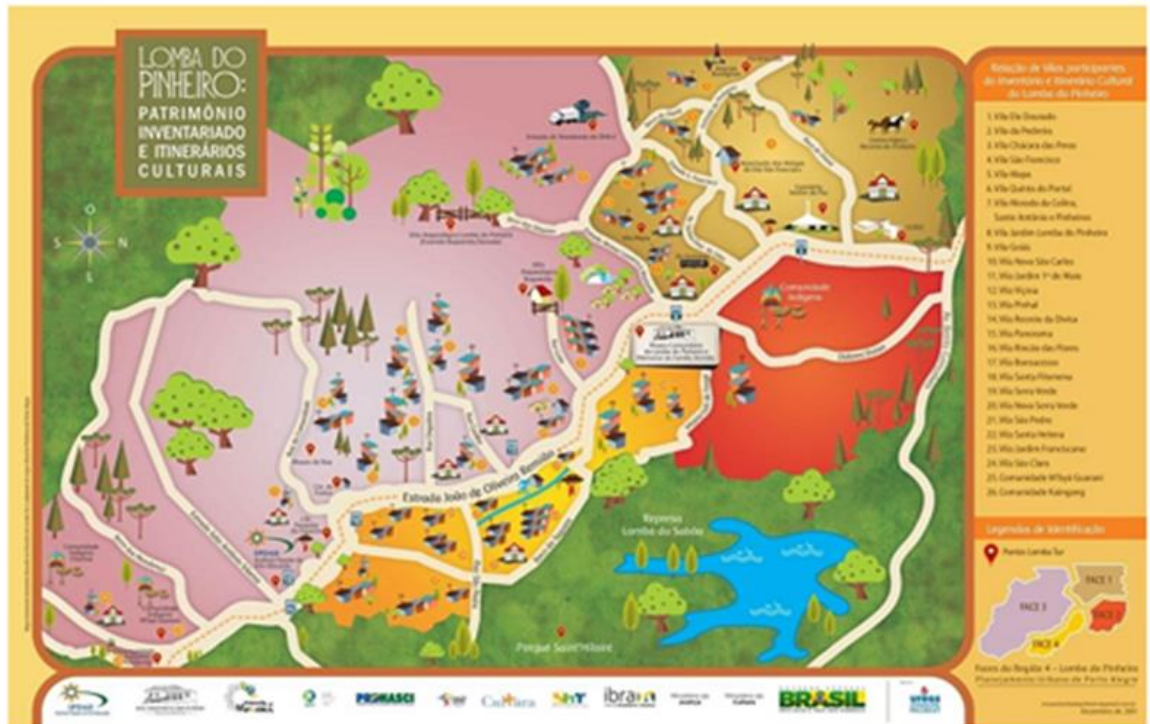


Imagem 25: Mapa-catálogo da exposição (frente).
Foto: Lavinia Cavalcanti.

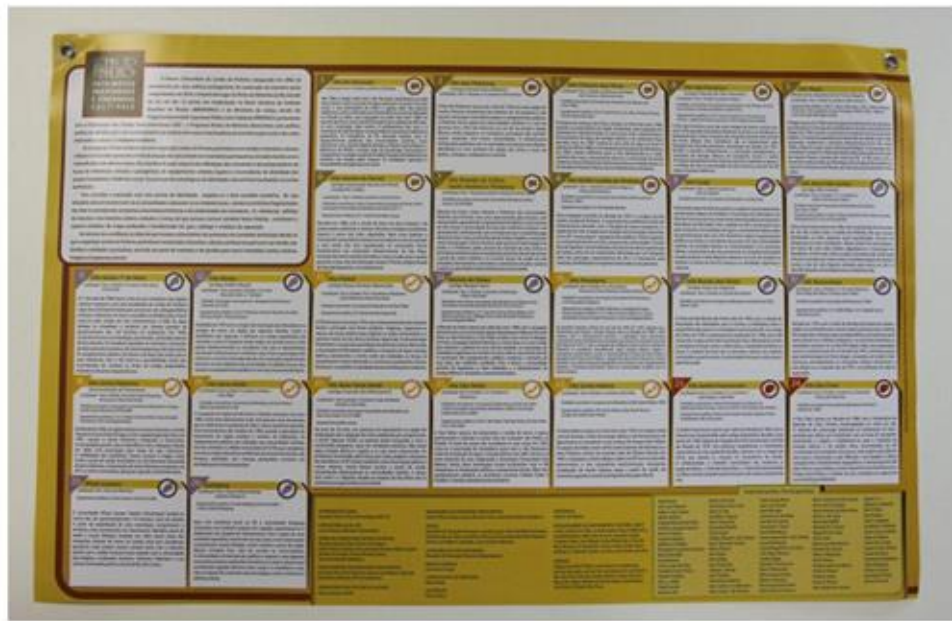


Imagem: 26 Mapa-catálogo da exposição (verso).

Foto: Lavínia Cavalcanti

O texto que compõe a exposição demonstra claramente a importância do processo de Inventário Participativo para a realização do produto de difusão neste caso a exposição. Por meio dos encontros e ações desenvolvidas para coletar informações e dados sobre a comunidade, os integrantes do Ponto de Memória fortalecem a relação com a comunidade, com presença mais frequente em todas as instituições, espaços de convivência e casas de moradores, o museu entra no cotidiano das pessoas e proporciona um momento de reflexão a partir das potencialidades destes lugares em produzir memórias, movimentos sociais e culturais:

O inventários são resultados do trabalho da comunidade na reconstrução das memórias coletivas. O processo vem ocorrendo há dois anos e se intensificou nos últimos dois meses. Cada liderança trabalhou junto para suas comunidades para inventariar as principais referências culturais dos moradores, registrando os equipamentos urbanos, a paisagem natural, os lugares e circunstâncias de identidade dos diversos grupos fundadores e habitantes do bairro. A partir da pesquisa, o Museu elaborou um mapa com 60 pontos estratégicos da identidade cultural (12 escolas, 24 vilas, 4 comunidades indígenas, vinícola, cemitério, pedreira, grupo musical, 2 sítios arqueológicos, escolas de música, museu) indicados pelos moradores. O mapa é guia e catálogo da exposição” (Texto de apresentação da exposição, Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro, apud CAVALCANTI, 2012).

Grande Bom Jardim

Assim como as demais experiências, Grande Bom Jardim também escolheu a exposição como um de seus produtos de difusão. Com a realização de significativo volume de oficinas e formações, objetivando reunir o maior número possível de informações que pudessem subsidiar o processo de criação, nesse caso da exposição e dos instrumentos digitais também incluídos como desejo de difusão. Durante meses a comunidade esteve reunida para trabalhar a sistematização das informações recolhidas. O processo agregou, segundo o consultor local, uma série de desafios mais também de aprendizado para todo o grupo:

Embora muitos se não todos os fatores possam corroborar para embarreiramento de processo da execução do plano de ação, a consecução de resultados é delineada ou fomentada. A execução do presente projeto reflete as limitações políticas e técnicas – vícios práticas da política comunitária – o que não poderia deixar de fazer existir, uma vez que nasceu e se exerce no seio do movimento popular de bairro de uma região periférica da cidade de Fortaleza (ALMEIDA, 2012)

Refletir sobre as relações estabelecidas entre os representantes das comunidades, protagonistas das práticas realizadas, e as tomadas de decisões nos ajuda a perceber como o Programa Pontos de Memória pode contribuir como processo de aprendizagem e comunicação, oferecendo condições para a ampliação da compreensão da sociedade frente aos desafios de adaptação que as mudanças promovem. Mudanças que se relacionam com a forma de compreender a memória e a participação em comunidade. Portanto, o conceito de participação inclui a ideia de cidadania, ao sublinhar a reivindicação política, a democratização e a socialização do saber, das decisões e das metas indicadas, com vistas a compreender outras filosofias que permitam a autonomia crítica dos sujeitos. Em consonância com as ideias da “pedagogia da liberdade”: “o aprendizado já é um modo de tomar consciência do real e como tal só pode dar-se dentro dessa tomada de consciência” (FREIRE, 1977:8).

No processo de fazer exposições, jogos, multimídias, jornais, livros, rodas de memórias e inúmeras novas formas escolhidas pelos Pontos para difundirem suas práticas, consideramos importante destacar as alternativas utilizadas por estas comunidades como estratégias para manter o diálogo e o estreitamento de laços para a realização das ações. Desse modo, pensar um pouco sobre os processos criativos que originam tais ações nos ajuda a compreender que estas mobilizam setores como: economia, cultura, desenvolvimento e sustentabilidade, a visão da cultura como investimento, como

oportunidade de gerar renda, entretenimento, aprendizado reforça a capacidade aglutinadora desta experiência e os benefícios que provoca. Assim, é possível considerar que a ampliação da criatividade local, inovação e mudanças de estratégias de circulação da arte e cultura local, só será possível quando a administração pública e, nesse aspecto entenda-se Programas e Políticas Públicas, também exercitarem a capacidade de produzir de forma imaginativa, atraindo soluções e inovações sociais, compreendendo que a criatividade deve ser considerada em todas as áreas não só a cultural, mas também nas áreas da educação, saúde, política e a governança (LANDRY, 2011).

A exposição “Jardins das Memórias” foi aberta ao público por ocasião do Lançamento do Ponto de Memória Grande Bom Jardim e é resultado de uma metodologia de trabalho que levou em consideração a atuação de moradores na coleta de informações, gerando conteúdos que pudessem refletir as histórias de luta e também celebrações dos moradores:

A exposição é resultado direto da pesquisa Inventário Participativo dos Bens Culturais do Grande Bom Jardim, pesquisa realizada por 10 moradores locais, representantes dos 05 bairros oficiais da Região Grande Bom Jardim, que foram selecionados por editais nos meses de janeiro e fevereiro de 2012 e capacitados em 03 módulos: Metodologias Qualitativas em Pesquisa em História; Fotografia Básica e Cartografia Comunitária Temática; executando os procedimentos de coleta entre os meses março agosto de 2012, a partir de 06 categorias referenciais e instrumentais de coleta de dados. A exposição foca seu argumento nas memórias das lutas e das celebrações do povo em seu processo de construção do território e de afirmação de suas identidades. (ALMEIDA, 2012:4).

A mostra, promovida pelos moradores a partir dos resultados acumulados, fortalecem a valorização da memória local por meio da atuação de jovens moradores e lideranças comunitárias. A coleta reuniu materiais referentes ao imaginário e práticas cotidianas da região, o que gerou uma bordando para a exposição pautada pelas lutas, resistências e celebrações locais. Um dos pontos em destaque da exposição foi a influência religiosa dos grupos pastorais na formação do território e as culturas religiosas de matriz africanas e ameríndias.



Imagem 27: Exposição “Jardins das Memórias”. Fonte: Produto 07/2012. Consultora: Lavínia Cavalcanti.

“Tudo se deu com luta e muita negociação com os poderes públicos. É um processo cheio de memórias, que mostra que a vida neste lugar da cidade não se deu em vão, sem movimento”, enfatiza o consultor local do Ponto de Memória, Adriano de Almeida (SCHUABB, Sara. 2013. P. 30) ¹⁸⁵.

Jacintinho

O Ponto de Memória do Jacintinho, lançou a exposição itinerante “Memórias que o vento não levou”, na feira do Jacintinho, um dos espaços considerados mais simbólicos da comunidade. O espaço escolhido para a realização desta exposição está diretamente relacionado com a forma com o Ponto de Memória escolheu para se colocar em território. Sua expressividade está relacionada com o fato de que para esta experiência, o Ponto de Memória se relaciona com toda a cidade de Maceió, com ações diferenciadas que promovem a arte a cultura e a memória:

O Ponto de Memória do Jacintinho/MCP apresenta uma característica diferenciadora com relação aos demais projetos, na medida em que pretende atuarem diferentes bairros de Maceió, e não apenas em uma comunidade específica. (CAVALCANTI, 2012: 27)

¹⁸⁵SCHUABB, Sara. 2013. Produto 5 – Documento descritivo-analítico sobre as ações desenvolvidas no Programa Pontos de Memória em 2012, na perspectiva do fortalecimento das articulações institucionais e comunitárias para a ampliação em rede. Sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos.



Imagem: 28 Exposição itinerante “Memórias que o vento não levou”. Fonte: Produto 07/2012.

Consultora: Lavínia Cavalcanti.

Parte do acervo exposto durante a realização da exposição, tem origem nos “Fragmentos dos relatos recolhidos na pesquisa de história oral do inventário participativo foram transcritos sobre tecidos, e pendurados no varal da exposição montada na feira de Jacintinho” Como podemos observar na imagem acima (CAVALCANTI, 2012: 27).



Imagem: 29 Exposição itinerante “Memórias que o vento não levou”. Fonte: Produto 07/2012.

Consultora: Lavínia Cavalcanti. Foto: Adriano Almeida /2012



Imagem: 30 Exposição itinerante “Memórias que o vento não levou”. Fonte: Produto 07/2012.
Consultora: Lavínia Cavalcanti. Foto: Adriano Almeida /2012

Ao optar por realizar a exposição na “Feirinha do Jacintinho” o Ponto de Memória, visou aprofundar as relações com os moradores, expondo suas memórias coletivamente construídas. Por ser um espaço aberto de muita presença e visibilidade local, a atenção para os temas de interesse do museu seria mais facilmente atraída. As imagens acima demonstram que com criatividade e entusiasmo os resultados são ampliados e fazem diferença para a conquista do diálogo acerca do museu, da memória individual e a coletiva que somadas constituem o território museal. A equipe do Museu da Cultura Periférica passava a ser naquele momento “Feirantes da Memória” Importante ressaltar que a exposição foi lançada seguida por mais duas grandes atividades que contribuíram para mobilizar ainda o bairro e diversificar e ampliar ainda mais o alcance de outros públicos, como os jovens e as crianças. Além da feira foi também utilizado o espaço da Escola Estadual Simplício, para uma palestra com a Professora Elizabeth Salgado. O Projeto Mirante Cultural: um quilombo chamado Jacintinho, em sua trigésima edição comemorou o mês da consciência negra, em uma noite de festa que teve como principal objetivo celebrar e discutir a memória do Jacintinho. (IBRAM, 2015: 33)

Nós, do Museu Cultura Periférica, acreditamos que a memória está em movimento e que vai além da recuperação do passado, pois é um instrumento de luta do povo. Ela está integrada ao dia a dia da comunidade. A museologia social dá ao povo seu lugar de direito, ou seja, o centro da narrativa. (IBRAM, 2015: 33)

O Ponto de Memória do Coque, já denominado de Museu do Mangue do Coque, realizou uma série de Ações Museais, atividades que fazem parte da estratégia

metodológica incentivada pelo IBRAM. Tais ações incluíram um blog¹⁸⁶ como investimento em atividades didático pedagógica visando à produção de mídias:

Enquanto estratégia didático-pedagógica, a produção colaborativa de mídias visa desenvolver as competências comunicativas, e a autonomia, com relação a criatividade no sentido de estimular a construção de conhecimento significativo na comunidade. O blog foi desenvolvido a partir da realização de uma oficina com essa finalidade e, que objetivou trabalhar as possibilidades pedagógicas de uso do blog no museu com a implementação e incorporação de linguagens audiovisuais e midiáticas, a interação entre os integrantes da comunidade e a construção de uma rede de conhecimento. (SANTOS, 2014: 10).

A exposição foi outro produto de difusão planejado pelo Ponto de Memória Museu Mangue do Coque e teve como objetivo apresentar o debate acumulado por ocasião do processo de inventário participativo na comunidade e promover o diálogo cultural, estimulando a discussão sobre temas variados de interesse da comunidade a partir dos interesses do museu. Segundo Santos (2014)¹⁸⁷ “Trata-se de uma exposição descontraída e dinâmica, aberta para o público em geral, em que convidados e parceiros da comunidade e a própria comunidade conversam sobre suas temáticas” (p. 15).



Imagens: 31 Exposição Museu Mangue do Coque.
Fonte: Produto 03/2014. SANTOS, Isabela Michelly Gomes dos

¹⁸⁶ www.museumanguedocoque.blogspot.com.br

¹⁸⁷ SANTOS, Isabela Michelly Gomes dos. Produto 3 – Relatório de Produtos de Difusão do Ponto de Memória Museu Mangue do Coque. Recife/2014. Sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos.

Considerando que o Ponto de Memória Museu Mangue do Coque tem um importante papel social a cumprir, entende-se que suas ações pedagógicas devam incluir as estratégias e recursos da comunicação social para fundamento de gestão do conhecimento. Nesse contexto, o domínio das linguagens midiáticas pode proporcionar a ampliação do acesso à informação e um melhor tratamento da mesma na construção dos referidos conhecimentos. (SANTOS, 2104: 10)

Beiru

Por meio de uma série de atividades, muitas delas já desenvolvidas antes mesmo do Ponto de Memória do Beiru, motivadas pela parceria com a Associação Mundo Negro, o Ponto continuou o realizar ações importantes visando a garantia do direito à memória dos moradores. A reedição do livro biográfico do escravo Beiru e o desenvolvimento de ações junto às escolas, além de iniciativas como: CineBeiru, Oficinas, Baú de Histórias e a Marcha do Beiru (SILVA, 2012)¹⁸⁸.

No que se refere à atividade Baú de Histórias o Ponto de Memória Beiru, dá ênfase a participação de crianças na constituição de processos comprometidos com a reflexão a partir de temas relacionados à memória, histórias de vida, contribuindo para que estas crianças e jovens possa refletir acerca de novas oportunidades possíveis para a escrita de novos futuros a partir do reconhecimento das lutas, dificuldades e resistência por que passaram e passam enquanto moradores de um Bairro com tantos problemas sociais, políticos, econômicos e culturais:

A criança ao frequentar o Ponto de Memória do Beiru torna-se membro de um mundo social diferente da sua família. A autoimagem, a autoestima e a autossuficiência da criança são construídas em todos os meios em que vive e através das relações com as pessoas que convive. O Baú de História vem colaborar nesta construção e aprendizagem de si mesmo, como também, na valorização e respeito das particularidades de casa um promovendo o conhecimento da sua própria história e o reconhecimento das diferenças em relação à história de outro favorecendo a construção de uma identidade coletiva. (SILVA, 2012:15)

Já a Marcha para Beirú, é uma ação com caráter mais político e reivindicatório pelo fim da discriminação racial e melhores condições para a população negra. A marcha acontece em homenagem ao Dia da Consciência Negra e conta com a participação e parceria da UFBA - Universidade Federal da Bahia; da ANNAD – Advogados Afro-

¹⁸⁸SILVA, Adriano Freitas. Produto 02/2012. Relatório do Inventário Participativo do Ponto de Memória do Beirú. Sob a coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos.

descendentes; da UNEB – Universidade do Estado da Bahia e das esferas governamentais em âmbito do Municipal, Estadual e Federal. (SILVA, 2012:15)



Imagem: 32 Marcha do Beiru. Foto: Acervo Ponto de Memória do Beiru. In: Produto (SILVA, 2012:15).

Grande São Pedro

A exposição “Sob os olhares da Ilha, São Pedro se constrói” é resultado do produto de difusão do Ponto de Memória Grande São Pedro. A exposição foi montada no Museu do Pescador, uma instituição municipal localizada na Ilha das Caieiras. A iniciativa visou difundir a ideia do Programa e da experiência para mais pessoas, ampliando o alcance da atividade na cidade, objetivo alcançado por mais de 500 pessoas que assinaram o livro de visitantes.



Imagem: 33 Lançamento da exposição no Museu do Pescador "Manoel dos Passos Lyrio"
Foto: Claudete O. Bispo - Out./2012. In: (GERVÁSIO, 2013)



Imagem: 34 Exposição e exibição de vídeos- Bairro Resistência - 03 e 04/08/2013
Foto: Livaldo A. Degásper. In: (GERVÁSIO, 2013)

O vídeo produzido pelo Ponto de Memória tem como título "*Ponto de Memória da Grande São Pedro - Inventário Participativo*", resultado das ações de Inventário Participativo realizado na comunidade, segundo o consultor local:

Foram 50 horas de filmagem, incluindo entrevistas e imagens, que após a edição se

transformaram em 21 minutos que contam a trajetória da região, sob o ponto de vista dos seus moradores. A seleção dos depoentes aconteceu durante o inventário participativo (produto 2), quando os Agentes de Memória, devidamente capacitados, foram a campo, escolhendo entre os antigos moradores e lideranças comunitárias da Grande São Pedro, aqueles que seriam entrevistados. Durante as pesquisas, os Agentes de Memória trouxeram várias informações de pessoas que possuíam um volume interessante de boas histórias para contar. Assim foram agendadas as várias entrevistas que hoje fazem parte do vídeo. A experiência vivida foi importante não apenas para os depoentes, que se sentiram muito valorizados, como também para os entrevistadores, que enriqueceram o seu repertório de informações sobre o lugar onde residem. (GERVÁSIO, 2013:6)

Taquaril

Ilustramos o produto de difusão do Ponto de Memória Museu do Taquaril, com a letra da música *Meu Brasil Taquaril*¹⁸⁹, vencedora do concurso a canção foi criada por Anderson Santo que buscou abordar a luta dos moradores na construção do bairro Taquaril. Esta música é resultado do Festival de Música Taquaril (En) cantado, que incentivou a produção de canções inéditas sobre a história do Taquaril. (AVELAR, 2015:85).

De longe eu vejo você, constantemente vou lhe visitar,
pouco importa se é no B ou no A,
eu vou a pé ou até de circular.
Só quem mora sabe o que é lutar, sobe as ladeiras sem reclamar,
olha pro céu e agradece a Deus
pelo lugar que Ele te deu.
Ah quem disse que o Taquaril,
é o buraco do Brasil;
desconhece a história de um povo que o construiu,
abraçado pela Serra do Curral,
cartão postal de BH;
é tão lindo ver o sol nascer,
em cada novo amanhecer
Taquaril, oh Pátrias mil;
Taquaril, é meu Brasil,
Taquaril.

A exposição *Fios de Memória: Tecendo os Primeiros Passos* pode ser considerada: a “materialização de todo um processo que correu ao longo de um ano”. (MUSEU DO TAQUARIL, 2012d, p. 16 apud AVELAR, 2015:87), assim como os demais Pontos desenvolve a exposição como resultado dos processos desenvolvidos no âmbito do Inventário Participativo. Com o objetivo de contar a história do Taquaril, recria condições

¹⁸⁹A letra da Música e mais informações sobre o concurso que a escolheu vencedora, consultar (AVELAR, 2015:85) nas referências desta tese.

lúdicas e participativas para que os visitantes, em sua maioria moradores, possam desfrutar de momentos em contato com uma realidade tão próxima e ao mesmo tempo tão distante. É curioso perceber como somos capazes de tecer considerações e acumular conhecimentos de realidades tão distantes, mas que nos interessam, e estar tão desconectados da realidade que nos cerca. Talvez esse seja mesmo o principal desafio dos Pontos de Memória, despertar o interesse por um território castigado e anulado. O despertar do interesse especialmente dos jovens, conecta novamente a possibilidades de recomeços e engajamento acerca das rotinas de luta do Bairro, da comunidade, dos trabalhadores, dos povos.

A exposição teve curadoria de Wellington Silva e foi pensada: “visando coletar doações e constituir acervo, tendo sido elaborados carta-convite e cronograma com expectativa de sua circulação pelo bairro ao longo de 2013”. (MUSEU DO TAQUARIL, 2012d. In: AVELAR, 2015) :

Uma colcha de retalhos retrata muito mais do que a simples junção de pedaços de retalhos. As colchas de memória retratam um resgate do universo de práticas históricas que foram passadas de geração a geração. A costura dos retalhos compõe a soma das partes tecidas e conectadas para formar o todo. Convidamos você para criar uma grande colcha de memória e assim, contarmos as histórias do Taquaril com os fios da memória e tecer os primeiros passos. Doe um quadrado de retalho e nos conte uma história. Vamos juntos nessa grande costura (MUSEU DO TAQUARIL, 2012d, p. 30 apud AVELAR, 2015:87).



Imagem: 35 À esq., visitantes observam uma instalação da exposição. À direita, painel com a letra da canção. Foto: CAVALCANTI, 2012: 21)

Diante das experiências apresentadas, que representam parte e não o todo das realizações destas iniciativas, não seria possível listar todas as ações propostas, pois cada

iniciativa desenvolve uma grande quantidade de práticas diversificadas. Importa neste trabalho chamar atenção para a criatividade, compromisso com o território e com as memórias, com base nas questões sociais que são levantadas. A dimensão poética se articula de forma sensível com as demais dimensões, muitas vezes não permitindo separá-las. De forma contundente, podemos verificá-las imbricadas e complementares. É importante considerar que elas nos permitem propor um debate acerca da colonialidade do poder, colonialidade do saber e colonialidade do ser, problematizando alguns discursos e práticas mais tradicionais que levem em conta perspectivas habituais que consideram o tema da interculturalidade¹⁹⁰, por meio de elementos que reforçam as ideias do Estado, unicamente, como um Estado opressor e colonialista. Além disso, tais práticas são travestidas de investimento em interculturalidades efetivas – que significa oportunidade de transformação -, contribuem assim com a construção e fortalecimento da ideia de *diferença colonial* que “[...] consiste en classificar grupos de gentes o poblaciones e identificarlos en sus faltas o excesos, lo cual marca la diferencia y la inferioridad con respecto a quien clasifica” (MIGNOLO, 2003: 39).

Dessa maneira, a perspectiva da interculturalidade nos interessa neste contexto, pois pode ser experimentada como um projeto que tem sua origem a partir dos interesses dos sujeitos subalternizados que desafiam a colonialidade do poder, colonialidade do saber e a colonialidade do ser. Ao conquistarem seus lugares próprios de fala, determinam as circunstâncias das negociações, ponderam a partir dos seus interesses relegados, desafiando a hegemonia do conhecimento universalista. A interculturalidade, neste sentido, não é outro conceito abstrato e universal, mas é um projeto político, um princípio ideológico que tem guiado o pensamento e as ações em âmbito social e político, mas também em termos epistemológicos (WALSH, 2005, p.25).

Para Eduardo Restrepo e Axel Rojas (2010) o porte central de Catherine Walsh, seria o de reificar a necessidade de projetos políticos e epistêmicos de transformação das relações saber-poder, isso por que ela considera que não é apenas restringindo, segregando as relações entre os setores hegemônicos e subalternos que o principal desafio

¹⁹⁰Sobre o conceito de Interculturalidade proposto por Catherine Walsh: “Este aspecto, el de la potencialidad transformadora de los ‘conocimientos otros’ en la construcción de proyectos otros de sociedad, es central en la conceptualización de la interculturalidad entendida como proyecto político y epistémico. En estos términos la interculturalidad, más que una noción para nombrar las relaciones ‘entre culturas’, o entre las culturas subalternas y la cultura hegemónica, pone en el centro de la discusión la existencia de múltiples epistemésy las geopolíticas del conocimiento que las invisibilizan y localizan en lugares desiguales en las escalas de valoración, al igual que a los sujetos que las producen. Al mismo tiempo, llama la atención sobre la dimensión y potencialidad política de dicha pluralidad y los diálogos a su interior”. (RESTREPO; ROJAS, 2010. p. 174)

será superado. Para Walsh (2005) o fundamental é construir a possibilidade de novos diálogos entre os setores historicamente subalternizados. Este novo posicionamento presente na proposta de Walsh, de conhecimento como campo de conflito se evidencia em novas formas de luta das organizações sociais. (RESTREPO; ROJAS. 2010).

A perspectiva posta e que nos interessa em articulação com o programa Pontos de Memória e sua dimensão poética e a abertura para mais espaços que permitam germinar pensamentos de luta, intervenção e inovação, contribuindo com o fortalecimento de iniciativas que venham a corroborar com as ideias de um projeto de interculturalidade que não seja apenas político, mas que esteja dedicado ao campo cognitivo, assim como nos inspira o pensamento da intelectual decolonial Catherine Walsh.

Pontos de (in)conclusão

... Terra diferente e igual ao mesmo tempo no tardar do reencontro de cada um com os seus, com a memória e com o dia de amanhã.

Mas, também, terra diferente e igual na luta e na vontade de contrariar o abandono, e que obriga cada um ao seu jeito e no seu saber a tomar, a gritar e a provocar a mudança.

Uma espécie de rosnar que amedronta os donos do mundo...

(Mario Caneva Moutinho)

Saint-Hilaire de Dorset, 24 de setembro de 1992.

Depoimento de abertura do I Encontro Internacional de Ecomuseus. Rio de Janeiro, 1992

Buscamos com esta tese chamar atenção para a necessidade de se empreender análises práticas e aprofundamento teórico sobre a Museologia Social. Para isso, após análise dos materiais produzidos pelo Instituto Brasileiro de Museus por meio dos produtos realizados por profissionais contratados para a execução do Programa e dos conhecimentos adquiridos em contato direto com a experiência, foi possível narrar, em linhas gerais, o contexto de criação e a trajetória do Programa Pontos de Memória. Com ênfase nas fases iniciais compreendidas entre os anos de 2009 até 2012, especialmente, apontamos o desenvolvimento das 12 iniciativas que deram vida ao Programa. Com base nesta análise, foi possível identificar indícios e acúmulos importantes que podem contribuir com o desenvolvimento de outras iniciativas semelhantes aos Pontos de Memória, museus comunitários e processos museais e com as reflexões teóricas do campo da Museologia Social.

A partir das dimensões políticas, poéticas e pedagógicas dos Pontos de Memória e a trajetória do Programa iniciado a partir de um desejo de Política Pública, foi possível identificar alguns pontos para o debate e reflexões futuras que podem ser considerados como as (in) conclusões a que chegamos com este trabalho.

Ponto 1. A partir das análises aqui empreendidas, os Pontos de Memória podem ser considerados processos museais que se pautam por práticas de memória e cidadania junto aos sujeitos e aos territórios subalternizados e invisibilizados por meio de ações decolonizadoras e insurgentes que desafiam o status quo da prática museal estabelecida, exercendo em acordo com os pressupostos da Museologia Social e das teorias decoloniais, uma desobediência epistémica.

Tal iniciativa, pode ser considerada uma ação estratégica do ponto de vista das práticas e processos museais que contribuem com o enfrentamento da colonialidade, compreendida neste trabalho e definida por autores decoloniais, como sendo uma das formas de classificação das pessoas a partir de uma estrutura definidora de objetivos, padrões, reprodutora de classificações onde apenas uma matriz pode ser considerada aceitável e criadora de conhecimentos e comportamentos com vistas a manter um poder que mesmo com o fim do colonialismo mantém a colonialidade operando a segregação e a diferença como algo operacional a serviço de um capitalismo que estimula o racismo e alimenta o mercado enquanto autoridade regulatória.

A experiência do Programa Pontos de Memória dialoga, a partir de experimentações que confrontam as produções de colonialidade, com intelectuais decoloniais, como os teóricos: argentino-norteamericano Walter Dignolo, o argentino Enrique Dussel filósofo, o sociólogo peruano Aníbal Quijano, o sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel, o filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres, Arturo Escobar antropólogo colombiano e por último e não menos importante Catherine Walsh, mulher, norte americana que vive no Equador. Tais autores contribuem com o pensamento museal, quando investem no surgimento de práticas e iniciativas voltadas para a ruptura da lógica da colonialidade, buscando experimentar construções epistêmicas insurgentes.

Ponto 2. Os museus comunitários, museus sociais, museus inclusivos, museus integrais e tantas quantas forem suas denominações, já existem há algum tempo e tem produzido vários acúmulos conceituais e metodológicos. Alguns destes a exemplo dos Pontos de Memória, especialmente os articulados ao campo da educação, colaboram para a compreensão de que as práticas museais decolonizadoras, são necessariamente pedagógicas e, por isso mesmo, não se investe em processos museais decolonizadores sem estar articulado com o campo da educação e, nesse caso, uma educação decolonial que se junta a museologia com vistas a desafiar os conhecimentos e ações normatizadoras presentes nas práticas da colonialidade do ser, do saber e do poder. Assim, em acordo com a definição de Catherine Walsh para a pedagogia no que se refere ao seu papel para a prática decolonial, compreendemos também que a Museologia Decolonial deve investir em processos que permitam outras formas de ver, sentir, existir, fazer, pensar e escutar articuladas por projetos que visem o rompimento dos processos de invisibilidade e subalternidade a que são submetidos os sujeitos historicamente excluídos. Portanto, assim como a educação decolonial, salvo as devidas proporções, a Museologia Decolonial, atrelada aos pressupostos da Museologia Social reivindica uma práxis que possa ser pensada e executada especificamente a partir da produção de invisibilidade pelos processos de colonialidade, incluindo aí todas as diferenças que são subjugadas as lógicas museológicas hegemônicas.

Ponto 3. Aliados aos pressupostos da Museologia Social, compreendemos ser o processo de formação junto as comunidades, suas lideranças e articuladores, fundamental para o melhor desenvolvimento da iniciativa. É notório que ao estabelecer os contatos com as localidades foi possível identificar que muitos moradores e lideranças não sabiam como lidar com conceitos, práticas e discussões relacionadas ao campo museológico e também

demonstravam interesse em conhecer melhor outros conceitos interligados a estes, como a dimensão cidadã e a crítica participativa, esta intenção pode ser percebida pelo interesse dos grupos pelas oficinas. Estas ações de formação promovidas pelo IBRAM, tornaram-se significativas por seu caráter multiplicador e dinamizador dos processos dentro dos Pontos de Memória.

Os produtos desenvolvidos pelo IBRAM, destinados a elaborar cursos em formato de ensino à distancia, contribuem com o entendimento de que a equipe está atenta a esta demanda e a considera significativa e necessária para o andamento e fortalecimento das experiências que incentiva. No entanto, é importante esclarecer que a ênfase dada ao processo de formação, não pretende promovê-la como condição a priori para os processos empreendidos na Museologia Social, ou seja, não compreendemos a formação como requisito ou pré-requisito, o que buscamos evidenciar é a necessidade de que seja dada atenção a este aspecto que possibilita a integração, problematização e ampliação do alcance das ações, transformando o território e as relações que nele são estabelecidas.

As reuniões de trabalho entre a comunidade, entre a equipe do IBRAM, as trocas e reflexões conjuntas, intercâmbios, participação nas Teias e encontros, o ativismo de base comunitária, todas são ações em favor de objetivos comuns, são compreendidas como iniciativas de formação que contribuem para o fortalecimento das práticas da Museologia Decolonial.

Ponto 4. Importante ressaltar o papel prioritário dado pelo IBRAM ao Programa Pontos de Memória, como vimos uma iniciativa articulada com a Política Nacional de Museus que experimenta de forma direta e estratégica ações dedicadas ao desenvolvimento de processos museais em comunidades visando a melhoria da qualidade de vida, devolução da dignidade roubada e oportunizando espaços de fala para a garantia dos direitos negados.

Tal iniciativa pode ser considerada inovadora no Brasil e em outros países, pois representa o Estado, por meio do Ministério da Cultura, apoiando o desenvolvimento de práticas autônomas e autogestionadas, contribuindo para que as lideranças locais invistam em criatividade e ações de cidadania participativa contribuindo com a alteração da realidade de subjugação a que os povos e comunidades tradicionais, urbanos e demais minorias são submetidos. Assim, há inovação na gestão de uma Política Pública que incentiva a autogestão das práticas museais em território e as articula em rede. Sem romantismo, sabemos bem das dificuldades deste processo, no entanto, foi possível perceber que a equipe que contribuiu com a consolidação desta iniciativa permanece até hoje ancorada nos pressupostos da Museologia Social e não se distanciou da responsabilidade e expectativa

gerada junto as comunidades e permenece acompanhando e dedicando recursos técnicos e financeiros para o melhor desenvolvimento desta exeperiência.

Um Estado acostumado a controlar, monitorar, induzir e taxar as experiências culturais produzidas, a partir da oportunidade criada pelo governo a partir de 2003, visando o enfrentamento das tristes tradições nomeadas como: ausências, autoritarismos e instabilidades, por Albino Rubim, cria a partir da Política Nacional de Museus uma oportunidade para desenvolver ações conectadas com uma museologia transgressora que vê nos museus espaços de insurgência e de ferramentas de transformação social. O Instituto Brasileiro de Museus e sua equipe, aliados a força das comunidades e movimentos sociais desenvolve uma experiência que contribui e muito com a consolidação do campo da Museologia Social no Brasil, provando que é possível investir em práticas, mesmo em âmbito governamental que estimulem a emancipação e a participação crítica e cidadã dos sujeitos, repetindo e valorizando o protagonismo social com vistas a equidade entre e a distribuição de oportunidades justas, visando a criação de condições para uma sociedade decolonizada.

O Programa Pontos de Memória evidencia que é possível experimentar uma ação decolonizadora que nasce da estrutura rígida de um Estado, desde que as ações empreendidas por este mesmo Estado sejam coerentes com o propósito que norteia seus princípios. Percebemos durante o desenvolvimento da pesquisa que é possível o diálogo e a produção conjunta entre o poder público, neste caso representado pelo IBRAM e a sociedade civil, a partir dos processos museais denominados de Pontos de Memória. Com base em uma ideia que pressupunha autonomia e criação a partir de comunidades e grupos subalternizados, com foco na memória e na capacidade de gerar mudanças em território o IBRAM envolveu-se numa jornada em que só o ímpeto de construção coletiva poderia ser garantido. Toda a trajetória de desenvolvimento do projeto piloto não poderia ter como resultado as múltiplas ações que projetou. Esta parceria foi moldada durante a sua realização, as etapas metodológicas, os desafios, as demandas, cobranças e desafios enfrentados pelo Instituto, caracterizam o que hoje culmina com o processo de institucionalização do Programa Pontos de Memória, considerado um avanço no sentido de garantir, minimamente a permanência do Programa. Assim em meio a proliferação das redes, dos editais realizados a partir dos Estados e o decreto de institui o Programa, os avanços podem ser acumulados e muitas possibilidades de entendimento e reflexão são geradas.

Ponto 5. As análises empreendidas, nos permitem constatar que existe entre as experiências desenvolvidas a partir dos Pontos de Memória piloto, uma grande dificuldade de compreensão acerca dos temas, conceitos e expressões que nascem do universo de atuação dos museus, mas também do patrimônio e da memória, além dos temas democráticos em favor do discurso pregressista e decolonizador. Assim, é importante reconhecer a necessidade de elaboração de termos e conceitos que possam contribuir com este debate potencializando a atuação das lideranças comunitárias e movimentos sociais garantindo maior autonomia e compreensão dos processos museus decolonizadores. Dessa forma, convém provocar a reflexão a partir dos termos e conceitos, como Museologia Social, museus sociais, museus comunitários, musealização, participação, nova museologia, processo museal, Pontos de Memória, museologia, musealização, cidadania, participação, empoderamento, alienação, poder, feminismo, questões de gênero, racismo, movimentos afirmativos, colonialidade, entre tantos outros que podem ser listados.

A intenção é sugerir a construção de ferramentas que contribuam com a disseminação de conceitos para que os grupos envolvidos com a prática e a reflexão museal possam ter argumentos que facilitem o percurso rumo a construção de narrativas plurais e decolonizadoras. Importante destacar que o mesmo vale para os profissionais que “supostamente” detêm os conhecimentos sobre estes conceitos, assim é necessário incluir, as definições a partir das construções dos grupos, comunidades e coletivos que estejam envolvidos no processo de construção da experiência museal. Esta perspectiva contribui para rompimento das amarras colonizadoras e castradoras e possibilita o enfrentamento das colonialidades, em especial, nesse caso, a colonialidade do saber. O Museu de Favela faz isso muito bem ao demonstrar aos musólogos e demais profissionais de museus o seu “jeito MUF de musealizar” e além dos processos empreendidos a partir da iniciativa de restauração de seus acervos. Criaram formas que os permitiram ampliar o tipo de relacionamento que tinham com os temas da museologia e cabe agora aos seus interlocutores absorver, propor diálogo e refletir de forma decolonizadora sobre estes processos gerados.

As novas experiências museais que surgem, a partir da autonomia e a desobediência epistêmica, permitem alargar a capacidade de gerar novos conceitos e terminologias adequados as novas formas de produção do saber, repetindo as especificidades de cada movimento, grupo, povos ou coletividade. Por isso, a construção dos conceitos a partir de cada experiência, pode enriquecer e muito o campo de saberes e fazeres da museologia social alargando o campo epistemológico de forma insurgente e transgressora. Sugerimos que os conceitos possam ser construídos coletivamente e que possam expressar a

realidade com que desenvolvem e aplicam cada um deles. Com a perspectiva da Museologia Decolonial sugerimos esta inversão de sentidos.

Ponto 6. Os Pontos de Memória piloto analisados, aqueles considerados por eles próprios como pioneiros, não conseguiram estabelecer aproximação e integração com os demais Pontos de Memória premiados por meio dos editais do IBRAM. Os fatores que podem ter gerado esta situação são diversificados, no entanto, a dificuldade por parte da equipe de gestão de estabelecer a interface e articulação necessárias a partir da ampliação do Programa torna-se evidente. Com equipe reduzida e demanda crescente, encontrou entraves que dificultaram a compreensão da natureza diferenciadas das práticas, o que ficou claro a partir dos conflitos gerados por disputas de representatividade durante a realização da IV Teia da Memória na cidade de Belém descritas por Cristina Holanda e presentes na dissertação de mestrado de Camila Morais Alcântara. Este evento demonstrou a dificuldade de entendimento acerca das iniciativas pioneiras, o que representam, seus lugares dentro do processo caracterizando assim, posturas desarticuladoras e conflituosas entre as experiências com trajetórias diferenciadas dentro do mesmo Programa.

Compreendemos que os conflitos são naturais e fazem parte dos arranjos sociais dentro de uma sociedade, surgem com vistas a disputas por espaço, protagonismo e melhoria de condições a partir de determinados pontos de vista, no entanto, é importante chamar atenção para o crescimento que estes desentendimentos e estas disputas por representatividade podem representar para o Programa, ao buscar valorização e espaços de voz, os pontos piloto ou pioneiros indicam que existe uma responsabilidade por parte do IBRAM com seu desenvolvimento e realizações. São ativos na exigência de seus direitos e militantes importantes que atuaram para a institucionalização do Programa e sua permanência, não fizeram sozinhos, mas é necessário ressaltar que a participação deles teve papel preponderante. Tal atitude reflete a responsabilidade da Política Pública quanto ao apoio financeiro e técnico para que os processos possam vir a avançar. Existem discursos que as classificam como ações que ainda dependem de uma tutela do IBRAM para sua existência, em tom que deslegitima os processos em suas reivindicações ou mesmo os discursos que indicam que as experiências devem ser independentes do Instituto. Seja qual for o discurso que se queira adotar, é indispensável destacar que o IBRAM permanece, mesmo com todas as dificuldades gerenciais, de entendimento conceitual e de infraestrutura, , fomentando e produzindo elementos que contribuam com o fortalecimento das redes e dos espaços de representatividade em acordo com sua motivação inicial que estimulou tais práticas. Tutelados ou não, continuam se relacionando com o Instituto a

medida que avançam em propostas, projetos e acúmulos consideráveis para o setor museológico brasileiro. As experiências pioneiras, são decisivas para a continuidade do Programa para além do fomento por editais. Por conta da atuação destes 12 Pontos, espera-se mais do IBRAM, espera-se mais que um edital de premiação anual.

Ponto 7. Papel estratégico e preponderante dos militantes e responsáveis pelos Pontos. O desenvolvimento das práticas em território pelas lideranças e militantes que se dedicam a promover as ações e assumiram a responsabilidade pelo diálogo com as comunidades e com os moradores, buscando legitimidade e condução participativa para o processo, deve ser ressaltada. Os diálogos destes com os profissionais do campo dos museus e do patrimônio e demais áreas afins, com o poder público, municipal, estadual e federal e com os movimentos sociais, dariam certamente muito elementos para novas investigações. No entanto, percebemos, mesmo que de forma ainda introdutória, que a compreensão acerca dos desafios enfrentados pelas comunidades no que diz respeito a ideia de participação comunitária é um grande desafio. A configuração dos Conselhos Gestores e atuação destas instâncias articuladas com o fazer do Ponto, guarda inúmeras dificuldades que circulam entre a falta de condições da maioria dos atores envolvidos e interessados pelas práticas de formação estimuladas pelo processo museal, justificado muitas vezes não garantir de imediato um retorno seja financeiro ou profissional, especialmente em se tratando de territórios que enfrentam inúmeras batalhas sociais, desde a falta de condições de infraestrutura habitacional até a saúde e o largo desemprego. As urgências são muitas e os projetos culturais e educacionais, também prioritários, muitas vezes perdem para elas.

Outro aspecto importante e necessário de ser destacado é a falta de confiança que circulam os projetos e programas governamentais, por parte das comunidades e grupos subalternizados por conta de inúmeras ações que não geraram resultados e ao contrário provocaram enganações e descredito em muitos moradores e militantes. Com as intenções, muitas vezes mascaradas, de trazer melhorias para as condições de vida, retornos rápidos, alguns projetos de governo e pesquisa acadêmicas acabam por prestar um prejuízo para estas populações. Esta constatação já é clara para muitas localidades, grupos e coletivos, no entanto, mesmo sendo massacrados por uma ordem colonizadora que ainda os vê como massa de manobra política, como fantoches de uma disputa por protagonismo promovidas por políticos, empresários e acadêmicos egocentros, muitas lideranças puderam rever suas atuações e passaram a se colocar diante destas ameaças ao território impondo condições para que as ações aconteçam. Esse processo pode ser considerado fruto dos

anos de fortalecimento da participação popular das políticas públicas no Brasil especialmente durante o governo Lula.

No caso das Políticas Públicas de Cultura, podemos perceber avanços consideráveis, com relação a mudança de postura dos grupos que passaram a reivindicar projetos e programas agora de autoria das próprias comunidades, invertendo os papéis, foi possível, por meio de uma Política Pública que se pretendeu inclusiva, participativa e democrática, incentivar que lideranças e ativistas de diferentes movimentos, pudessem trocar ideia, informações e ações decolonizadoras, como exemplo o Programa Pontos de Memória.

Os protagonismos mudam atrelados aos processos que visam uma desobediência epistêmica e processos decolonizadores. Com o respeito aos lugares de fala, os atores que até muito pouco tempo não tinham direito a voz, hoje passam a ser considerados a partir de seus lugares e suas reflexões são integradas as novas lógicas de enfrentamento ao processo de subalternização e invisibilidade. No campo museológico a operação pode ser constatada a partir das mudanças estabelecidas por meio das práticas que são experimentadas no âmbito da Museologia Social. Os moradores e militantes, considerados como públicos para as ações dos museus comunitários, os gestores do território e de suas coleções e acervos, passam a ser considerados e, devem mesmo ser, como pensadores do campo museológico, elaboram conceitos, pensam estratégias para que suas ações possam ser melhor aproveitadas pelos públicos e definem se é ou não necessário que exista a figura de um “profissional” em suas ações. Este comportamento crítico e consciente, reivindica nova postura por parte dos museólogos e profissionais afins no trato e diálogo com as experiências. A Museologia Decolonial, pautada pelos pressupostos da Museologia Social, nos tem apontado caminhos neste sentido, onde a autonomia dos processos e a reinvenção das práticas museais, levam os grupos a decidirem quais conceitos, conteúdos, métodos e metodologias serão utilizados por eles, chegando até a elaboração de suas próprias metodologias e conceitos, adequados as suas prática e realização. Mesmo a partir de uma breve análise, como as realizadas neste trabalho, a partir dos Pontos de Memória e toda as ações que surgem em várias regiões do Brasil e do mundo fica fácil constatar as práticas neste sentido do empoderamento. Um exemplo forte, que não está ligado diretamente ao Programa Pontos de Memória, mas guarda relação direta e inspiração coletiva é a Rede de Museologia Indígena e a forma com que este movimento tem tratado os assuntos da museologia. A Museologia Decolonial, visa, entre outras coisas, provocar novas formas de se relacionar com o campo dos museus e da museologia em perspectiva epistêmica

insurgente e decolonizadora propondo destaque para os formatos inovadores e transgressores dos processos museais.

Assim, é possível identificar que, no âmbito da Museologia Decolonial, além do Programa Pontos de Memória, outras práticas caminham em perspectivas decoloniais e insurgentes, entre elas, destaco como indicativos futuros, a utilização das cartas do Movimento Internacional para uma Nova Museologia - MINOM, como elemento que integra os pressupostos da Museologia Social aos ideais decoloniais, expressos, especialmente, pelo grupo Modernidade/Colonialidade.

A título de conclusão consideramos que os próximos passos da Política de Direito à Memória, experimentada por meio do Programa Pontos de Memória no âmbito do Ibram, deva estar pautado por diretrizes apontadas nos documentos produzidos pelos Fóruns e Movimentos que visam discutir e aprofundar as questões relativas ao campo. Evidentemente ressaltamos as produções das Teias das Memória, como principal momento de reflexão para os Pontos de Memória, mas não é possível desprezar os acúmulos, por exemplo das Redes de Museologia Social que já se espalham pelo país, a Rede de Museologia Indígena, a Rede LGBT, e também, como forma de integrar a ampla capilaridade e avanços que o MINOM tem promovido, é importante destacar os acúmulos conceituais e diretrizes das Cartas do MINOM consideradas nesta tese como documentos decoloniais. Tais documentos reunidos oferecem material que certamente contribuirá com as reflexões e as práticas em Museologia Social, em perspectiva decolonizadora do pensamento museal, além de criar condições para que as redes sejam cada vez mais autônomas e colaborativas com vistas a garantir que os movimentos sociais alcancem êxito para além das projeto de Estado.

O caminho está na insurgência do fazer museal, não só nas práticas produzidas pelas comunidades, povos e grupos tradicionais subalternizados, mas também dentro da prática realizada pelo poder público, por meio das políticas, e especialmente pelas práticas acadêmicas, por meio das universidades a partir do repensar das formas de produção e reconhecimento dos conhecimentos museais e museológicos.

Ponto 8. Por fim é importante destacar o caráter colaborativo e participativo que tem esta tese. Pautado pela construção de uma narrativa conjunta, tivemos a oportunidade de olhar para o campo da Museologia Social a partir das narrativas de profissionais que por anos tiveram suas vidas cruzadas pela experiência de pensar e contribuir para a execução dos Pontos de Memória. Consultores que atuaram desde Brasília a partir da gestão do programa, até os consultores locais, contratados para medir a relação com o território e as ações desenvolvidas, todos construíram, dia a dia, mês a mês, oportunidades para a ampliação

dos conhecimentos acerca da Museologia Social dando contornos para o campo e, o que considero ainda mais importante, dão vida as ações que transformam as pessoas e os seus contextos de luta, resistência e conquistas em territórios que sofrem com o preconceito e com a produção de invisibilidade por meio da violência e do racismo. Esta atuação comprometida, aliada a alta capacidade de execução e reflexão militante dos moradores, integrantes e parceiros dos Pontos que de suas bases fortalecem esta prática, é possível corroborar com a ideia de uma construção participativa. Percorremos o trajeto da escrita colaborativa que pretendeu exercitar também a perspectiva decolonizadora da feitura de um trabalho acadêmico, onde a presença das opiniões expressas nos “produtos” não ficou silenciada e restrita aos cuidados da gestão institucional. Buscamos garantir espaço para que a construção colaborativa pudesse ser somada as ideias individuais e reunidas permitissem que um conjunto de questões fossem respondidas. Desejo que novas abordagens, perspectivas e considerações possam ser tecidas a partir dos Pontos de Memória. Antes ideia, hoje são realidade e estimulam o pensamento decolonial da museologia.

Os Pontos de Memória são a tradução de muitas vozes, desejos e oportunidades, suas práticas se desdobram em inúmeras narrativas e estas são, sem dúvida, sua principal contribuição. Assim, podemos considerar que a dinâmica da Museologia Social, como diz Mario Chagas, consiste na compreensão de que: “a Museologia que não serve para a vida, não serve para nada”.

Poderíamos interromper esta tese com esta constatação, ela certamente demonstra a potência que vemos na Museologia Social. No entanto, com vistas a ampliar ainda mais nossa perspectiva de (in)conclusão, cremos ser fundamental para a discussão que apresentamos no âmbito de uma Museologia Decolonial, dar destaque para a frase adaptada de Mario Moutinho que diz: “Os museus que só sabem de si, nem de si sabem”.

A produção de invisibilidade social, de retirada de direitos e dignidade dos povos, grupos e comunidades deve ser enfrentada. Não é possível mais cruzar os braços é necessário erguê-los e enfrentar os perigos de uma sociedade pautada pela produção indiscriminada de colonialidade e, para isso, nossa ferramenta de luta é a Museologia Social, ancorada em uma perspectiva decolonial e cada vez mais insurgente.

Bibliografia

- Acosta, A. *Bem viver (2016)* – uma oportunidade para imaginar outros mundos. Rio de Janeiro: Editora Elefante/Editora Autonomia Literária.
- Amaral, J. P. P. do. (2015) *Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial*. Dissertação defendida no âmbito do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional..
- Abreu, R., Chagas, M. D. S., & Santos, M. S. D. (2007). Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas. *Rio de Janeiro: Garamond*.
- Alexander, J. (2005). *Pedagogies of Crossing. Meditations on Feminism, Sexual Politics, Memory, and the Sacred*. Durham, NC: Duke University Press.
- Alcântara, C. M., & de Godoy, R. Os Museus Emanados da Periferia e suas Perspectivas para o Turismo Cultural: Uma Proposta da Amazônia Urbana Brasileira. In: [http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/ideario JULHO 6.pdf](http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/ideario_JULHO_6.pdf) acessado em 10 de janeiro de 2018.
- Almeida, A. P. (2018). Memória Social e Museologia Comunitária. Instrumentos da Política de desenvolvimento sustentável do Grande Bom Jardim Periferia de Fortaleza. CE. (no prelo)
- Almendra, R. S. (2016) Museus, modernidade e colonialidade. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, 29(2).
- Araujo, M. M. & Bruno, M. C. O. (1995). A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos. *São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM*.
- Arroyo. M. (1992). Patrimônio e Cultura: reflexões sobre a experiência mexicana. In: Secretaria Municipal da Cultura. DPH. O Direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH.
- Avelar, L. F. (2015). *Museus comunitários no Brasil: o Ponto de Memória Museu do Taquaril*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais. Orientadora Profa. Lúcia Lippi de Oliveira. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Brasil. In: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13691/Disserta%C3%A7%C3%A3o_AVELAR%2c%20Luciana.pdf?sequence=1&isAllowed=y acessado em 22 de janeiro de 2018.
- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista brasileira de ciência política*, 11, 89.

Bogado, D. (2017). Museu das Remoções da Vila Autódromo: Resistência criativa à construção da cidade neoliberal. *Cadernos de Sociomuseologia*

Bruno, M. C. O. (1996). Museologia e comunicação. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 9. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Bruno, M. C. O. (1997). *Museologia e museus: princípios, problemas e métodos*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia.

Bruno, M. C. O. (1997). Museologia e museus: princípios, problemas e métodos. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 10. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Bruno, M. C. O. (2006). Museologia e Museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados. *Cadernos de Sociomuseologia* (25).

<http://recil.ulusofona.pt/bitstream/handle/10437/3975/MUSEOLOGIA%20%20MUSEUS.pdf?sequence=2>. Acedido em 22 de dezembro de 2017.

Bruno, M. C. O. (2006). Museus e pedagogia museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória. *As várias faces do Patrimônio, por LEPA*. Santa Maria: LEPA/UFSM.

Bruno, M. C. O. (Coord.); Araújo, M. M.; Coutinho, I. L. (Col.). (2010). *A evidência dos contextos museológicos*. In: _____. Waldisa Rússio Camargo Guarneri: textos e contextos de uma trajetória profissional. ICOM, v.1. São Paulo: Pinacoteca;

Bruno, M. C. O. (Coord.); Araújo, M. M.; Coutinho, I. L. (Col.). (2010). *A evidência dos contextos museológicos*. In: _____. Waldisa Rússio Camargo Guarneri: textos e contextos de uma trajetória profissional. ICOM, v.2. São Paulo: Pinacoteca.

Canclini, N. G. (2003). Reconstruir políticas de inclusão na América Latina. In: UNESCO. *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*

Candau, V. M. (2009). Educação intercultural na América Latina: tensões atuais. In *Congresso Iberoamericano de História da Educação na América Latina (CIHELA)*. Rio de Janeiro: UERJ.

Cândido, M. D. (2008). As Ondas do Pensamento Museológico. In *Museus como Agentes de Mudança Social e Desenvolvimento – Propostas e Reflexões Museológicas*. São Cristóvão: Max/UFS.

Carvalho, C. S. (2015). *A escuta de memórias nos labirintos da favela: reflexões metodológicas sobre uma pesquisa-intervenção*. Tese apresentada pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Orientada por: Profa. Solange Jobim e Souza,

Rio de Janeiro. In: www.maxwell.vrac.puc-rio.br/26524/26524.pdf acessado em 05 de dezembro de 2017.

Castells, M. (2002). *A sociedade em rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, v.1, 713p. [Col. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura]

Castro-Gómez, S., & Mendieta, E. (1998a). *Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate*. México: Miguel Ángel Porrúa.

Castro-Gómez, S., & Mendieta, E. (1998b). La translocalización discursiva de Latinoamérica en tiempos de la globalización. *Teorías sin disciplina. Latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate, SMAP, México DF*.

Cury, M.X. (2005). *Exposição: concepção, montagem e avaliação*. São Paulo: Annablume. de Setúbal. 5, 6 e 7 de outubro de 1995. 87p.

Cury, M. X. (2017). Circuitos museais para a visita crítica: descolonização e protagonismo indígena. *RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo*, 7, 87-113.

Chagas, M. & Nascimento Jr, J. (2007) *Política Nacional de Museus*. Ministério da Cultura. Brasília.

Chagas, M. & Nascimento Jr., J.do. (2009). Balanço Tropicalista no Ministério da Cultura: entrevista com Gilberto Gi. In *MUSAS. Revista Brasileira de Museus e Museologia*. Nº 4. Rio de Janeiro: IBRAM.

Chagas, M. & Nascimento Júnior, José do (organizadores). (2009) Subsídios para a Criação de Museus Municipais. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Cultura/Instituto Brasileiro de Museus e Centros Culturais/Departamento de Processos Museais. 40p.

Chagas, M. (1994). Novos rumos da museologia. *Cadernos de Museologia*, 2. Lisboa: ULHT.

Chagas, M. (1996). *Museália*. Rio de Janeiro: JC Editora. 120p.

Chagas, M. (2005), Museus: Antropofagia da Memória e do Patrimônio. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Museus: antropofagia da memória e do patrimônio*. n. 31. M. Chagas (Org) Brasília: MinC/IPHAN

Chagas, M. (2006). *Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade*. Chapecó: Argos.

Chagas, M. (2007). Casas e portas da memória e do patrimônio. *Em questão*, 13 (2).

Chagas, M. (2009). *A imaginação museal – Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM.

Chagas, M. Gouveia, I. (2017). Museologia Social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). Cadernos do CEOM. Ano 27, nº 41. In: www.https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2592/1523. ISSN: 2175- 0173.

Chagas, M. S. (1999). Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. Cadernos de Sociomuseologia n. 13. In: <http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/4476> acessado em 22 de dezembro de 2017.

Chagas, M. S. (2002). Memória e poder: dois movimentos. Cadernos de Sociomuseologia n. 19. In: <http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/3820> acessado em 22 de dezembro de 2017.

Chagas, M. S. (2010). Educação em Museus: balanço e perspectivas. In: Anas do I Encontro Nacional da REM – Rede de Educadores em Museus e Centros Culturais do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 352p.

Chagas, M.; ABREU, R. (2007). Museu da Maré: memórias e narrativas a favor da dignidade social. In *Revista Musas* n.3. Rio de Janeiro: IPHAN/DEMU.

Chastel, André. (1990) A invenção do inventário. *Revue de l'Art*. Paris, CNRS, nº 87.

Chizzotti, A. (1991). Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez.

Chizzotti, A. (2003). A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista portuguesa de educação*, 16(2).

Chuva, M. “Para descolonizar museus e patrimônio: refletindo sobre a preservação cultural no Brasil”. In: MAGALHÃES, A. M.; BEZERRA, R. Z. (orgs.). 90 anos do Museu Histórico Nacional em debate (1922-2012). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2013, p.195-208.

Dalla Zen, A. M., da Silva, C. F., & Minuzzo, D. K. A preservação do patrimônio imaterial da comunidade do bairro Lomba do Pinheiro, Porto Alegre, RS as pessoas e suas histórias de vida.

Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). *Mil platôs: Capitalismo e Esquizofrenia* Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34.

Desvaléss, André. (2015). Museologia Nova 1985 ou o nascimento da “Nova Museologia”. In: Anais do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: MHN. 298 p.

Desvallées, A.; Mairesse, F. [ed.] (2010). *Conceptos claves de museología*. Paris : Armand Doutoramento/ Dissertação de mestrado. Lisboa: Faculdade de Arquitectura, Urbanismo ee a preservação. *Cadernos Museológicos*, Rio de Janeiro, IBPC, n.3, p.7-12.

- Freire, P. (1983). *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1988). *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra.10.ed.
- Freire, P. (1991). *A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam*. São Paulo: Cortez.
- Gomes, A. A. (2005). Sobre a pesquisa em educação: usos e possibilidades do grupo focal. In: [www.http://proferlao.pbworks.com/f/a+pesquisa+na+producao+do+conhecimento,+questoes+metodologicas.pdf](http://proferlao.pbworks.com/f/a+pesquisa+na+producao+do+conhecimento,+questoes+metodologicas.pdf) acessado em 05 de dezembro de 2017 em www.uninove.br
- Gomes, C. R. (2015). *O pensamento de Waldisa Rússio sobre a Museologia*. Informação & Sociedade, 25(3). In: <file:///C:/Users/UNIR/Downloads/23934-58085-1-PB.pdf> acessado em 15 de dezembro de 2017.
- Gouveia, I. & Pereira, M. (2017). A Emergência da Museologia Social. *Políticas Culturais em Revista*, 9(2), 726-745.
- Guarnieri, W. R. C. (1974) *Museu: uma organização em face das expectativas do mundo atual*. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. v.1. São Paulo: Pinacoteca do Estado.
- Guarnieri, W.R. (1990). *Museologia e Identidade. Cadernos Museológicos*, Rio de Janeiro.
- Hobsbawn. E. (1988). A outra história—algumas questões. *A outra história—Ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro*.
- Instituto Brasileiro de Museus, Organização dos Estados Ibero-Americanos. (2016) *Pontos de memória: metodologia e práticas em museologia social*. Brasília: Phábrica, 2016. ISBN: 978-85-69369-02-8.
- Jesus, A. S. (2012). Políticas da cultura e espaços decoloniais. Elementos para uma teoria sobre o museu inclusivo. *Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais-ISSN: 2179-7501*, 3(2), 138-155.
- Kastrup, V., & Barros, R. B. D. (2009). Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina. In: <https://editorasulina.websitesequero.com/img/sumarios/473.pdf#page=76> acessado em 10 de dezembro de 2017.
- Lei 11.906 de 20 de janeiro. (2009) Criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).
- Lei nº 11.904/09 de 14 de janeiro. (2009) Estatuto de Museus (EM).
- Leite, P. P. (2012). *Objetos Biográficos: A poética da intersubjetividade em museologia*.

Edição: Marca d'Água: Publicações e Projetos. Lisboa.

In: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/4932/ObjetosBiograficos.pdf?sequencia=1> acessado em 10 de janeiro de 2018.

Lersch, T. M. & Ocampo, C.C. (2004). Ponencia "El derecho del sujeto em la valoracion del patrimonio intangible: reflexiones desde la proposta de museos comunitarios". Coloquio sobre Patrimonio intangible y museos. México: Icom.

Lourau, R. (1994) *Campo socioanalítico*. In: ALTOÉ, S. (org.). René Lourau, Analista em tempo integral. Campinas: Hucitec.

Lüdke, M., & André, M. E. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. In: <http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep145/pesq.htm>. Acessado em 05 de dezembro de 2017.

Magalhães N. H. (Coord.). (2002) *Desarrollo e interculturalidad, imaginario y diferencia: la nación en el mundo Andino*. Rio de Janeiro: Academica de la Lnidad, 2006.

Martín-Barbero, J. *Ofício de cartógrafo. Travessias latino-americanas da comunicação na cultura*, São Paulo, Edições Loyola.

Martins, M. T. R. (2017). *Inventário e Gestão de Coleções. Relatório apresentado à Universidade Fernando Pessoa coo parte dos requisitos para a obtenção do título de pós Doutorado em Museologia e Documentação*. In: <http://hdl.handle.net/10284/5943>.

Méndez Lugo, R. (2008). Mapa situacional de los museos comunitarios de México. In: <http://www.nuevamuseologia.com.ar/index.Php>. Acessado em janeiro de 2018.

Mignolo, W. (1998). Postoccidentalismo: el argumento desde América Latina. *Cuadernos americanos*, 67(1), 143-165.

Mignolo, W. D. (2003). *Histórias locais-projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Ed. UFMG.

Mignolo, W. D. (2005). A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. *Buenos Aires: CLACSO*.

Ministério da Cultura [MinC]. (2003b). *Política Nacional de Museus. Memória e Cidadania*. Brasília: MinC. Ministério da Cultura [MinC]. (2003a). Discurso do Ministro Gilberto Gil na solenidade de posse, em 02 de janeiro. <http://www2.cultura.gov.br/site/2003/01/02/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo/>. Acessado a 24 de abril de 2010.

Ministério da Cultura [MinC]. (2004). Pronunciamento Ministro Gilberto Gil sobre o Programa Cultura Viva, Pontos de cultura, durante encontro com artistas. Berlim em 02 de setembro. <http://www2.cultura.gov.br/site/2004/09/02/ministro-da-cultura-gilberto-gil-sobre-o-programa->

nacional-cultura-educacao-e-cidadania-cultura-viva-durante-encontro-com-artistas-em-berlim/ Acedido em 28 de abril de 2010.

Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais [MinC/IPHAN/DEMU], (2004). *1º Fórum Nacional de Museus – A imaginação museal: os caminhos da democracia: relatório*. Brasília: MinC/IPHAN/DEMU.

Ministério da Cultura/ Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais. [MinC/IPHAN/DEMU]. (2005). *Política Nacional de Museus-Relatório de gestão 2003/2004*. Brasília: MinC/IPHAN/DEMU.

Moraes, N. (2011). Museu, Poder e Políticas Culturais no Brasil. In *Musas. Revista Brasileira de Museus e Museologia*, nº 5. Brasília: IBRAM.

Moura, C. - Pontos de Memória: experiências etnográficas no museu diferente de Terra Firme, Belém-Pa. 2016. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil.

Moura, C; Gontijo, F. (2015). Os Museus, as Coisas e as Comunidades: novas percepções a partir do bairro da Terra Firme em Belém, Pará. *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*. Vol. 3, nº 1 p.92109. In: [www:http://ventilandoacervos.museus.gov.br/wpcontent/uploads/2015/11/07_Artigo06.pdf](http://ventilandoacervos.museus.gov.br/wpcontent/uploads/2015/11/07_Artigo06.pdf) acedido em 22 de janeiro de 2018.

Moutinho, M. (2004). A contemporaneidade da Política Nacional de Museus: um olhar de além-mar. In Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais [MinC/IPHAN/DEMU], (2004). *1º Fórum Nacional de Museus – A imaginação museal: os caminhos da democracia: relatório*. Brasília: MinC/IPHAN/DEMU.

Moutinho, M. (2006). A qualidade em museus, nos museus em mudança. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, n.25, p.53-61.

Moutinho, M. (2008). Os museus como instituições prestadoras de serviço. In: *Curso de Estudos Avançados em Museologia*.

Moutinho, M. C. (1989). Museus e Sociedade Reflexões sobre a função social do Museu. *Cadernos de Patrimônio*, n. 5. Museu Etnológico Monte Redondo.

Moutinho, M. C. (1994). A construção do objecto museológico. *Cadernos de Sociomuseologia*, n. 4 ULHT. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Moutinho, M. C. (1996). O Indígena no pensamento colonial português 1895 -1961.

Moutinho, M. C. (2007). Definição evolutiva de Sociomuseologia. Proposta para reflexão. *Documento XIII Atelier Internacional do MINOM*, Universidade Lusófona, Câmara Municipal de Setúbal.

Moutinho, M. C. (2008). Os museus como instituições prestadoras de serviços. Revista de Humanidades Tecnologias. ULHT. *Cadernos de Sociomuseologia*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Moutinho, M. C. (2011). A Memória também está em crise. In *Boletim trimestral da Rede Portuguesa de Museus*. N. 38. Lisboa.

Moutinho, M. C.; PRIMO, J. (2002). O Ecomuseu da Murtosa. Patrimónios, ano XXIII 2ª Serie, nº 2. Aveiro: AEDPNCRA *Cadernos de Sociomuseologia*. Universidade Lusófona. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Moutinho, M. C. (2001). *O Ensino da museologia no contexto da mudança social na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias*. Asociación Española de Museólogos. Madrid: Revista de Museologia.

Mouvement International pour une Nouvelle Muséologie [MINOM]. (1995). *I Encontro Nacional sobre Museologia e Educação*, Setúbal. Actas. Setúbal: MINOM; Câmara Municipal

Nascimento, J.; Chagas, M. [org.] (2007). *Política nacional de museus*. Brasília: MinC. 184p.

Neto, J. P. V., & Pereira, E. Povos indígenas no Brasil, museus e memória: questões emergentes. Revista do Centro de Pesquisa e Formação / Nº 5, setembro 2017.

Oliveira, J. P.. & Santos, R. D. C. M. (2015). Descolonizando a ilusão museal-etnografia de uma proposta expositiva. Artigo para o dossiê "Coleções Etnográficas e Patrimônio Indígena" do Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi-Ciências Humanas. No prelo.

Oliveira, M. M. D. (2013). Como fazer pesquisa qualitativa. In Como fazer pesquisa qualitativa.

Pereira, M.R.N. (2007) Apresentação. Anas do I Encontro Nacional da REM – Rede de Educadores em Museus e Centros Culturais do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 352p.

Pereira, M.R.N (2015). Museologia Social e sociologia das ausências no contexto da amazônia brasileira: uma aproximação teórica. Cadernos de Sociomuseologia Nova Série n.6 In: <http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/7706>

Pérez, M. A. (1977). Los Museos em la solución de los problemas sociales y culturais. XI Conferencia General del ICOM, celebrada em Moscou, URSS. In: Pérez, M. A. (1986) Patrimonio Cultural e Identidad. La Habana, Cuba: Editorial Letras Cubanas.

Pérez, M. A. (1986). *Patrimonio Cultural e Identidad*. La Habana, Cuba: Editorial Letras Cubanas.

Pinto, R. C. S.; Carlos, E. G.; Loureiro, K. A. S. (org.) (2012) *Circuitos das Casas Telas: caminhos de vida no Museu de Favela*. Rio de Janeiro: Museu de Favela. p. 20.

Pinto, M. S. (2016). *Estado da Arte e Teoria do Conhecimento: transversalidade epistémica no trabalho científico, construção de teses e dissertações*. Fronteira do caos Editores.

Portilho, A. S. (2016). *Das "belezas que emanam dos jardins suspensos de Ipanema e Copacabana": políticas governamentais, demandas por memória e produção do espaço no Museu de Favela do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo*. Tese de Doutorado defendida pela Fundação Getúlio Vargas, com orientação da professora: Heymann, Luciana Quillet In: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/16534>

Porto, N. (2016). Para Uma Museologia do Sul Global: multiversidade, descolonização e indigenização dos museus. *Revista Mundaú*, (1), 59-72.

Primo, J. (1999). Museologia e Patrimônio: documentos fundamentais. *Cadernos de Sociomuseologia*, 15(15).

Primo, J. (1999). Pensar contemporaneamente a museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, n.16, p.5-38.

Primo, J. (2006). A museologia como instrumento estratégico nas políticas culturais contemporâneas. *Revista Musas*, Rio de Janeiro, IPHAN/DEMU, n.2 p.87-93.

Primo, J., & Mateus, D. (2008). Normas para a elaboração e apresentação de Teses de Doutorado (Aplicáveis às Dissertações de Mestrado). *Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias–Reitoria, Lisboa*.

Priosti, O. M., & Mattos, Y. (2007). Caminhos e percursos da museologia comunitária. *Cadernos de Sociomuseologia*. Nº 28 – 2007

Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/45925192/AnibalQuijano_Colonialidad_del_poder_eurocentrismo...pdfAWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1516834109&Signature=v4BCC7mDTLba%2FhsMMeocl%2BMPABQ%3D&responsecontentdisposition=inline%3B%20filename%3DColonialidad_del_poder_eurocentrismo_y_A.pdf acedido em dezembro de 2017.

Quijano, A. (2010a). América Latina: hacia un nuevo sentido histórico. *Buen vivir y cambios civilizatorios*. Quito: Fedaeaps.

Quijano, A. (2010b). Colonialidade do poder e classificação social In: SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula (Orgs). *Epistemologias do Sul*.

Quijano, A. (2010c). La crisis del horizonte de sentido colonial/moderno/eurocentrado. *Revista Casa de las Américas*, (259-260), 4-15.

Rechena, A. (2011). Sociomuseologia e gênero: imagens da mulher em exposições de museus portugueses. Tese apresentada ao Departamento de Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para obtenção do grau de doutor, orientada por Judite Santos Primo, Lisboa. 397p. Disponível em: <<http://www.museologiaportugal.net/projectos-de-investigacao/teses-doutoramento-phd-3o-ciclo>>. Acesso em: 05 de dezembro de 2017.

Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro, Museu Sankofa Memória e História da Rocinha e Museu do Horto (org). A participação das mulheres na construção do território Rocinha e Horto. 2018.

Restrepo, E., & Rojas, A. (2010). Inflexión decolonial. *Popayán, Colombia: Universidad del Cauca, Instituto Pensar y Universidad Javeriana*.

Rolnik, S., & Guattari, F. (2007). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.

Rússio, W. (1984). Cultura, patrimônio e preservação (Texto III). In: ARANTES, A. (org.)

Rússio, W. Pinto. (1977). *Museu, um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado In: Acervo Centro de Documentação da FESP/SP. São Paulo: FESP.

Sá-Silva, J. R., de Almeida, C. D., & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista brasileira de história & ciências sociais*, 1(1).

Santos, B. D. S. (2004a). *Democratizar la democracia: Los caminos de la democracia participativa* (No. Sirsi i9789681672553).

Santos, B. S. (2004b). *Reinventar la democracia: reinventar el Estado*. Editorial Abya Yala.

Santos, B.S (2004c). *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade* (Vol. 120). São Paulo: Cortez.

Santos, B.S (2010). *Descolonizar el saber, reinventar el poder*. Ediciones Trilce.

Santos, B. D. S. (2006). *A gramática do tempo*. Editora Cortez.

Santos, B. D. S. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista crítica de ciências sociais*, (78), 3-46.

Santos, B. D. S. (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista crítica de ciências sociais*, (63), 237-280.

Santos, M. S. (2002). Políticas da memória na criação dos museus brasileiros. *Cadernos de Sociomuseologia*.

Santos, M.C.T.M. (1990). *Repensando a ação cultural e educativa dos museus*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA. 90p.

Santos, M.C.T.M. (1994). Documentação museológica, educação e cidadania. In: *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa: ULHT. n.3 p.89-104.

Santos, M.C.T.M. (2001) Museu e educação: conceitos e métodos. *Texto apresentado no Simpósio Internacional "Museu e Educação: conceitos e métodos"*, MAE/USP, São Paulo, 20 a 24 de agosto.

Santos, M.C.T.M. (2007). Os Museus e seus Públicos Invisíveis. *Texto apresentado no I Encontro Nacional de Rede de Educadores de Museus e Centros Culturais*, Rio de Janeiro.

Santos, M.C.T.M. (2008). *Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN/DEMU. 254p.

Santos, M.C.T.M. (2009). Demandas e desafios para a formação contemporânea em museologia. *Texto apresentado no II Encontro Nacional da Rede de Professores*

Santos, S. D. S. (2017) *Ecomuseus e Museus Comunitários no Brasil: estudo exploratório de possibilidades museológicas* (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo).

Sarlo, B. (2007). *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Companhia das letras.

Scheiner, T. C. M. (2012). Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. In: Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum. Belém, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan.-abr.

SILVA, W. P.; SILVA, L. R. Aqui eu vivo: espaço e memória. 2013. Disponível em: <www.snh2013.anpuh.org/anais1372> Acesso em 10 de janeiro de 2018.

Simões, D. (2017). Museus comunitários no Brasil: descolonizando o pensamento museológico. *RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, 3(3).

Siqueira, J. M. Da biologia do conhecer ao bem-viver: contribuições epistemológicas latino-americanas para descolonizar a museologia.

Siqueira, J. M. (2017). Bem viver, Ubuntu e a Sociomuseologia: contribuições para descolonizar a Educação Museal. *Pensamiento Actual*, 17(28), 174-185.

Soares, B. B. (2015). André Desvaléss: Entre Museologias. In: Anais do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: MHN. 298 p.

Soares, B. B. (2015). Entrevista com André Desvaléss. In: Anais do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: MHN. 298 p.

Spivak, G. C. (1988). Can the subaltern speak? *Can the subaltern speak? Reflections on the history of an idea*, 21-78.

Spivak, G. C. (1999). *A critique of postcolonial reason*. Harvard university press.

Thiollent, M. (1988). *Metodologia da pesquisa Metodologia da pesquisa Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez.

Varine, H. (1992). L'ecomusée. In: Desvallés, A.; DeBarr, M. O.; Wasserman, F. (Coords.).

Vagues: une antologie de la Nouvelle Muséologie. Mâcon: Éditions W/MNES. p. 446-487.

Varine, Hugues de. (2000). O Ecomuseu. In: Educação e patrimônio histórico-cultural. Ciências e Letras: revista da Faculdade de Porto Alegre de Educação, Ciência e Letras, Porto Alegre, n. 37, p. 61-90, jan./jun.

Varine, Hugues de. (2012). *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz. 256 p.

Velho, G. (1978). *Observando o familiar. A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.

Wallerstein, I. (1991) Geopolitics and Geoculture: Essays on the Changing World-System. Cambridge: Cambridge UP.

Wallerstein, I. (1992) "Creación del sistema mundial moderno". En: Luis Peña Luis Bernardo (ed.), Un mundo jamás imaginado 1492-1992. Bogotá.

Wallerstein, I. (2008). Ler Fanon no século XXI. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (82), 3-12.

Walsh, C. (2005). Introducción. (Re) pensamiento crítico y (de) colonialidad. *Pensamiento crítico y matriz (de) colonial*, 13-36.

Walsh, C. (2006). Interculturalidad y (de) colonialidad: diferencia y nación de otro modo. In *14 Conferencia Internacional Desarrollo e Interculturalidad, Imaginario y Diferencia: la Nación en el Mundo Andino*. Quito, Río de Janeiro: Academia de la Latinidad.

Walsh, C. (2007). Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento "otro" desde la diferencia colonial. *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*, 47-62.

Walsh, Catherine. Interculturalidade, Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, reexistir e

reviver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.) Educação Intercultural na América La na: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro. 7 Letras: 2009.

Walsh, C. (2013). Lo pedagógico y lo decolonial. Entretejiendo caminos. C. Walsh, *Pedagogías decoloniales*. Quito: Abya-Yala.

Fontes primárias consultadas

Documentos técnicos com proposta de sistematização contratados pelo Programa Pontos de Memória. Projeto– OEI/BRA 08/007, cuja execução nacional é realizada pelo Instituto Brasileiro de Museus, em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI.

Lyra, B. L. (2009) Plano de trabalho contendo cronograma das ações que envolvem a implementação dos Pontos de Memória. No âmbito do projeto do Ponto de Memória em atendimento à solicitação designada por Produto 1, expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____. (2009) Documento preliminar de consultores e atividades para a implementação dos Pontos de Memória no âmbito do projeto do Ponto de Memória em atendimento à solicitação designada por Produto 2, expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Oliveira, E. (2009) Produto 1. Autenticação de documentos em mídias digitais com o uso da tecnologia de Certificação Digital padrão ICPI-Brasil e a sua aplicação nos Pontos de Memória. Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2009) Produto 2. Padrões de armazenamento de arquivos digitais em “banco de dados centralizado” compatíveis com os padrões de metadados internacionais e a sua aplicação nos Pontos de Memória. Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2009) Produto 3. Padrões de armazenamento de arquivos digitais de “imagens fotográficas” em bancos de dados centralizados, compatíveis com os padrões de metadados internacionais e a sua aplicação nos Pontos de Memória. Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da

Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2009) Produto 4. Padrões de armazenamento de arquivos digitais de “áudio” em bancos de dados centralizados, compatíveis com os padrões de metadados internacionais e a sua aplicação nos Pontos de Memória. Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2009) Produto 5. Padrões de armazenamento de arquivos digitais de “vídeo (imagens em movimento e documentos sonoros)” em banco de dados centralizado, compatíveis com os padrões de metadados internacionais e a sua aplicação nos Pontos de Memória. Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2009) Produto 6. Criação de base de dados centralizada que possibilite a documentação, gestão de acervos museais e mídias eletrônicas, produção e disseminação da informação, seguindo os padrões internacionais e a sua aplicação nos Pontos de Memória. Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2009) Produto 7. Desenvolvimento de portal de internet (WEB) em linguagem Active Server Pages, com informações disponíveis em Base de Dados Centralizada, prevendo as áreas de notícias, políticas, eventos museais, políticas, programas e ações do campo museal, bem como a disponibilização dos arquivos digitais de textos, sons, imagens e vídeos. Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Toledo, W. S.(2009/2010). Produto 1. Documento preliminar com o conjunto de conceitos que integram o escopo de trabalho do Projeto Ponto de Memória. (Agosto de 2009). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2009) Produto 2. Documento preliminar sobre metodologia para implantação dos Pontos de Memória (Outubro de 2009). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2009) Produto 3. Documento preliminar com alternativas de instrumentos a serem utilizados na implantação do Projeto Ponto de Memória (Fevereiro de 2010) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2009) Produto 4. Documento preliminar com resultados parciais das visitas técnicas de sondagem nas 12 localidades indicadas e avaliação preliminar da situação para a implantação dos Pontos de Memória (Fevereiro de 2010) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2010) Produto 5. Documento final com resultados dos trabalhos de elaboração da metodologia e sondagem dos 12 Pontos de Memória (sem data) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2010) Produto 6. Documento final com uma proposta de estruturas de processo de trabalho para a capacitação dos agentes da comunidade que irão trabalhar para a implantação do Projeto Pontos de Memória. Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2010) Produto 7. Documento final com a consolidação dos resultados e validação dos instrumentos e propostas de metodologia para implantação dos Pontos de Memória Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Fernandes, D. 2010. Produto 1. Plano preliminar de implantação de pesquisa diagnóstica e seu monitoramento (Abril de 2010). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Varanda. A. P. M. (2010). Produto I. Proposta de assessoria técnica para formulação de modelos de gestão a serem aplicados em cada um dos Pontos de Memória (Julho de 2010). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Storino, C. Produto 1. Documento preliminar com a sistematização dos contatos e informações pertinentes aos profissionais envolvidos no Projeto Pontos de Memória, sob a coordenação do IBRAM, nos termos do TOR-136 da OEI. Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

----- (2010/2011). Produto 2. Documento sobre a programação de visitas da equipe de consultores e do IBRAM às comunidades beneficiadas, nos termos do TOR-136 da OEI (sem data). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

----- (2010/2011). Produto 3. 1º Relatório de acompanhamento das atividades constantes do Plano de Trabalho do Projeto, incluindo a sistematização dos gastos e custos do Projeto, nos termos do TOR-136 da OEI (Dezembro, 2010) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2010/2011). Produto 4. Plano de Trabalho do Projeto revisado para o ano de 2010, nos termos do TOR-136 da OEI (Julho de 2010) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2010/2011). Produto 5. 2º Relatório de acompanhamento das atividades constantes do Plano de Trabalho do Projeto, incluindo a sistematização dos gastos e custos do Projeto, nos termos do TOR-136 da OEI. Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2010/2011). Produto 6. Plano de Trabalho do Projeto revisado para o ano de 2011, nos termos do TOR-136 da OEI (Janeiro de 2011) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2010/2011). Produto 7. Consolidação dos documentos e anexos pertinentes ao desenvolvimento das atividades constantes do Plano de Trabalho do Projeto, nos termos do TOR-136 da OEI (Janeiro de 2011). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Gouveia, I. (2010/2011). Produto 1. Documento preliminar com o Plano de Trabalho para o registro da memória do processo de implantação e desenvolvimento do projeto Ponto de Memória (Dezembro de 2010) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2010/2011). Produto 2. Registro do processo de concepção do Projeto Ponto de Memória desde a sua proposição no âmbito do PRONASCI-MJ (Fevereiro de 2010) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2010/2011). Produto 3. Relatório das estratégias adotadas para a identificação e sensibilização das comunidades e dos interlocutores locais envolvidas no Projeto Pontos de Memória (Junho de 2010). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2010/2011). Produto 4. Relatório das estratégias adotadas para a formação das instâncias deliberativas dos Pontos de Memória, como parte do desenvolvimento do modelo de gestão (Setembro de 2010). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2010/2011). Produto 5. Relatório analítico das oficinas realizadas com as comunidades envolvidas nos Pontos de Memória (Julho de 2010). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2010/2011). Produto 6. Relatório das estratégias adotadas para a consolidação da metodologia do inventário participativo a ser desenvolvido nas localidades dos Pontos de Memória (Outubro de 2010) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2010/2011). Produto 7. Relatório da sistematização e registro das estratégias e processos testados no âmbito da implementação do projeto Pontos de Memória, contendo plano do registro de memória das próximas ações (Janeiro de 2011). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da

Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2010/2011). Produto 8. Proposta de organização de conteúdos para produção editorial, de acordo com reflexões teórico-metodológicas produzidas no âmbito do Projeto Pontos de Memória (Fevereiro de 2011). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Gouveia, I. (2013). Produto 1. Relatório sobre as estratégias de construção dos Planos de Ação dos Pontos de Memória (Junho de 2011) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2013). Produto 2. Relatório de registro e análise das estratégias utilizadas para a qualificação dos Pontos de Memória (Agosto de 2011) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Schuabb S. C. (2010). Produto 1. Documento contendo Plano de Comunicação para o Projeto Pontos de Memória com o foco no fortalecimento da comunicação de caráter comunitário (Fevereiro de 2010) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2010). Produto 2. Documento contendo os textos de comunicação comunitária sobre as atividades pertinentes ao processo de constituição dos pontos de memória (Abril de 2010) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2010). Produto 3. Documento com clipping – matérias publicadas nos meios de comunicação pertinentes ao processo de constituição dos pontos de memória e avaliação da estratégia de comunicação comunitária (Abril de 2010) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2010). Produto 4. Dossiê dos eventos (oficinas, seminários internos, encontros de intercâmbio) com informações e análise dos resultados do Projeto Pontos de Memória (Abril de 2010). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus –

IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2010). Produto 5. Conteúdo para o Portal Pontos de Memória (Abril de 2010). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2010). Produto 6. Relatório sobre a estratégia de comunicação comunitária, com planejamento que fortaleça a Rede Pontos de Memória (Fevereiro de 2011) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Schuabb, S. C. (2011) Produto 1. Documento com diagnóstico do potencial de comunicação existente nos 12 Pontos de Memória (Junho de 2011) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2011) Produto 2. Documento com plano de comunicação comunitária para cada Ponto de Memória, para o fortalecimento da Rede Pontos de Memória (Agosto de 2011) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2011) Produto 3. Documento com proposta de conteúdo para a publicação ilustrada dos Pontos de Memória (Outubro de 2011). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2011) Produto 4. Documento com matérias sobre os acervos inventariados e os produtos de difusão lançados pelos pontos de memória em 2011 (Dezembro de 2011) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Castro, C. (2011). Produto 1. Plano de Trabalho para a definição dos conteúdos programáticos dos materiais de consulta a serem elaborados e disponibilizados para os Pontos de Memória (Janeiro de 2011) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2011). Produto 2. Levantamento bibliográfico de conteúdos pertinentes ao objeto da contratação (Março de 2011) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2011) Produto 4. Proposta preliminar de conteúdo programático do material de consulta destinado ao desenvolvimento de Pontos de Memória (Julho de 2011) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2011) Produto 5. Instrumento de coleta de dados para validação do conteúdo programático do documento “Subsídios para a criação e gestão dos Pontos de Memória” (Setembro de 2011). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2011) Produto 6. Documento final com uma proposta de conteúdo programático para o manual de implantação do projeto Pontos de Memória (Novembro de 2011). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Cavalcanti, L. (2011). Produto 1. Plano de Trabalho contendo a metodologia de acompanhamento das atividades a serem desenvolvidas pelos Pontos de Memória (Plano de Ação; Inventário Participativo e Produtos de Difusão), contemplando cronograma, estratégias de monitoramento e avaliação das ações (Agosto, 2011). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2011). Produto 2. Relatório descritivo-analítico do acompanhamento das ações de desenvolvimento dos inventários participativos dos pontos de memória, apresentando avaliações parciais sobre o processo de implantação dessas atividades, incluindo as estratégias de gestão adotadas (Novembro de 2011). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Moura, M. (2011). Produto 1. Plano de Ação do Ponto de Memória da Terra Firme, preenchido em conformidade com a solicitação do IBRAM e aprovado pela instância deliberativa do referido Ponto, contendo informações a respeito da instância deliberativa, das perspectivas museológicas do ponto e a previsão do desenvolvimento de suas ações no que se refere ao inventário participativo e ao produto de difusão (Novembro de 2011).

Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2011) Produto 2. Relatório descritivo e analítico, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória da Terra Firme, apresentando resultados parciais, relativos à atuação do consultor em conjunto com a instância deliberativa, visando o desenvolvimento de 50% do inventário participativo, em conformidade com o Plano de Ação (Setembro de 2012). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2011) Produto 3. Relatório descritivo, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória da Terra Firme, a respeito do desenvolvimento do Produto de Difusão (Dezembro de 2012). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Noieto, D. (2011). Produto 1. Plano de Ação do Ponto de Memória da Estrutural, preenchido em conformidade com a solicitação do IBRAM e aprovado pela instância deliberativa do referido Ponto, contendo informações a respeito da instância deliberativa, das perspectivas museológicas do ponto e a previsão do desenvolvimento de suas ações no que se refere ao inventário participativo e ao produto de difusão (sem data). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2011). Produto 2. Relatório descritivo e analítico, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória da Estrutural, apresentando resultados parciais, relativos à atuação do consultor em conjunto com a instância deliberativa, visando o desenvolvimento de 50% do inventário participativo, em conformidade com o Plano de Ação (sem data). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Pinto, R. C. (2011) Produto 1. Plano de Ação do Museu de Favela (MUF), preenchido em conformidade com a solicitação do IBRAM e aprovado pela instância deliberativa do referido Ponto, contendo informações a respeito da instância deliberativa, das perspectivas museológicas do Ponto e a previsão do desenvolvimento de suas ações no que se refere ao inventário participativo e ao produto de difusão (Maio de 2011). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da

Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2011) Produto 2. Relatório descritivo e analítico, previamente aprovado pela instância deliberativa do Museu de Favela (MUF), apresentando resultados parciais, relativos à atuação do consultor em conjunto com a instância deliberativa, visando o desenvolvimento de 50% do inventário participativo, em conformidade com o Plano de Ação (Agosto de 2011) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2011) Produto 3. Relatório descritivo, previamente aprovado pela instância deliberativa do Museu de Favela (MUF), a respeito do desenvolvimento do Produto de Difusão (Novembro de 2011). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Morates, L. (2011). Produto 1. Plano de Ação do Ponto de Memória da Lomba do Pinheiro, preenchido em conformidade com a solicitação do IBRAM e aprovado pela instância deliberativa do referido Ponto, contendo informações a respeito da instância deliberativa, das perspectivas museológicas do ponto e a previsão do desenvolvimento de suas ações no que se refere ao inventário participativo e ao produto de difusão (Setembro de 2011). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2011) Produto 2. Relatório descritivo e analítico, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória da Lomba do Pinheiro, apresentando resultados parciais, relativos à atuação do consultor em conjunto com a instância deliberativa, visando o desenvolvimento de 50% do inventário participativo, em conformidade com o Plano de Ação (Novembro de 2011). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Rocha, M. (2011) Produto 1. Plano de Ação do Ponto de Memória Museu de Periferia, preenchido em conformidade com a solicitação do IBRAM e aprovado pela instância deliberativa do referido Ponto, contendo informações a respeito da instância deliberativa, das perspectivas museológicas do ponto e a previsão do desenvolvimento de suas ações no que se refere ao inventário participativo e ao produto de difusão. Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Rodrigues, V. (2011) Produto 1. Plano de Ação do Ponto Museu Cultura Periférica preenchido em conformidade com a solicitação do IBRAM e aprovado pela instância deliberativa do referido Ponto, contendo informações a respeito da instância deliberativa, das perspectivas museológicas do ponto e a previsão do desenvolvimento de suas ações no que se refere ao inventário participativo e ao produto de difusão (Agosto de 2011). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Almeida, A. (2011). Produto 1. Plano de Ação do Ponto de Memória do Grande Bom Jardim, preenchido em conformidade com a solicitação do IBRAM e aprovado pela instância deliberativa do referido Ponto, contendo informações a respeito da instância deliberativa, das perspectivas museológicas do ponto e a previsão do desenvolvimento de suas ações no que se refere ao inventário participativo e ao produto de difusão (Novembro de 2011). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Silva, W. (2011) Produto 1. Plano de Ação do Ponto de Memória de Taquaril, preenchido em conformidade com a solicitação do IBRAM e aprovado pela instância deliberativa do referido Ponto, contendo informações a respeito da instância deliberativa, das perspectivas museológicas do Ponto e a previsão do desenvolvimento de suas ações no que se refere ao inventário participativo e ao produto de difusão (Novembro de 2011). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Schuabb, S. C. (2013). Produto 1. Material de difusão sobre o Programa Pontos de Memória, no âmbito do Projeto Conexões IBRAM, com base nas diretrizes do Plano Nacional de Cultura, na Política Nacional de Museus e no Plano Nacional Setorial de Museus (Sem data). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2013). Produto 2. Mapeamento da rede de relações de interesse para os pontos de memória, em âmbito nacional (Sem data). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2013). Produto 3. Proposta de estratégia de articulação entre os pontos de memória e as instâncias de interesse identificadas (Dezembro de 2012) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2013). Produto 4. Proposta de formação e articulação das redes estaduais de pontos de memória, ecomuseus e museus comunitários do Brasil (Sem data). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2013). Produto 5. Documento descritivo-analítico sobre as ações desenvolvidas no Programa Pontos de Memória em 2012, na perspectiva do fortalecimento das articulações institucionais e comunitárias para a ampliação em rede do Programa (Fevereiro de 2013). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2013). Produto 6. Proposta de conteúdo de apoio sobre a metodologia do Programa Pontos de Memória para difusão entre os agentes de memória e comunidades (Abril de 2013). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2013). Produto 7. Proposta de sistemática contendo estruturação e planejamento da capacitação em rede voltada para os multiplicadores e agentes de memórias (Julho de 2013). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2013). Produto 8. Proposta de sistemática para a realização de encontros de intercâmbio das redes de pontos de memória e agentes de memória – Teias da Memória, em suas ações sociais e técnico-operacionais nas comunidades (Novembro de 2013). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Cavalcanti, L. Produto (2013) 3. Relatório descritivo-analítico do acompanhamento das ações de desenvolvimento dos inventários participativos dos pontos de memória, apresentando avaliações parciais sobre o processo de implantação dessas atividades, incluindo as estratégias de gestão adotadas (Janeiro de 2012). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2013). Produto 5. Documento contendo a formulação de um instrumento (formulário) que viabilize a sistematização, pelos Pontos de Memória, dos resultados de seus inventários participativos, permitindo também uma análise comparativa entre as

diferentes experiências (Agosto de 2012) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2013). Produto 7. Avaliação qualitativa final das atividades realizadas no âmbito dos 12 Pontos de Memória (Dezembro de 2012). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2013). Produto 8. Documento contendo análise comparativa entre o projeto OEI/BRA/08/007 original e a versão da 2ª Revisão Substantiva do mesmo, com proposta de perfis das consultorias técnicas a serem contratadas na etapa de ampliação e desenvolvimento em rede do Projeto (Fevereiro de 2013). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2013). Produto 9. Documento com proposta de instrumento para monitoramento das ações museais e produtos de difusão dos Pontos de Memória e Redes estaduais, regionais e temáticas, contendo ademais uma sistematização de todos os instrumentos e formulários de acompanhamento gerados no âmbito do Prodoc OEI/BRA/08/0007 (Maio de 2013) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2013). Produto 10. Documento contendo sistematização analítica dos produtos de consultorias realizadas no âmbito do Prodoc OEI/BRA/08/0007, entre 2009 e 2012, com a finalidade de subsidiar as ações de planejamento de instalação e manutenção de Pontos de Memória. Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Almeida, A. (2013). Produto 2. Relatório descritivo e analítico, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória Grande Bom Jardim, de Fortaleza - CE (Maio de 2012). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2013). Produto 3. Relatório descritivo, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória de Grande Bom Jardim, a respeito do desenvolvimento do produto de difusão (Setembro de 2012). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do

Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Noletto, D. (2013) Consultora local do Ponto de Memória da Estrutural – DF (Desde 2011). Produto 3. Relatório descritivo, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória da Estrutural, a respeito do desenvolvimento do produto de difusão (Julho de 2013) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Morates, L. Produto 3. Relatório descritivo, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória da Lomba do Pinheiro, a respeito do desenvolvimento do Produto de Difusão (Janeiro de 2012) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Pinto, R. C. (2012). Produto 4. Documento com proposta de difusão da experiência de inventário participativo do MUF para compor a estratégia à atuação em rede dos Pontos de Memória (Junho de 2012). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Rocha, M. (2012) Produto 2. Relatório descritivo e analítico, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória Sítio Cercado, apresentando resultados parciais, relativas à atuação do consultor em conjunto com a instância deliberativa, visando o desenvolvimento de 50% do inventário participativo, em conformidade com o Plano de Ação (Janeiro de 2012). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2012). Produto 3. Relatório descritivo, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória Sítio Cercado, a respeito do desenvolvimento do Produto de Difusão (Junho de 2012) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Rodrigues, V. (2012). Produto 2. Relatório descritivo e analítico, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória de Jacintinho, apresentando resultados parciais, relativas à atuação do consultor em conjunto com a instância deliberativa, visando o desenvolvimento de 50% do inventário participativo, em conformidade com o Plano de Ação (Junho de 2013). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto

Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2012). Produto 3. Relatório descritivo, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória de Jacintinho, a respeito do desenvolvimento do Produto de Difusão (Julho de 2013). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Gervásio, G. (2012) Produto 1. Plano de Ação do Ponto de Memória de São Pedro, preenchido em conformidade com a solicitação do Ibram e aprovado pela instância deliberativa do referido Ponto, contendo informações a respeito da instância deliberativa, das perspectivas museológicas do Ponto e a previsão do desenvolvimento de suas ações no que se refere ao inventário participativo e ao produto de difusão. Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2012). Produto 2. Relatório descritivo e analítico, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória de São Pedro, apresentando resultados parciais, relativos à atuação do consultor em conjunto com a instância deliberativa, visando o desenvolvimento de 50% do inventário participativo, em conformidade com o Plano de Ação (Julho de 2013) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2012). Produto 2. Relatório descritivo-analítico sobre os Produtos de Difusão a serem desenvolvidos pelo Ponto de Memória, apontado as possibilidades existentes para o desenvolvimento dos mesmos, com plano de aplicação (orçamento físico-financeiro) e cronograma de execução, aprovado pela instância deliberativa do referido Ponto (Março de 2013). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2012). Produto 3. Relatório descritivo-analítico sobre o desenvolvimento, execução e repercussão das ações do Ponto de Memória na Comunidade do Coque (Junho de 2013). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Freitas, A. S. (2012). Produto 1. Plano de Ação do Ponto de Memória do Beiru, preenchido em conformidade com a solicitação do IBRAM e aprovado pela instância deliberativa do referido Ponto, contendo informações a respeito da instância deliberativa,

das perspectivas museológicas do Ponto e a previsão do desenvolvimento de suas ações no que se refere ao inventário participativo e ao produto de difusão (Sem data). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2012). Produto 2. Relatório descritivo e analítico, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória do Beiru, apresentando resultados parciais, relativos à atuação do consultor em conjunto com a instância deliberativa, visando o desenvolvimento de 50% do inventário participativo, em conformidade com o Plano de Ação (Novembro de 2012) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2012). Produto 3. Relatório descritivo, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória do Beiru, a respeito do desenvolvimento do Produto de Difusão (Julho de 2013) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Silva, W. (2012) Produto 2. Relatório descritivo e analítico, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória de Taquaril, apresentando resultados parciais, relativos à atuação do consultor em conjunto com a instância deliberativa, visando o desenvolvimento de 50% do inventário participativo, em conformidade com o Plano de Ação (Novembro de 2012) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ Produto 3. Relatório descritivo, previamente aprovado pela instância deliberativa do Ponto de Memória de Taquaril, a respeito do desenvolvimento do Produto de Difusão (Novembro de 2012). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Spin, N. (2013). Produto 1. Documento técnico contendo estudo processual do Projeto Pontos de Memória, a legislação pertinente e proposição de medidas para o melhor planejamento, organização e controle de suas atividades técnicas e operacionais (Maio de 2013). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2013). Produto 2. Documento técnico contendo estudo das melhores práticas na condução de projetos de CTI (Cooperação Técnica Internacional) assemelhados e proposta de sistemática para a execução técnica e operacional do Projeto Pontos de Memória (Julho de 2013) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2013). Produto 3. Documento técnico contendo proposta de manual, formulários e anexos/checklists para a condução de reuniões com a metodologia de gestão participativa (Setembro de 2013) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2013). Produto 4. Documento técnico contendo análise do desenvolvimento e execução do projeto por meio dos sistemas integrados de gestão pertinentes aos projetos de CTI, propondo melhorias sistemáticas nos seus preenchimentos (Novembro de 2013). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Toledo, W. S. (2003) Produto 1. Documento técnico com proposta de concepção da instância de gestão participativa/ compartilhada do Programa Pontos de Memória, apontando seu caráter, finalidades, atribuições e critérios de composição, de modo a garantir o fortalecimento e a salvaguarda de seus princípios norteadores, bem como a representatividade do universo de iniciativas de Museologia Social mapeadas no país (Agosto de 2013). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2013). Produto 2. Documento técnico com proposta de sistemática para legitimação da instância de gestão participativa/ compartilhada do Programa Pontos de Memória, a ser apresentada e trabalhada no encontro em âmbito nacional dos Pontos de Memória (Novembro de 2013). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Holanda, C. R. (2013) Produto 1. Documento técnico com proposta de planejamento estratégico das ações de mapeamento, qualificação, articulação e comunicação em rede dos pontos de memória, com a sistematização de perfis e atuação das consultorias no âmbito do projeto (Agosto de 2013) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do

Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2013). Produto 2. Documento técnico com proposta de instrumento para acompanhamento da execução do planejamento estratégico das ações de mapeamento, qualificação, articulação e comunicação em rede dos pontos de memória (Outubro de 2013) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Gouveia, I. C. (2013) Produto 1. Documento técnico com proposta de conteúdo programático para capacitação em Museu, Memória e Cidadania na Diversidade Cultural, voltado para agentes de memória e multiplicadores em âmbito nacional, contendo ementa, metodologia e referencial teórico-conceitual (Agosto de 2013). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

_____ (2013). Produto 2. Documento técnico com proposta de sistemática para execução do plano de capacitação em rede da oficina Museu, Memória e Cidadania na Diversidade Cultural a partir das tipologias de iniciativas identificadas pelo IBRAM, com cronograma e estratégias de identificação de multiplicadores potenciais da metodologia, que contenha resultados das aplicações piloto das oficinas (Novembro de 2013) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Vieira, J. P. N. (2013). Produto 1. Documento técnico com levantamento analítico de metodologias em inventário participativo e proposta de conteúdo programático para capacitação no tema, voltado para agentes de memória e multiplicadores em âmbito nacional, contendo ementa, metodologia e referencial teórico-conceitual (Setembro de 2013) Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.

Maltez, Ana (2013). Produto 1. Relatório de moderação, contendo o resumo executivo dos resultados do Encontro de Avaliação dos 12 Pontos Pioneiros (Dezembro de 2013). Expresso no TOR, sob coordenação do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci e a Organização dos Estados Ibero-americanos - OEI.